



Relatório de Gestão

2018

Lista de Anexos

Anexo 9.1 Gestão de Pessoas.....	317
Anexo 9.2 Afastamentos (Absentismo)	319
Anexo 9.3 Processos Seletivos Internos	320
Anexo 9.4 Horas de Capacitação	321
Anexo 9.5 Campanha Fique Bem	322
Anexo 9.6 Declaração de Integridade	323

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 Principais Resultados em 2018 (R\$ milhões)	20
Tabela 2.1 Conceitos que suportam e reforçam os componentes da Visão.....	23
Tabela 2.2 Perfil dos Dirigentes da Organização (Posição 21/03/2019)	25
Tabela 2.3 Participação Acionária da CAIXA Seguridade.....	29
Tabela 2.4 Composição Acionária CAIXAPAR	30
Tabela 3.1 Destaques do Plano Estratégico Corporativo 2017 – 2027	37
Tabela 3.2 Ambição Estratégica Varejo Pessoa Física	41
Tabela 3.3 Ambição Estratégica Varejo Pessoa Jurídica MPE.....	42
Tabela 3.4 Ambição Estratégica Corporativo	42
Tabela 3.5 Ambições Estratégicas Governo.....	43
Tabela 3.6 Tipo A: Processos de Competência da Auditoria.....	51
Tabela 3.7 Tomadas de Contas Especiais	52
Tabela 3.8 Modelo de Atuação da Auditoria Interna	54
Tabela 3.9 Segmentos Demandantes de Esforço da Audit em 2018	56
Tabela 3.10 Segmentos Demandantes de Esforço da Audit não Previstos no Plano Anual em 2018	56
Tabela 3.11 Atendimento CAIXA.....	57
Tabela 3.12 Atendimento Cartões CAIXA	58
Tabela 3.13 Atendimento CAIXA Seguradora.....	58
Tabela 3.14 Total de Reclamações por milhão de clientes	60
Tabela 3.15 Evolução dos registros de reclamações	60
Tabela 3.16 Atendimento em Tele Serviços	60
Tabela 5.1 Principais Resultados dos Objetivos Estratégicos.....	77
Tabela 5.2 Principais entregas do PETI	80
Tabela 5.3 Resultados Varejo Corporativo	87
Tabela 5.4 Participação no mercado de depósitos judiciais	89
Tabela 5.5 Contratos de Repasse e Termos de Compromisso – PAC	94

Tabela 5.6 Resultados Loterias CAIXA em 2018	96
Tabela 5.7 Resultados Negócios com Cartão de Débito	98
Tabela 5.8 Resultados Negócios com Cartão	99
Tabela 5.9 Base de Cartões de Crédito	100
Tabela 5.10 Faturamento Cartão Pré-Pago (R\$)	100
Tabela 5.11 Desempenho do MCMV em 2018	106
Tabela 6.1 Origem e Aplicação dos Recursos em 2018	113
Tabela 6.2 Total de Ativos Administrados (R\$ milhões)	114
Tabela 6.3 Qualidade da Carteira de Crédito (R\$ milhões)	115
Tabela 6.4 Resultado (R\$ milhões)	116
Tabela 6.5 Despesas (R\$ milhões)	118
Tabela 6.6 Valores FSA CAIXA comprometidos por Plano de Aplicação e Temas (R\$)	121
Tabela 6.7 Valores FSA CAIXA Comprometidos e Desembolsados ACF assinados e com desembolsos em 2018 (R\$)	122
Tabela 6.8 Identificação	123
Tabela 6.9 Movimentação financeira dos exercícios 2017 e 2018 (R\$)	125
Tabela 6.10 Distribuição Cargo / Gênero	133
Tabela 6.11 Relação dos números pertinentes às licitações, pregões eletrônicos e contratos de 2018	140
Tabela 6.12 Valor total contratado, especificando a modalidade de licitação (valor licitado em R\$)	140
Tabela 6.13 Relação dos números de contratações diretas: dispensa por valor e as demais (inexigibilidade, emergencial, remanescente, etc)	140
Tabela 6.14 Valor total contratado, especificando a modalidade de contratação direta (valor por dispensa de licitação em R\$)	140
Tabela 6.15 Descrição dos valores das principais rubricas contratadas (R\$)	141
Tabela 6.16 Principais contratações diretas (R\$)	141
Tabela 6.17 Principais contratações por licitação (R\$)	142
Tabela 6.18 Órgãos Colegiados responsáveis por Contratações Diretas	143
Tabela 6.19 Investimentos em Infraestrutura	146
Tabela 6.20 Orçamento TI realizado 2018 (em R\$)	154
Tabela 6.21 Quantidade de projetos firmados por modalidade em 2018	158
Tabela 6.22 Projetos apoiados pelo Fundo Socioambiental e Concluídos em 2018	159
Tabela 6.23 Quantidade total de equipamentos eletroeletrônicos doados	160
Tabela 6.24 Renda obtida pela venda dos resíduos	161
Tabela 6.25 Rating Socioambiental	164

Tabela 9.1 Colaboradores CAIXA	317
Tabela 9.2 Empregados CAIXA por Unidade	318
Tabela 9.3 Empregados CAIXA por Região	318
Tabela 9.4 Empregados CAIXA por Geração e Gênero	318
Tabela 9.5 Afastamentos em 2017 por Região e Gênero	319
Tabela 9.6 Afastamentos em 2018 por Região e Gênero	319
Tabela 9.7 Quantidade de Processos Seletivos Internos Realizados em 2018	320
Tabela 9.8 Total de Horas de Capacitação em 2018.....	321
Tabela 9.9 Fique Bem – O Tesouro Sou Eu	322

Lista de Figuras

Figura 1.1 Composição da Carteira de Crédito Ampla (em %)	21
Figura 1.2 Participação de Mercado (em %)	21
Figura 1.3 Lucro Líquido e Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Valor em R\$ milhões e indicador em %)	21
Figura 1.4 Retorno sobre Ativo Médio (Valor em R\$ bilhões e indicador em %)	21
Figura 1.5 Resultado Operacional (Valor em R\$ milhões e evolução em %)	21
Figura 1.6 Margem Financeira (Valor em R\$ bilhões e variação em %)	21
Figura 2.2 Número de Agências e Postos de Atendimento por Região	34
Figura 2.3 Nossa Modelo de Negócio: Como Criamos Valor	35
Figura 3.1 Macro Objetivos do PETI	38
Figura 3.2 Segmentação Varejo Pessoas Física e Jurídica MPE	39
Figura 3.3 Segmentação Pessoa Jurídica Privada	40
Figura 3.4 Organização dos Colegiados da CAIXA	48
Figura 3.5 Organograma AUDIT	55
Figura 4.1 Linhas de Defesa	64
Figura 4.2 Programa de Integridade CAIXA	69
Figura 4.3 Pilares da Cultura de Risco CAIXA	70
Figura 5.1 Resultados Estratégia Contas Integradas	85
Figura 5.2 Placar da Portabilidade CS Acumulado	86
Figura 5.3 Números do Trabalho Social nas Operações de Repasses	91
Figura 5.4 Esteira de Crédito 2018	91
Figura 5.5 Resultados Negócios de Cartões	97
Figura 5.6 Faturamento e o Market Share - Linhas de negócio de Meios de Pagamento Eletrônicos	97
Figura 5.7 Cumprimento da Estratégia para Fundos	104
Figura 6.1 Composição da Carteira de Crédito Amplo	115
Figura 6.2 Qualidade da Carteira de Crédito	116
Figura 6.3 Cobertura da PDD sobre inadimplência acima da 90 dias (em %)	116
Figura 6.4 Despesas Totais (Composição em %)	117

Figura 6.5 Despesas de Intermediação Financeira (Composição em %)	117
Figura 6.6 Despesas Administrativas (Composição em %)	117
Figura 6.7 Investimentos em Pessoal	119
Figura 6.8 Estrutura do Jurídico da CAIXA	130
Figura 6.9 Diversidade na CAIXA.....	132
Figura 6.10 Diversidade de Gênero na CAIXA.....	132
Figura 6.11 Alocação de Empregados por Unidades	134
Figura 6.12 Principais Resultados da Universidade CAIXA	135
Figura 6.13 Resultados da Campanha Fique Bem	137
Figura 6.14 Portfolios Ancorados aos tipos de capacidades de TI (Projetos do Portfolio Corporativo)	150
Figura 6.15 Foto da aérea da planta fotovoltaica	161
Figura 6.16 Programa Ocupação seleção 2017 - pauta 2018/2019.....	163

Sumário

LISTA DE ANEXOS	2
LISTA DE TABELAS	3
LISTA DE FIGURAS	6
SUMÁRIO	8
1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE.....	15
MENSAGEM DO PRESIDENTE	15
<i>Governança</i>	16
<i>Estratégia</i>	17
<i>Principais Resultados de 2018</i>	20
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	23
MISSÃO E VISÃO.....	23
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	24
PERFIL DOS DIRIGENTES.....	25
PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO.....	28
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	29
AMBIENTE EXTERNO	31
MODELO DE NEGÓCIO	34
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	37
ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIOS E PLANOS DE IMPLEMENTAÇÃO	39
<i>Segmento Pessoa Jurídica Privada</i>	40
<i>Varejo e Corporativo</i>	41
<i>Governo</i>	43
<i>Lotérias</i>	43
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS	44
<i>Varejo</i>	44
<i>Cartões</i>	44

<i>Investimento</i>	44
<i>Habitação</i>	45
MODELO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	46
<i>Estrutura de Governança Corporativa</i>	46
<i>Avaliação sobre como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégico</i>	49
<i>Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa</i>	50
<i>Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada</i>	50
<i>Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos</i>	51
<i>Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário</i>	52
<i>Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico</i>	52
<i>Modelo de governança da entidade em relação às empresas do conglomerado</i>	53
AUDITÓRIA INTERNA	53
<i>Principais ações realizadas em 2018</i>	56
CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO	57
<i>Fale Conosco CAIXA</i>	58
<i>Atendimento Denúncias – Site CAIXA</i>	58
<i>Fale com o Presidente</i>	58
RELATÓRIO INSTITUCIONAL DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA	59
<i>Serviço ao Cidadão</i>	59
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	61
MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA	62
MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	62
4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES EXTERNOS.....	64
LINHAS DE DEFESA.....	64
CONTROLE INTERNO	65
<i>Ambiente de Controle</i>	65
<i>Avaliação dos Riscos</i>	65
<i>Atividades de Controle</i>	66
<i>Informação e Comunicação</i>	66
SEGURANÇA DOS SISTEMAS	67
PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES – CONTABILIDADE	67
<i>Atividades de Monitoramento</i>	67
COMPLIANCE.....	68

<i>Normas Externas</i>	68
<i>Normas Internas</i>	68
PROGRAMA DE INTEGRIDADE.....	69
PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO	70
CULTURA DE RISCO	70
POLÍTICAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	71
<i>Apetite a Riscos</i>	71
<i>Riscos Relevantes</i>	71
<i>Gestão da Segurança da Informação, do Risco Cibernético e de Tecnologia da Informação</i>	74
<i>Ações Trabalhistas e Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais</i>	74
5. RESULTADOS DA GESTÃO.....	77
PRINCIPAIS RESULTADOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	77
PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL.....	79
PRINCIPAIS ENTREGAS DO PETI	80
VAREJO (PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA)	82
<i>Segmento Exclusivo</i>	82
<i>Segmento Expandir Negócios PJ</i>	83
<i>Corporativo</i>	87
GOVERNO.....	87
<i>Infraestrutura e Saneamento</i>	87
<i>Entes Públicos</i>	89
<i>Trabalho Social</i>	90
<i>Esteira de Crédito</i>	91
<i>Cotas do PIS</i>	92
<i>Implementações do NOVO FIES</i>	92
<i>Bolsa Família</i>	92
<i>Seguro Desemprego</i>	93
<i>Transferências de Recursos Públicos</i>	93
LOTERIAS	95
CARTÕES	97
<i>Faturamento e Market Share</i>	97
<i>Cartão de Débito</i>	98
<i>Cartão de Crédito</i>	99

<i>Cartão – Pré-Pago</i>	100
APP Cartões CAIXA	101
<i>Carteira Digital</i>	101
INVESTIMENTO	102
<i>Principais resultados</i>	104
HABITAÇÃO	105
CRÉDITO	107
PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2019	109
<i>Infraestrutura</i>	110
<i>Cartões</i>	111
<i>Investimento</i>	111
<i>Habitação</i>	111
6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	113
ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	113
<i>Qualidade da Carteira de Crédito</i>	115
<i>Resultado</i>	116
<i>Gestão de Despesas</i>	117
INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO SOCIOAMBIENTAL	120
<i>Criação</i>	120
<i>Objetivo</i>	120
<i>Origem dos Recursos</i>	120
<i>Estrutura do FSA CAIXA</i>	120
<i>Plano de Aplicação</i>	121
<i>Valores Comprometidos e Desembolsados por Temas</i>	121
INFORMAÇÕES SOBRE DEPÓSITOS JUDICIAIS	123
AGENTE OPERADOR DO FGTS	125
FUNDOS DE GOVERNO	126
INDENIZAÇÕES A CLIENTES NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL	130
GESTÃO DE PESSOAS	131
<i>Distribuição Força de Trabalho</i>	131
<i>Diversidade</i>	132
<i>Estratégia de alocação de pessoas</i>	133
<i>Capacitação</i>	134

<i>Gestão do Desempenho de Pessoas</i>	136
<i>Saúde, segurança e bem-estar</i>	137
<i>Principais desafios e ações futuras</i>	137
<i>Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados.....</i>	138
<i>Política de Participação de Empregados e Administradores nos Resultados</i>	139
GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	139
<i>Conformidade Legal.....</i>	139
<i>Detalhamento dos gastos das contratações</i>	140
<i>Contratações mais relevantes</i>	142
<i>Contratações diretas.....</i>	143
<i>Boas práticas nas Contratações.....</i>	144
<i>Principais Desafios.....</i>	145
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA.....	146
<i>Conformidade legal</i>	146
<i>Investimento em Infraestruturas</i>	146
<i>Desfazimento de Ativos</i>	147
<i>Locação de Imóveis.....</i>	147
<i>Principais desafios e ações futuras</i>	147
INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	148
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	149
<i>Governança de atendimento de TI</i>	149
<i>Pessoas</i>	151
<i>Carreira de TI</i>	151
<i>Infraestrutura de TI.....</i>	151
<i>Síntese das Principais Contratações de TI.....</i>	152
<i>Gestão de Orçamento de TI.....</i>	154
<i>Segurança da Informação – Cybersecurity</i>	155
<i>Modernização de métodos e processos.....</i>	156
<i>Principais Entregas</i>	157
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	158
<i>Fundo Socioambiental CAIXA.....</i>	158
<i>Gestão de Resíduo Eletroeletrônico.....</i>	160
<i>Energia.....</i>	161
<i>Patrocínio Esportivo e Cultural</i>	162

<i>Saneamento e Infraestrutura</i>	163
<i>Risco Socioambiental</i>	164
7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	167
BALANÇO PATRIMONIAL	167
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	171
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	172
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	176
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	177
NOTAS EXPLICATIVAS	178
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	292
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	297
PARECER DO CONSELHO FISCAL	307
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	308
8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	310
TEMAS MATERIAIS	310
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	311
<i>Demandas dos Órgãos de Controle</i>	311
<i>Tratamento de determinações e recomendações</i>	311
<i>Acórdão nº 2045/2017</i>	312
<i>Outras Informações</i>	314
9. ANEXOS	317
ANEXO 9.1 GESTÃO DE PESSOAS	317
ANEXO 9.2 AFASTAMENTOS (ABSENTEÍSMO)	319
ANEXO 9.3 PROCESSOS SELETIVOS INTERNOS	320
ANEXO 9.4 HORAS DE CAPACITAÇÃO	321
ANEXO 9.5 CAMPANHA FIQUE BEM	322
ANEXO 9.6 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	323

A large, semi-transparent background image shows the upper bodies of two men in dark suits and ties. The man on the left is looking slightly to his right with a faint smile. The man on the right is also in profile, facing right. The background has a teal-to-black gradient.

Mensagem do Dirigente Máximo da Unidade

Capítulo 1

1. Mensagem do Dirigente Máximo da Unidade

Mensagem do Presidente

É com muita satisfação que nos dirigimos à sociedade brasileira e aos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, Governo, controlador, reguladores e investidores. Apresentamos, aqui, a atuação e os resultados da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no ano de 2018, bem como os primeiros passos já iniciados por essa nova gestão desde a nossa posse, ocorrida em 3 de janeiro último, nove dias antes de a Empresa completar 158 anos de existência.

Assumimos a presidência da CAIXA com muito orgulho, responsabilidade e motivação. Aceitamos a missão dada pelo Presidente da República e pelo Ministro da Economia de conduzir a CAIXA com diligência e foco na atuação sustentável de seus negócios. Daremos continuidade a melhoria da eficiência operacional e ao incremento na rentabilidade das operações, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A CAIXA tem números impressionantes e um quadro de colaboradores comprometidos com a sua missão. Somos atualmente o maior Banco brasileiro em número de clientes (93 milhões), responsáveis por 37% da poupança nacional e 69% do crédito habitacional.

Possuímos uma capilaridade sem igual, com 4.170 agências e postos de atendimento, 8.500 correspondentes bancários exclusivos, 13.031 unidades lotéricas, além de 29.227 máquinas exclusivas de autoatendimento. A grande maioria dos pontos de atendimento da CAIXA funciona em horários alternativos e está presente em todos os municípios do País, incluindo as localidades mais humildes e distantes das capitais. Isso faz com que a CAIXA cumpra com excelência o papel social de atuar como principal agente de políticas públicas do Governo Federal.

Outros destaques relevantes foram o aumento na capitalização do Banco, com o Índice de Basileia crescendo de 17,7% em 2017 para 19,6% em 2018, e o avanço nas transações em Mobile Banking de 1,2 bilhão em 2017 para 1,8 bilhão em 2018, demonstrando o foco na melhoria tecnológica.

Medidas adotadas no Balanço de 2018 refletem a determinação para tornar a CAIXA ainda mais transparente e alinhada às boas práticas de mercado. Estudos desenvolvidos apresentaram propostas de ajustes para dar mais credibilidade e transparência à Empresa e aos seus resultados.



O lucro líquido recorrente da CAIXA atingiu R\$ 12,7 bilhões em 2018, representando um crescimento de 40,4% sobre o resultado do ano anterior. Contabilmente, o lucro líquido desse ano foi de R\$ 10,4 bilhões, um recuo de 17,1% em relação ao ano de 2017. Esses resultados estão detalhados ao longo deste relatório e nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras de 2018.

Diversas medidas relevantes para a realização do nosso compromisso de gestão da CAIXA em 2019 já foram executadas. Agiremos proativamente para fortalecer e melhorar a governança; monetizar ativos não estratégicos, para pagamento de dívidas da CAIXA com o Tesouro Nacional; ampliar a meritocracia e a transparência para escolha de cargos e funções; reforçar a atuação nos segmentos de baixa renda e infraestrutura; intensificar a concessão de microcrédito; regionalizar a atuação do Banco com entendimento das necessidades locais, com o programa CAIXA Mais Brasil; ratificar a missão social do Banco junto a sociedade brasileira; melhorar a qualidade do crédito; reduzir despesas; aumentar a eficiência e atuar no mercado de capitais.

Todas nossas ações terão sempre a premissa de manter a CAIXA rentável e autossustentável criando valor para a sociedade.

Governança

Medidas importantes iniciadas em 2018 tiveram prosseguimento e foram reforçadas pela atual gestão, além da inclusão de novas medidas, visando maior transparência e mais acesso a informações do Banco.

Processo de renovação de executivos

Em busca do fortalecimento da meritocracia, promovemos o processo de renovação do time de executivos da CAIXA, utilizando critérios claros e objetivos para valorizar a trajetória profissional dos colaboradores e os resultados históricos por eles alcançados. Além disso, este processo contou com criteriosa análise de perfis dos executivos por várias instâncias da CAIXA.

Neste contexto, consolidamos, em janeiro de 2019, o processo seletivo para a composição do Conselho Diretor da CAIXA e de seus altos executivos, para melhor alinhamento às diretrizes estratégicas do Banco. A escolha dos Vice-Presidentes (VP) contou também com o apoio da consultoria global de recrutamento e seleção Russel Reynolds.

Para as posições de Diretores Executivos e Diretor Jurídico da CAIXA, assim como de Diretores das subsidiárias, foi dada a oportunidade de participação no processo a todos os executivos elegíveis do quadro, sendo alguns validados no cargo e outros nomeados para as posições disponíveis.

Além disso, houve a avaliação de todos os 84 Superintendentes Regionais na Rede Negocial, observando seus resultados históricos, perfil profissional e competências requeridas para a posição, o que gerou renovações e remanejamentos nessas posições. Eventuais alterações estão em avaliação pelos Vice-Presidentes e Diretores Executivos no que tange às funções estratégicas de Superintendente Nacional, Gerente Nacional, Gerente Regional e Gerente Geral.

Reforço das boas práticas

A CAIXA segue aprimorando suas práticas de governança corporativa, buscando tornar-se referência na adoção de boas estratégias de gestão, alinhadas aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade sócio empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade.

Para fazer frente ao novo contexto e aos seus objetivos estratégicos, a CAIXA está revisando o seu modelo de governança, notadamente os fóruns e instâncias decisórias, bem como suas políticas e regimes de alçadas.

Início da implantação do padrão SOX na contadaria da CAIXA

Buscando a aproximação da governança corporativa e da transparência da CAIXA àquelas instituições listadas no mercado norte americano, diretamente ou por meio de ADR2

ou ADR3 (American Depository Receipts), a Empresa iniciou a implantação de controles internos sobre os processos e demonstrações financeiras em conformidade com a Lei Sarbanes Oxley (SOX).

Tal transformação passa por avaliação criteriosa das práticas, políticas, processos e ferramentas contábeis e tributárias, de gerenciamento dos recursos humanos e outras práticas adotadas pela CAIXA e pelos Fundos e Programas Sociais, frente as normas e regulamentos da SOX e as melhores práticas de mercado.

Compromisso da CAIXA com igualdade de tratamento, transparência e acesso à informação

Buscando aderência às melhores práticas de mercado, a CAIXA adotará procedimentos adicionais para aprimorar a transparência das informações financeiras trimestrais disponibilizadas ao mercado e à sociedade, respeitando tratamento isonômico e equitativo, assim como permitindo fácil acesso às informações por meio do website do Banco.

As divulgações de resultado trimestral da CAIXA serão realizadas por meio de relatório analítico e apresentação dos destaques (em português e inglês). Na sequência da disponibilização dessas informações, a diretoria realizará teleconferências com investidores, colaboradores, imprensa, partes interessadas e público em

geral, proporcionando a todos a oportunidade de melhor entendimento dos resultados da CAIXA, assim como a oportunidade de ouvir esclarecimentos diretamente de seus executivos.

Estratégia

Iniciamos também ações importantes em 2019 a fim de levar a CAIXA a um patamar superior de estrutura e agilidade, com o reconhecimento dos colaboradores de melhor desempenho e a mobilização em busca de novas conquistas.

Programa CAIXA Mais Brasil

Pioneiro e audacioso, o CAIXA Mais Brasil consiste em um programa estruturado para conhecer as distintas realidades brasileiras, consolidado em visitas locais durante 40 finais de semana em 2019, passando por todos os estados brasileiros. Desde janeiro deste ano, o CAIXA Mais Brasil já esteve em 16 cidades de oito estados: Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Piauí, Paraná e Pernambuco.

O programa é uma proposta de aproximação entre as mais diversas regiões do País, por meio de um ente que está presente historicamente em todas elas: a CAIXA. O encontro com lideranças regionais, colaboradores do Banco, empresários, autoridades e, principalmente, comunidades que procuram condições de

permanência e dignidade, proporciona um recorte e um mapeamento do Brasil em suas múltiplas realidades.

Atualização do plano estratégico

Iniciada a revisão do plano estratégico integrado da CAIXA, que contempla maior foco em atividades fins, redução de participação em atividades não estratégicas (desinvestimento) e revisão do orçamento 2019 (plano de capital, financeiro e orçamentário). Tais ações objetivam, também, alinhar metas e resultados esperados para as suas subsidiárias.

Foco no mercado de capitais e assessoria estratégica

Foi reforçada a estrutura e atuação da equipe de Banco de investimento da CAIXA, com a realocação interna de talentos multidisciplinares, visando expandir a pré-existente operação de mercado de capitais de renda fixa do Banco e criar um portfólio completo de produtos de Banco de investimento.

Essa nova estrutura liderará as potenciais operações estratégicas e de mercado de capitais da CAIXA e de suas subsidiárias, com eficiência e transparência. Também assessorará o Governo, sempre que necessário, com celeridade e qualidade em suas possíveis transações, e rentabilizará a carteira corporativa da CAIXA prestando serviços para seus clientes.

As análises estão em desenvolvimento com potenciais transações que geram valor para a CAIXA, seus colaboradores, controlador e clientes. Estão em análise cerca de 40 operações entre Equity Capital Markets (ECM), Fusões e Aquisições (M&A), Debt Capital Markets (DCM) e Securitização de Ativos, que podem superar R\$ 100 bilhões.

A oferta pública secundária de ações (follow on) do IRB Brasil Resseguros S.A. (IRB) de R\$2,51 bilhões, realizada em fevereiro de 2019, foi o primeiro grande marco alcançado neste fortalecimento da atividade de Banco de investimento da CAIXA.

Esse foi o maior follow on 100% secundário da história brasileira, executado conforme a Instrução CVM 476, e foi a primeira oferta de ações em que a CAIXA atuou como coordenadora líder. Este processo foi executado de modo célere em menos de 1 mês.

Assim, de maneira eficiente, transparente e com a assessoria da CAIXA, o Fundo Garantidor da Educação (FGEDUC), que detinha as ações do IRB, realizou um ganho superior a oito vezes o investimento inicial e adequou seu portfólio às necessidades de liquidez do fundo.

Gestão de Ativos e Passivos

Foi proposta a revisão de atuação e escopo do Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que até então estavam divididos entre atribuições de

Gestão de Ativos e Passivos (ALM) e de gestão de negócios.

A partir de ajustes na sua configuração, retirando a parte negocial, o ALCO ficará responsável, exclusivamente, pela criação de estratégias para gerenciamento do planejamento financeiro da CAIXA. Seus membros irão atuar para garantir que as melhores práticas de ALM sejam adotadas.

As decisões do ALCO estarão focadas em garantir a manutenção de níveis adequados de liquidez, capital e rentabilidade, levando em consideração: (i) as necessidades de curto e longo prazos; (ii) as fontes estáveis de financiamento; (iii) a otimização do custo de funding e de capital; e, (iv) as políticas de "preço de transferência" para os diversos negócios da CAIXA.

Como piloto de implantação do processo de proteção da carteira banking, foi feita a imunização de um conjunto de contratos do produto Crédito Consignado CAIXA, por meio da compra de futuros de DI. Na posição de 31/12/2018, a efetividade do programa de hedge accounting (fair value hedge) fechou o ano dentro dos limites estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002, que determina e consolida os critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, mostrando a eficiência no travamento do spread da carteira protegida.

Após o piloto, a CAIXA pretende expandir a estratégia de proteção da carteira já em 2019.

Gestão gerencial e estratégica de negócios

Com o objetivo de subsidiar as decisões e melhorar a gestão dos negócios, está em curso o desenvolvimento e a implantação de um novo sistema de informações gerenciais (MIS) para a CAIXA, que contemplará as informações nos âmbitos estratégico, tático e operacional. O novo MIS deverá garantir informações integradas, ágeis e detalhadas de estratégia, resultado, cliente, canal e produto.

Os principais benefícios incluem alinhamento dos conceitos técnicos, melhor gestão de riscos operacionais e de reputação, disponibilidade, assertividade, integridade, confidencialidade das informações, decisões mais efetivas e rápidas, melhor governança na gestão dos dados, melhor depuração na geração dos dados, clareza nos resultados esperados, criação de cultura de compartilhamento das informações e padrão de atuação.

Em 2018 foram revistos todos os modelos de precificação de produtos de crédito e serviços da CAIXA, com apoio da consultoria externa especializada Bain & Company, com o objetivo de alinhar a metodologia do Banco as melhores práticas do mercado nacional e internacional. Essa revisão contemplou toda a metodologia utilizada para a análise de rentabilidade dos

produtos e serviços, passando também pelos insumos utilizados nos modelos.

A utilização do indicador Retorno Ajustado ao Risco (RAROC) foi a principal mudança metodológica, passando a considerar o capital alocado na análise de rentabilidade das operações, alteração implantada em 2018, resultando, inclusive, na revisão da política de preços da CAIXA. A operacionalização das demais recomendações da consultoria está em curso.

Edifício Matriz I - DF



Principais Resultados de 2018

Tabela 1.1 Principais Resultados em 2018 (R\$ milhões)

Principais Números (R\$ milhões)	2017	2018	Δ% 12M
Lucro Líquido Contábil	12.488	10.355	-17,1
Lucro Líquido Recorrência	9.038	12.692	40,4
Ativos Totais	1.260.699	1.264.055	0,3
Carteira de Crédito Ampla	706.276	694.519	-1,7
Captações	1.016.155	1.003.849	-1,2
Depósitos	506.226	520.738	2,9
Poupança	276.693	298.353	7,8
ROA – Retorno sobre o Ativo ¹	0,7%	1,0%	0,3 p.p.
ROE – Retorno sobre PL ¹	13,6%	16,1%	2,4 p.p.
Índice de Eficiência Operacional ¹	48,6%	46,5%	-2,1 p.p.
Índice de Basiléia	17,7%	19,6%	1,9 p.p.
Empregabilidade (quantidade)	87.654	84.952	-2.702
Agência e postos de atendimento (quantidade)	4.198	4.170	-28,0
Transações Agências e Postos de Atendimentos (quantidade em milhões)	401	342	-14,6
Transações Mobile Banking (quantidade em milhões)	1.185	1.800	51,9
Pagamento de Benefícios Sociais (R\$)	28.692	29.827	4,0
Pagamento de Benefícios ao Trabalhador (R\$)	313.574	274.507	-12,5

¹ Conforme itens da tabela resultado recorrente.



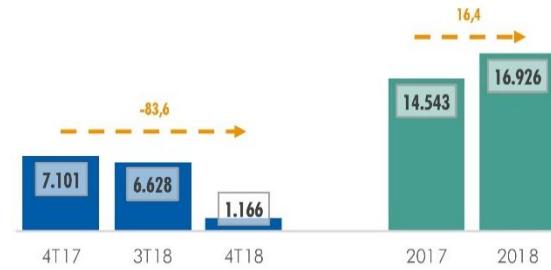
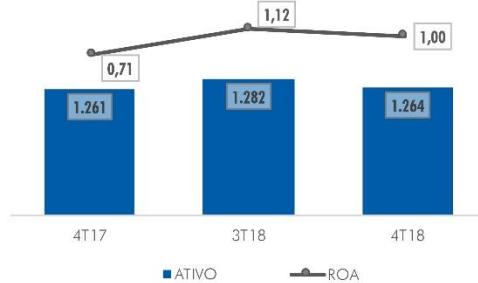
Figura 1.1 Composição da Carteira de Crédito Amplia (em %)



Figura 1.2 Participação de Mercado (em %)



Figura 1.3 Lucro Líquido e Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Valor em R\$ milhões e indicador em %)



Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Capítulo 2

2. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Fundada em 1861 com o propósito de estimular o hábito da poupança entre os brasileiros, a CAIXA é uma empresa vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro em Brasília (DF), presente na vida de praticamente todos os brasileiros.

Com mais de 4.170 mil agências e pontos de atendimentos e mais de 93 milhões de clientes, o Banco não se restringe à oferta de serviços bancários; é também responsável pela operação de diversos benefícios e programas sociais do Governo Federal – tais como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Seguro-desemprego, Bolsa Família e Programa Minha Casa Minha Vida. Oferece, ainda, crédito para empreendedores e organizações e é um dos maiores incentivadores da cultura, da arte e do esporte no Brasil.

Missão e visão

No segundo semestre de 2017, redefinimos nossa Missão e Visão de Futuro e revisitamos os valores que fazem parte da essência da CAIXA.

Missão

Promover o desenvolvimento sustentável do Brasil, gerando valor aos clientes e à sociedade como instituição financeira pública e agente de políticas de Estado.

Visão de Futuro

Ser referência em eficiência, confiança e satisfação do cliente, assegurando rentabilidade em todos os negócios.

Nossos Valores, definidos a partir dos conceitos descritos a seguir, suportam e reforçam os componentes da Visão:

Tabela 2.1 Conceitos que suportam e reforçam os componentes da Visão.

Conceito	Valor
Cliente	Trabalhamos pela satisfação dos nossos clientes
Propósito	Trabalhamos para elevar a riqueza e o bem-estar da sociedade brasileira
Compromisso	Sentimos orgulho e paixão pelo nosso trabalho
Ética	Agimos sempre pautados pela ética
Liderança	Acreditamos que a liderança se faz pelo exemplo
Inovação	Somos inovadores no que fazemos
Diversidade	Respeitamos todas as ideias, opções e diferenças
Desempenho	Somos responsáveis pelo desempenho eficiente e sustentável
Meritocracia	Promovemos a meritocracia e o desenvolvimento profissional
Colaboração	Juntos podemos

Estrutura Organizacional

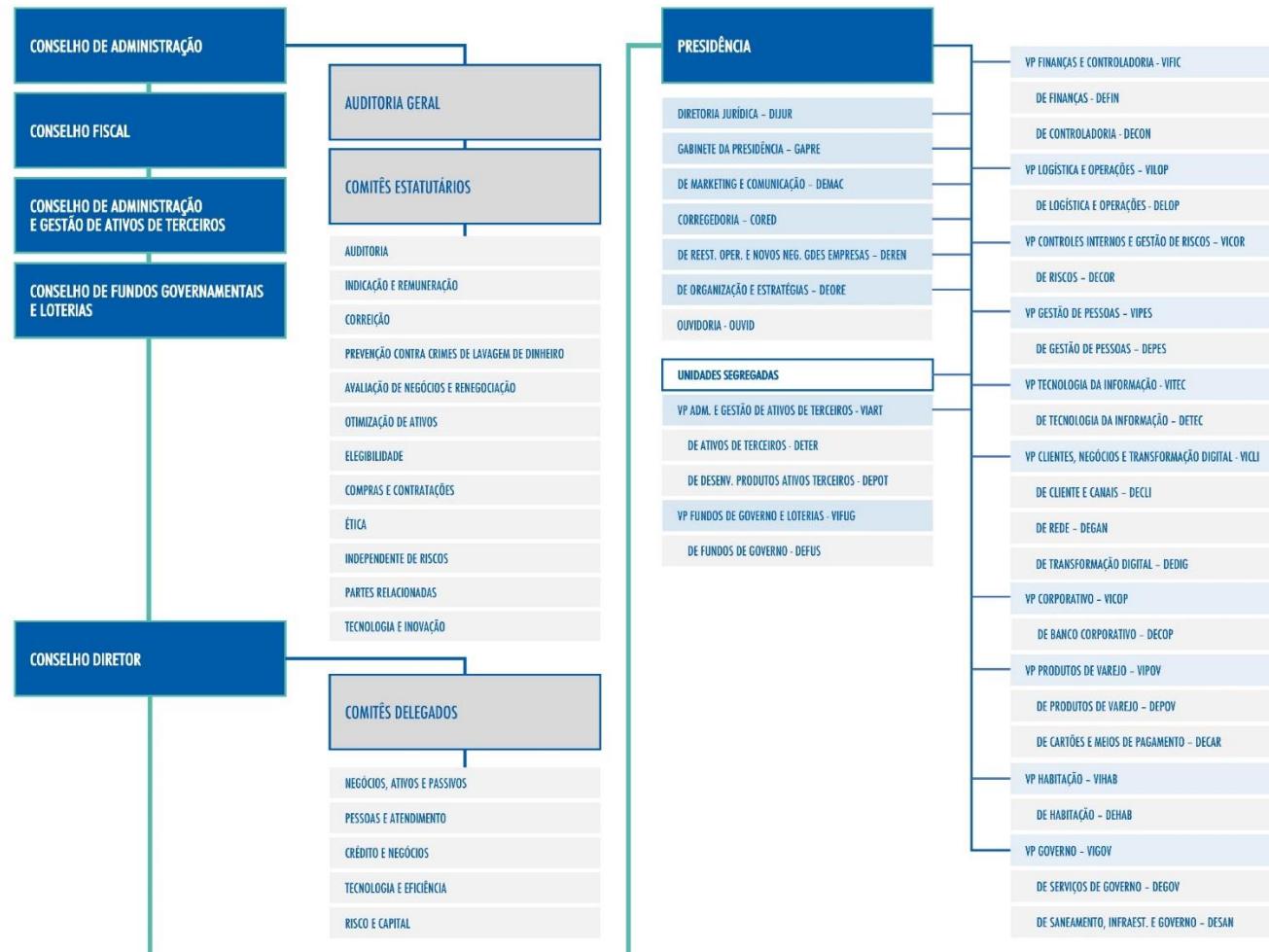


Tabela 2.2 Perfil dos Dirigentes da Organização (Posição 21/03/2019)

Perfil dos Dirigentes

	Pedro Duarte Guimarães	Presidente		Claudio Salituro	VITEC – Vice-Presidência de Tecnologia da Informação
	André Tosello Laloni	VIFIC – Vice-Presidência de Finanças e Controladoria		Valter Gonçalves Nunes	VICLI – Vice-Presidência de Clientes, Negócios e Transformação Digital
	Mozart de Oliveira Farias	VILOP – Vice-Presidência de Logística e Operações		João Eduardo de Assis Pacheco Dacache	VICOP – Vice-Presidência Corporativo
	Paulo <u>Henrique</u> <td>VICOR – Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos</td> <td></td> <td>Júlio Cesar Volpp Sierra</td> <td>VIPOV – Vice-Presidência de Produtos de Varejo</td>	VICOR – Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos		Júlio Cesar Volpp Sierra	VIPOV – Vice-Presidência de Produtos de Varejo
	Roney de Oliveira Granemann	VIPES – Vice-Presidência de Gestão de Pessoas		Jair Luis Mahl	VIHAB – Vice-Presidência de Habitação

	Tatiana Thome de Oliveira VIGOV – Vice-Presidência de Governo (Em Exercício)		Thais Ricarte Peters DEREN – Diretoria de Reestruturação de Operações e Novos Negócios Grandes Empresas
	Luciane Ribeiro VIART – Vice-Presidência de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros		Simone da Conceição Pereira Rosa DEORE – Diretoria de Organização e Estratégia
	Edilson Carrogi Ribeiro Vianna VIFUG – Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias (Em Exercício)		Emilio Angelo Carmignan DEFIN – Diretoria de Finanças
	Gryecos Attom Valente Loureiro DIJUR – Diretoria Jurídica		Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante DECON – Diretoria de Controladoria
	Simone da Conceição Pereira Rosa DEMAC – Diretoria de Marketing e Comunicação (Em exercício)		Tarcisio Luiz Dalvi DELOP – Diretoria de Logística e Operações



Demerval Bicalho
Carvalho

DECOR – Diretoria de Riscos (Em Exercício)



Adriano Assis
Matias

DEDIG – Diretoria de Transformação Digital



Roney de Oliveira
Granemann

DEPES – Diretoria de Gestão de Pessoas (Em
Exercício)



Thaís Ricarte Peters

DECOP – Diretoria Banco Corporativo (Em
Exercício)



Naran Peçanha
de Araújo

DETEC – Diretoria de Tecnologia da Informação



Julio Cesar Volpp
Sierra

DEPOV – Diretoria de Produtos de Varejo (Em
Exercício)



Valter Gonçalves
Nunes

DECLI – Diretoria de Clientes e Canais (Em
Exercício)



Julio Cesar Volpp
Sierra

DECAR – Diretoria de Cartões e Meios de
Pagamento Eletrônicos (Em Exercício)



Valter Gonçalves
Nunes

DEGAN – Diretoria Rede (Em Exercício)



Paulo Antunes de
Siqueira

DEHAB – Diretoria de Habitação



Tatiana Thome de Oliveira

DEGOV – Diretoria de Serviços de Governo (Em Exercício)



Alenir de Oliveira Romanello

DEPOT – Diretoria Desenvolvimento de Produtos de Ativos de Terceiros (Em Exercício)



Tatiana Thome de Oliveira

DESAN – Diretoria de Saneamento, Infraestrutura e Negócios com o Governo (Em Exercício)



Edilson Carrogi Ribeiro Vianna

DEFUS – Diretoria Fundos de Governo (Em Exercício)



Fabiano Penna Zimmermann

DETER- Diretoria de Ativos de Terceiros

Principais eventos societários ocorridos no exercício

Não foram realizados eventos societários relativos a fusões, incorporações e cisões de participações estratégicas vinculadas à IF CAIXA no exercício 2018.

Informamos também que não houve eventos societários relativos a fusões, incorporações e cisões nas participações da CAIXA Seguridade no exercício de 2018.

Registramos a alteração da denominação social do Banco PAN Seguros S.A. para Too Seguros S.A., aprovada na Assembleia Geral Extraordinária daquela Companhia realizada em 27/11/2018, e o registro da Ata de Transformação da sociedade limitada “Youse Seg Participações Ltda.” em “YOUSE Seguradora S.A.” na JUCESP.

Composição Acionária

Somos uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759/1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Nossa atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação nos Estados Unidos e Japão.

O capital social pertence integralmente à União.

A fim de cumprir o objeto social e fazer frente a tantos desafios, a CAIXA atua em Conglomerado, por meio de participações societárias diretas ou via subsidiárias integrais, a exemplo da CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR e da CAIXA Seguridade S.A.

A composição do Conglomerado CAIXA foi pautada na premissa de constituição e/ou aquisição de negócios que contribuam para a ampliação de nossa capacidade negocial e operacional, otimizando o desempenho a partir da captura de ganhos originados da integração com essas participações.

Como desdobramento do Planejamento Estratégico, a Política do Conglomerado CAIXA estabelece orientações para fortalecer a governança no âmbito de abrangência, definindo princípios e diretrizes para a realização, monitoramento e avaliação dos investimentos.

A CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade têm o objetivo de gerir as participações societárias, observando a legislação aplicável e as diretrizes da controladora. Segue o percentual de cada participação.

Tabela 2.3 Participação Acionária da CAIXA Seguridade

Tem por objetivo a participação direta ou indireta, como acionista, sócia ou quotista, do capital de outras sociedades atreladas aos negócios de seguros, previdência, capitalização, e consórcios, no Brasil ou no exterior, bem como gerir a comercialização de produtos e serviços dessas participadas.

Participada	Objetivo	Capital Social %
CAIXA Seguros	Oferecer produtos de seguros e similares (capitalização, consórcio e previdência).	48,21%
PAN Seguradora	Seguros, capitalização, previdência e saúde.	48,99%
PAN Corretora	Corretora de seguros.	49,00%

Tabela 2.4 Composição Acionária CAIXAPAR

É o braço estratégico da CAIXA nos negócios relativos a participações societárias de longo prazo, atuando em setores específicos da economia, ligados a atividades complementares e similares aos negócios de sua Controladora.

Participada	Objetivo	Capital Social %
Banco PAN	Reforçar o posicionamento da CAIXA, ampliar o portfólio de produtos e incremento na capilaridade de distribuição.	32,83%
BRANES	Ampliar a atuação da CAIXA no mercado de serviços de processamento de crédito e outros serviços complementares ao setor financeiro e centro de suporte a clientes.	37,25%
CAIXA Imóveis	Desenvolver soluções para atuação da CAIXA no mercado de crédito imobiliário, visando a originação e processamento de crédito, em especial via web.	49,98%
CAPGEMINI	Ampliar a capacidade de desenvolvimento de soluções corporativas em tecnologia da informação para uso próprio.	19,11%
CIBRASEC	Cooperar e promover o desenvolvimento do mercado secundário de recebíveis imobiliários no Brasil	9,65%
CAIXA Crescer	Ampliar a atuação na concessão de crédito para empreendedores de pequeno porte.	52,36%
Elo Serviços	Ampliar os negócios com cartão de crédito e débito em empresa de capital 100% nacional.	36,89%
TecBan	Ampliar a capacidade de atendimento de prestação de serviços por meio de CAIXAs automáticos e outros serviços bancários automatizados.	11,61%
QUOD	Fornecer serviços sobre informações de cadastro positivo (adimplência) e cadastro negativo (inadimplência) de pessoas físicas e jurídicas para instituições financeiras.	20,00%

Ambiente Externo

Em 2018, a economia global apresentou crescimento próximo ao observado no ano anterior, entretanto o contexto foi de aumento das preocupações sobre um possível desaquecimento nas principais economias do mundo. Entre as maiores incertezas que movimentaram os mercados, destacaram-se o processo de elevação das taxas de juros nos EUA e as tensões comerciais, principalmente, entre EUA e China.

Com relação à política monetária nos EUA, o ano foi de continuidade da normalização da taxa básica de juros, entretanto os membros do comitê de política monetária passaram a sinalizar, no final de 2018, que as taxas de juros já se encontravam próximas do nível neutro, indicando que o ciclo de elevação dos juros nos EUA tende a se encerrar mais cedo do que se previa anteriormente. Na última reunião do ano de política monetária, a taxa básica de juros foi elevada pela quarta vez em 2018, alcançando a banda entre 2,25% e 2,5% ao ano.

No que tange às relações comerciais entre EUA e China, a imposição de tarifas de importação entre os dois países elevou as preocupações com seus impactos sobre o crescimento mundial. Ressalta-se que os EUA anunciaram em dezembro uma trégua de 90 dias na imposição de novas tarifas sobre os produtos chineses. Entretanto, essa trégua não foi suficiente para

dirimir as incertezas do mercado, tendo em vista que permaneceram as dúvidas sobre os próximos passos na relação comercial entre os dois países.

Na Europa, as principais incertezas estiveram relacionadas às negociações sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, o que também gerou volatilidade nos mercados ao longo de 2018, além de piora nos indicadores econômicos, com adiamento de decisões de investimentos naquele país.

Nas contas externas brasileiras, o resultado da balança comercial contribuiu para o desempenho das transações correntes. O Investimento Direto no País (IDP) apresentou aceleração em percentual do PIB nos últimos meses de 2018, sendo mais do que suficiente para financiar o déficit em transações correntes do país, que se situou em um nível historicamente reduzido no ano. Além disso, o volume elevado das reservas internacionais do Brasil permitiu ao país minimizar parte do impacto do aumento das incertezas no cenário internacional.

Para a economia brasileira, o ano de 2018 foi de recuperação gradual. Essa recuperação, no entanto, tem sido modesta, conforme evidenciam alguns indicadores do ano.

Para os próximos anos, a expectativa de retomada do crescimento, ainda que gradual, representa uma oportunidade para o setor bancário devido aos efeitos positivos sobre a demanda por crédito.

O nível de emprego doméstico também respondeu ao desempenho da atividade econômica. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicou que a taxa de desemprego no Brasil está em trajetória de recuo gradual. Esse é um indicador sensível para os Bancos tendo em vista o potencial impacto na adimplência das operações de crédito. Por isso, a expectativa de recuperação do mercado de trabalho para os próximos anos representa uma oportunidade não só por influenciar a redução da inadimplência, mas também por ter efeitos positivos sobre a demanda por crédito.

Outro fator relevante em 2018 foi a trajetória favorável dos índices de preços, a despeito da ocorrência de choques, como a greve dos caminhoneiros em maio e a depreciação cambial verificada no ano. A elevada ociosidade da economia e as expectativas de inflação em patamares confortáveis contribuíram para controlar a alta dos preços.

O principal indicador brasileiro de inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplio (IPCA), encerrou o ano com uma alta acumulada de 3,75%, abaixo do centro da meta (4,5%) definida pelo Conselho Monetário Nacional (CNM). Nesse ambiente de inflação e expectativas em patamares confortáveis e de elevada ociosidade da economia, foi possível reduzir a taxa Selic para 6,5% ao ano, o nível mais baixo da série histórica.

A queda na taxa Selic, por sua vez, constituiu uma oportunidade para a redução do custo das captações dos Bancos, que, em sua maioria, são pós fixadas. Da mesma forma, menores patamares da taxa Selic são uma oportunidade, mesmo que indiretamente, de redução das taxas de inadimplência, pois taxas menores de juros permitem um aumento na capacidade de pagamento dos clientes. No âmbito fiscal, a retomada gradual da economia brasileira contribuiu para a recuperação da arrecadação federal. Entretanto, devido ao déficit primário ainda elevado, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu 77,22% do PIB em novembro de 2018, ante 74,07% no mesmo período do ano anterior.

Ressalta-se que esse crescimento teria sido maior, não fossem as amortizações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) junto ao Tesouro Nacional, no total de R\$ 130 bilhões em 2018.

Em linha com a melhora gradual do cenário econômico, foram observados sinais de **retomada no mercado de crédito, que apresentou crescimento anual de 5,0%**. O crédito livre para pessoas físicas (PF), que já vinha apresentando reação desde 2017, acelerou no último ano e registrou expansão de 10,9%. O crédito livre para pessoas jurídicas (PJ) também demonstrou reação em 2018, apoiado, principalmente, em linhas de antecipação de recebíveis e de comércio exterior. Estes últimos também foram influenciados pelo movimento do câmbio em 2018. No entanto, as linhas de capital de giro apresentaram reação somente nos últimos meses de 2018. Já o saldo do crédito direcionado apresentou contração ao longo de 2018, influenciado, principalmente, pelo recuo das concessões com recursos do BNDES.

O segmento imobiliário, por sua vez, deu sinais de recuperação e, após atingir crescimento anual de 1,1% em agosto, acelerou sua expansão para 2,2% ao final de 2018.

Apesar da melhora no cenário econômico e da retomada do mercado de crédito em 2018, a estratégia adotada pela Empresa para adequação do portfólio à implementação das regras de Basileia III, resultou em redução da carteira de crédito ampla da CAIXA.

Como consequência dessa estratégia, houve mudanças na composição do portfólio de crédito com redução da exposição nas carteiras comerciais e migração para carteiras de menor risco, como habitação e infraestrutura, em linha com o objetivo estratégico de assegurar a rentabilidade do conglomerado.

Desta forma, o recuo do crédito alinhado ao aperfeiçoamento das ações de cobrança e renegociação, trouxeram impactos positivos sobre a inadimplência da Instituição que sofreu queda de 0,08 p.p., atingindo 2,18% em 12 meses, mantendo-se significativamente abaixo da média do mercado de 2,84%.

Além dos aspectos econômicos, o Banco Central do Brasil – BCB ao final de 2016 instituiu a **Agenda BC+**, com novas regras para o setor bancário brasileiro que buscam aumentar a competitividade e a redução do spread no setor. Essa agenda é estruturada em quatro pilares:

- 1) Mais cidadania financeira;
- 2) Legislação mais moderna;
- 3) Sistema Financeiro Nacional – SFN mais eficiente; e
- 4) Crédito mais barato.

Com 22 ações concluídas em 2018, no pilar do crédito mais barato destacam-se as mudanças no sistema de cartão de crédito,

regulamentação da Letra Imobiliária Garantida – LIG, alteração da metodologia de cálculo da TR – Taxa Referencial, mudança no cálculo da taxa CDI, dentre outras.

No pilar do SFN mais eficiente, destaca-se a **regulamentação das fintechs e da conta digital para empresas (PJ digital)**. A regulação de dois tipos de fintech, Sociedade de Crédito Direto (SCD) e Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP), fomenta a inovação, aumenta a concorrência e permite a atuação de novas instituições financeiras. Esta regulamentação foi feita por meio das Resoluções CMN nº 4.656 e nº 4.657 e levou a um crescimento das fintechs de 300% durante o ano de 2018, conforme dado da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs). Por meio da Resolução CMN nº 4.697/18, foi regulamentada a abertura de conta digital para empresas (PJ digital), inserindo as fintechs também neste negócio e fomentando a criação de um ambiente competitivo entre os diferentes atores do mercado.

Com o **aumento da concorrência é esperada uma redução da margem financeira para manter a competitividade**, com impacto na redução dos ganhos que a CAIXA tem por contrato. Mas essa situação pode ser compensada pelo aumento dos ganhos em escala com os clientes digitais, que tendem a se utilizar de pagamentos móveis e de forma autônoma, reduzindo o custo do atendimento.

Diante das tendências de consumo e da era digital, o SFN apresenta grandes desafios para os seus agentes. A regulamentação de dados de usuários e clientes se expandiu em 2018, com destaque para o continente europeu na publicação do PSD2 (Payment Services Directive) e o início da vigência da GDPR (General Data Protection Regulation).

Embora no Brasil poucas empresas façam uso efetivo de dados em massa (big data) para obtenção de vantagem competitiva, os sinais mostram que esse cenário deve se intensificar em 2019, visto que o BCB deve implementar o **open banking**, sistema de compartilhamento de informações de dados bancários, bem como o sistema de transferência eletrônica em tempo real, o **fast payment**.

Segundo o controlador, todo o arcabouço legal dessa mudança tem por objetivo a integração de produtos e serviços de instituições financeiras com outros agentes que atuam no setor financeiro, criando um ecossistema de transações eletrônicas eficiente, competitivo, seguro e inclusivo. Essa nova legislação apresenta um grande desafio para os agentes financeiros diante da necessidade de investimento tecnológico, padronização e qualificação das bases de dados a fim de possibilitar o compartilhamento das informações e atender à norma. Essas pressões fazem com que as organizações,

independentemente do seu porte, cooperem em busca de velocidade e eficiência evitando gastar esforços em problemas já resolvidos pelo mercado que agora é visto como um grande ecossistema digital.

O Setor financeiro tradicional percebeu a oportunidade de participar destes novos negócios e as fintechs observaram que, com parcerias, poderiam obter uma maneira de validar seus negócios, ganhar experiência e, em alguns casos, até receber investimentos. **Alguns Bancos possuem iniciativas de programas para interação com startups**, onde ocorre, além do fomento das tecnologias, aprendizado e possíveis parcerias.

O Facebook está pronto para entrar no mercado de intermediação financeira, por meio de suas plataformas de mensagens instantâneas (Messenger e WhatsApp). A companhia já prospectou modelos e parceiros no Brasil, inspirando-se no modelo Norte Americano com integração com Bandeiras. Implantaram serviços de P2P no WhatsApp na Índia, e afirmam que até primeiro semestre de 2019 terão serviços desta natureza no Brasil. A transformação digital na China está pressionando a indústria de cartões. Transferências diretas, baseadas em QR-Code eliminam intermediários e custos para consumidores e comerciantes.

Modelo de Negócio

Somos uma Instituição Centenária, 100% pública, que figura entre os maiores Bancos do País, sendo o nosso modelo de negócios pautado pelo Objeto Social da CAIXA, descrito no artigo 5º do Estatuto Social da CAIXA Econômica Federal.

Oferecemos amplo portfólio de produtos e serviços aos nossos clientes, por meio de 4.170 canais tradicionais (agências físicas e caixas eletrônicos) e de nossos canais digitais (internet, mobile e agência digital).

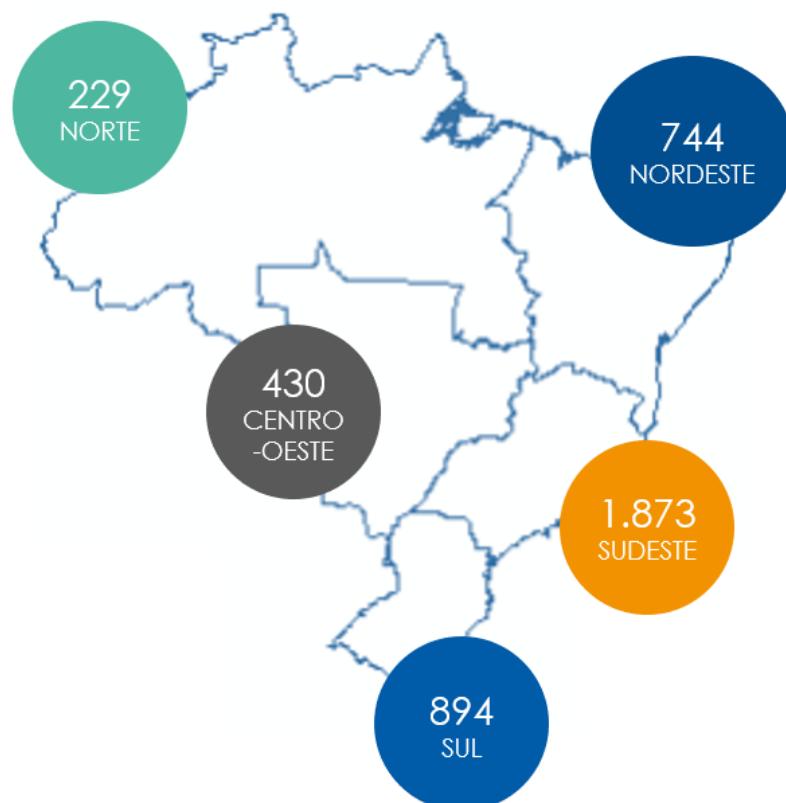


Figura 2.1 Número de Agências e Postos de Atendimento por Região

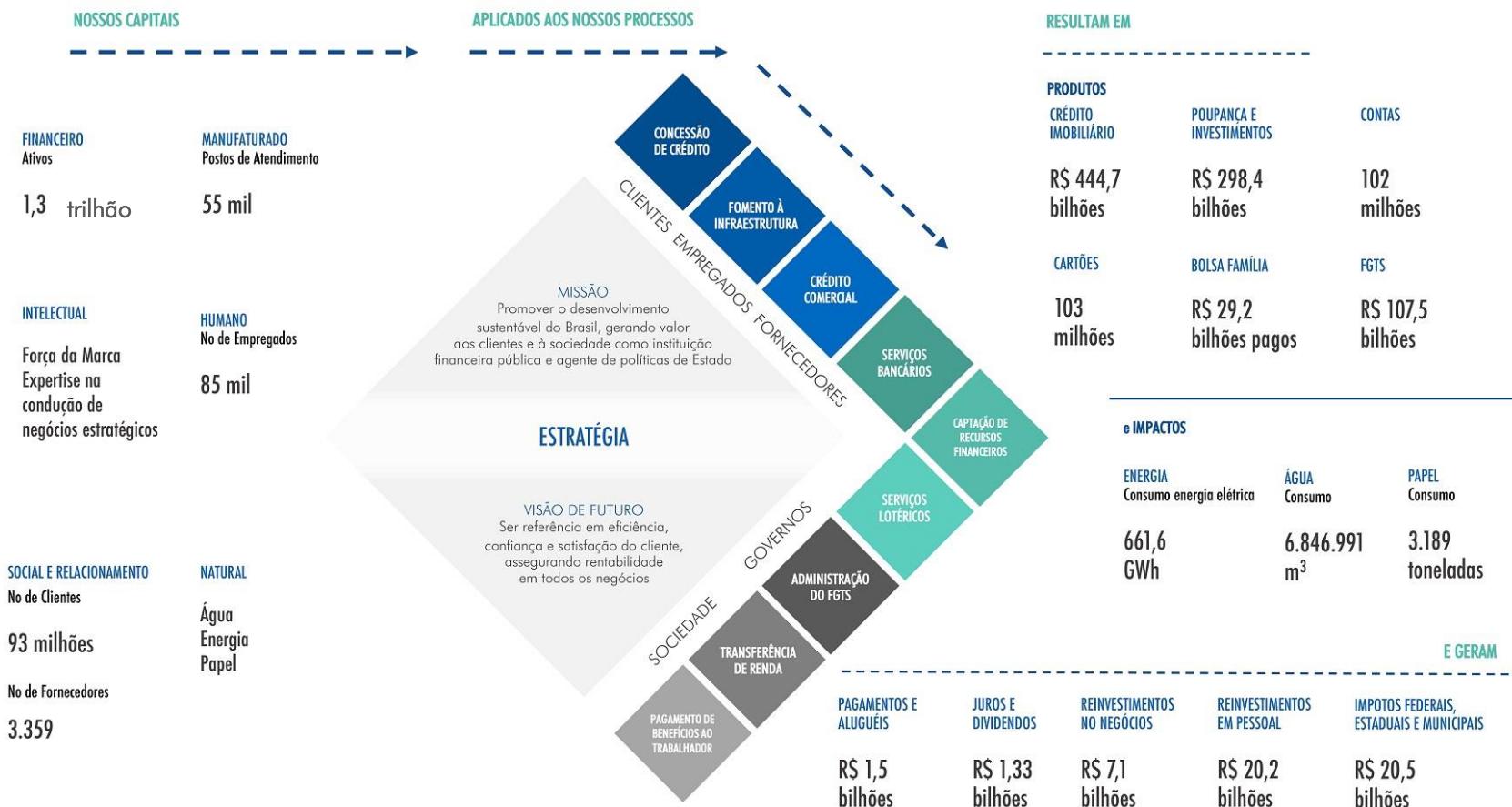


Figura 2.2 Nossa Estratégia: Como Criamos Valor



Planejamento Estratégico e Governança

Capítulo 3

3. Planejamento Estratégico e Governança

No segundo semestre de 2017, aprovamos nossa Estratégia Corporativa para o período 2017- 2027 por meio de um processo participativo com envolvimento de mais de vinte cinco mil empregados e participação ativa dos gestores e da alta administração.

Também, aprovamos o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, para o mesmo período, com direcionadores estratégicos que irão apoiar a CAIXA no processo de transformação digital, de forma que seja mais ágil e inovadora.

O processo de formulação foi realizado a partir da análise de cenários e do diagnóstico organizacional, ponderando estudos de inteligência que abordam tendências de mercado, riscos e oportunidades.

Nossa estratégia está fundamentada no compromisso de ser referência para os nossos clientes, em eficiência e confiança, respondendo às suas necessidades, além de promover a inclusão financeira dos brasileiros, alcançando-os em todas as regiões do país.

Nosso modelo contempla a agenda social do Brasil, por isso somos reconhecidos pelo compromisso com o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Assim, nossa estratégia contempla objetivos que irão nos permitir avançar no mercado competitivo, alcançando nossa Visão de Futuro e, ao mesmo tempo **executar nosso papel transformador, de auxiliar na melhoria das condições de vida da população, por meio da execução de políticas de Estado.**

Tabela 3.1 Destaques do Plano Estratégico Corporativo 2017 – 2027

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
No Resultado , priorizamos a busca pela rentabilidade e melhoria da rentabilidade operacional, aumento de receitas com prestação de serviços e controle da inadimplência	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegurar a rentabilidade do conglomerado ✓ Promover melhoria contínua em eficiência operacional ✓ Agir em prol do desenvolvimento econômico e social do Brasil ✓ Promover o desenvolvimento sustentável
Na perspectiva Mercado e Clientes , priorizamos a criação de valor para os clientes-alvo, reafirmando nossos posicionamentos de mercado e fortalecendo o relacionamento com os clientes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ser o Banco para o brasileiro morar bem ✓ Ser o Banco para o brasileiro poupar e formar o seu patrimônio ✓ Ser o melhor parceiro de Governo em todos os seus negócios ✓ Ser viabilizador da expansão e modernização da infraestrutura do país ✓ Ser percebido pelos clientes como Banco moderno e inovador
Em Processos Internos , o propósito é se modernizar no intuito de ser reconhecida como um Banco conectado ao mundo digital, à economia criativa e do compartilhamento, e à responsabilidade socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir que o cliente tenha a opção de atendimento digital ✓ Garantir processos e estruturas eficientes ✓ Inovar produtos, serviços e soluções ✓ Modernizar canais próprios e parceiros
Na perspectiva Aprendizado e Crescimento , o foco será na profissionalização da instituição, sustentada no desenvolvimento de competências, gestão de talentos e fortalecimento da meritocracia	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver competências de liderança e gestão estratégica ✓ Desenvolver competências tecnológicas e digitais ✓ Fortalecer a meritocracia e a gestão de talentos

Alinhada à resolução CGPAR nº 11 de 10/05/2016, que orienta as empresas estatais federais a planejar, implementar e manter práticas de governança de TI, aprovamos no segundo semestre de 2017, o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI para o período 2017 – 2027.

O PETI contempla nossas necessidades estratégicas de TI, garantindo o alinhamento aos Objetivos Empresariais e a orientação para o melhor uso e promoção dos recursos tecnológicos do Banco.

Esse documento é composto pela **Ambição da TI** “Atuar como parceiro do negócio, visando a geração de valor, transformando-se para ser mais eficaz e eficiente, facilitando e viabilizando a transformação digital do negócio e garantindo segurança e estabilidade” e por direcionadores estratégicos que se resumem em quatro macro objetivos conforme figura ao lado.

O principal executor do PETI é o Plano Diretor de Tecnologia- PDTI, composto por duas carteiras de projetos com impacto em TI:

- Projetos Corporativos, que são as iniciativas estratégicas das CAIXA, bem como as iniciativas que executam o Programa Transformação Digital;
- Projetos Estruturantes, que são as iniciativas da TI que tem como objetivo dar sustentabilidade para a TI cumprir o seu mandato e suportar o alcance da estratégia por meio de processos mais eficientes, rotinas simplificadas, tarefas automatizadas e desenvolvimento de serviços inovadores e integrados.

O desdobramento dos objetivos estratégicos de longo prazo se materializa com a definição de estratégias específicas que levarão ao alcance da Visão de Futuro e à geração de resultados, agregando valor a todos os públicos com os quais mantemos relacionamento.

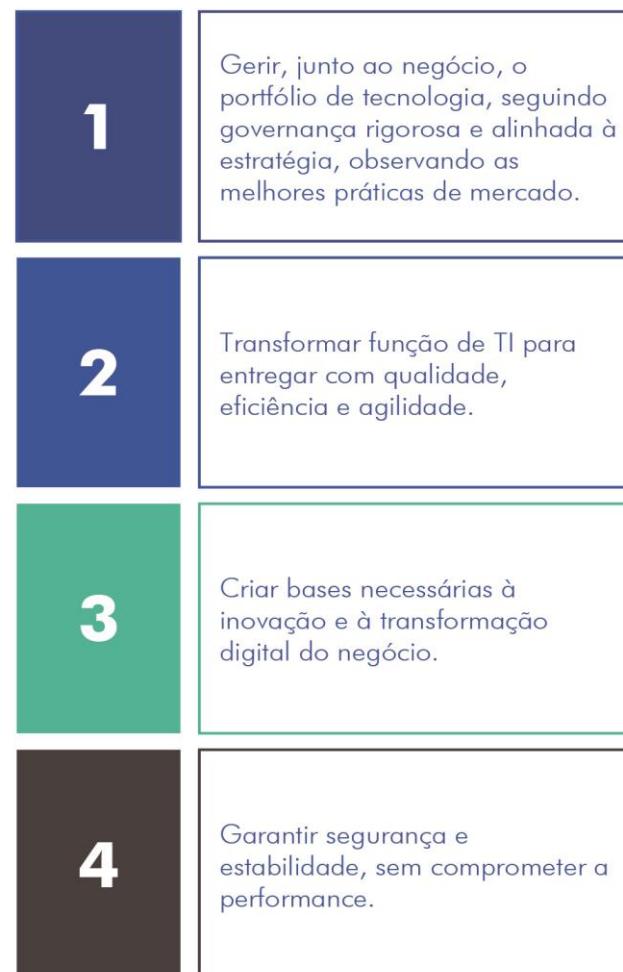


Figura 3.1 Macro Objetivos do PETI

Estratégias de Negócios e Planos de Implementação

A composição dos nossos negócios está segmentada de acordo com o perfil dos nossos clientes e principais operações realizadas.

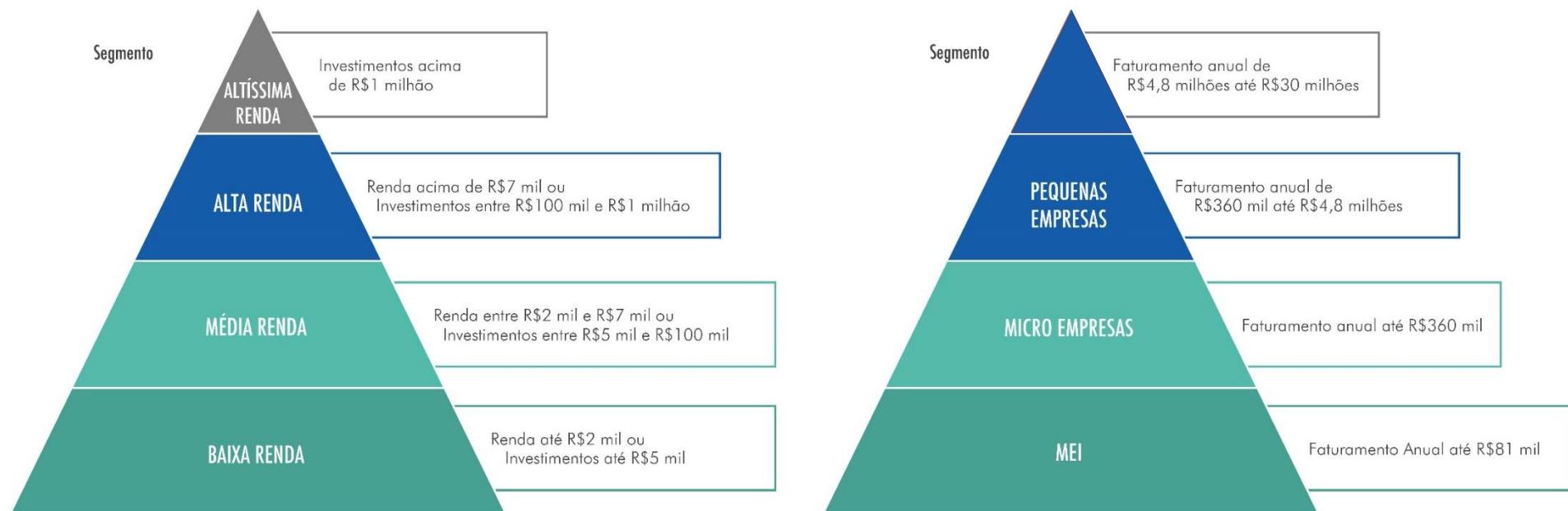


Figura 3.2 Segmentação Varejo Pessoas Física e Jurídica MPE

Segmento Pessoa Jurídica Privada¹

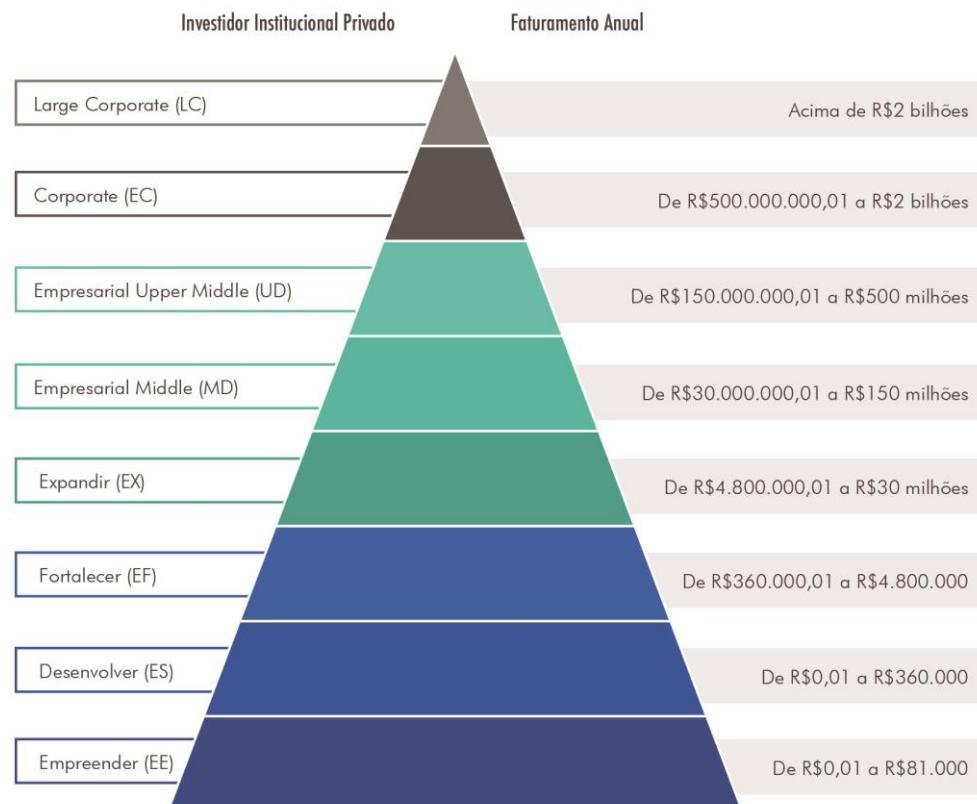


Figura 3.3 Segmentação Pessoa Jurídica Privada

¹ Nos termos do MN OR 107.

Varejo e Corporativo

Definimos ambições estratégicas para cada segmento de clientes, de forma a direcionar nossa atuação e os esforço para o cumprimento de nossa Missão e o alcance da Visão de ser referência em eficiência, confiança e satisfação do cliente, assegurando rentabilidade em todos os negócios.

A partir das estratégias descritas nas tabelas 3.2, 3.3 e 3.4, foram definidos os seguintes objetivos:

- Entregar soluções integradas e completas;
- Gerar valor e tornar incrível a experiência dos nossos clientes;
- Ampliar os negócios em serviços;
- Implementar visão integrada dos negócios;
- Diversificar o relacionamento das empresas;
- Estruturar processos aderentes ao perfil e qualificação dos clientes.

Tabela 3.2 Ambição Estratégica Varejo Pessoa Física

Ambição estratégica
A CAIXA será o Banco que apoia os clientes da Baixa Renda na inserção no mercado financeiro, por meio da disponibilização de um arcabouço bancário de baixo custo, com oferta de produtos e serviços simples em canais remotos, de forma a rentabilizar a base de clientes e estimular o uso de produtos e serviços em canais adequados.
A CAIXA apoiará o cliente da classe média a continuar a sua ascensão financeira, possibilitando o acesso a novos patamares de consumo, por meio da ampliação de cross-sell e do engajamento da base de clientes, com migração do 1º relacionamento para a CAIXA, de forma a rentabilizar a base atual e expandir a base em nichos prioritários de maior retorno, com apoio de ferramentas de segmentação e CRM e de processos digitais para prospecção e fidelização de clientes.
A CAIXA será o Banco que suporta os eventos importantes da vida do cliente, com uma oferta completa, customizada e sólida de produtos de investimento, crédito e serviços bancários, alavancando esteiras e processos digitais que buscam atender os requisitos chave para o segmento, de forma a expandir a penetração da CAIXA neste mercado e atrair o 1º relacionamento com o cliente.
A CAIXA será reconhecida como Banco com portfólio completo e alinhado ao mercado, possibilitando a expansão qualificada da base de clientes do segmento com oferta personalizada de soluções financeiras, por meio de canais e estrutura de atendimento e negócios dedicada ao segmento, individualizando a experiência do cliente com a CAIXA, de forma a ampliar relacionamento e fidelização.

Tabela 3.3 Ambição Estratégica Varejo Pessoa Jurídica MPE

Ambição estratégica
A CAIXA apoiará o crescimento e a formalização do MEI, com portfólio de produtos e atendimento automatizado em canais remotos e digitais, liderando, qualificando e rentabilizando a base de clientes, com ganho de escala, mix de operações e volume de crédito adequados ao perfil do segmento.
A CAIXA apoiará o crescimento dos negócios, rentabilizando a base de clientes com agilidade no atendimento, ofertando soluções combinadas de produtos e serviços em canais digitais e remotos com processos automatizados, de forma a proporcionar simplicidade e conveniência para o cliente, contribuindo para o aumento do seu faturamento, incremento de negócios e centralização dos recebíveis na CAIXA.
Para empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões, a estratégia é expandir a base e fidelizar clientes com portfólio que contempla as necessidades para os clientes, ofertando condições customizadas para incremento de operações, de maneira a propiciar migração dos recebíveis, tornando a CAIXA seu primeiro Banco de relacionamento.
No segmento de empresas com faturamento anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 30 milhões, a estratégia é expandir a base qualificada e fidelizar clientes com uma proposta de relacionamento personalizada e portfólio customizado de produtos e serviços, com condições especiais para incremento da reciprocidade e migração dos recebíveis, tornando a CAIXA seu primeiro Banco de relacionamento.

Tabela 3.4 Ambição Estratégica Corporativo

Segmento	Objetivo
Empresarial	Buscar LIDERANÇA junto ao segmento, procurando ser o Banco de primeiro relacionamento, assegurando rentabilidade ajustada a risco e capital, explorando balanço e cross-sell.
Empresarial Mais	Buscar LIDERANÇA junto ao segmento, procurando ser o Banco de primeiro relacionamento, assegurando rentabilidade ajustada a risco e capital, explorando balanço e cross-sell.
Corporativo	COMPETIR frente ao segmento Corporativo, explorando balanço de maneira seletiva mantendo a premissa de assegurar a rentabilidade ajustada a risco e capital em cada operação, e ainda incrementando com cross-sell de serviços e produtos estruturados.
Corporativo Ultra	Estar preparado para SERVIR às empresas do segmento Corporativo Ultra, explorando balanço de maneira seletiva com foco na rentabilidade ajustada a risco e capital incrementando com cross-sell de serviços e produtos estruturados.

Governo

Temos como objetivo atuar para viabilizar a expansão e modernização da infraestrutura do Brasil, cumprindo a missão de promover o desenvolvimento sustentável do país e gerar valor aos clientes e à sociedade como instituição financeira pública e agente de políticas de Estado.

Essa atuação contempla o desenvolvimento, contratação, gestão e manutenção de operações estruturadas de financiamento em infraestrutura, saneamento, produtos de crédito e serviços voltados aos clientes Empresas Públicas e Privadas de médio e grande porte, Sociedades de Propósito Específico dos setores de saneamento, telecomunicações, energia, transporte, infraestrutura, petróleo, gás e indústria naval, bem como Municípios, Estados e Distrito Federal. De forma a direcionar nossa atuação, foram definidas as seguintes ambições estratégicas:

Tabela 3.5 Ambições Estratégicas Governo

Segmento	Objetivo
Infraestrutura e Saneamento	Liderar atuação no financiamento de infraestrutura e saneamento, com retorno adequado ao capital, como parceiro estratégico do Governo e do setor privado e promovendo sinergias com demais Negócios da CAIXA
Depósitos Judiciais e Gestão Financeira do Cliente Governo	Liderar atuação como parceiro preferencial e Banco de primeiro relacionamento do "governo" (esferas e poderes), atendendo às diversas necessidades financeiras.
Transferência de Recursos Transferência de benefícios	Manter liderança como principal parceiro do governo na execução de políticas públicas e de transferência de recursos da União e benefícios sociais, promovendo sinergias com produtos e serviços financeiros.

A partir das ambições estratégicas, desdobram-se as prioridades de atuação de cada segmento, formando a proposta de valor adequada ao perfil dos clientes, nos guiando para uma atuação diferenciada no mercado.

Loterias

A Estratégia das Loterias CAIXA, aprovada pelo Conselho de Fundos Governamentais e Loterias (CFGL) e disposta na Resolução CFGL nº 360/2018, estabeleceu as alavancas de desenvolvimento para potencializar os resultados das loterias federais que administramos.

A ambição é maximizar o relacionamento com os clientes através das loterias, inovando em produtos e repensando canais e modelos de negócios, promovendo aumento de penetração de jogo no país.

Para tanto, busca-se o reposicionamento das Loterias CAIXA no mercado a partir de uma adequação do modelo de negócio que possibilite o enfrentamento dos desafios da concorrência e da regulação e permita o aumento da arrecadação desse serviço no país, de forma a maximizar o retorno às boas causas de maneira sustentável.

Nesse sentido, priorizamos ações voltadas às questões legais, operacionais e de governança do negócio loterias e o relacionamento com a rede de pontos de vendas. Além da alavancagem dos canais eletrônicos, com foco na jornada digital do cliente, visando atrair novos apostadores e fazer frente à concorrência nacional e internacional.

Principais Produtos e Serviços

Prestamos serviços bancários por meio de operações ativas, passivas e acessórias, com foco no incentivo à poupança e fomento ao crédito em todas as regiões do País, contribuindo de forma expressiva na melhoria de vida da população, disponibilizando crédito e serviços bancários para micro e pequenas empresas (MPE), além de atuar no crédito rural.

Varejo

Em 2018, foi definida a ambição estratégica para os produtos de varejo que consiste em elevar a oferta e a comercialização de produtos em canais adequados, por meio da otimização do portfólio, visando rentabilizar a base de clientes, reduzir riscos, bem como desenvolver novos negócios e produtos integralmente digitais.

Essa estratégia pretende cobrir as lacunas existentes no segmento de varejo por meio dos seguintes direcionadores:

- Redução da inadimplência;
- Redução de custo pelo atendimento e relacionamento em canais menos onerosos;
- Elevação do consumo de produtos e serviços;
- Alinhamento do portfólio de produtos e serviços de varejo;
- Aumento da participação dos negócios em canais digitais;
- Oferta produtos e serviços customizáveis;
- Otimização da jornada de crédito do cliente;
- Reduzir a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações rurais;
- Otimizar atuação nas operações rurais com pessoas jurídicas;
- Atuar seletivamente nas operações rurais com pessoas físicas.

Cartões

Fazemos gestão das Linhas de negócio de Meios de Pagamento Eletrônicos, tendo como principais produtos: Cartão de Crédito; Cartão de Débito; Cartão Pré-pago e Credenciamento.

Para isso, definiu como ambições: i. Alcançar posição relevante e rentável, fortalecendo a penetração na base da CAIXA, explorando os diversos negócios da cadeia de pagamento e atuando em parcerias estratégicas, onde oportuno; ii. Ter produtos e serviços que atendam às necessidades dos clientes, nos quais o cartão CAIXA seja o principal meio de pagamento dos correntistas do Banco.

Nossa atuação, em 2018, foi pautada nos seguintes pilares estratégicos:

- Ampliar a base de clientes com cartão CAIXA;
- Acompanhar o ciclo de vida do produto;
- Proporcionar novas experiências aos clientes;
- Agregar valores aos produtos e;
- Melhorar os processos operacionais.

Investimento

Poupança

Um dos nossos principais focos é incentivar a população brasileira nos hábitos de poupança. A poupança da CAIXA é a opção de investimento mais segura, acessível e adequada a todos os perfis, desde os pequenos poupadore a grandes investidores. Além de ser garantida pelo governo, a poupança tem suas regras de funcionamento definidas pelo Banco Central. A remuneração é regulamentada por lei e corresponde até 0,5% de juros ao mês, a depender da variação da SELIC, calculados sobre os valores depositados, acrescida da variação da TR – Taxa Referencial.

Fundos

Nossa ambição estratégica consiste em aumentar a Receita com Prestação de Serviço com os produtos que oferecemos, com objetivo final de maximizar o resultado do Banco, com atuação assertiva nos segmentos de Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Institucional e Governo, permanecendo relevante na classe de fundos Renda Fixa, e expandindo a atuação para incrementar o portfólio de produtos de renda variável, multimercado e estruturados, explorando a base de clientes com atuação em canais alternativos, com destaque para o digital.

O resultado almejado é a expansão consistente da base de cotistas por meio de um portfólio amplo formado por produtos adequados a todos os perfis de clientes e aderentes ao cenário econômico, distribuídos de forma responsável e assertiva através de diversos canais de distribuição, com objetivo de aumentar, de forma sustentável, a receita advinda de fundos de investimento.

Habitação

Somos reconhecidos nacionalmente como a líder do mercado imobiliário, dada nossa tradição na concessão de financiamentos e solidez como instituição financeira pública.

Nesse sentido, temos como ambições estratégicas:

- Manter a liderança em termos de volume, tornar-se referência em termos de inovação e ser indutor de processos mais sustentáveis, em termos sociais e ambientais.
- Buscar mais eficiência e rentabilidade em linha com o mercado e modelo mais integrado de cross-sell.

Modelo de Governança Corporativa

Nosso modelo de Governança Corporativa é convergente com o disposto no Decreto 6.021/2007, que cria a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), e define Governança Corporativa como o “conjunto de práticas de gestão envolvendo, entre outros, os relacionamentos entre acionistas ou quotistas, conselhos de administração e fiscal ou órgãos com funções equivalentes, diretoria e auditoria independente, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa e proteger os direitos de todas as partes interessadas, com transparência e equidade, com vistas a maximizar os resultados econômico-sociais da atuação das empresas estatais federais.”

Aplicamos regras de governança corporativa que privilegiam a deliberação colegiada, ágil e descentralizada, por meio da constituição de fóruns internos, de nível estratégico, tático ou operacional, como forma de propiciar a necessária sinergia entre as áreas, evitar conflito de interesses e resguardar nossos interesses e de nossas subsidiárias. Assim, há equilíbrio entre decisões colegiadas e a autonomia individual dos gestores, por meio de mecanismos de responsabilização pelas decisões tomadas.

Estrutura de Governança Corporativa

O modelo de Governança Corporativa está estruturado em três eixos:

- DOCUMENTOS DE GOVERNANÇA** - registram a formalidade necessária aos atos da CAIXA, e compreendem:

- **Estatuto Social.**
- **Políticas de Atuação** - guiam a atuação e a tomada de decisão da administração da CAIXA e são elaboradas, aprovadas, formalizadas e implementadas em obediência a critérios e regras estabelecidos pelo Conselho Diretor (CD) e Conselho de Administração (CA). Destacam-se, entre as Políticas:

- Política Anticorrupção.
- Política de Compliance.
- Política de Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores.
- Política de Consequências.
- Política de Controles Internos do Conglomerado CAIXA.
- Política de Divulgação de Informações.
- Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado.
- Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.
- Política de Governança Corporativa da CAIXA e Suas Subsidiárias.
- Política de Governança do Conglomerado CAIXA e de Supervisão e Fiscalização da FUNCEF.
- Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.
- Política de Remuneração de Dirigentes e Conselheiros CAIXA.
- Política de Responsabilidade Socioambiental.
- Política de Segurança da Informação.
- Política de Seleção Interna e Sucessão.
- Política de Terceirização de Serviços na CAIXA.
- Política de Transações com Partes Relacionadas.
- Política de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços CAIXA.
- Política de Porta-Vozes.
- Política de Formulação, Monitoramento e Avaliação da Estratégia do Conglomerado CAIXA.
- **Regime de Alçadas** - diz respeito ao conjunto de valores e autoridades competentes para aprovação de créditos e negócios, renegociação, aquisição de empreendimentos, contratação de obras e serviços, compra e alienação de bens e materiais, celebração de convênios, entre outros.

2. **INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA** - colocam em prática as regras de governança e suportam a atuação dos agentes de governança. São ferramentas que auxiliam a atuação da gestão, entre os quais:

- Sistema de Manuais Normativos.
- Sistema de Controles Internos.
- Instrumentos e Ferramentas de Gestão, Controle e Fiscalização (ex.: demonstrações financeiras, relatório de gerenciamento de riscos, relatório de sustentabilidade).
- Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa.
- Roteiro Padrão.
- Matriz/Fluxo Decisório.

3. **ÓRGÃOS COLEGIADOS** - promovem maior segurança e qualidade nas decisões:

Dispomos da Assembleia Geral, órgão com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto da Instituição, constituída por seu controlador único.

Quanto aos Colegiados, tem-se:

- **Conselho de Administração** - órgão de decisão colegiada e de orientação geral dos negócios da CAIXA, responsável por definir diretrizes e objetivos empresariais e por monitorar e avaliar os resultados da Instituição.
- **Conselho Diretor** - órgão responsável pela gestão e representação da CAIXA, que responde, entre outras competências, por conduzir a execução da estratégia do Banco e fixar alçadas em seu âmbito de atuação.

- **Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros** - órgão colegiado deliberativo, responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à administração e gestão de ativos de terceiros.
- **Conselho de Fundos Governamentais e Loterias** - órgão colegiado responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS.
- **Comitês Delegados do Conselho Diretor** - órgãos de caráter deliberativo, formados pelo Presidente e por Vice-Presidentes, que têm como missão agilizar o processo decisório da CAIXA em temas de sua competência, no sentido do cumprimento dos objetivos empresariais e alcance da Visão de Futuro.
- **Órgãos de apoio à gestão** - os quais, agindo de forma sinérgica e integrada, respondem por decisões táticas, operacionais e administrativas, observadas suas competências e alçadas, e subsidiam a tomada de decisão:
 - **Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração** - Comitê de Auditoria; Comitê de Indicação e Remuneração; Comitê Independente de Riscos; Comitê de Elegibilidade; Comitê de Correição; Comitê de Partes Relacionadas; Comitê de Otimização de Ativos; Comitê de Tecnologia e Inovação.
 - **Outros Colegiados** - Comitê de Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro; Comitê de Compras e Contratações; Comitê de Avaliação de Negócios e Renegociação; Comissão de Ética.
 - **Conselho Fiscal** - órgão de controle e fiscalização dos atos dos administradores e verificação de seus deveres legais e estatutários.

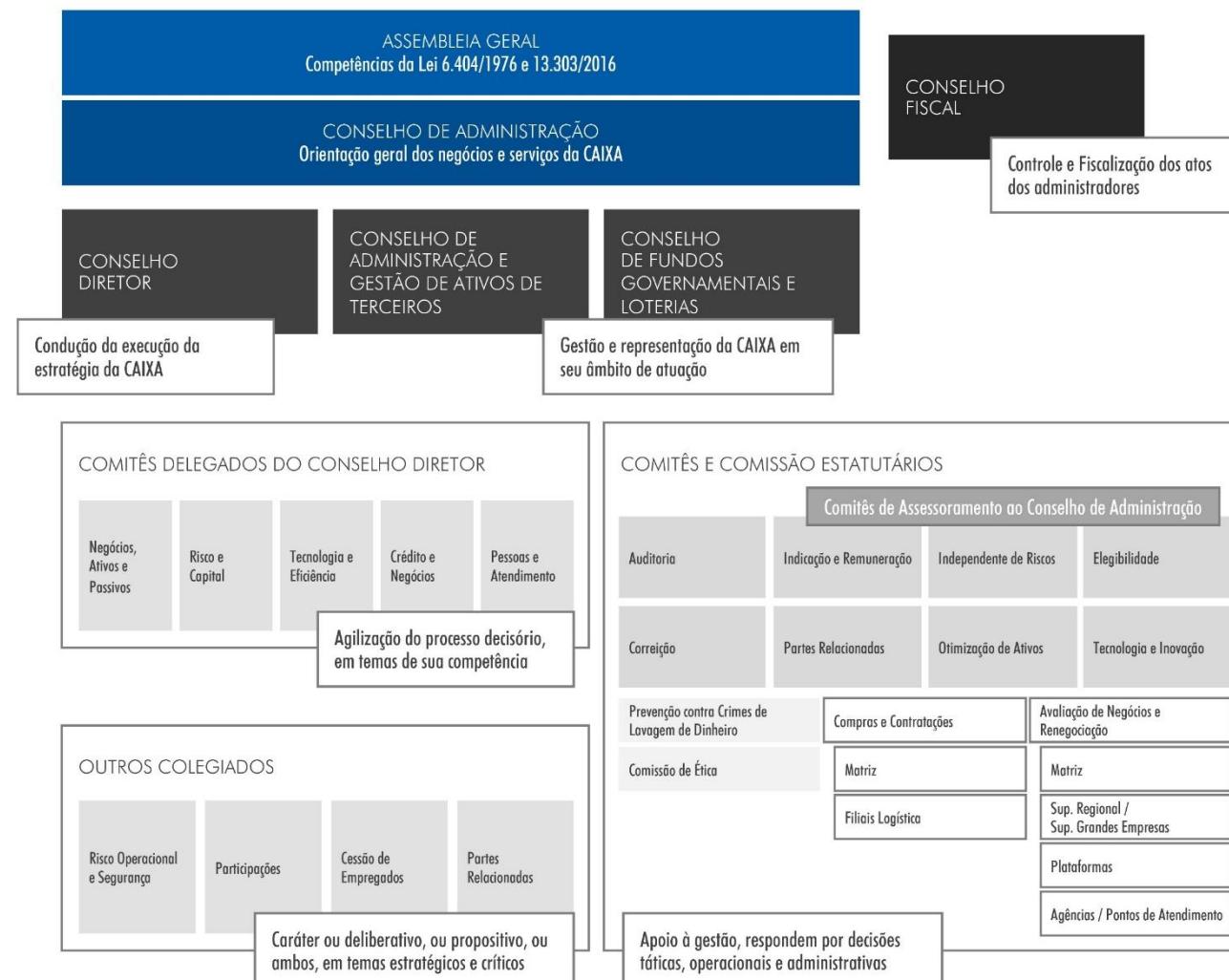


Figura 3.4 Organização dos Colegiados da CAIXA

Dentre os aprimoramentos das práticas de governança corporativa ocorridos em 2018, destacam-se a adequação do nosso Estatuto Social, a criação das Políticas de Consequências, de Divulgação de Informações, de Transações com Partes Relacionadas, de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços CAIXA e de Porta-Vozes.

Também **revisamos nossas Políticas de Governança Corporativa** e de nossas Subsidiárias; de Governança do Conglomerado CAIXA e de Supervisão e Fiscalização da FUNCEF; e de Formulação, Monitoramento e Avaliação da Estratégia do Conglomerado CAIXA.

Também merecem registro as **certificações recebidas no 2º e 3º Ciclos de Avaliação do Indicador de Governança (IG-SEST)**, instrumento que tem por objetivo acompanhar a qualidade da governança das empresas estatais federais, para fins de mensuração do cumprimento de requisitos exigidos por leis, decretos, resoluções e outros documentos, buscando conformidade com as melhores práticas de mercado para as empresas estatais federais de controle direto da União.

Os resultados obtidos demonstram a contínua evolução e o elevado nível de maturidade em relação a nossas práticas de governança corporativa: notas 7,51 no 1º Ciclo (2017), 9,69 no 2º Ciclo e 9,75 no 3º Ciclo (2018).

A partir do 3º Ciclo, o IG-SEST, além da conformidade, incorporou a visão da efetividade dos instrumentos de governança das estatais federais, incorporando itens de boas práticas de governança.

Ainda em relação ao aprimoramento das práticas de governança corporativa, finalizamos o primeiro ciclo do processo seletivo para o cargo de Vice-Presidente, com a escolha de executivos para assumir as Vice-Presidências de Governo, de Fundos de Governo e Loterias, de Habitação e Corporativo.

O segundo ciclo do processo está em andamento, etapa em que serão escolhidos executivos para assumir as Vice-Presidências de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros, de Logística e Operações, de Produtos de Varejo e de Tecnologia da Informação.

Avaliação sobre como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégico

Poder decisório

Destacamos que dentre os objetivos estratégicos vigentes está contemplado o tema, que visa assegurar a responsabilização e a efetividade da governança corporativa. Neste sentido, o estabelecimento de órgãos colegiados para a tomada de decisão assegura a responsabilização e o controle das decisões estratégicas, sem, contudo, comprometer o dinamismo e a velocidade das decisões, tendo em vista o estabelecimento de alçadas deliberativas, onde decisões de menor complexidade podem ser executadas de forma mais ágil.

Articulação institucional e relacionamento com sociedade e stakeholders.

Nossa atual Política de Governança Corporativa e de nossas Subsidiárias há previsão expressa do Princípio da Transparência, que preza pela disponibilização de informações fidedignas, mediante a divulgação eficaz, oportuna, clara e precisa, que proporcionem às partes interessadas o acompanhamento e o entendimento do nosso desempenho e de nossas subsidiárias, legitimando as ações praticadas pela sua gestão.

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

A Carta Anual de Política Públicas e Governança Corporativa é um documento que explicita os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela CAIXA e nossas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização de sua criação, com a definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim e dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores específicos.

O conteúdo da Carta é composto pelas seguintes informações:

Atividades desenvolvidas e interesse público subjacente às atividades empresariais – Neste item é explicitado qual é o interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional que motiva a execução do objeto social da CAIXA pelo Estado, o qual motiva a existência e continuidade do Banco como estatal federal.

Políticas Públicas – São citadas atividades desenvolvidas pela CAIXA em atendimento às políticas públicas, demonstrando o alinhamento da atuação do Banco ao interesse público e ao seu objeto social.

Resultados referentes ao atendimento das políticas públicas – São apresentados os resultados operacionalizados pela CAIXA em atendimento às políticas públicas (Exemplo: Poupança, FGTS, Loterias).

Políticas e Estrutura de Governança Corporativa
– Descreve o modelo de Governança Corporativa da CAIXA.

Estruturas de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos – São indicadas as estruturas e os mecanismos de controle e gerenciamento de risco adotados pela CAIXA.

Dados Econômico-Financeiros – São apresentados os resultados da CAIXA no exercício a que se refere a Carta Anual.

Outros Fatores que influenciaram o Desempenho Operacional - são elencados outros itens que contribuem para o resultado da CAIXA.

Descrição da Composição e da Remuneração da Administração - contém a tabela de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Conclusão.

A divulgação da Carta é realizada anualmente. A Carta Anual de 2017 está disponível ao público no site da CAIXA, no seguinte link: <http://www.CAIXA.gov.br/Downloads/CAIXA-governanca/Carta-Politicas-Publicas-e-Governanca-CAIXA.pdf>

Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Empresa: Pricewaterhousecoopers Auditores Independente – PwC

Valor do Contrato: R\$ 9.055.477,00

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses – 28/04/2017 a 28/04/2019

Escopo: Prestação de serviços de auditoria contábil sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado CAIXA e dos Fundos por ela administrados ou operacionalizados e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards) e de outros serviços correlatos, pelo prazo de 24 (vinte e quatro meses), com emissão de pareceres e/ou relatórios, devendo ser considerado o perfil, a complexidade, as normas legais específicas aplicáveis e a diversidade do portfólio e atividades do Conglomerado.

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Corregedoria CAIXA - CORED, criada em 23/06/2015, pela Resolução do Conselho Diretor nº. 7068/2015, com o intuito de fortalecer o ambiente de controle nesta instituição financeira, possui a gestão do Processo de Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil a partir de 04/01/2016, conforme previsão normativa estabelecida no Manual Normativo AE 079, anteriormente sob gestão da Auditoria Interna.

Em 2018, houve uma reestruturação da CORED com a constituição da Gerência Nacional Apuração e Processo Disciplinar – GEAPD que passou a ser responsável pela gestão do processo disciplinar, da atuação regional e dos processos de corregedoria, bem como a criação dos Coordenadores em âmbito regional.

A Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil é aplicada com fins de investigar fato irregular que venha a ser praticado por empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, com a possível aplicação de penalidade administrativa e civil, caso seja confirmado o ilícito cometido, sendo compreendida pela Análise Preliminar e pelo Processo Disciplinar e Civil.

De acordo com o Portal de Apoio ao Processo de Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil (APUR), em 2018, houve o registro de instauração de 935 (novecentos e trinta e cinco) processos disciplinares em decorrência de, entre outras práticas, furto; contestação de saques e de cheques; roubo; falhas em operações de retaguarda; irregularidades em concessão de financiamento habitacional, em penhor, em lançamentos contábeis, em concessão de crédito, em manuseio de numerário, conforme descrito no quadro abaixo:

Tabela 3.6 Tipo A: Processos de Competência da Auditoria

Tipo de Processo	Qtd.
A	2
C	342
D	1
G	590
Total	935

Tipo C: processos de competência da Corregedoria;

Tipo D: processos de competência do Dirigente;

Tipo G: processos de competência dos gestores de unidade.

Desse rol, 250 (duzentos e cinquenta) processos estão relacionados com a prática de fraude cometida por pessoas dentro e fora da CAIXA, sendo 79 externas e 171 internas.

Entende-se por Fraudes Externas as ações de má-fé praticadas por terceiros, sem a participação de empregados, prestadores de serviços, estagiários ou menores aprendizes, por meio da adulteração, falsificação ou abuso de confiança, violação de sistemas informatizados com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar ilegitimamente de valores pertencentes à CAIXA ou sob a sua responsabilidade.

Com relação a Fraudes Internas compreende-se as ações de má-fé praticadas por empregados, prestadores de serviços, estagiários ou menores aprendizes, por meio da adulteração, falsificação ou abuso de confiança, com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar ilegitimamente de valores pertencentes à CAIXA ou sob a sua responsabilidade, bem como a prática de atos de corrupção ou desvio de conduta que lesem a administração pública, nacional ou estrangeira.

Ademais, houve o registro de 04 (quatro) ocorrências internas registradas no Atender. Caixa (sistema interno de ouvidoria, onde são cadastradas as denúncias), em 2018, categorizadas como corrupção ou suspeita de corrupção:

(a) 01 (uma) não houve apuração, por não ter sido identificado fato irregular;

(b) 03 (três) resultaram em abertura de análise preliminar, sendo que 02 (duas) tratam-se do mesmo fato, e aguarda instauração de processos de apuração de responsabilidade (abertura de análise preliminar e/ou instauração de processo disciplinar e civil), e 01 (uma) com decisão da Autoridade Instauradora pela não instauração de Processo Disciplinar e Civil por não ter sido identificada a participação de empregado, ex-empregado ou aposentado da CAIXA nas irregularidades denunciadas.

Ressalta-se que, houve 01 (uma) ocorrência interna registrada no Atender.Caixa e categorizada como Conflito de Interesses, que gerou a instauração de processo disciplinar e civil para apuração do fato, com a comprovação da existência de corrupção, que resultou em rescisão por justa causa.

Processos finalizados em 2018:

No portal de Apoio ao Processo de Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil (APUR), registrou-se a finalização de 386 (trezentos e oitenta e seis) processos disciplinares.

Conforme o SISRH (Sistema de Recursos Humanos), em relação as penalidades aplicadas, considerando o período de 01/01/2018 a 31/12/2018, tem-se:

- Advertências: 165 (cento e sessenta e cinco);
- Suspensões: 101 (cento e uma);
- Rescisões: 180 (cento e oitenta).

As penalidades aplicadas em 2018 não necessariamente coincidem com o número de processos instaurados no mesmo ano, em razão do lapso temporal existente entre a instauração e a aplicação da penalidade, mediante registro no SISRH.

Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

Na CAIXA, o Processo Disciplinar e Civil destina-se a apurar irregularidades envolvendo empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, das quais possam resultar aplicação de penalidade disciplinar e/ou imputação de responsabilidade civil, e compreende as seguintes fases:

- Instauração;
- Instrução;
- Análise Jurídica da Instrução;
- Defesa Escrita;
- Decisão de Primeira Instância;
- Recurso;
- Decisão de Segunda Instância.

Quanto às Tomadas de Contas Especiais, apresentamos os dados no quadro a seguir:

Tabela 3.7 Tomadas de Contas Especiais

Caso	Valor
Processos encerrados em 2018 com valor < R\$ 75.000,00	72 PDCs (totalizando R\$ 1.603.857,14)
Processos com prazo maior que 10 anos	111 PDCs (totalizando R\$ 1.467.665,07)
Tomadas de Contas Especiais instauradas e encaminhadas dentro do prazo de 180 dias	5

Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico

Foi aprovada pelo Conselho Diretor em 20 de novembro de 2018 a revisão da Política do Conglomerado CAIXA, documento que delimita as competências e o rito de governança a ser seguido no processo de gestão de conselheiros, contemplando as seguintes vertentes:

- Indicação e remuneração de conselheiros e representantes
- Orientação ou recomendação de voto
- Avaliação de conselheiros e representantes

O referido documento está em trâmites de aprovação no Conselho de Administração. Ademais, conforme deliberação do Destaque de Ata 02, da Ata 578 do Conselho de Administração, está em elaboração por esta DEORE a Política de Nomeação da CAIXA, que disporá sobre os princípios e diretrizes para nomeação de representantes nas participações societárias.

Modelo de governança da entidade em relação às empresas do conglomerado

A estrutura do conglomerado é formada pela CAIXA Instituição Financeira, por duas subsidiárias integrais em operação, CAIXA Participações S.A. - CAIXAPAR e CAIXA Seguridade Participações S.A., e outra em caráter pré-operacional, CAIXA Loterias S.A., além das participações societárias não estratégicas vinculadas à carteira de investimento e TVM na tesouraria.

O modelo de governança é estruturado para viabilizar a efetiva integração das governanças, destacando-se os órgãos colegiados, Conselho de Administração e Diretoria Colegiada das instituições que compõem o Conglomerado.

Ademais, a CAIXA, enquanto controladora, realiza o acompanhamento das empresas do Conglomerado por meio de funções específicas, abrangendo as seguintes perspectivas:

- Estratégica e de Governança;
- Jurídica e Societária;
- Negocial;
- Financeira;
- Riscos e Controles Internos.

Importa registrar que a CAIXA segue modelo de decisão colegiada e que o exercício da governança, como controladora, se materializa por meio da indicação de representantes nas instâncias de governança das empresas participadas, conforme previsão nos instrumentos societários firmados, em especial os Estatutos e Acordos de Acionistas.

Destaca-se que, em linha com a evolução do arcabouço legal e regulatório e com o objetivo de aprimorar as práticas de governança das participações societárias, foi aprovada em 2018 pelo Conselho Diretor, nova versão da Política do Conglomerado CAIXA.

Auditória Interna

Instituída com base no Decreto 93.216/1986, substituído pelo Decreto 3.591/2000 – cujos artigos 14, 15, 16 e 17 foram ajustados pelo Decreto 4.440/2002, tem sua atividade disciplinada pela IN CGU nº 3/2017, que aprovou o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna

Governamental do Poder Executivo Federal, e pela Resolução CMN nº 4.588/2017 que regulamenta as atividades de auditoria interna nas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Está sujeita, também, às normas publicadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), criada por meio do Decreto nº 6.021/2007.

A AUDIT é a unidade responsável pela atividade de auditoria interna na CAIXA, estabelecimento das políticas, diretrizes e princípios para a área e fiscalizações acordadas com a Administração.

A AUDIT observa, no que for aplicável, as normas e procedimentos do The Institute of Internal Auditors (IIA), representado, no Brasil, pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e padrões reconhecidos como melhores práticas.

O modelo de **atuação da AUDIT é sustentado por sua missão e visão**, quais sejam, respectivamente, “contribuir para o aperfeiçoamento do processo de governança e o alcance dos objetivos estratégicos do Conglomerado CAIXA, por meio de entregas relevantes e tempestivas à Alta Administração” e “ser reconhecida pela qualidade e relevância dos trabalhos”.

A AUDIT realiza auditorias em processos de negócio, suporte e gestão em nossas unidades: canais parceiros, representados pelos Correspondentes CAIXA Aqui e unidades lotéricas, empresas nas quais mantém participação, se previsto em acordo ou contrato; e na Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF).

A AUDIT, como demonstrado na figura abaixo, vincula-se ao Conselho de Administração (CA) por força do Estatuto da CAIXA e relaciona-se com o Comitê de Auditoria (COAUD) na forma regulamentada pelo CMN.

Para o cumprimento da missão, visão e normas reguladoras de suas atividades, a AUDIT pauta sua atuação em vetores, pactos e premissas, os dois primeiros relacionados ao comportamento dos seus profissionais e, o terceiro, ao seu modelo de atuação, mencionados na tabela abaixo:

Tabela 3.8 Modelo de Atuação da Auditoria Interna

Atuação	Descrição
Vetores	<ul style="list-style-type: none"> • Atitude; • Entrega; • Disposição.
Pactos	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação; • Corresponabilidade; • Confiança.
Premissas	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação na 3ª linha de defesa; • Autonomia em processos; • Especialização das equipes nos processos a serem auditados; • Visão digital.

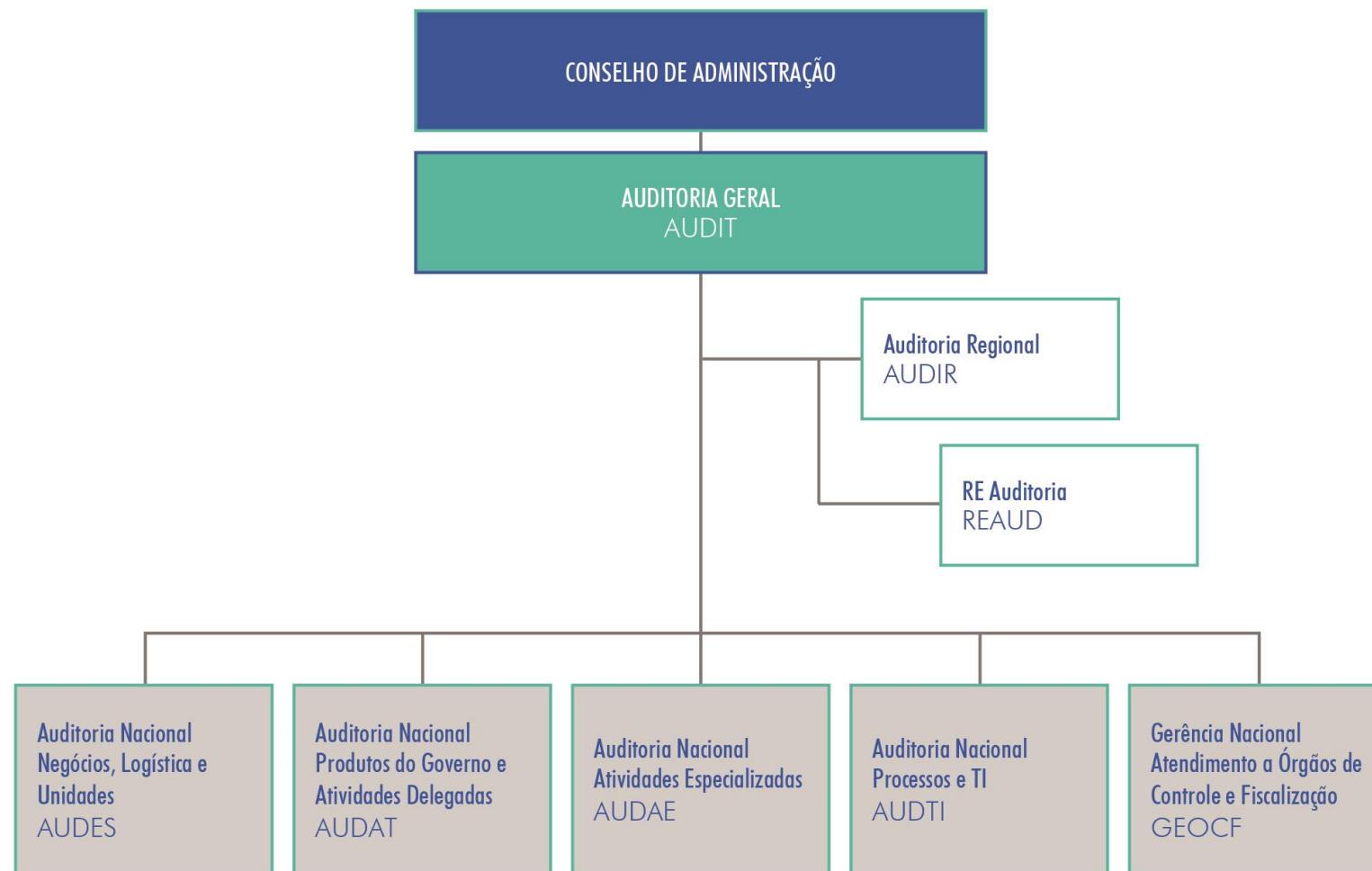


Figura 3.5 Organograma AUDIT

Principais ações realizadas em 2018

O dimensionamento dos trabalhos de auditoria é realizado por meio de cálculo da hora líquida disponível de cada auditor e, em 2018, a AUDIT executou 538.664 horas de auditoria, com abrangência em 48 segmentos, que são macroprocessos ou temas passíveis de atuação de auditoria.

Os segmentos que representaram 42% do esforço da AUDIT em 2018 são apresentados a seguir:

Tabela 3.9 Segmentos Demandantes de Esforço da Audit em 2018

Segmento	Horas	Percentual
Crédito comercial	51.288	10%
Crédito imobiliário	48.629	9%
FCVS	32.429	6%
Contabilidade e Tributos CAIXA	28.237	5%
Contratações (inclusive TI)	25.670	5%
Gestão e Controle na Rede	21.842	4%
Canais	17.899	3%

Ademais, foram realizados 43 trabalhos de auditoria interna não previstos no Plano Anual de Auditoria Interna 2018, que totalizaram 28.172 horas, com abrangência em 22 segmentos, dos quais destacamos na próxima tabela aqueles que representaram mais horas de auditoria:

Tabela 3.10 Segmentos Demandantes de Esforço da Audit não Previstos no Plano Anual em 2018

Segmento	Horas	Percentual
Crédito Imobiliário	5.664	20%
Gestão e Controle na Rede	3.447	12%
Crédito Comercial	3.100	11%
Prevenção à Lavagem de Dinheiro	1.822	6%
Canais	1.520	5%
Previdência Privada Fechada	1.380	5%
Aquisições de TI	1.296	5%

A AUDIT incentiva o aprimoramento contínuo de seu quadro de auditores reservando horas em seu PAINT para Ações Educacionais (AE) planejadas e desenvolvidas pela Escola de Auditoria e treinamentos promovidos pelas Auditorias Nacionais, além de participação em congressos, workshops e seminários, nos diversos segmentos de atuação.

Em 2018 foram realizadas 38.467 horas de capacitação, haja vista a importância dada pela Alta Administração da CAIXA na capacitação em conhecimentos especializados pela equipe AUDIT, o fortalecimento da Escola de Auditoria e a ratificação da premissa de especialização das equipes nos processos a serem auditados.

Canais de Acesso ao Cidadão

Tabela 3.11 Atendimento CAIXA

Canal	Forma de Contato
SAC CAIXA	<ul style="list-style-type: none"> Telefone - 0800 726 0101 (telefone fixo ou celular) Assuntos - Reclamações, sugestões, elogios, pedidos de cancelamento, informações sobre produtos e serviços da CAIXA. Período de atendimento - 24 horas por dia, 7 dias por semana.
Ouvidoria CAIXA	<ul style="list-style-type: none"> Telefone - 0800 725 7474 Assuntos - Denúncias e reclamações não solucionadas. Período de atendimento -> Em dias úteis, das 09:00 às 18:00.
De Olho na Qualidade (Exclusivo Minha Casa Minha Vida)	<ul style="list-style-type: none"> Telefone - 0800 721 6268 (telefone fixo ou celular) Assuntos - Dúvidas, reclamações, elogios e denúncias referentes ao programa Minha Casa Minha Vida. Período de atendimento - 24 horas por dia, 7 dias por semana.
CAIXA Cidadão	<ul style="list-style-type: none"> Telefone - 0800 726 0207 (telefone fixo ou celular) Assuntos - Para atendimento referente a PIS, Benefícios Sociais, FGTS, Cartão Social e Resultado de Loterias. Período de atendimento - De segunda a sexta-feira, das 8h às 21h, e aos sábados, das 10h às 16h. O serviço de consulta eletrônica está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.
Atendimento Comercial	<ul style="list-style-type: none"> Telefone - 3004.1105 Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800 726 0505 demais regiões (telefone fixo ou celular) Assuntos - Informações sobre movimentações financeiras.
Renegociação de Dívidas	<ul style="list-style-type: none"> Telefone - 0800 726 8068 (Opção 8 no atendimento automático)
Atendimento aos clientes no exterior	<ul style="list-style-type: none"> Telefone - 55 (61) 3533-2000 (ligação a cobrar com atendimento em português)
Deficiente Auditivo	<ul style="list-style-type: none"> Como contatar - 0800 726 2492



Suporte Tecnológico
para Empresas e
Governo

- **Telefone** - Capitais e regiões metropolitanas - 3004 1104 e Demais regiões - 0800 726 0104
- **Canais Digitais** -
 - Site da CAIXA, Internet Banking, Mensagens via celular e Terminais de Atendimento (atendimento funciona 24 horas por dia, sete dias por semana)
 - Portal de Compras, Certificado Digital, Farmácia Popular e FIES (Todos os dias, das 7h às 20h)
 - Convênios, referente a produtos como Convênios, Cobrança, Folha de Pagamento, Pagamento eletrônico, Débito em Conta, CAIXA Rápido, Conectividade Social, SEFIP e GRRF (Segunda a sexta, das 7h às 20h, e sábados, entre 7h e 13h, para suporte empresarial)
 - SIBEC, Bolsa Família, GovConta, GovCorporativo, SISTN, SimBrasil, Cadmut/FCVS, e Cadastro Único para suporte a Empresas e Estados e Municípios (Segunda a sexta, das 7h às 20h)

Tabela 3.12 Atendimento Cartões CAIXA

Canal	Forma de Contato
SAC Cartão de Crédito	0800 726 0101
Cartões Azul, Nacional, Internacional, Gold e Mais	4004 9009 (Capitais e regiões metropolitanas) 0800 940 9009 (Demais localidades)
Cartões Platinum, Grafite, Visa Infinite, MasterCard Black e Elo Nanquim	4004 9001 (Capitais e regiões metropolitanas) 0800 940 9001 (Demais localidades)
Cartões Empresariais	4001 9008 (Capitais e regiões metropolitanas) 0800 001 2100 (Demais localidades)
Cartão Construcard	3004-2100 (capitais e regiões metropolitanas); 0800 001 2100 (Demais localidades).
Atendimento a clientes portadores de deficiência auditiva e de fala	0800 882 2492 Cartões Pessoa Física 0800 728 4462 Cartões Pessoa Jurídica
Atendimento CAIXA no Exterior	55 21 3506 0999 * A ligação deve ser feita a cobrar.

Tabela 3.13 Atendimento CAIXA Seguradora

Canal	Forma de Contato
Serviços e Relacionamento	0800 702 4000
Fale Conosco CAIXA	http://fale-conosco.CAIXA.gov.br/wps/portal/faleconosco
Atendimento Denúncias – Site CAIXA	http://fale-conosco.CAIXA.gov.br/wps/portal/faleconosco/home/formulario/denuncias
Fale com o Presidente	falecomopresidente@CAIXA.gov.br
Público Externo	Site da CAIXA (Fale Conosco/Fale com o Presidente/Atendimento Denúncias e Ouvidoria CAIXA) Folheteria Agências, Unidades Lotéricas e Correspondentes Bancários (Ouvidoria e SAC CAIXA)

Relatório Institucional das Atividades da Ouvidoria

A Ouvidoria publica o Relatório Institucional da unidade, que traz informações quantitativas e qualitativas sobre as atividades desenvolvidas. O último Relatório disponível foi disponibilizado no link:

<http://fale-conosco.CAIXA.gov.br/wps/portal/faleconosco> > menu lateral "Outras Informações" > opção "Relatório de Ouvidoria".

Serviço ao Cidadão

Serviço oferecido

A Ouvidoria presta atendimento focado no aspecto coletivo, porém, sem desprezar as necessidades individuais. Esse serviço é a última instância para a solução dos conflitos entre empresa/fornecedor e cliente. Além disso, a unidade possui autonomia para demandar as diversas áreas do Banco, e deve utilizar as reclamações para fomentar mudanças de comportamento e conduta do Banco. Cumpre ainda à Ouvidoria, o diálogo com os órgãos externos em relação a temas que envolvem o atendimento de reclamações dos consumidores, como o Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, PROCON, Febraban etc.

Requisitos, documentos e informações necessárias para acessar o serviço

Não há requisitos mínimos de acesso à Ouvidoria. Qualquer pessoa, brasileiro ou estrangeiro, pode buscar o atendimento da Ouvidoria CAIXA, contudo, a resposta ao demandante atentará aos ditames legais sobre sigilo bancário da informação.

Principais etapas para processamento do serviço

As principais etapas do serviço de atendimento da Ouvidoria são: a) Registro (recebimento do manifesto do consumidor); b) Tratamento (busca pela solução definitiva e satisfatória para o demandante); c) Resposta (comunicação acerca dos encaminhamentos e tratamentos dispensados ao caso, bem como de eventuais procedimentos a serem adotados pelas partes).

Prazo máximo para a prestação do serviço

O prazo de resposta às demandas de Ouvidoria não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação, nos termos da Resolução nº 4.433/2015/CMN.

Mecanismos de consulta, por parte dos usuários, acerca das etapas, cumpridas e pendentes, para a realização do serviço solicitado

Todos os atendimentos realizados pela Ouvidoria são identificados por número de protocolo, sendo possível a consulta do andamento da demanda.

Aferição Do Grau De Satisfação Dos Cidadãos-Usuários

A Ouvidoria monitora a satisfação dos clientes/cidadãos, acrescentando nas respostas direcionadas aos demandantes o link de pesquisa para avaliação em relação à solução do problema e também em relação ao serviço prestado pela Ouvidoria.

Ainda, cabe destacar que disponibilizamos solução para avaliar a satisfação dos clientes/cidadãos atendidos em agências e no SAC, que recebem SMS com a opção de atribuir nota para o atendimento prestado.

Quantidades de reclamações (SAC, Ouvidoria, PROCON, BACEN e Outras origens)

O quadro abaixo apresenta a quantidade total de reclamações na CAIXA nas diversas origens, em que se verifica a redução de 13,89% no total do 1º SEM/2018 para o 2º SEM/2018. Também verificamos que houve queda no número de reclamações relativizadas pelo número de clientes.

Tabela 3.14 Total de Reclamações por milhão de clientes

	1º SEM 2018	2º SEM 2018	Δ%
Total de Ocorrências	341.854	294.374	-13,89
Clientes CAIXA	89.400.300	90.926.718	1,71%
Ocorrências p/ Milhão	3.824	3.237	-15,33%

Abaixo, apresenta-se a evolução dos registros de reclamações nas diversas origens:

Tabela 3.15 Evolução dos registros de reclamações

Origem	1º SEM 2018	2º SEM 2018	Δ%
SAC	279.070	237.021	-15,07%
Ouvidoria	11.474	10.167	-11,39%
BACEN	22.326	21.292	-4,63%
PROCON	18.876	15.823	-16,17%
Consumidor Governo	8.985	8.842	-1,59%
Outras	1.123	1.229	9,44%
Total Geral	341.854	294.374	-13,89%

Na tabela abaixo apresentamos dados referentes aos atendimentos em Tele Serviços da CAIXA:

Tabela 3.16 Atendimento em Tele Serviços

Tele Serviços - Filas	Atendimentos	
	Humano	URA
Cartões - 0800 940 9009	21.183.762	46.239.648
Cidadão - 0800 726 0207	19.460.834	72.658.282
Comercial - 0800 726 0505	5.924.995	242.212.197
De olho na qualidade MCMV - 0800 721 6268	395.221	-
Negocial - 0800 726 8068	1.678.224	-
SAC - 0800 726 0101	2.142.830	-
STE - 0800 726 0104	4.063.098	-
Redes Sociais	186.905	-
Consumidor.gov.br	18.842	-
Total Geral	75.054.511	361.110.127

Contribuição da Ouvidoria para o Alcance dos Objetivos Estratégicos e Missão Institucional da CAIXA

A Ouvidoria da CAIXA se organizou em 2018 de forma a fomentar a melhoria de processos, a inovação, a geração de informações executivas e a interlocução com as instâncias de governança do Banco.

Elaboramos um plano com mais de 50 ações de melhoria de produtos e serviços em parceria com as Diretorias Executivas visando a otimização da experiência do cliente e redução de infrações apontadas pelo Banco Central.

Conquistamos o 5º lugar no Ranking de Reclamações do Bacen (<https://www.bcb.gov.br/ranking/index.asp>) do 4º TRI/2018, um excelente resultado, levando-se em consideração que a empresa iniciou 2018 em primeiro lugar do Ranking, com um índice de 27,62 reclamações por milhão de clientes para atingir a 5ª colocação e um índice de 18,92.

Além disso, houve a melhoria da colocação da Ouvidoria da CAIXA no Ranking de Qualidade de Ouvidorias do Bacen (<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/rankouvidoria>), atingindo o posto de 2º melhor Ouvidoria entre os grandes Bancos no 3º tri/2018 (última apuração realizada até o momento).

Foram realizados encontros sobre qualidade do atendimento com todas as Diretorias e Superintendências Regionais do País, cujos empregados atuam na linha de frente do atendimento aos clientes e cidadãos.

As jornadas dos clientes e das reclamações foram desenhadas para mapear o impacto das reclamações, o que pautou debates para melhoria dos produtos e serviços para melhor atender os clientes.

Foram criados os Alertas de Ouvidoria para as Diretorias Executivas sobre reclamações e infrações críticas relacionadas a produtos e serviços.

Visando a melhoria da atuação junto à sociedade e reforçando seu compromisso em bem servir milhões de clientes e cidadãos, a Ouvidoria continuará atuando nas causas-raízes dos problemas, por meio da cooperação com as demais unidades do Banco e monitoramento ostensivo das reclamações, atendendo às expectativas dos órgãos reguladores e de defesa do consumidor, buscando a melhoria da experiência do cliente, bem como a eficiência e a sustentabilidade em seus processos.

Lei de Acesso à Informação

A Lei 12.527 - Lei de Acesso à Informação (LAI), publicada em 18 de novembro de 2011, regula o acesso à informação previsto no art. 5º da Constituição. De acordo com a lei, órgãos e entidades da Administração pública federal direta e indireta, bem como organismos sem fins lucrativos que utilizam recursos públicos, deverão garantir amplo acesso às informações de interesse público.

Dispomos de estrutura interna para o atendimento de demandas oriundas da Lei de Acesso à Informação, buscando garantir amplo acesso às informações de interesse público.

No ano de 2018, o SIC da CAIXA recebeu 2.445 pedidos de acesso à informação, uma média de 203,75 pedidos por mês.

O tempo médio de resposta aos pedidos foi de 6,42 dias. Apenas 0,61% dos pedidos tiveram necessidade de prorrogação de prazo para atendimento.

Neste mesmo ano, os temas mais solicitados pelos cidadãos nos pedidos de acesso foram:

- Dados sobre Empregados (movimentações, desligamentos, quantidades);
- Loterias (dados de apostas, datas de apostas ganhadoras, quantidade de lotéricas); e

- Programa Minha Casa Minha Vida (empreendimentos, faixa de renda, inadimplentes).

Dos 2.445 pedidos encaminhados à CAIXA, apenas 231 (9,45%) geraram recursos para o chefe hierárquico. 68 foram encaminhados para a autoridade máxima, e apenas 38 (1,55% do total de pedidos) foram encaminhados para a CGU. Após posicionamento da CGU, apenas 10 recursos dentre os 2.445 pedidos foram encaminhados para a Comissão Mista de Reavaliação de Informações. E por fim, registramos com muito orgulho, que no ano de 2018, não tivemos nenhuma reclamação direcionada à nossa autoridade de monitoramento referente aos serviços prestados na Lei de Acesso à Informação.

Conforme os últimos relatórios divulgados pela CGU, em 2015, 2016 e 2017, figuramos entre os 5 órgãos mais demandados da Administração Pública Federal.

Esses números demonstram nosso firme comprometimento de atender o cidadão desde o seu primeiro pedido com transparência, agilidade, e eficiência, garantindo a confiança e satisfação da sociedade brasileira com o serviço prestado.

Mecanismos de transparéncia

Por acreditar que a informação pública pertence ao cidadão e que deve ser fornecida a ele pelo Estado, buscamos divulgar sempre de maneira clara e objetiva toda e qualquer informação de interesse coletivo através dos nossos canais.

Esse é um direito garantido por lei – Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – e que levamos muito a sério. Assim, em nosso portal de transparéncia, disponibilizamos dados importantes que dizem respeito à Caixa e ao seu papel diante a sociedade e ao Estado, como licitações, contratos, programas, estrutura organizacional e mais sobre a Lei de Acesso à Informação.

O portal pode ser acessado em:
<http://www.caixa.gov.br/acesso-a-informacao>

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

No tocante às iniciativas para acessibilidade em nossas instalações físicas, mantemos atualizados os padrões e diretrizes técnicas para acessibilidade nos ambientes e edificações.

Assim, as obras executadas em 2018 já contemplaram, entre outros aspectos, a acessibilidade. Foram investidos R\$ 335 milhões em imóveis de uso, com:

- 54 obras para mudanças de endereço/repositionamento da rede e de unidades administrativas ou para modernização de suas instalações, atendendo, sempre, às exigências legais de acessibilidade;
- 226 reformas com o objetivo de atender demandas legais (acessibilidade, programa de prevenção e combate a incêndio, outros), de segurança ou de habitabilidade;
- 188 obras de climatização;
- recomposição de 48 unidades sinistradas (explosões, incêndios, alagamentos, dentre outros);
- 64 novas unidades ou desmobilização de Unidades;
- Modernização de 332 Salas de Autoatendimento.

Ressaltamos que a CAIXA tem por premissa o cumprimento às exigências legais em toda intervenção realizada nos imóveis de uso existentes ou quando da instalação de novas unidades.

Gestão de Riscos e Controles Internos

Capítulo 4

4. Gestão de Riscos e Controles Externos

Linhas de Defesa

A CAIXA está alinhada às melhores práticas do mercado bancário ao adotar o modelo de Linhas de Defesa. Este modelo corresponde a uma forma simples e eficaz de melhoria do gerenciamento de riscos e controles, por meio do esclarecimento de papéis e responsabilidades essenciais de cada unidade.

São premissas das Linhas de Defesa:

- Agir certo sempre (responsabilização);
- Avaliar a efetividade dos controles e mitigadores frente aos riscos (monitoração);
- Melhoria contínua dos processos (otimização).

Como benefício tem-se a consolidação da cultura de riscos, o estabelecimento de inventário de riscos, a mitigação de perdas operacionais e a construção de uma visão integrada de riscos, de modo a fortalecer o ambiente de controle interno.

O modelo visa a simplificação e eficácia da comunicação do gerenciamento dos riscos em todos os níveis do Banco e é composto por três linhas que desempenham um papel distinto dentro da estrutura da organização, conforme descrito abaixo:

1^a Linha de Defesa: composta por todas as unidades da CAIXA, é responsável por identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os riscos inerentes aos processos sob sua gestão e atuar transversalmente, visando construir ações para tratamento dos riscos identificados que perpassam sua unidade e que impactam em seus processos.

Desta forma, possui como atribuição o gerenciamento dos seus processos sobre a ótica de controles e riscos, em todas as etapas dos seus processos/produtos/serviços, o estabelecimento de controles e mitigadores, além da elaboração de indicadores dos controles, limites e reportes para monitoramento de 2^a linha de defesa.

2^a Linha de Defesa: corresponde às unidades da Vice-Presidência Controles Internos e Gestão de Riscos e tem como responsabilidade o monitoramento dos controles de 1^a linha de defesa, a avaliação da existência e da efetividade dos indicadores de primeira linha, a elaboração de indicadores de segunda linha para as principais fragilidades da CAIXA, bem como a avaliação da efetividade de ações mitigadoras.

3^a Linha de Defesa: é executada pela Auditoria, a quem caberá auditar tanto os processos das Unidades que exercem o papel de 1^a linha de defesa, quanto os de 2^a linha de defesa.

A 3^a Linha avalia a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, compreendendo a forma de como a 1^a e a 2^a linha de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle.



Figura 4.1 Linhas de Defesa

Controle Interno

Ambiente de Controle

O ambiente de controle é composto pelas normas, políticas, processos e estruturas de uma organização, que orientam a condução do Controle Interno Institucional. A alta administração, bem como a estrutura de governança, destaca a importância do controle interno e das normas de conduta esperadas, reforçando as expectativas em todos os níveis da Organização.

Na CAIXA, o ambiente de controle é composto pelo Código de Ética, Políticas Institucionais, Treinamentos, Estrutura, Processos e Ferramentas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, com o objetivo de garantir a integridade e resguardar os valores éticos do Banco.

Dessa forma, atuamos conforme nossa Política de Controles Internos e em consonância com o COSO – comitê que estabelece princípios relativos ao Controle Interno.

Avaliação dos Riscos

A gestão de risco de uma instituição é baseada na possibilidade de ocorrência de evento que afete a realização dos objetivos propostos. Nesse sentido, o gerenciamento de riscos e de capital é balizado pelas boas práticas de mercado, bem como pelo cumprimento das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e é realizado por intermédio de estruturas compatíveis com a dimensão de exposição do Banco a riscos relevantes.

São considerados relevantes os riscos de crédito, operacional, de mercado, de variação de taxa de juros, de crédito, de contraparte, de concentração, de liquidez, de estratégia, de imagem/reputação, de contágio, de Tecnologia da Informação/cibernético, atuarial, socioambiental e compliance.

A CAIXA e nossas subsidiárias entendem que assumir e gerenciar riscos é fundamental para resguardar os recursos financeiros e corrobora com a geração de valor e com a preservação da imagem da Instituição, como Banco público sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

Avaliação dos riscos que podem comprometer o atingimento dos objetivos estratégicos

Entre os riscos que podem comprometer o atingimento dos nossos objetivos estratégicos podemos citar: crédito, operacional, mercado e liquidez, estratégico, atuarial, socioambiental, reputação, contágio, segurança da informação e TI.

Para mitigação dos riscos que podem comprometer a estratégia, realizamos negócios com rentabilidade mínima e resultado econômico-financeiro positivo, buscamos a obtenção de lucro que seja compatível com a abrangência, perfil de risco e complexidade dos nossos negócios, levando em conta os aspectos econômico, social e ambiental.

A CAIXA controla, monitora e mitiga as exposições aos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos relevantes, a fim de minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na sua capacidade de geração de resultado e no cumprimento dos seus objetivos estratégicos, considerando a relação custo-benefício decorrente de sua implantação.

Além disso, apresentamos relatórios que contêm informações relevantes quanto às potenciais fragilidades, ações de mitigação realizadas e os resultados esperados. Essas informações subsidiam a Alta Administração para a tomada de decisão, inclusive de ordem estratégica.

Destacamos ainda a realização de trabalho pela SUCOI/GECIC (RCI 2SEM18), que registrou a necessidade da padronização e alinhamento das Estratégias de Negócios e Planos Funcionais e acompanhamento contínuo de sua execução, considerando o impacto na implementação do Plano Estratégico Institucional e, consequentemente, no atingimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

Atividades de Controle

A fim de garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela administração para mitigação de riscos que possam afetar a realização dos nossos objetivos, as ações de controle são realizadas por meio de políticas e procedimentos. Saliente-se que as atividades de controle devem ser efetuadas em todas as instâncias, bem como em todas as etapas dos processos corporativos, no ambiente tecnológico e na segregação de funções.

Segregação de Atividades - O princípio da segregação de atividades, conforme disposto em política interna, determina que as atividades de gerenciamento de riscos são segregadas

das atividades negociais e da auditoria interna, mantendo unidades independentes de desenvolvimento e de validação e monitoramento de seus modelos de forma a preservar a imparcialidade dos trabalhos executados e a evitar conflitos de interesse.

Limites de Alçada - O Sistema de Manuais Normativos divulga as normas do Regime de Alçadas, constituído por normativos que apresentam o conjunto de valores que limitam as decisões da autoridade competente, em razão da natureza da operação, visando o ordenamento dos negócios do Banco.

Na CAIXA a fixação de alçadas é de competência do Conselho Diretor, do Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros e do Conselho de Fundos Governamentais e Loterias.

Controles Relativos ao Gerenciamento de Riscos

- Possuímos Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA, que estabelece indicadores de efetividade, e norma interna que define os limites de exposição a risco de mercado, de carteira de crédito e operacional. Possuímos, ainda, a Política de Risco e normativo sobre o Risco do Tomador de Crédito que disciplina as regras para identificação, avaliação, mensuração, mitigação e acompanhamento do risco do tomador de crédito.

Controle e Prevenção contra Crimes de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo - A Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT) é um processo desenvolvido com o objetivo de evitar que sejamos alvo da prática dos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo, especificados em lei e normas decorrentes.

Informação e Comunicação

A administração obtém, gera e utiliza informações importantes e de qualidade, originadas tanto de fontes internas quanto externas, sendo um processo interativo e contínuo, com o intuito de auxiliar o funcionamento de outros componentes do controle interno.

A **comunicação interna** é a forma pela qual as informações são transmitidas para toda a Organização. Ela permite que os empregados recebam a mensagem da alta administração de forma clara, destacando as responsabilidades relativas ao controle interno. As informações são transmitidas observando os princípios da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.

A **comunicação externa** permite que a Organização receba informações de fontes externas e forneça informações em resposta a requisitos e expectativas.

Tanto empregados CAIXA como o público externo têm à disposição diversos canais de comunicação:

- **Público interno** - os canais de informação disponíveis na intranet são: jornal da CAIXA, portal do empregado, portal dos blogs e portal dos manuais normativos de uso interno. Além dos meios disponibilizados pela intranet, utilizamos e-mails institucionais para divulgação de informações em geral, campanhas e outras funcionalidades.
- **Público externo** - disponibilizamos sitio na internet, Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) e a Ouvidoria CAIXA.

Segurança dos Sistemas

Possuímos também uma Política de Segurança da Informação que contém princípios e diretrizes para proteção e disciplina do uso dos ativos de informação da CAIXA ou sob sua custódia, assegurando a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade.

O processo de qualificação de dados adota a metodologia Processo de Qualificação de Dados (PrQD), que se baseia em metodologias de mercado e propõe um ciclo de qualificação de dados com quatro fases: definição, medição, análise e melhoria.

Processamento de informações – Contabilidade

As operações diárias originam-se em diversas unidades, principalmente nas Agências, Agentes Lotéricos e Correspondentes Bancários. Os sistemas operacionais - transacionais - que tratam as operações realizadas em nossas diversas unidades são de responsabilidade dos gestores de negócios, que na condição de 1^a linha de defesa, devem garantir sua integridade e qualidade.

Atividades de Monitoramento

O monitoramento do SCI tem por objetivo verificar se os princípios e diretrizes descritos na Política de Controles Internos do Conglomerado CAIXA existem e são cumpridos. Para tanto, são realizadas avaliações contínuas e/ou independentes com base em critérios estabelecidos por entidades reguladoras e por organismos de normalização reconhecidos, por exemplo o COSO.

As deficiências de controle interno são avaliadas e comunicadas tempestivamente, possibilitando a tomada de ações corretivas pelos responsáveis, inclusive pela alta administração.

Visando identificar condutas ilícitas ou que estejam gerando insatisfação dos clientes, dispomos de um canal para registro, tratamento e resposta de ocorrências de denúncias e reclamações. O monitoramento das ocorrências no canal de denúncias permite alertar os gestores e a administração sobre riscos de imagem e/ou financeiros possibilitando a correção de produtos/ serviços, procedimentos, rotinas e normas internas.

Compliance

A gestão de compliance centra-se no monitoramento regulatório externo e interno, roteiro padronizado para lançamento/revisão de produtos e serviços, gestão de Transações com Partes Relacionadas e fortalecimento dos pilares do Programa de Integridade da instituição.

Normas Externas

O monitoramento regulatório externo se dá por meio do acompanhamento, pelos gestores da 1^a linha de defesa, da publicação de normas que tenham impacto em nossas atividades a fim de internalizar as determinações legais aos seus processos.

A área de compliance, como 2^a linha de defesa, acompanha o efetivo atendimento do arcabouço legal imposto à Instituição.

Normas Internas

Em aderência à Política de Compliance da Instituição, disponibilizamos aos empregados canal oficial de comunicação normativa por meio do qual são divulgados os normativos internos, as políticas corporativas, regulamentos e códigos de conduta, os regimes de alçadas, além dos modelos, normativos operacionais e setoriais que orientam as atividades na instituição.

Adicionalmente ao canal, são utilizadas outras ferramentas de comunicação que contribuem para a disseminação de orientações tais como: cartilhas, ações educacionais na Universidade CAIXA, divulgação de comunicações eletrônicas e informes, blogs, entre outros. Tais ferramentas demonstram que propiciamos um ambiente em que normas e procedimentos são divulgados e discutidos.

Lançamento/Revisão de Produtos e Serviços

O lançamento, revisão e retirada de produtos, serviços, operações e fundos de investimentos, visando atender ao fluxo de governança corporativa, é precedido por tramitação na ferramenta Roteiro Padrão, com o objetivo de assegurar a atuação dos agentes de governança.

A metodologia fornece checklist composto de fases e procedimentos para verificação dos requisitos aderentes ao planejamento estratégico, ao cumprimento de normas externas e internas, ao suporte operacional e tecnológico, com foco no cliente e na gestão de riscos.

Consta no Roteiro Padrão fase que assegura, desde o início do projeto, a manifestação das áreas de risco, controle interno, compliance, controladoria e segurança, no intuito de

identificar riscos e fragilidades no lançamento de produtos e serviços, possibilitando indicar eventuais ajustes em processos e sistemas, necessários ao bom funcionamento do negócio.

Ao longo do ano de 2018, 30 novos produtos foram aprovados e disponibilizados em nosso portfólio e 06 produtos reposicionados mediante tramitação no Roteiro Padrão.

Atuação do Agente de compliance

Contamos com a figura do Agente de Compliance que atua de forma residente e descentralizada em áreas cujos riscos apresentam alto grau de relevância.

Esse profissional da área de controle e risco é responsável por garantir a efetividade dos mecanismos de controle, reportar à governança o resultado da verificação in loco da atuação da 1^a Linha de Defesa na gestão do risco regulatório e de conduta, bem como disseminar a cultura de compliance na instituição.

Os trabalhos desenvolvidos pelos Agentes de Compliance fundamentam-se na análise de fragilidades e exposição a riscos nos processos relativos ao atendimento regulatório, ao padrão normativo e ao estabelecimento de políticas.

A criação da figura do Agente de Compliance, ocorrida em setembro/2017, vem atender à exigência do Banco Central do Brasil quanto à necessidade de fortalecimento da Função Compliance nas instituições financeiras.

Gestão da Transação com Partes Relacionadas

Promovemos condições para que as decisões envolvendo transações com Partes Relacionadas sejam pautadas nos direcionadores estratégicos do Conglomerado CAIXA e sejam tomadas nos termos da

legislação e regulamentação vigentes, de forma a dar transparência ao processo, consoante as melhores práticas de Governança Corporativa.

No período de fevereiro a dezembro de 2018, a Comissão de Transações com Partes Relacionadas recepcionou 36 propostas para avaliação, as quais representaram matérias de relevância estratégica para a CAIXA e envolveram valores de grande monta e, adicionalmente, foram objeto de avaliação pós-contratação 22 operações de crédito contratadas com partes relacionadas.

Matriz de Conformidade

É uma ferramenta utilizada para divulgar os índices de Conformidade das Unidades do Banco com indicadores previamente definidos, a fim de estimular a melhoria contínua, a disseminação da cultura de controle e compliance e a busca para atingir a meta de 100% de conformidade nos processos da instituição.

Programa de Integridade

O Programa de Integridade encontra-se instituído e é fundamentado em 8 pilares, observadas as exigências da Lei nº 12.846/13 e do Decreto nº 8.420/15. Suas medidas têm o objetivo de pautar a conduta de dirigentes, empregados, parceiros e terceiros de todo o conglomerado CAIXA.

O monitoramento da Existência, Efetividade e Qualidade do Programa integram a avaliação de Compliance, e os resultados são submetidos periodicamente aos Conselhos de Administração e Diretor, colegiado responsável por aprovar eventuais propostas de melhoria, conforme figura ao lado.

Não há registros pela CGU de processo Administrativo de Responsabilização com envolvimento da CAIXA.

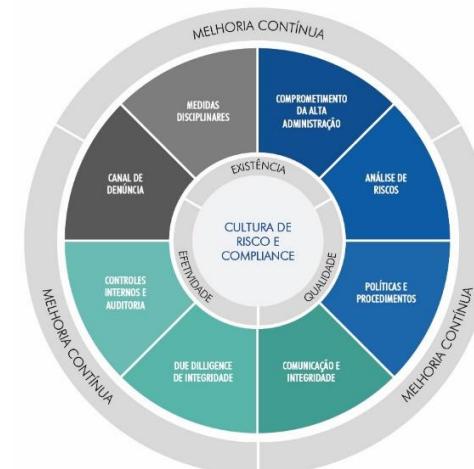


Figura 4.2 Programa de Integridade CAIXA

Prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

Atuamos na Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, com promoção de ações que desestimulem a utilização da CAIXA na prática desses ilícitos, fortalecendo o sistema financeiro. Contamos com uma política que normatiza princípios e diretrizes a serem observadas por todos os empregados na realização das suas atividades.

Adotamos ainda mecanismos que permitem identificar o cliente, o empregado, o parceiro, o fornecedor e o prestador de serviços e conhecer, quando pertinente, a origem e a constituição de seu patrimônio e dos seus recursos financeiros, comunicando as situações com indícios de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Cultura de Risco

Temos promovido a disseminação constante da cultura de riscos na instituição visando fomentar a atuação de nossos empregados, como gestores de riscos, que buscam continuamente identificar e mitigar os perigos e ameaças às quais estamos expostos nas mais diversas situações do dia a dia de trabalho.

Com a marca RISCO.CAIXA, e o lema AGIR CERTO SEMPRE, a Cultura de Riscos CAIXA estabelece, de modo objetivo e estruturado, cinco pilares: Visão Integrada, Identidade, Conformidade, Orientação e Resiliência, os quais servem para nortear todas as ações e atitudes dos nossos empregados, inspirando inclusive, nossos clientes, fornecedores e parceiros, conforme abaixo:



Figura 4.3 Pilares da Cultura de Risco CAIXA

Políticas de Gerenciamento de Riscos

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos visa promover a gestão dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, operacional, de liquidez, e demais riscos relevantes, de forma contínua e integrada, a que o Conglomerado CAIXA está exposto, visando manter a exposição a esses riscos em níveis considerados aceitáveis pela administração da Instituição, assegurando nossa solvência, liquidez e sustentabilidade.

Estabelecemos limites de exposição e de perdas para cada categoria de risco visando preservar a nossa solvência, liquidez, rentabilidade, observando as normas regulatórias, determinações do controlador e as boas práticas de mercado.

A validação e o monitoramento são realizados de forma contínua e, caso apresentem resultados que não sejam satisfatórios às boas práticas e normas internas e externas, são revistos e adequados para que se mantenham aderentes à finalidade para a qual foram desenvolvidos.

As políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos do conglomerado CAIXA são revisadas e aprovadas pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração no mínimo anualmente, com o objetivo de mantê-las adequadas à natureza, complexidade e dimensão das exposições a riscos e compatíveis com nossos objetivos estratégicos.

Apetite a Riscos

A capacidade por riscos está intimamente ligada à resiliência de determinada organização em suportar o impacto de determinado risco, enquanto o apetite ou tolerância por riscos diz respeito a predisposição dos acionistas em assumirem determinados níveis de exposição ao risco, independentemente de sua capacidade de suportar o seu impacto.

Neste contexto, o apetite por risco mostra o quanto uma instituição está disposta a assumir de risco, a fim de cumprir o seu plano de negócios e alcançar seus objetivos estratégicos. A Declaração de Apetite por Riscos que elaboramos inclui componentes qualitativos e limites quantitativos, em que os componentes qualitativos descrevem uma cultura de risco segura e evidenciam como a instituição avalia e aceita riscos.

Riscos Relevantes

Risco de Crédito

O risco de crédito é traduzido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; à reestruturação de instrumentos financeiros; ou a custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Adotamos modelos de avaliação, classificação e mensuração do risco de crédito suportados por métodos estatísticos, especialistas ou fundamentalistas, aplicados às propostas de crédito, à prospecção de clientes, quer sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado ou público, com ou sem fins lucrativos, conforme o segmento e natureza da avaliação de risco e decisão técnica da área de risco de crédito.

A avaliação do risco de crédito considera diversos fatores como a carteira de crédito, o tomador ou emissor dos títulos/valores mobiliários, os dados demográficos, o histórico de comportamento de crédito, a capacidade econômico-financeira, o cenário macroeconômico e setorial, o grupo econômico/conglomerado, a estrutura da operação e a liquidez e suficiência das garantias, entre outros.

O risco de crédito é reavaliado periodicamente em observância às normas estabelecidas pelos órgãos reguladores, contemplando a natureza, prazo, situação do contrato e relevância da operação.

Estabelecemos limites de exposição e de concentração de risco de crédito, por tomador, por setor de atividade econômica e por segmento de atuação, bem como para aquisição de ativos financeiros.

São estipulados ainda, limites de risco e exposição para operações que envolvam o FGTS em que a CAIXA atue como agente financeiro ou como repassador de recursos, ou que preste garantia ao FI-FGTS ou às suas carteiras administradas – residencial, de saneamento e de transportes.

Risco Operacional

A gestão do risco operacional considera os fatores internos (pessoas, processos e sistemas) e externos que podem afetar adversamente a realização dos nossos objetivos, tais como falhas em processos e sistemas, erros na execução de procedimentos e interrupção e demora no retorno de atividades críticas.

Nossa exposição ao risco operacional é relevante e constantemente adotamos medidas para aprimorar os procedimentos relacionados à identificação de riscos, gestão de continuidade de negócios e desenvolvimento e revisão de modelos e ferramentas utilizados no gerenciamento do risco operacional.

Para identificação de riscos inerentes aos nossos negócios e modelo de atuação, analisamos informações proprietárias e de domínio público que são mantidas em nossos repositórios de dados.

Mantemos um programa de continuidade dos negócios que suporta nosso plano de reação a possíveis interrupções nos serviços e atividades, como elemento fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Procuramos nos antecipar à materialização dos riscos, utilizando-se de indicadores e modelos prospectivos que nos auxiliam a identificar as principais fontes de fragilidades que geram nossas exposições ao risco, as potenciais perdas operacionais a que estamos sujeitos, bem como nos permite elaborar ações de mitigação de risco para correção dessas fragilidades.

Risco de Mercado

Nossos ativos estão sujeitos ao risco de mercado que é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo a variação das taxas de juros e dos preços de ações, variação cambial e dos preços de mercadorias.

Monitoramos os limites de exposição a risco de mercado diariamente e reportamos mensalmente a alta governança. Caso ocorra extrapolação de limites a alta governança é imediatamente comunicada.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e a resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Risco de Liquidez

Estamos sujeitos ao risco de liquidez que é a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Mantemos adequada estrutura de gerenciamento de risco de liquidez e possuímos Plano de Contingência de Liquidez com definição de limites para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez.

A ocorrência de quaisquer extrapolações dos limites de liquidez é comunicada imediatamente a alta governança para avaliação quanto à decretação de regime de contingência de liquidez.

Risco de estratégia

O risco de estratégia decorre de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas de decisão.

Em nossa visão, quanto mais consistentes as ferramentas de monitoramento e controle do Plano Estratégico e quanto melhor for nossa capacidade de adequar-se às mudanças do ambiente de negócios para continuar cumprindo sua missão rumo à visão de futuro, menor será o seu risco de estratégia.

Neste sentido, o risco de estratégia é mitigado por meio das ferramentas e instrumentos de monitoramento e controle do Planejamento Estratégico.

O monitoramento e aferição dos resultados do planejamento estratégico levam, sempre que necessário, a revisões e correções de rumo, tanto no nível estratégico como no operacional. Essa atividade tem a capacidade de minimizar os efeitos de mudanças adversas nosso ambiente de negócios permitindo que a Instituição adote medidas específicas para assegurar sua sobrevivência, impondo revisões periódicas de seus Planos Estratégicos.

Risco atuarial

O Risco Atuarial decorre da incerteza nos parâmetros ou premissas atuariais aplicadas nos planos de previdência complementar, seguros, planos de saúde e demais benefícios pós-emprego de responsabilidade da instituição patrocinadora.

Entre os riscos relevantes aos quais estamos expostos há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de planos de previdência geridos pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, de plano de saúde (Saúde CAIXA) e de auxílio alimentação.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um plano de previdência, com os beneficiários de planos de saúde e com outros beneficiários.

Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Todas as instituições financeiras estão expostas a riscos de natureza ambiental ou social, por meio de seus clientes, sejam tomadores de crédito ou aplicadores de recursos, além das ações internas adotadas pelo próprio Banco.

Os principais riscos socioambientais estão relacionados, via de regra, com poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

Risco de reputação

Risco de reputação é aquele decorrente da percepção negativa sobre a instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou supervisores.

Para nós, o risco de reputação decorre da percepção dos nossos clientes internos e externos em relação aos serviços e produtos disponibilizados e, ainda, em relação às atividades e projetos nos quais está envolvida.

O risco de Reputação é na maior parte das vezes consequência do mau gerenciamento de outros riscos, que se torna público e faz com que a empresa sofra com os impactos negativos de determinada prática adotada.

Desta forma, possuímos unidades específicas responsáveis pelo relacionamento com cada stakeholder, possuindo políticas e ferramentas de gestão capaz de mitigar a percepção negativa.

Esta mitigação é essencialmente preventiva, desenvolvida por meio de ações e políticas de relacionamento que contribuem para otimizar a percepção dos stakeholders em relação a CAIXA.

Risco de Contágio

O Risco de contágio é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para as entidades integrantes do conglomerado decorrentes de seus relacionamentos, contratuais ou não, com outras entidades não consolidadas. Tais relacionamentos podem ser estabelecidos não somente por meio de participação de capital, mas por outros mecanismos, como parceria ou patrocínio, consultoria e assessoria, participação na gestão ou operação e relações comerciais ou financeiras.

Observamos o Risco de Contágio em empresas do conglomerado não prudencial, na securitização de crédito, em entidades comerciais não financeiras e em alguns fundos de investimento.

Risco de Concentração

A gestão do risco de Concentração não se confunde com a observação dos limites de concentração requeridos pelos órgãos reguladores. O risco de concentração é tratado nesta política como uma análise complementar que aborda outros aspectos de concentração os quais podem tornar-se potenciais fontes de perda para os investidores.

A abordagem será específica para cada fundo e dependerá de sua política de investimento e compreenderá os seguintes aspectos: avaliação da concentração setorial e da concentração por fator de risco dentro de um determinado mercado.

Gestão da Segurança da Informação, do Risco Cibernético e de Tecnologia da Informação

Com a gestão eficaz, reduzimos a probabilidade desses riscos se materializarem e impactarem negativamente os clientes, processos, serviços e empregados. Para auxiliar essa gestão, **remodelamos nossa estrutura de forma a dar ênfase nos riscos especializados de Segurança da Informação, Risco Cibernético e de Tecnologia da Informação.**

Essa gestão possui caráter estratégico e tem por objetivo estabelecer princípios, premissas, valores, regras, responsabilidades e diretrizes para o tratamento e manuseio dos ativos de informação da Instituição ou que estejam sob sua responsabilidade, em conformidade às estratégias estabelecidas, à legislação vigente e às boas práticas de governança corporativa.

Para isso, foi proposta uma nova política que conte com a participação de todos os funcionários, contemplando estes riscos, com investimento em ações de prevenção, mediante análise de riscos e de vulnerabilidades nos ambientes da organização, de adequação às normas, às regulamentações e à legislação, e de promoção de campanhas de sensibilização dos seus empregados.

Ações Trabalhistas e Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais

No comparativo com 2017, houve uma redução de 25% no ajuizamento de novas ações e aumento de 28% nas extinções.

A movimentação deste contencioso decorreu de uma conjunção de fatores:

- i. melhoria da gestão dos contratos de prestadores de serviços, que se trata de grupo relevante no que diz respeito ao percentual de ações ajuizadas contra a CAIXA, o que reduziu o risco de inobservância de direitos trabalhistas pelas prestadoras e melhorou a defesa da CAIXA em juízo;
- ii. adoção de estratégias de composição e de interposição de recursos nos temas com perspectiva de perda provável, em razão dos precedentes nos tribunais ou provas

- produzidas, com o encerramento do passivo com o menor curso e de forma mais célere, reduzindo o pagamento de mora;
- iii. melhoria dos processos internos para gestão dos empregados, especialmente no que diz respeito à regularidade da jornada;
 - iv. atualização e padronização de teses e estratégias de defesa, estabelecidas em manuais internos, considerando a reforma trabalhista e atualização da jurisprudência;
 - v. monitoramento da aplicação das estratégias de defesa e pontos de atenção, estabelecidas em linhas de defesa;
 - vi. acompanhamento direto e pontual, pelos gestores, dos pagamentos de condenações e acordos, em razão de alçadas definidas para autorização da despesa;
 - vii. efeitos da reforma trabalhista.

Em sentido contrário, os programas de demissão voluntária (PADV) realizados em 2018 contribuíram, de certa maneira, para a desaceleração do ritmo de redução do contencioso, diante do ajuizamento de ações por ex-empregados pretendendo o recebimento de horas extras que dizem ter realizado e outros benefícios pós-emprego.

Quanto a estrutura, possuímos uma Superintendência Nacional do Contencioso, que se divide em duas gerências nacionais:

GEATS (Gerência Nacional de Atividades Jurídicas em Tribunais Superiores) e GETEN (Gerência Nacional do Contencioso).

A GETEN possui, como atribuições principais: estabelecer e manter padrões técnicos de atuação das Unidades Jurídicas na esfera contenciosa, em primeira e segunda instâncias; controlar e informar o passivo contingente judicial; definir o modelo de atendimento para as atividades contenciosas; coordenar a elaboração de material técnico, para uniformizar os procedimentos contenciosos; bem como propor, implantar e acompanhar critérios e regras para realização de acordos nos processos judiciais de primeira e segunda instância.

Já o controle e a condução direta das demandas judiciais são atribuições de responsabilidade dos 25 Jurídicos Regionais, distribuídos por todas as regiões do país. Para essa gestão direta dos processos, os Jurídicos Regionais são compostos por um Gerente, Coordenadores Jurídicos e Administrativos, Advogados, Assistentes, Auxiliares e Técnicos Bancários. Apesar da limitação de incursão na qualidade técnica dos advogados, à luz do artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, do artigo 7º, I e §2º e do artigo 18, ambos da Lei nº 8.906/94, a CAIXA adota eficientes meios de monitoramento.

Um dos principais meios de monitoramento é o controle do tratamento das decisões judiciais. Toda autorização de recurso ou dispensa não prevista em súmula interna, obrigatoriamente, depende de aprovação pelo Colegiado de Gestores dos Jurídicos, conforme previsto em normativo interno.

Ainda, também nos termos de normativo interno, atualmente depósitos judiciais a partir de R\$ 20.000,00 dependem de autorização de gestor.

Nas duas atividades acima - tratamento de decisões e autorização de depósitos - o gestor faz a avaliação do trabalho desenvolvido pelos advogados, sem prejuízo do controle diário inerente à atividade de gestão.

Outrossim, padronizamos as teses jurídicas mais corriqueiras, o que melhora e facilita o trabalho do advogado. Essas teses são elaboradas por comissões temáticas nacionais compostas pelos melhores advogados de cada área, no âmbito nacional.

Finalmente, importante salientar que a Matriz realiza avaliações (trilhas) presenciais e virtuais dos Jurídicos Regionais e das suas próprias unidades, bem como faz o controle sistêmico de todas as áreas, incluindo o contencioso.

Resultados da Gestão

Capítulo **5**

5. Resultados da Gestão

Apresentamos, a seguir, uma análise dos resultados alcançados para o período de 2018 em relação aos objetivos estratégicos, detalhando por segmento de atuação, o valor que entregamos, os principais resultados alcançados, projetos/iniciativas, prioridades, desafios e incertezas que provavelmente enfrentaremos para perseguir o nosso planejamento estratégico e desempenho futuro.

Principais Resultados dos Objetivos Estratégicos

Tabela 5.1 Principais Resultados dos Objetivos Estratégicos

	Objetivo Estratégico	Indicador	Resultados em 2018
Resultado	Assegurar a Rentabilidade do Conglomerado	Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido - ROE	<p>O indicador apresentou um aumento em relação ao resultado de 2017, alcançando o percentual de 16,1% em 2018. O lucro líquido recorrente do período alcançou R\$ 12,7 bilhões, crescimento de 40,4%, em 12 meses, superando resultado esperado.</p> <p>O bom desempenho do indicador demonstra o nível de alcance do objetivo estratégico em referência, bem como indica evolução positiva para o alcance da Visão de Futuro da CAIXA, de ser referência em rentabilidade em todos os seus negócios.</p> <p>Para assegurar a sustentabilidade dos resultados já obtidos, a CAIXA vem desenvolvendo projetos importantes para o alcance das metas de rentabilidade previstas para os próximos anos, dentre os quais destacam-se a Transformação Digital e o Banco Digital, os quais devem promover evoluções significativas nos modelos de negócio do Banco, alavancando os resultados da instituição no futuro.</p>
	Promover melhoria contínua em eficiência operacional	Índice de Eficiência Operacional (IEO)	<p>O indicador avalia a melhoria contínua em eficiência, é uma medida que avalia a capacidade de um negócio gerar receitas com o menor custo possível, relativizando o total de despesas de pessoal e administrativas em relação ao total de receitas geradas – quanto menor este índice, mais eficiente é o negócio.</p> <p>Em 2018, o IEO alcançou o resultado de 46,5 %, uma melhora de -2,1p.p. em relação a 2017.</p> <p>As despesas de pessoal reduziram 3,6% no período quando comparadas ao mesmo período de 2017 em função, principalmente, do resultado alcançado pela implementação dos programas de aposentadoria incentivada e demissão voluntária implementados pela CAIXA.</p> <p>Historicamente o índice de eficiência operacional tem sido um dos principais focos dos Planos Estratégicos da CAIXA.</p>

Em conformidade com a Decisão Normativa nº 170/2018 do TCU, este capítulo visa atender ao disposto no art. 23, §2º, da Lei 13.303/2016.

	Agir em prol do desenvolvimento econômico e social do Brasil	Eficiência em Programas Sociais (Bolsa Família, Infraestrutura e Saneamento, Minha Casa Minha Vida)	<p>De forma a avaliar o desempenho desse objetivo empresarial, em linha com a Missão de ser agente de políticas de Estado, é medida a eficiência da CAIXA no pagamento do programa de transferência de renda Bolsa Família, nos desembolsos das operações de infraestrutura e saneamento utilizando recursos do FGTS e na quantidade de unidades entregues no Programa Minha Casa Minha Vida.</p> <p>No período foram pagos R\$ 29,8 bilhões em benefícios sociais, valor 4,0% maior em relação a 2017, e R\$ 274,5 bilhões em benefícios aos trabalhadores.</p>
	Promover o desenvolvimento sustentável	Evolução do Financiamento em Economia Verde na CAIXA [IEV]	<p>Para direcionar fluxos de capitais para as atividades com menor impacto socioambiental e contribuir para a transição de uma economia intensa em carbono para uma economia verde, é necessário aferir o volume de crédito aplicado nesse setor, ou seja, quanto a CAIXA, como instituição financeira, está emprestando para empresas comprometidas com o meio ambiente e a sociedade.</p> <p>A métrica desse indicador é o resultado do volume de empréstimos e financiamentos concedidos a empresas com CNAE verdes – conforme metodologia de mensuração definida pela FEBRABAN – dividido pelo saldo da carteira de crédito total pessoa jurídica da CAIXA.</p> <p>Em dezembro de 2018, a CAIXA apresentava uma carteira de crédito alocado na economia verde da ordem de R\$ 42,6 bilhões, que representava 26,6 % da carteira de crédito PJ da CAIXA (R\$ 160 bilhões).</p>
	Ser o Banco para o brasileiro morar bem	Market Share Habitação	<p>A participação de mercado em Habitação, no período, contemplou a faixa de desempenho definida para 2018, atingindo 68,8%.</p> <p>Em 2018, foram contratados pela CAIXA R\$ 62,5 bilhões no Programa Minha Casa Minha Vida, o equivalente a 505.494 novas unidades habitacionais – Desses novas moradias, 21,1% foram destinadas à FAIXA 1 do Programa, que se refere aos beneficiários com renda mensal de até R\$ 1,8 mil.</p> <p>Para os próximos anos, espera-se que a CAIXA se mantenha líder de mercado com ganho de eficiência ao longo de todo o processo de concessão de crédito e melhora no mix de produtos.</p>
Perspectiva Mercado e Clientes	Ser o Banco para o brasileiro poupar e formar o seu patrimônio	Market Share (de depósitos, letras e fundos de investimento)	<p>Esse indicador demonstra a participação de mercado em captação, demonstrando a relevância do conglomerado CAIXA para a formação de patrimônio do brasileiro.</p> <p>Para a poupança, a participação atingiu 37,42%, Letras Financeiras 1,31% e Fundos de Investimento 8,62%.</p> <p>As captações totais do Conglomerado CAIXA alcançaram 1,0 trilhão em Dezembro de 2018 aumento de 4,7% na comparação com o Setembro de 2018, com crescimento de 7,8% no saldo de poupança em 12 meses, mantendo a CAIXA na liderança do mercado com de poupança.</p>
	Ser o melhor parceiro de Governo em todos os seus negócios	Market Share Governo	<p>O market share de Governo vem desempenhando abaixo do valor medido em 2016 e da meta estipulada para 2018.</p> <p>Foi constatado, porém, que o rol de produtos capturados pelo numerador desse indicador abrange um baixo volume de crédito (cerca R\$ 9 bilhões), e que alguns produtos do seu denominador são de crédito de Infraestrutura, já capturados no</p>

			indicador desta linha de negócio, de forma que será proposta até o final de 2018 uma revisão da métrica e da meta deste indicador.
			Para os próximos anos, a atuação da CAIXA junto aos segmentos de clientes de Governo deverá propiciar a oferta de portfólio completo de produtos e serviços, habilitando a CAIXA a ser o principal Banco do setor público, ampliando a rentabilidade de seus negócios. Para os próximos anos, a atuação da CAIXA junto aos segmentos de clientes de Governo deverá propiciar a oferta de portfólio completo de produtos e serviços, habilitando a CAIXA a ser o principal Banco do setor público, ampliando a rentabilidade de seus negócios.
Ser viabilizador da expansão modernização infraestrutura do país	da Market Share da Infra		No quesito participação de mercado, o crédito de infraestrutura da CAIXA apresentou bom desempenho, alcançando 17% de participação de mercado em 2018, superior à meta de participação de mercado definida em 14%. A Carteira de Saneamento e Infraestrutura CAIXA possui atualmente 3.423 operações ativas, no valor de R\$ 84,07 bilhões com 790 tomadores. Desse total, as operações de Saneamento correspondem a 22,2 % um total de R\$18,68 bilhões. Os valores informados referem-se ao Saldo Gerador de Receitas (SGR) das operações ativas.
Ser percebido pelos clientes como Banco moderno e inovador	Pesquisa de Monitoramento de Imagem CAIXA		De forma a ser percebida como Banco moderno e inovador, a CAIXA vem adotando medidas para se ajustar aos novos formatos de negócio e expectativas de seus clientes, culminando com a indicação de duas frentes de trabalho para alavancar uma Estratégia Digital, a saber: Transformação digital da CAIXA, que passa pelo planejamento e execução de projetos que tem como papel principal a atualização da cultura empresarial, a evolução dos negócios, portfólio, clientes e canais digitais. Estruturação de novo modelo de negócios para público digitalmente inserido, a ser criado por uma empresa apartada, de natureza privada e não financeira.

Programa de Transformação Digital

Criamos o Programa de Transformação Digital estruturado em três grandes eixos:

- **Ciclos de Negócios Digitais** - Foram escolhidos alguns negócios da organização para passarem por uma transformação completa do ponto de vista digital, ou seja, foi revista a forma de abordar o negócio do ponto de vista do cliente, passando pelo entendimento das suas jornadas, pela revisão completa dos processos e da proposta de valor. Para esses casos foi revista a arquitetura digital para provocar também a modernização tecnológica.
- **Bases Digitais** - A partir de melhores práticas de mercado, estabelecemos um planejamento de médio prazo para revisão integral das nossas esteiras produtivas. O principal ponto foi perceber que o processo vai muito além de tecnologia e está calcado na mudança de mindset de toda a organização. Passa pela definição clara de prioridades estratégica digitais que não são mais apenas uma parcela do portfólio de TI, mas questão de diferencial competitivo para a CAIXA. Temos revisto os principais pontos de atrito que nos impediam de evoluir com o Digital, avaliamos nossa estratégia de TI, arquitetura de negócios, modelo de governança, processos de trabalho, esteiras de produção de software, estratégia de terceirização e plano de funções.

- Gestão da Mudança** - Para viabilizar o processo de gestão da mudança a CAIXA com o apoio de consultoria especializada desenvolveu o Modelo MTDX - Movimento de Transformação Digital - que objetiva promover a mudança de cultura organizacional para o digital de forma colaborativa, participativa, inclusiva e exponencial. O MTDX é um movimento exponencial em rede distribuída, participativo, inclusivo e abundante, que visa proporcionar as condições necessárias para que as áreas da CAIXA promovam a sua Transformação Digital.

Principais entregas do PETI

Além das ações e seus respectivos impactos descritos na tabela abaixo, foram criados os aplicativos Cadastro CAIXA, FGTS e Loterias na internet. Este último visa a criação de site para possibilitar a realização de apostas para qualquer pessoa física, independentemente de ser correntista CAIXA, possibilitando o aumento da arrecadação bruta em função do aumento do número de apostas realizadas por clientes que não utilizam o canal físico.

Tabela 5.2 Principais entregas do PETI

Entrega	Iniciativa	Impactos
Modelo de parceria CCA Digital	Estruturação e normatização do modelo de Correspondente no formato digital, estabelecendo parceria com fintechs e startups para comercialização de produtos e serviços da CAIXA por meio de plataforma digital.	Estabelecimento de parcerias inovadoras para a oferta de produtos e serviços com foco na experiência do cliente, ampliando o alcance e a base de clientes e usuários.
Implantação da Plataforma de Gestão de API CAIXA -	Iniciativa que visa conectar a CAIXA com empresas digitais, com a estruturação de uma plataforma e gestão de API.	A CAIXA alinha-se às melhores práticas de mercado e ganha condições de firmar parcerias com Startups e Fintechs, alavancando a comercialização de produtos e serviços em outros canais.
WhatsCAIXA	Serviços da CAIXA na plataforma WhatsApp Business API: Contratação de parceria com o Whatsapp/Facebook para o lançamento de serviços digitais por meio dessa plataforma. Experimento realizado com 36.000 empregados CAIXA, na condição de cliente, com serviços de notificações de alertas de conta e cartão, totalizando mais de 2,8 milhões de mensagens enviadas em aproximadamente 3 meses.	Potencial estratégico para redução de custos, novos negócios e serviços e posicionamento inovador da CAIXA junto ao mercado e clientes.
Experimentos de serviços em Chatbot	Definição e disponibilização de serviços conversacionais para atendimento aos clientes por meio de robôs cognitivos.	Chatbot no Feirão da CAIXA, com mais de 150.000 acessos e mais de 1 milhão de perguntas respondidas, sem que houvesse qualquer publicidade a respeito.

Serviços para assistente virtual CAIXA por Voz -	Parceria com o Google para a disponibilização de três serviços na plataforma Assistente Google: consulta aos resultados de loterias, cotação cambial para dólar e euro e consulta a informações gerais do PIS.	CAIXA como primeira Instituição Financeira a colocar serviços nesta tecnologia. Inclusão social: oportunidade de utilização de forma natural por analfabetos e portadores de necessidades especiais, como deficientes visuais e pessoas com problemas motores. Potencial para redução de custos com os serviços informativos de telefonia e inclusão de novos negócios e serviços.
Centro de Excelência Data Science/Analytics	Experimento realizado com cientistas de dados para construção de um motor de análise preditiva para monitoração de numerários em ATM.	Aumento na assertividade da previsão de abastecimento, de 5% para mais de 65% impactando diretamente na redução de custos desta atividade.
Squads (Cartões de Crédito, FGTS, Loterias, Relacionamento, abertura do canal digital)	Definição das arquiteturas digitais para os times ágeis (Squads), bem como a criação das jornadas digitais, desoneração do canal agência, maior comodidade ao cliente com consequente redução de custos. Centro de Excelência Jornadas de Vida: implantação de um centro de excelência para desenhar, monitorar e atuar com ofertas e conversão de produtos e serviços nas jornadas de vida das pessoas.	Maior assertividade e proatividade na oferta de produtos e serviços aos clientes. 64 mil clientes abordados com taxa de conversão de produto/serviço de 34%.
Cem Agências Digitais CAIXA	A Agência Digital é um novo canal que oferece proativamente consultoria orientada ao digital.	Fortalecimento do relacionamento e a realização de negócios remotamente, aliada à rapidez e qualidade no atendimento
Migração de Clientes para o Digital	Campanhas de divulgação, disponibilização de novos produtos e serviços no Mobile Banking e Internet Banking e a ampliação dos limites de movimentação. Impactos:	Em 2018 os canais digitais tornaram-se o maior canal transacional CAIXA e o Aplicativo de celular mais baixado nas lojas Android e Apple na categoria financeira. Atualmente a CAIXA possui 18MI de clientes digitais ativos.

Varejo (Pessoa Física e Pessoa Jurídica)

Segmento Exclusivo

Os clientes Pessoa Física que possuem volume de aplicações superior a R\$ 1 milhão compõem o Segmento Exclusivo, que tem significativa participação nos resultados da Pessoa Física.

Esse segmento é composto por investidores cada vez mais exigentes, com patrimônio elevado, bem informados e com alto potencial de negócios e necessidades para consumo de produtos e serviços estruturados e customizados.

Visando atender as necessidades desse público, implantamos, em setembro/2018 nas capitais SP, RJ e BH, os primeiros Escritórios Exclusivos para relacionamento com os clientes de Altíssima Renda, projeto este que nos permitiu dar um importante passo no modelo diferenciado de atuação, se aproximando da prática adotada pela concorrência.

O modelo traz ganhos significativos para o cliente e para o Banco, pois proporciona padronização da atuação, com esteiras diferenciadas de negócio e backoffice específico, serviço de courier, central de atendimento exclusiva, além de capacitação e certificação específicas com foco no modelo.

O Segmento Exclusivo conta com profissionais multiespecialistas certificados CFP® e CPA-20, que oferecem planejamento financeiro, sucessório e tributário aos clientes, considerando seus objetivos e expectativas de investimento, com produtos e serviços mais aderentes e condições diferenciadas.

Outras ações relevantes:

Roadshow de Investimentos -

Com o aumento da concorrência para os produtos de investimentos e a mudança do mercado nos últimos tempos, sentiu-se a necessidade de aprimorar os conhecimentos dos gerentes do Banco e buscar estreitar o relacionamento com os clientes do Segmento Exclusivo e Alta Renda por meio de um bate-papo sobre cenário econômico e investimentos.

O Roadshow de Investimentos foi dividido em dois momentos. O primeiro momento ocorreu com a participação dos gerentes de clientes de alta renda com palestras externas e bate-papo com gestores da Matriz. No segundo momento, foram convidados os clientes público-alvo da estratégia Alta Renda e Segmento Exclusivo

para apresentação de cenários e bate-papo sobre investimentos e diversificação de carteira.

O evento ocorreu em 10 estados, abrangendo todas as Diretorias Regionais (DIREs), sendo elas: Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Goiânia, Porto Alegre, Brasília, Ribeirão Preto, Belém e Fortaleza.

Foram 12 eventos de capacitação e relacionamento, ocorrendo 11 encontros de capacitação de gerentes e 12 eventos com clientes. A cidade de São Paulo contou com dois eventos com clientes, tendo em vista o número de clientes alta renda presentes na cidade.

O Roadshow atendeu a 1.105 gerentes e 560 clientes em todo o Brasil, capacitando, em média, 100 gerentes por evento.

O volume de negócios dos clientes convidados para o evento alcançou o número de R\$ 3,45 bilhões, com margem de R\$ 23 milhões.

Ações de Alavancagem

- Black Friday** - De 05 a 30 de novembro foi realizada a Black Friday CAIXA, com objetivo de fidelizar a base de clientes e gerar novos negócios. Foram dezenas de ofertas e condições diferenciadas em Crédito, Investimento, Seguridade, Cartão de Crédito e Serviços e outros. Em Fundos Pessoa Física, houve incremento de 28% no valor captado de R\$ 25,4 MM/dia para R\$ 32,5 MM/dia no período da ação. Em Capital de Giro MPE, o incremento foi de 37%, de R\$ 31MM/dia em OUT/2018 para R\$ 42,5 MM/dia em NOV/2018.
- Quinzena do Cliente** - A Quinzena do Cliente CAIXA, realizada de 17 a 30 de Setembro, ofertou um pacote de condições especiais para Crédito, Investimento, Cartão de Crédito e Serviços em comemoração ao Dia do Cliente, celebrado em 15 de setembro, e foi válida para todos os clientes - inclusive aqueles que se tornaram cliente durante a campanha - e teve como principal objetivo trazer experiências positivas e condições diferenciadas para os correntistas. Dentre os resultados, destacamos o Consignado INSS, que apresentou incremento de 16,6% na média diária de contratação, de R\$ 25,3 MM em agosto para R\$ 29,5 MM durante a Quinzena.

Cartão de Crédito apresentou crescimento na comercialização de 68.402 cartões em relação à primeira quinzena do mês, um aumento de mais de 83% na velocidade de vendas. As contratações de Capital de Giro alcançaram R\$ 563 milhões, representando um incremento de 5% em comparação com o mês anterior.

- Semana do Servidor** - A Semana do Servidor Público, realizada no período de 22 a 31 de outubro, ofertou um pacote de produtos e serviços aos clientes Pessoa Física do nicho Servidor Público em todas as esferas e Serventuário de Justiça, com condições especiais para Investimentos, Crédito, Cartão de Crédito, Seguridade e Serviços, visando o fortalecimento do relacionamento, reforço do posicionamento da CAIXA junto a esse público e expansão qualificada da base.

O Crédito Consignado, carro chefe da ação, apresentou incremento de 24% na velocidade de contratação em comparação com a Quinzena do Cliente, com média diária de R\$ 37 MM.

Os produtos de Seguridade também apresentaram incremento de mais de 50% na velocidade de contratação de diversos itens.

- Semana Nacional do Crédito** - Participamos, durante todo o mês de novembro, de evento voltado ao atendimento das MPE. Foram disponibilizadas ofertas nas linhas de capital de giro e pagamento de 13º, de contratação de crédito para necessidades urgentes, de ampliação do negócio, além de facilidades para pagamento de dívidas.
- O evento reuniu as principais instituições financeiras e órgãos como o Sebrae, a CNI. A contratação com as micro, pequenas e médias empresas cresceram em 5% no período e contratamos 1 bilhão de crédito no período.

Segmento Expandir Negócios PJ

O segmento Expandir representa 2,9% dos Clientes PJ, 34,6% do Crédito PJ, 17,2% dos Investimentos PJ e 18,9% da Rentabilidade PJ. Esses clientes possuem elevado potencial de negócios, exigentes em relação ao portfólio e atendimento dos Bancos, e exercem atividades de impacto no desenvolvimento econômico do país.

Uma ação relevante nesse segmento foi o estímulo para captura de novos clientes deste porte, por meio de parcerias estratégicas e entre outras formas de prospecção:

- Material publicitário específico para estes empresários
- Pré-avaliações de risco para tornar a abordagem do Gerente PJ mais assertiva e qualificada.
- Incremento de 15% no resultado do segmento.

Adicionalmente realizamos outras ações relevantes:

• Desenvolvimento Econômico do Empreendedor

Salão do Artesanato Brasileiro 2018 - Foi realizado o evento "Salão do Artesanato Brasileiro 2018", promovido pela SEMPE que oferece oficinas, shows de danças e músicas regionais, pratos da culinária típica de todas as partes do Brasil e, principalmente, produtos de artesanato que possuem imenso valor cultural. Este evento conta com patrocínio e participação da CAIXA para Oferta de Microcrédito, Credenciamento para vendas com Cartão e envolvendo 60 mil visitantes e 1 mil expositores.

Fronteira Letícia - Tabatinga - No mesmo ano, com base nos acordos firmados entre o Governo do Brasil e da Colômbia, a CAIXA, a Banca de Las Oportunidades e o CAF executaram Plano de Trabalho com foco na formação de multiplicadores e na educação financeira, na Fronteira entre Letícia e Tabatinga, no Amazonas, que abrange uma população de 65 mil habitantes, por meio de esclarecimentos sobre os ganhos com a formalização do negócio e os benefícios da bancarização.

• Estratégia Contas Integradas

Lançada em abril/2018, muda a cultura de relacionamento do cliente com a CAIXA, uma vez que parte da premissa de ofertar produtos e serviços de forma qualificada, visando maximizar o retorno esperado em função do grau de relacionamento do cliente Pessoa Física com a CAIXA. A ideia é que o cliente perceba maior valor no ato da compra, possibilitando a realização de negócios integrados e sustentáveis.

O processo de abertura de relacionamento continua centrado na abertura da conta corrente, no entanto, é oferecido ao cliente um conjunto de opções, ou combos, contemplando a comercialização conjunta de outros produtos e serviços, apresentando diferentes relações de custo x benefício.

Inicialmente, foram implementados seis conjuntos de opções ou combos, que evoluem de forma incremental ao nível de reciprocidade do cliente, tendo como contrapartida descontos e diferenciais progressivos aplicados aos produtos e serviços inerentes à cada combinação.

Os combos foram criados de maneira segmentada, com opções específicas para oferta para Classe Média e Alta Renda.

Combinações específicas para Baixa Renda serão desenvolvidas com ofertas simplificadas centradas na contrapartida de bônus para celular, a Cesta Bônus.

Atualmente, os benefícios dos combos são semelhantes entre os segmentos, com o diferencial de custo sendo justificado pelo atendimento gerencial personificado, concedido a clientes de alta renda, e pela franquia de serviços da cesta, mais robusta nos combos Elite, Master e Premium.

A Estratégia Contas Integradas ratifica nossa missão de oferecer condições diferenciadas a clientes com maior nível de relacionamento, garantindo aos clientes benefícios progressivos à medida em que maior seja sua reciprocidade ou, fazendo alusão à estratégia, quanto mais completo for o combo adquirido.

Ao ser realizada a comparação entre os clientes que iniciaram relacionamento por meio de um dos combos previstos na estratégia e clientes que abriram contas correntes no mesmo período, pode-se verificar que os clientes de conta integrada consumiram mais dos produtos incentivados pela estratégia, conforme destacado na figura abaixo:

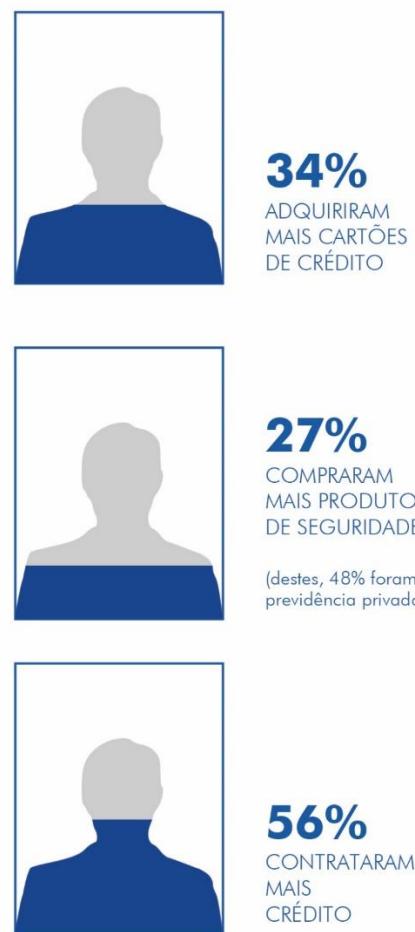


Figura 5.1 Resultados Estratégia Contas Integradas.

Além das contas integradas, há possibilidade de adesão à Cesta Bônus, recompensando nossos clientes de conta Universitária (001), Poupança (013) e conta Fácil (023), que aderirem a cesta de serviços, com bônus celular.

Ao pagar a Cesta Bônus, de R\$ 15,00 ou R\$ 19,90, a depender do tipo de conta, o cliente recebe R\$ 20,00 em bônus de celular, para usar conforme regras das empresas de telefonia.

Os valores são utilizados de acordo com regras específicas de cada operadora participante: Vivo, Tim, Claro e Oi.

• Portabilidade de Crédito Salário

Em 2018, com a publicação da Circular 3.900/2018 e da Resolução 4.639/2018, o processo de Portabilidade do Crédito Salário foi facilitado, permitindo que a IF escolhida solicite a portabilidade diretamente à IF de origem do salário em nome do cliente, dispensando a obrigatoriedade de atendimento presencial e possibilitando a utilização de meios eletrônicos como comprovação da vontade inequívoca do cliente.

Para atender as exigências do BACEN, foi elaborada a estratégia #PortabilidadeCS, que a partir de uma visão geral do cliente, permite a oferta de produtos e serviços adequados ao seu perfil.

Esta estratégia tem como objetivo principal aumentar o relacionamento do cliente de crédito salário com a CAIXA, visto que quanto maior o relacionamento do cliente, menor o risco de evasão.

Ações implementadas em 2018:

- Via de relacionamento para contato com o cliente, com intuito de entender os motivos que o levaram a solicitar a portabilidade, ampliar o relacionamento e buscar a retenção desses clientes;
- Via de relacionamento com Banco de clientes com perfil de “prospecção” de crédito salário;

- Oferta de pacote de vantagens e benefícios conforme a necessidade e capacidade financeira de cada cliente;
- Gravação vocal do aceite do cliente, permitindo maior segurança para o processo e comodidade ao cliente;
- Página específica sobre a Portabilidade de Crédito Salário no site da CAIXA;
- Mobilizador “Portabilidade Crédito Salário” no Realize;
- Caminhões da CAIXA atuando junto aos servidores de importantes convenientes públicas das quais a CAIXA não detém mais a folha de pagamento;
- Comunicação direta com a rede de atendimento: principais dúvidas e orientações disponibilizadas por meio de card em mídias digitais.

Os resultados apresentados pela execução da estratégia demostram que a quantidade de solicitações de prospecção realizadas, desde o início da vigência das novas regras (02/07/18) até o dia 31/12/2018, com base no Portal Portabilidade Crédito Salário, apresentando um saldo positivo de 73.155 créditos salários.

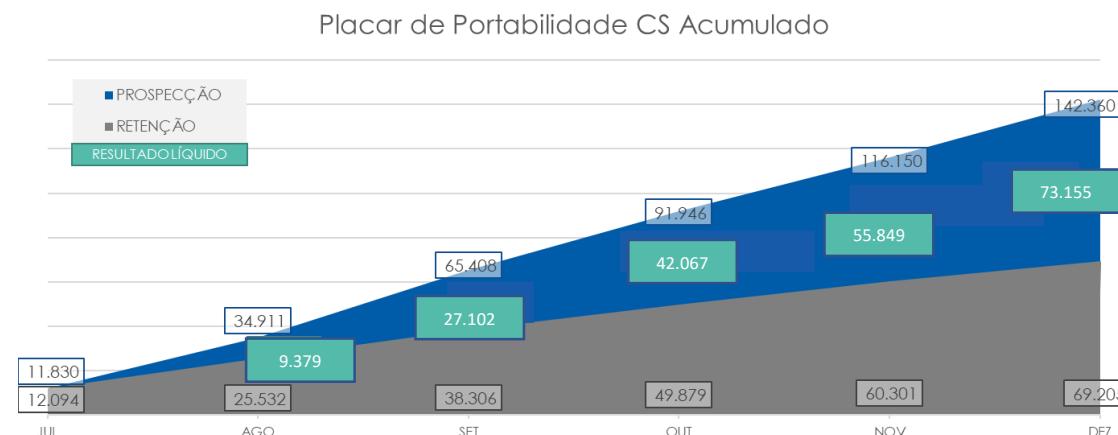


Figura 5.2 Placar da Portabilidade CS Acumulado

Fonte: <http://relacionamento.CAIXA/Portabilidade/Portabilidade>.

Corporativo

Em 2018, implementamos diversas ações, dentre as quais destacamos a modernização das ferramentas utilizadas pela rede de atendimento, que facilitaram e fomentaram a realização de novos negócios, com sustentabilidade e alinhamento estratégico, bem como, o fortalecimento da governança corporativa, ampliando a transparência e conformidade dos negócios.

Encontram-se em desenvolvimento ações para otimização da gestão, mix de produtos e precificação, aprimoramento do atendimento, atuação conjunta com estratégia de capitais e melhorias no processo de concessão de crédito, sob a ótica da jornada do cliente.

Os principais resultados de 2018 são apresentados na tabela ao lado:

Tabela 5.3 Resultados Varejo Corporativo

VICOP	Dez/17*	Dez/18**	Variação
Clientes VICOP	15.309	15.867	3,64%
SGR	28.564.018.695,03	24.556.707.780,01	-14,03%
Receita de Prestação de Serviços - mensal	33.646.129,62	39.539.636,91	17,52%
Receita de Prestação de Serviços - anual	373.318.969,25*	423.425.018,07**	13,42%
Clientes VICOP	15.309	15.867	3,64%

*Somatório janeiro a janeiro 2017 / **Somatório janeiro a janeiro 2018

Governo

Infraestrutura e Saneamento

Em 2018, iniciamos o projeto corporativo para criação de sistema de workflow para gestão e acompanhamento do processo de concessão de crédito junto aos clientes. Esse sistema visa instruir processo automatizado, com acesso pelo cliente tomador de operação, via página da Internet/mobile, com rastreamento de todas as etapas da operação de crédito, conferindo transparência para o cliente de todo o fluxo de tramitação, ou seja, todas as etapas do processo de contratação irão compor um "sistema computacional" e em repositório único.

Com o objetivo de proteger o capital aplicado, direcionamos esforços no sentido de identificar e renegociar operações de crédito de Saneamento e Infraestrutura inadimplentes, ou com indicativo de inadimplência, com foco na recuperação do crédito, evitando e/ou reduzindo nosso prejuízo.

Essa atuação resultou em aproximadamente R\$ 8 bilhões em crédito em Saneamento e Infraestrutura, que não chegaram a impactar ou deixaram de impactar negativamente nosso resultado em 2018.

Com foco na promoção do desenvolvimento urbano sustentável do país, atrelado às políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, implantamos o processo de financiamento suplementar para conclusão de obras públicas, financiadas com recursos do FGTS.

O financiamento suplementar, objetiva dotar entes públicos e empresas públicas e privadas de recursos necessários à conclusão de empreendimentos. Assim, promoverá o alcance do objeto financiado, de forma a dar funcionalidade à obra e consequente atendimento à população brasileira, com acesso ao saneamento básico, à infraestrutura habitacional e à mobilidade urbana.

O financiamento suplementar surgiu com intuito de proporcionar solução financeira aos empreendimentos com dificuldades de conclusão, devido à baixa capacidade fiscal dos entes da federação, bem como à falta de disponibilidade de recursos para aporte de contrapartida.

Em relação aos resultados obtidos em 2018, junto ao setor de saneamento e infraestrutura, destaca-se:

- Os desembolsos realizados em 2018 totalizaram R\$ 6,3 bilhões, resultado próximo à expectativa para exercício, que era de R\$ 6,5 bilhões.

Alguns cenários impactaram negativamente nas contratações ao longo de 2018, conforme destacamos:

- Suspensão temporária da realização de operações de crédito com entes públicos com garantias de FPM/FPE. As operações com este tipo de garantia foram suspensas em 12/2017 e somente foram retomadas em 05/2018;
- Alteração da carência das operações com Garantia da União de 36 meses para 12 meses, ocasionando aumento do valor das operações;
- Menor demanda do setor privado, em virtude da reorganização de diversos setores, além de redução de licitações.

As dificuldades enfrentadas em 2018 foram parcialmente compensadas pela significativa contratação de operação FINISA para Apoio Financeiro, que tem como funding recursos de tesouraria da própria CAIXA. As contratações ocorreram em especial junto à Estados e Municípios no segundo semestre de 2018, em vista do volume de demanda e da agilidade e facilidade operacional da contratação para o ente público, uma vez que não há acompanhamento de obra para esta modalidade.

No que diz respeito inadimplência, a carteira de operações de Saneamento e Infraestrutura encerrou 2018 com índice de 0,87%.

Entes Públicos

Dentre as ações realizadas em 2018, destacamos o início da implantação do dossiê digital na conta Pessoa Jurídica Pública e outras que visam institucionalizar e fomentar a modernização do nosso relacionamento com os Tribunais, destacamos a expansão da Interligação Eletrônica, que se traduz em um canal de comunicação digital seguro e certificado, permitindo a redução de custos e maior segurança para os atores no processo de gestão dos depósitos judiciais.

Em 2018, a participação no mercado de depósitos judiciais manteve-se estável em relação ao ano anterior, conforme descrito abaixo:

Tabela 5.4 Participação no mercado de depósitos judiciais

Bancos	4º Tri 2018	%	4º Tri 2017	%
CAIXA	82.653.378	37,01%	74.796.085	37,22%
Banco do Brasil	135.824.000	60,82%	121.524.344	60,47%
Outros Bancos	4.836.611	2,17%	4.633.195	2,31%
Mercado Estimado	223.313.989	100,00%	200.953.624	100,00%

Fonte: Balanços das Instituições Financeiras.

O gerenciamento e o pagamento dos depósitos judiciais, assim como a manutenção de seu fluxo constituem historicamente uma importante fonte de recursos caracterizada pelo baixo custo de captação, ausência de compulsório e livre direcionamento.

Embora a participação de mercado tenha se apresentado estável, o Judiciário é segmento estratégico para o resultado do Banco, que garante estoque superior a R\$ 82 bilhões.

Uma das principais estratégias com os entes públicos é a aquisição do direito de processamento da folha de pagamento, centralização da movimentação financeira dos recursos recebidos e a arrecadação de tributos e cobrança bancária.

Em 2018, firmamos contratos de compra de folha de pagamento que totalizaram um investimento de R\$ 236.078.092,69 e viabilizam importantes ações estruturantes nos governos municipais e regionais aprovadas em seus Planos de Gestão Municipais e Estaduais. Podendo refletir em melhorias diretas aos cidadãos destes locais.

Os negócios com os servidores, pessoa física, que recebem seus salários por estes convênios apresentam importantes resultados: aproximadamente 126.500 contas salário. No segmento RPPS – Regime Próprio de Previdência Social, somos referência na prestação dos seguintes serviços para a criação ou manutenção do RPPS:

- Assessoria Técnica Organizacional: Análise da legislação previdenciária local com objetivo de facilitar a criação ou manutenção do RPPS;
- Avaliação Atuarial: Estudo técnico com o objetivo de mensurar as obrigações do plano previdenciário e propor alternativas ao custeio do RPPS;
- Capacitação de Gestores: Destinado aos gestores públicos do RPPS na operacionalização e na concessão de benefícios previdenciários;
- Gestão de Ativos Previdenciários: oferecemos portfólio composto por diversos produtos de investimento.

Em 2018, atuamos fortemente no produto Arrecadação, com objetivo de ampliar a rentabilidade e a participação no mercado de Arrecadação Tributária e faturas de Concessionárias e Empresas Públicas. Esse produto é importante gerador de receita de prestação de serviços e é porta de entrada para realização de novos negócios, com foco no relacionamento de longo prazo e resultados sustentáveis.

Trabalho Social

Há 22 anos, acompanhamos projetos sociais realizados com recursos de diversas fontes, como, por exemplo, os provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo Socioambiental CAIXA (FSA CAIXA).

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações que visam contribuir para a sustentabilidade da intervenção, a ser alcançada por meio da adequada utilização dos equipamentos implantados, da garantia de acesso aos serviços básicos, da conservação e manutenção da intervenção física e, quando for o caso, do retorno dos investimentos.

Como item de investimento previsto em Programas do Governo, o Trabalho Social assume o papel de importante instrumento de promoção do exercício da participação e da inserção social dos beneficiários, uma vez que, em articulação com as demais políticas públicas, contribui para a melhoria da qualidade de vida das famílias e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

Realizado a partir de diagnósticos integrados e participativos do território, e respeitando as especificidades locais, o Trabalho Social é desenvolvido com foco em quatro eixos estruturantes:

- 1) Mobilização, Organização e Fortalecimento social;
- 2) Acompanhamento e Gestão social da intervenção;
- 3) Educação ambiental e patrimonial;
- 4) Desenvolvimento socioeconômico.

No Ano de 2018, ampliamos o escopo de Trabalho Social de modo a incluí-lo na prestação dos Serviços de Assessoramento em Concessões e Parcerias Público Privadas (PPP), resultando em um diferencial estratégico na prestação desse tipo de operação. Atualmente encontram-se em operacionalização cinco projetos-piloto nas áreas de Resíduos Sólidos e de Iluminação Públicas, distribuídos nos seguintes estados: Ceará, Goiás, Minas Gerais, Piauí e São Paulo.

Com o intuito de aprimorar os serviços prestados no âmbito de Trabalho Social e de acompanhar o movimento mundial de políticas sociais baseadas em evidências, a CAIXA, via parceria com o PNUD (Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento), efetivou a contratação de consultoria para o **desenvolvimento de metodologia de mensuração de impactos socioambientais** em projetos que acompanhamos.

A expectativa é de que, a partir de uma metodologia CAIXA de mensuração de impactos socioambientais, se consiga identificar com maior segurança e precisão a necessidade de ajustes nos projetos sociais, contribuindo para seu melhor desempenho e alcance de resultados, assim como se possa atuar de forma a viabilizar que os produtos e serviços operacionalizados pela CAIXA tenham ampliados seus impactos socioambientais positivos.

Essa ação permitirá o avanço na construção de métricas que evidenciem que as atividades realizadas nos projetos sociais alcançaram os efeitos pretendidos, e que esses efeitos serão perpetuados no curto, médio e longo prazos, de forma a serem incorporados à realidade cotidiana da população beneficiada.

O desafio para 2019, consiste em desenvolver e consolidar metodologia de mensuração de impactos socioambientais nos produtos e programas operacionalizados, de modo a oportunizar a identificação de impactos sociais de produtos/serviços, viabilizando o desenvolvimento de novos produtos/serviços sob a ótica do impacto socioambiental, permitindo que reportemos informações de interesse público e privado sobre essas questões, de forma mais qualificada. Esta nova metodologia poderá ainda ser útil a gestores públicos como embasamento técnico na tomada de decisões com respeito a investimentos e impactos socioambientais decorrentes.



Figura 5.3 Números do Trabalho Social nas Operações de Repasses

Esteira de Crédito

No ano de 2018, atuamos como apoio técnico e operacional na negociação e tramitação das propostas de financiamento no âmbito dos programas de aplicação geridos pelo Ministério das Cidades e no âmbito do Saneamento Ambiental e Infraestrutura visando a contratação de operações de crédito com tomadores do setor público (Estados Capitais e Municípios).

Com uma equipe especializada e distribuída em todo o território nacional, geriu a negociação e a interlocução com os entes públicos que ensejou na tramitação de 260 propostas que, devidamente contratadas, somou um resultado na ordem de R\$ 6.745.067.099,47, abaixo demonstrado, por região.

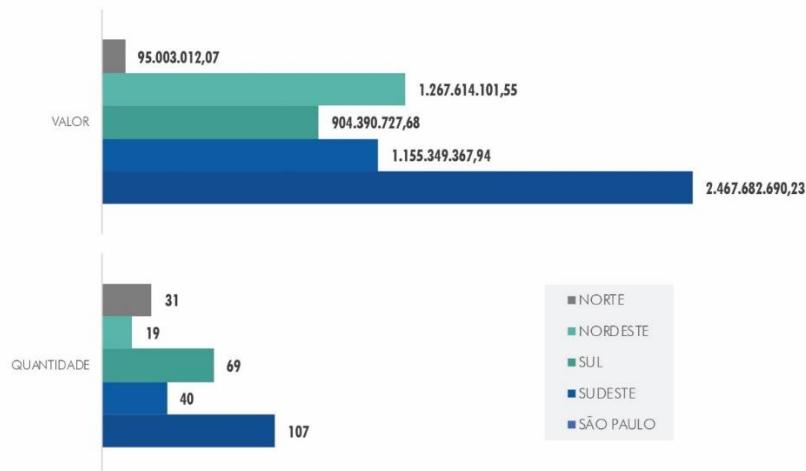


Figura 5.4 Esteira de Crédito 2018

Cotas do PIS

Ação de pagamento de Cotas do PIS em cumprimento às Medidas Provisórias nº 797 e nº 813/2017, Lei nº 13677/2018 e Decreto nº 9.409/2018.

Para atender às legislações, que num primeiro momento reduziram a idade para saque e depois permitiram o saque por todos os cotistas, bem como para proporcionar um atendimento qualificado aos mais de 20 milhões de trabalhadores que tinham direito ao saque das cotas, promovemos significativas alterações no processo de liberação, entre eles:

- Liberação de cotas por rotina automática sem necessidade de comparecimento do cliente na agência;
- Ampliação dos canais de pagamento para as unidades lotéricas, CAIXA Aqui, crédito em conta CAIXA e TED;
- Criação do portal CotasPis.CAIXA.gov.br para consulta ao direito e orientação de como realizar o saque;
- Ações de comunicação, envolvendo a mídia externa (rádio e televisão), disponibilização de informações no site, Redes Sociais, Internet Banking, APP do trabalhador, salas de autoatendimento, envio de SMS, cartazes, etc.

Durante a ação de pagamento foram realizados 13,6 milhões de pagamentos, injetando R\$ 14,9 bilhões na economia.

Implementações do NOVO FIES

Em 2018 o NOVO FIES passou a ser operado exclusivamente na CAIXA, o que possibilitará a melhor gestão do programa e atendimento mais qualificado aos estudantes e instituições de ensino (IES).

A operação do programa na CAIXA está alinhada aos objetivos empresariais do Banco de ser o principal parceiro do Governo Federal para implementação de políticas públicas voltadas ao cidadão e que possibilitem significativa melhoria na sua qualidade de vida.

Em 2018 foram celebrados 82.159 contratos totalizando o valor de R\$ 468 milhões, investidos na educação de ensino superior

Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é o maior programa de transferência direta de renda do Brasil, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde.

PIS
13,6 milhões de pagamentos, injetando R\$ 14,9 bilhões na economia

Novo FIES
82.159 contratos no valor de R\$ 468 milhões

Bolsa Família
Média de 13,2 milhões de famílias beneficiadas num total anual de R\$29,2 bilhões

Seguro Desemprego
total anual de R\$36,6 bilhões

Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família. Enquanto operadora do Programa, reforçamos nosso posicionamento de principal executora de políticas públicas de transferência de renda do Governo Federal, consolidando sua posição também como Banco de impacto social.

O resultado da Efetividade de pagamento do Programa em 2018 fechou em 98,95% que corresponde a um aumento de 0,61 p.p. em relação a 2017 e a uma média de 13,2 milhões de famílias pagas mensalmente, num total anual de R\$29,2 bilhões.

Seguro Desemprego

É um benefício pessoal e intransferível garantido constitucionalmente que oferece auxílio em dinheiro por um período determinado ao trabalhador demitido sem justa causa, ao pescador profissional durante o período do defeso ou ao trabalhador resgatado da condição análoga à escravidão.

Transferências de Recursos Públicos

Alinhada ao objetivo estratégico de ser a melhor parceira do Governo em todos os seus negócios, em 2018, fomos a única instituição financeira oficial a aderir ao Termo Único de Credenciamento para atuar como Mandatária da União nas transferências de recursos do Orçamento Geral da União, reforçando a parceria desempenhada desde 1996 junto ao Governo Federal.

As melhorias e adequações decorrentes da nova legislação começaram a ser implementadas em 2018 iniciando uma transformação do processo, alterando as bases contratuais com a União, Estados e Municípios.

Neste contexto, são geridas **mais de 41 mil operações que remontam ao valor de R\$80,36 bilhões em transferências da União para os Estados, Municípios e Entes Públicos**. Esses recursos estão sendo aplicados em obras e serviços executados em todo território nacional.

Em 2018, as mais de 9 mil operações representam o total de investimento de R\$ 5,4 bilhões em obras e serviços, em que nossa visa garantir que os recursos se transformem efetivamente em obras e serviços executados.

Como agente pagadora do benefício Seguro-Desemprego, proporcionamos ao trabalhador receber o seu benefício em suas agências, unidades lotéricas, correspondentes bancários ou autoatendimento, com o Cartão do Cidadão. Em 2018 a média mensal de parcelas pagas foi de R\$ 2,5 mil num total anual de R\$36,6 bilhões. Para 2019, a previsão de pagamento será 100% por meio de crédito em conta conforme estabelecido pelo Governo Federal.

As transferências em 2018 via Fundo a Fundo – Saúde na CAIXA alcançaram o valor de R\$37,94 bilhões repassados pelo Ministério da Saúde para Estados e Municípios para custeio do Sistema Único de Saúde.

Em 2019, permanece o desafio de prosseguir com as adequações ao marco regulatório e manter as contratações de repasse, mesmo diante da limitação da LDO 2019 que estabelece o limite máximo de 4,5% do valor da emenda parlamentar para pagamento de tarifas. A Instrução Normativa 002/2018 do MPDG estabelece tarifas acima desse limite sem, contudo, definir a previsão orçamentária para pagamento da diferença.

A confirmação desse cenário, impactará a nossa atuação como Mandatária da União, motivando a atuação junto aos envolvidos com o objetivo de negociar um novo limite de pagamento de tarifas da LDO 2019 e não gerar impactos negativos nas obras e serviços em implementação em todo território nacional.

Conforme tabela a seguir², que contempla a distribuição das quantidades e valores por Unidade da Federação, a nossa atuação alcançou todos os Estados brasileiros.

² Valor de Repasse: valor repassado pela União; Total Investido: valor repassado pela União somado à contrapartida do Estado/Município

Tabela 5.5 Contratos de Repasse e Termos de Compromisso – PAC

Operações de Repasse							MT	247	201	212	981	1.336	1.469
UF	Contratos em 2018			Carteira Ativa			PA	148	91	95	1.008	2.057	2.574
	Qtde Operação	Valor de Repasse (R\$ milhões)	Total Investido (R\$ milhões)	Qtde Operação	Valor de Repasse (R\$ milhões)	Total Investido (R\$ milhões)	PB	344	131	133	1.592	1.937	2.203
AC	86	50	51	373	680	746	PE	239	144	148	1.503	4.872	5.585
AL	105	319	324	771	1.799	1.898	PI	233	109	111	950	1.602	1.721
AM	54	84	85	241	1.064	1.245	PR	863	396	420	2.660	3.087	3.564
AP	23	20	21	182	525	606	RJ	286	179	186	1.290	7.214	9.247
BA	649	387	395	3.278	7.745	9.919	RN	247	88	91	1.467	2.326	2.548
CE	270	225	226	1.758	4.062	4.525	RO	50	26	27	343	1.119	1.255
DF	29	114	118	152	1.820	2.181	RR	41	166	167	221	1.009	1.056
ES	212	65	71	880	1.287	1.515	RS	1.429	372	413	4.223	3.754	4.149
GO	563	428	467	2.026	3.326	3.638	SC	714	291	314	1.947	1.802	2.115
MA	211	156	159	1.858	2.369	2.650	SE	357	148	150	1.256	1.572	1.735
MG	1.105	312	331	4.007	4.266	4.781	SP	1.126	521	548	4.781	15.623	19.325
MS	152	77	85	909	1.099	1.274	TO	173	134	138	1.012	1.015	1.100
Total Geral		9.956	5.235	5.483	41.669	80.369							94.622

Loterias

Em 2018, as Loterias CAIXA arrecadaram R\$ 13,9 bilhões, gerando R\$ 1,32 bilhão em Receita de Prestação de Serviços (RPS), o que demonstra a sua relevância para os resultados do Banco. No entanto, o mercado brasileiro tem alto potencial de crescimento quando comparado com outras loterias de Estado referência no mercado internacional.

A penetração de loterias no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro corresponde a 0,21%, percentual baixo quando comparado, por exemplo, à penetração de loterias no Reino Unido que representa 0,4%, na França com 0,6% ou na Itália com 1,1%.

Os patamares alcançados pelas loterias desses países são resultantes, principalmente, da alta capilaridade de Pontos de Venda (PV) com elevada relação de PV por habitante, da existência de empresas autônomas dedicadas ao negócio que permite agilidade na execução dos seus processos, de um maior payout (percentual da arrecadação destinado ao prêmio) – que comprovadamente estimula as vendas, e de legislação que possibilita inovação e lançamento mais célere de produtos de loterias.

Em 2018, a atividade de promoções comerciais e sorteios filantrópicos apresentou uma arrecadação de R\$ 15.964.077,00, valor superior ao arrecadado em 2017, quando o resultado foi de R\$ 12.868.995,00.

Contudo, conforme Lei 13.756/18, publicada em 13/12/2018 no Diário Oficial da União, essa atividade passou a ser executada pela Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria – SEFEL do Ministério da Fazenda (MF), motivo pelo qual perdeu a sua aplicabilidade para os próximos anos.

No que se refere à execução da Estratégia do Negócio Loterias, considerando os projetos iniciados e desenvolvidos conforme plano de implementação estabelecido, descrevemos a seguir as principais entregas das Loterias da CAIXA no ano de 2018:

- Realização de campanha de incentivo de vendas denominada de Campanha Tamo Junto Lotéricos;
- Lançamento do portal Loterias Online da CAIXA, permitindo que as apostas para todos os produtos (exceto de bilhete) sejam feitas pelo canal digital;
- Lançamento do novo produto lotérico Dia de Sorte.

Conforme indicadores definidos na Estratégia, em 2018 as Loterias CAIXA apresentaram os seguintes resultados:

Loterias

Arrecadação de R\$ 13,9 bilhões, gerando R\$ 1,32 bilhão em Receita de Prestação de Serviços (RPS)

Tabela 5.6 Resultados Loterias CAIXA em 2018

Indicador	Métrica	Objetivo	Resultado
Arrecadação das Loterias	Volume de arrecadação de loterias no ano;	Verificar o atingimento da meta de vendas de loterias;	Arrecadação 2018: R\$ 13,9 bilhões
Proporção entre venda de loterias e quantidade de transações nas unidades lotéricas	Quantidade de transações loterias/quantidade total de transações;	Verificar o equilíbrio das atividades de loterias nas unidades lotéricas;	Proporção 2018: 46,97%
Participação da arrecadação de loterias pelo canal digital	Comparar a participação de vendas pelo canal digital em relação às vendas totais de loterias;	Verificar ao longo de tempo a participação do canal digital para as loterias;	Participação 2018: 1,56%
Receita de prestação de serviço	Receita CAIXA com loterias, representada pelo valor de receita de prestação de serviço arrecadado com produtos lotéricos;	Monitorar resultado	Participação 2018: R\$ 1,32 bilhão

Quanto ao alcance das metas do indicador Arrecadação de Loterias, as vendas das loterias em 2018 totalizaram R\$ 13,9 bilhões, valor corresponde 91% da meta estabelecida para o ano. Quanto ao indicador Receita de prestação de serviço – diretamente relacionado às vendas, o valor arrecadado correspondeu a 90% da meta.

Todos os projetos e ações desenvolvidos pelas Loterias no ano de 2018 contribuíram positivamente para o expressivo valor arrecadado, entretanto, os resultados do negócio lotérico estão diretamente relacionados ao cenário macroeconômico do país - que tem retomado o crescimento de forma gradual, e do contexto regulatório em que as loterias estão inseridas com a iminência de abertura de mercado e as mudanças promovidas na legislação de jogos e loterias no país.

Considerando esse cenário, que deve se repetir em 2019, as Loterias CAIXA estão reforçando as ações voltadas à ampliação da rede de vendas das loterias e à inovação com o reposicionamento dos produtos atuais e lançamento de novas modalidades para maximizar os resultados do negócio, conforme estabelecido na Estratégia para o período de 2018 a 2022.

Ressaltamos que, caso seja realizada a mudança estrutural do modelo de negócios de exploração das loterias atualmente vigente, ocorrerá alteração dos valores de arrecadação e custos projetados, a depender do eventual novo formato de operação para o negócio loterias, o que implicará revisões na estratégia em execução.

Cartões

Em 2018, os Negócios de Cartões apresentaram os seguintes resultados:

R\$ 11,8 BILHÕES SALDO DE CARTEIRA	9,0% CARTEIRA COMERCIAL CAIXA
MAIOR BANCO EM DÉBITO	7 MILHÕES DE TRANSAÇÕES POR DIA
97 MILHÕES DE CARTÕES DE DÉBITO	R\$ 490 MILHÕES DE FATURAMENTO POR DIA
6,3 MILHÕES DE CARTÕES DE CRÉDITO	285 MILHÕES DE DOMICÍLIOS

Figura 5.5 Resultados Negócios de Cartões

Faturamento e Market Share

Apresentamos abaixo o Faturamento e o Market Share dos produtos das Linhas de negócio de Meios de Pagamento Eletrônicos em 2018:

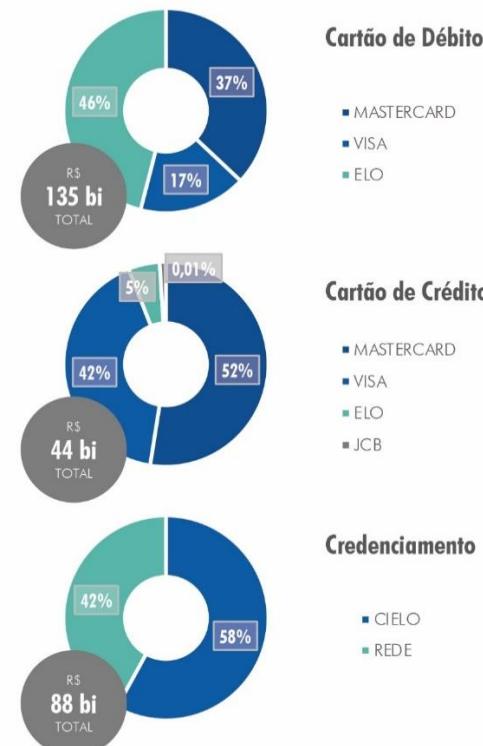


Figura 5.6 Faturamento e o Market Share - Linhas de negócio de Meios de Pagamento Eletrônicos

Cartão de Débito

Temos disponível em nossa prateleira o cartão de débito CAIXA nas bandeiras Elo, Mastercard e Visa. Esse cartão está vinculado à conta do cliente e, além de movimentar a conta bancária, possibilita a realização de compras nas lojas e estabelecimentos comerciais credenciados, sem pagar nada a mais por isso. E, ainda, pode realizar saques e pagamentos na rede lotérica presente em todo o Brasil.

Atualmente, existem 97 milhões de cartões de débito CAIXA, distribuídos entre as bandeiras Elo, Mastercard e Visa. Nossa faturamento com os cartões de débito vem crescendo em índices superiores aos do mercado. **Em 2018, o faturamento em compras foi na ordem de R\$ 135 bilhões, um crescimento de 17%, em relação a 2017**, aproximadamente 2,5 bilhões de transações, uma média de 7 milhões de transações aprovadas por dia.

Os cartões de débito registraram 2,2 bilhões de operações em 2018, alta de 19,2% em relação ao apresentado no ano anterior, que totalizaram o valor de R\$ 134,9 bilhões. A base desses cartões somou 96,7 milhões de unidades.

Tabela 5.7 Resultados Negócios com Cartão de Débito

Cartões	4T17	3T18	4T18	Var % Tri	Var % 12M	2017	2018	Var % 12M
Qtde de cartões* (em milhões)	99,1	98,5	96,7	-1,9	-2,5	99,1	96,7	-2,5
Qtde de transações** (em milhões)	503,7	552,9	622,5	12,6	23,6	1.1841,8	2.195,0	19,2
Valor das transações (R\$ milhões)	31.817,3	33.678,4	39.046,0	15,9	22,7	113.693,8	134.944,6	18,7

* Quantidade de cartões no final do período.

** Transações acumuladas.

Transação de cartão não presente (e-commerce)

Em 2017, foi viabilizada a primeira experiência de transação recorrente com cartão de débito não presente. Fechamos uma parceria para permitir a utilização do cartão de débito no pagamento das assinaturas do serviço Netflix.

Após o sucesso dessa parceria e da aceitação junto aos clientes, evidenciado pelo volume de adesões, ampliamos a aceitação dos cartões de débito CAIXA em dispositivos e plataformas eletrônicas e, para tanto, prospectamos, no primeiro semestre de 2018, várias empresas que apresentam as características desejadas. No segundo semestre foram

fechados Acordos de Parceria, destacando a empresa Uber a como próxima parceira a integrar-se para aceitar os meios de pagamento de débito da CAIXA.

A utilização do cartão de débito CAIXA nas transações em meio eletrônico recorrentes ou não oferece ao cliente uma nova alternativa de pagamento e uma melhor experiência de uso frente a outras formas de pagamentos (débito automático e boleto de cobrança) e em relação aos cartões dos demais emissores concorrentes.

Além dos benefícios aos clientes, a oferta de serviços em aplicativos possibilita:

- Retenção dos clientes, pois disponibiliza outra opção de pagamento, tornando-se um diferencial do produto;
- Geração de uma nova fonte de receita – crescem cada vez mais no mercado os modelos de negócio com pagamento via e-commerce, ao qual a ainda não fazíamos parte;
- Posicionamento da CAIXA como um Banco inovador ao firmar parcerias junto às empresas que possuem um leque de serviços variados, destinados a melhorar a experiência do cliente com o cartão de débito.

Política de Comercialização do Cartão de Débito

Em 2018, a CAIXA priorizou a emissão de cartão de débito na Bandeira ELO, com o objetivo de aumentar a participação da CAIXA na referida bandeira. Para o débito, a **bandeira Elo** já possui uma rede de aceitação compatível com as demais bandeiras, sendo o **cartão aceito em mais de 8,9 milhões de estabelecimentos comerciais no Brasil**, e contando ainda com uma rede de aceitação nos principais credenciadores (Cielo, Rede, Getnet, Elavon, PagSeguro, First Data, Vero, Stone, Payleven e etc).

Cartão de Crédito

Historicamente, o faturamento da carteira é crescente. Em 2018, o faturamento com os cartões de crédito foi da ordem de R\$ 44 bilhões, um incremento de 6% em relação ao realizado em 2017 e, que corresponde a 100% da meta do produto para o ano.

Em 2018, os clientes dos cartões CAIXA realizaram 2,6 bilhões de transações, 17,0% acima da relaizado no mesmo período do ano anterior, representando um volume financeiro de R\$ 179,4 bilhões , docorrente da utilização dos 103 milhões de cartões da base.

Tabela 5.8 Resultados Negócios com Cartão

Cartões	4T17	3T18	4T18	Var % Trí	Var % 12M	2017	2018	Var % 12M
Qtde de cartões* (em milhões)	106,1	104,6	103,0	-1,5	-3,0	106,1	103,0	-3,0
Qtde de transações** (em milhões)	600,7	649,2	725,4	11,7	20,8	2.204,9	2.579,7	17,0
Valor das transações (R\$ milhões)	43.290,7	44.743,5	51.237,9	14,6	18,4	155.705,6	179.415,1	15,2

* Quantidade de cartões no fim do período.

** Transações acumuladas.

Nossa base de cartões de crédito era composta por **6,3 milhões de plásticos em dezembro, que realizaram 384,6 milhões de transações no acumulado, totalizando R\$ 44,58 bilhões, avanço de 5,9% em 12 meses.**

Tabela 5.9 Base de Cartões de Crédito

Cartões	4T17	3T18	4T18	Var % Tri	Var % 12M	2017	2018	Var % 12M
Qtde de cartões* (em milhões)	7,0	6,0	6,3	4,7	-10,2	7,0	6,3	-10,2
Qtde de transações** (em milhões)	97,0	96,3	102,9	6,9	6,1	363,0	384,6	6,0
Valor das transações (R\$ milhões)	11.473,3	11.065,0	12.227,9	10,5	6,6	42.011,8	44.470,5	5,9

* Quantidade de cartões no fim do período.

** Transações acumuladas.

Cartão – Pré-Pago

Optamos por participar do mercado de cartões pré-pago por meio de parcerias para explorar as oportunidades desse produto, diversificando o portfólio. Atualmente, mantemos em nosso portfólio os produtos pré-pagos Construcard, BNDES e CAIXA Gestão de Despesas que apresentaram os volumes demonstrados no quadro abaixo:

Tabela 5.10 Faturamento Cartão Pré-Pago (R\$)

Cartão	2015	2016	2017	2018
BNDES	-	805.789.219	893.926.675	504.524.271
CAIXA Despesas	-	-	25.000	512.154
Construcard	31.011.000	343.281.406	210.545.738	264.447.043

APP Cartões CAIXA

O aplicativo Cartões CAIXA foi disponibilizado em novembro de 2016, com o objetivo de oferecer aos clientes um canal ágil e seguro para acompanhar as despesas dos cartões de crédito.

A sua primeira versão foi lançada com 05 funcionalidades e, na sequência, foi explorada os serviços de gerenciamento do produto, sendo, a principal novidade, a consulta e resgate de pontos para qualquer um dos parceiros dos programas de fidelidade.

O APP Cartões CAIXA foi destaque na mídia externa como o único APP que oferece a opção de "Alteração de endereço", "Contestação de Compras" e "Resgate de Pontos". Somos o único Banco que tem um mesmo aplicativo de cartões para clientes PF e PJ.

Carteira Digital

A constante evolução dos Meios de Pagamento Eletrônicos, com foco nos Millennials – pessoas com perfil digital cujas transações são feitas habitualmente por meio de aparelhos celulares, propiciou aos clientes maior conveniência no uso de dispositivos como telefones, pulseiras e anéis, para realizar pagamento em lojas físicas e em aplicativos. Tudo isso com praticidade e segurança.

Esses destaques reforçam a necessidade de investirmos cada vez mais nos meios digitais eletrônicos ou como dizem, nas "soluções de bolso". O APP Cartões CAIXA é um exemplo desse investimento que chega ao final do ano de 2018 com diversas funcionalidades e, com destaque, para o acesso para os usuários dos cartões adicionais (PF) e solidários (PJ).

Essa aplicação também contribuiu para a migração de parte do atendimento concentrado na central telefônica para este canal, o que resultou em otimização do atendimento e redução de custos. E, ainda, mantém a CAIXA alinhada às tendências de mercado.

Com os investimentos realizados para melhoria desse meio digital, a sua utilização por parte dos usuários aumentou em 126% no ano de 2018, tendo a sua penetração na base ativa aumentado de 12% para 32%.

APP Cartões CAIXA

penetração na base ativa de clientes aumentado de 12% para 32%.

Alinhada às práticas de mercado, disponibilizamos a tecnologia Samsung Pay e a Google Pay aos portadores dos cartões de débito, das bandeiras Mastercard e Visa, para pagamento de compras por meio do celular.

Em 2018, as compras realizadas por meio dessas tecnologias em Cartão de Débito CAIXA, atingiu o faturamento de R\$ 14 milhões, sendo

MasterCard Débito: R\$ 8.932.700,90 e Visa Débito: R\$ 5.734.572.

Pretendemos ampliar essas tecnologias aos clientes dos cartões de crédito que passarão a contar com mais uma forma de realizar o pagamento das suas compras de maneira simples, rápida e segura, com o objetivo de oferecer maior praticidade ao cliente no uso de seus recursos.

Destaca-se que a utilização dessas funcionalidades não incidirá em custos à CAIXA e aos seus clientes, em que pese existir compromisso por parte da CAIXA em realizar investimento para divulgação do Google Pay. Essa divulgação está prevista nos canais internos, tais como ATM, Intranet e Site da CAIXA e nas mídias sociais externas.

Novos desafios lançados para 2019:

- Canal Digital – explorar canais digitais para venda de cartões de crédito, inclusive para não correntistas, por meio de atuação com empresas do conglomerado.
- APP Cartões CAIXA – ampliar os serviços no APP Cartões CAIXA, visando melhorar a experiência do cliente.

- Digitalização – fomentar a digitalização dos cartões de crédito e débito (ex.: carteira digitais – e-wallets)
- Transação sem contato – implantar tecnologia sem contato nos cartões de crédito e débito.
- Cartão Virtual – lançamento para todas as bandeiras.
- Canal de Comunicação – ampliar canais de comunicação com o cliente de cartão, como por exemplo, WhatsApp, Push, e-mail, chat, etc.
- Parceria – viabilizar lançamento de cartão de marca compartilhada com companhia aérea parceira.
- Débito Internet – permitir o uso dos cartões de débito CAIXA, de todas as Bandeiras, em compras na internet.
- Expansão dos canais de venda – expandir os canais digitais de venda do produto cartão, como por exemplo contratação da forma on-line de Cartões de crédito por meio do APP Cartões CAIXA.
- Credenciamento – incrementar o número de credenciamentos, por meio de parceria com as credenciadoras, ofertando a solução de Adquirência com a marca da CAIXA.
- Pré-Pago – incrementar o produto pré-pago como meio de pagamento, proporcionando acesso à serviços bancários e substituição da circulação de moeda.
- Carteira Digital – solução eletrônica para pagamentos digitais utilizando os produtos Samsung Pay e Google Pay.

Investimento

Campanha de Captação

Durante o primeiro semestre de 2018, os fundos CAIXA FIC Premium RF Ref DI LP, CAIXA FIC Especial RF LP e CAIXA FIC Maxi RF Ref DI LP tiveram redução de 50% no ticket de entrada, passando para R\$ 100.000,00, R\$150.000,00 e R\$250.000,00 respectivamente.

A Campanha de Captação veio para corroborar com a estratégia Mix de Captação na abordagem aos clientes que possuíam LCI a vencer durante o ano.

Tamo Junto + Cotistas

A Campanha teve como objetivo o aumento da base de cotistas. O desafio contemplava a evolução da base total de cotistas em Fundos de Rede (exceto Fundos RPPS) no período da Campanha (JUN/18 – DEZ/18), com o objetivo de somar 100.000 cotistas “líquidos” à base. Como resultado, foram somados 161.506 novos cotistas, superando assim em 162% a meta estipulada para o período.

Semana do Servidor

Campanha que teve vigência de 22 a 26 de out/18 com redução de 50% no ticket inicial dos fundos CAIXA FIC INVESTIDOR RF LP e CAIXA FIC PERSONAL RF LP.

Quinzena do Cliente e Black Friday

Com o objetivo de incentivar a entrada de novos recursos e de novos cotistas, foram reduzidos, temporariamente, em até 80%, os valores de aplicação inicial mínima de 13 fundos de investimento.

Ranking BACEN de reclamações

Diminuimos uma posição no Ranking BACEN de reclamações, conquistando o 5º lugar no 4º Tri/18, reafirmando nosso compromisso de zelar pela satisfação de seus clientes.

FI-FGTS

O FI-FGTS tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, aeroportos, energia e saneamento.

Nesse sentido, houve a publicação de Edital de Chamada Pública para prospecção de novos investimentos a serem realizados pelo FI-FGTS, com a realização de Road Show para apresentação do Edital em diversas capitais brasileiras. Ocorreu a estruturação do Projeto FI-FGTS + Forte que engloba diversas ações de fortalecimento na gestão do FI-FGTS e de melhoria de processo, gestão e controle de informações, comunicação e transparéncia. E houve também a criação e a implantação de site do FI-FGTS visando maior transparéncia das informações do Fundo assim como mais alcance das informações.

Rating VIART

Manutenção do Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos 'Forte' para a VIART, publicado pela Fitch Ratings.

Transferência do fundo FGDUC

Transferência do fundo FGDUC (recursos do Fies) do BB para CAIXA, com recursos da ordem de R\$ 10 bilhões e receita estimada de R\$ 14 milhões/ano.

Principais resultados

Encerramos o ano de 2018 com portfólio de 424 produtos, que somam R\$ 741,5 bilhões de recursos de terceiros, alocados entre fundos de investimento e carteiras administradas.

A Captação Líquida em Fundos de Investimento na CAIXA alcançou 121,25% da meta estipulada para o ano.

Em Dez/18, a CAIXA manteve a 4ª posição no Ranking de Administradores ANBIMA, com 8,62% de Market Share e patrimônio líquido de R\$ 398,2

Como reconhecimento pela atuação na administração e gestão de fundos de investimento, recebemos as premiações abaixo ao longo de 2018:

- **Premiação MBI – Melhores Bancos para Investir** -> Divulgada em janeiro/18, referente ao ano anterior.
- **Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - agosto/2018)** -> 4 Fundos Classificados como excelentes.
- **Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - março/2018)** -> 5 Fundos Classificados como excelentes.
- **Valor Investe Previdência 2018:**
 - 1ª Melhor Gestora na Categoria 'Balanceados Até 15';
 - 2ª Melhor Gestora no Geral, com 9 Fundos Classificados como 5 Estrelas.
- **Ranking Exame – Onde Investir 2019** -> 2º Melhor Gestor de Varejo, com 6 Fundos 5 Estrelas e 13 Fundos 4 Estrelas.

Principais números que demonstram o cumprimento da estratégia traçada:

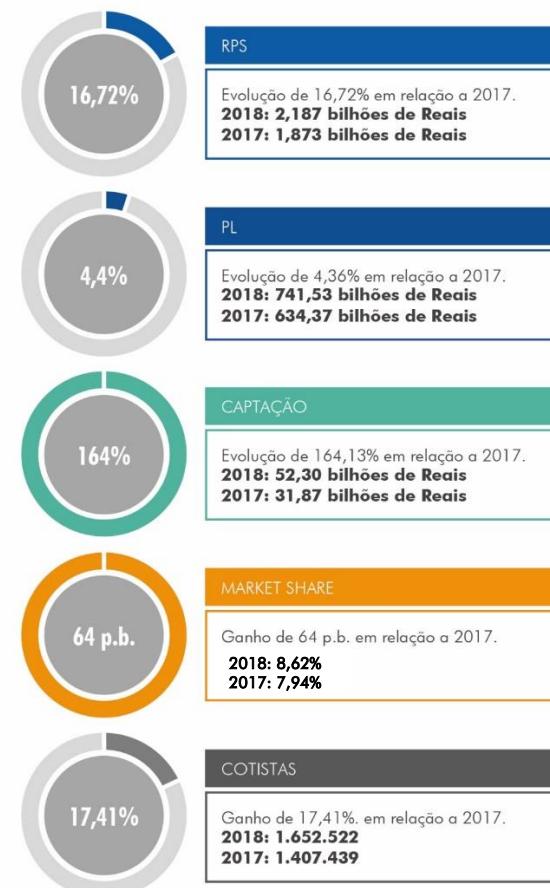


Figura 5.7 Cumprimento da Estratégia para Fundos

Habitação

O saldo da carteira de crédito habitacional cresceu 3,0% em 12 meses, totalizando R\$ 444,7 bilhões em dezembro de 2018, dos quais R\$ 265,2 bilhões com recursos FGTS e R\$ 179,4 bilhões com recursos CAIXA/SBPE. Dessa forma, a CAIXA mantém a liderança desse mercado com 68,8% de participação, ganho de 0,6 p.p em 12 meses.

A evolução da carteira reflete o valor de concessões de crédito no ano, totalizando R\$ 68,0 bilhões aplicados em FGTS, incluindo subsídios, e R\$ 13,8 bilhões em SBPE até o mês de dezembro. Destaca-se que o valor aplicado com recursos do FGTS foi impulsionado, principalmente, pela participação na execução do Programa Minha Casa, Minha Vida. Quando observado apenas o market share da carteira com taxas reguladas, ampliamos nossa participação, contudo, perde market share na carteira com taxas de mercado.

Como iniciativa estratégica para ampliar a participação de mercado no SFI (taxas de mercado), além de reduzir custos, foi implantada em 2018 a CAIXA Imóveis, empresa do conglomerado CAIXA que tem como objetivo fortalecer a jornada do cliente do início ao fim, incluindo oferta de modelo digital para Habitação, reduzindo o tempo de concessão do crédito habitacional.

Durante o ano a empresa realizou suas primeiras operações enquanto correspondente bancário – CCA e foi autorizada sua operação como CCA Gestor, vinculando correspondentes individuais que terão acesso à tecnologia desenvolvida pela empresa e atuarão de acordo com os processos estabelecidos, ampliando sua capacidade operacional. De toda forma, tendo em visto o tamanho da carteira de crédito imobiliário CAIXA e o tempo necessário para maturação do Banco, seu impacto no resultado somente será observado em balanços futuros.

Ainda relativo à participação da CAIXA com taxas de mercado, que abrange sobretudo os recursos SBPE, deve-se ressaltar que durante o ano de

2018, até o mês de dezembro, a aplicação do total do mercado, de acordo com informações da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Abecip, foi 33% superior ao volume aplicado em igual período de 2017.

Esse crescimento é resultado de uma melhora das condições macroeconômicas e, conforme já apontado entre os desafios da Estratégia Negocial, trouxe maior agressividade da concorrência. Dessa forma, a CAIXA adotou uma série de medidas ao longo do ano, incluindo a redução das taxas de juros e elevação das quotas, com intuito de manter a participação na aplicação desse mercado.

Market Share Habitação – meta dezembro 2018: 67,9

- Realizado até dezembro/2017: 68,3
- Realizado até dezembro/2018: 68,8

Relativo ao provisionamento para devedores duvidosos, as ações de cobrança e renegociação surtiram efeito positivo, havendo redução de 22,5% do valor provisionado de janeiro a dezembro de 2018, em relação ao realizado em 2017.

O PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida lançado, em 2009, pelo governo federal, sob o contexto de déficit habitacional de mais de sete milhões de unidades habitacionais (PNAD 2009), tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, destinadas à famílias de baixa renda, mediante concessão de subsídio/desconto.

Tabela 5.11 Desempenho do MCMV em 2018

Ano	Faixa	UH Contratadas	Valor Investimento
2009	Faixa 1	143.894	6.012.590.214
	Faixa 2	98.593	6.516.460.208
	Faixa 3	43.818	.025.943.091
2010	Faixa 1	275.075	1.128.057.423
	Faixa 2	274.770	9.382.499.257
	Faixa 3	100.458	.834.768.901
	Faixa 1	98.641	4.785.294.689
2011	Faixa 2	325.007	1.639.747.308
	Faixa 3	72.658	5.092.044.185
	Faixa 1	306.381	5.954.294.625
2012	Faixa 2	297.703	2.602.763.062
	Faixa 3	55.225	.814.415.128
	Faixa 1	388.277	2.296.997.456
2013	Faixa 2	263.973	3.275.711.328
	Faixa 3	37.464	3.102.009.734

Desempenho do MCMV em 2018 (cont)

2014	Faixa 1	138.543	6.947.108.142
2015	Faixa 2	208.624	24.623.247.901
	Faixa 3	33.541	3.394.735.353
	Faixa 1	16.011	554.239.942
2016	Faixa 2	291.161	34.061.137.587
	Faixa 3	39.856	5.114.511.365
	Faixa 1	36.858	1.409.830.485
2017	Faixa 2	252.534	31.018.547.381
	Faixa 3	67.601	9.121.496.811
	Faixa 1	22.222	1.783.921.258
2018	Faixa 2	412.535	54.794.607.736
	Faixa 3	48.087	6.382.793.381
	Faixa 1	106.836	7.340.517.078
	Faixa 2	356.008	49.550.297.907
	Faixa 3	42.650	5.638.781.006
	Total Geral	4.855.004	418.199.369.942

Crédito

Principais ações realizadas que contribuíram para a otimização do portfólio e a ampliação da oferta de crédito:

- Disponibilização do NOVO FIES (modalidade I), incluindo as diversas modificações do produto conforme legislação (seguro prestamista, boleto único, repasse de coparticipação às instituições de ensino);
- Disponibilização do Crédito Consignado com garantia dos recursos do FGTS (modalidade do Crédito Consignado que tem como público alvo trabalhadores celetistas da iniciativa privada que recebem crédito salário na CAIXA e possibilita ao trabalhador oferecer, em garantia ao empréstimo consignado, parte dos recursos de sua conta vinculada do FGTS). A abertura de convênios com potencial, a ampliação de prazos para contratação e a oferta em massa para os clientes INSS, via terminais de autoatendimento e internet banking, ajudaram a alavancar a concessão de novos contratos;
- Criação da modalidade de crédito para MPE com taxas diferenciadas com 100% de garantia (imóvel ou aplicação), em conjunto com a redução de taxas na maioria dos produtos e a valorização de operações com garantias e reciprocidades;

- Lançamento da linha de crédito com vantagens para clientes da economia verde (público cujas atividades-fim promovem a melhoria do bem-estar, a igualdade social além de reduzir riscos ambientais e a escassez ecológica);
- Lançamento do produto de contratação direta no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Ao mesmo tempo, foram desenvolvidas ações que visam a melhoria da experiência do cliente, entre as quais citamos:

- a. Comercialização do Crédito Direto CAIXA (CDC) pela Agência Digital de Aceleração de Negócios;
- b. Liberação de apostas de loterias para Poupança Azul, Poupança Fácil e Conta CAIXA Fácil;
- c. Adesão e manutenção à Cesta de Serviços com digitação da senha do cliente;
- d. Cesta Bônus, que oferece recompensa em contrapartida à contratação de cesta de serviços;
- e. Integração do Sistema de Portabilidade de Salário.

Ademais, foram realizadas diversas melhorias de processos que reduziram o tempo e favoreceram o atendimento dos clientes nas agências.

O aumento das **contratações de crédito rural** foi impulsionado pela expectativa de aumento na produção nacional de grãos e de manutenção dos índices elevados de exportação de produtos agropecuários. Esse panorama também foi justificado pela adoção de medidas pelo Governo Federal que incentivaram o crédito aos produtores rurais, com melhores condições de taxas de juros, prazos e linhas de crédito disponibilizadas no Plano Agrícola e Pecuário 2018/2019.

O cenário econômico favorável para o setor nos levou a adotar estratégias de antecipação ao início do ano agrícola 2018/2019, visando o incremento da contratação e a manutenção do seu posicionamento no segmento. Nossa estratégia passou, ainda, pelo estreitamento do relacionamento e parceria com os demais participantes da cadeia do agronegócio, com realização de acordos de cooperação técnica com universidades, convênios com empresas de assistência técnica e extensão rural, entre outros, e, principalmente, no apoio às cooperativas de produção agropecuária, dado o seu poder de ser um polo de transformação social das comunidades, alinhado à atuação da CAIXA como um agente financeiro de promoção da cidadania e de políticas públicas para o desenvolvimento do país.

Em 2018, o **crédito comercial** da CAIXA emprestou cerca de R\$ 164,4 bilhões, redução de 9,7% quando comparado ao volume contratado no ano anterior, com foco nas carteiras de menor risco e menor alocação de capital, como o crédito consignado que concedeu recursos da ordem de R\$ 30,0 bilhões.

- ↑ contratações de crédito rural
- ↓ 15,2% no saldo da carteira de crédito comercial
- ↓ 0,01p.p. na inadimplência do comercial PF
- ↓ despesas de captação de recursos
- ↑ 7,8% no saldo de poupança
- ↑ 11,9% em serviços de contas e tarifas bancárias

A **carteira de crédito comercial** totalizou R\$ 137,2 bilhões em 2018, redução de 15,2% em 12 meses, reflexo das medidas de ajuste e equilíbrio da estrutura de capital. As operações de crédito destinadas às pessoas físicas registraram saldo de R\$ 81,9 bilhões, recuo de 12,6% em 12 meses, o segmento de MPE reduziu 19,8% em relação a 2017 e a carteira de crédito rural totalizou R\$ 7,5 bilhões, crescimento de 9,0% em 12 meses.

A **inadimplência do comercial PF** totalizou 5,15% em 2018, redução de 0,01 p.p. se comparado a dezembro de 2017. O índice do comercial PJ atingiu 5,61%, aumento de 0,27 p.p. em 12 meses e do crédito rural foi de 2,37%, 1,29 p.p. menor que apresentado em 2017. As ações de redução da inadimplência e de qualificação da carteira, com associação de garantias à concessão do crédito, permitiram a redução das despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa em 22,5% em relação a 2017.

Em 2018, direcionamos nossa **captação de recursos** para produtos de menor custo para empresa, alterando o mix da carteira. No ano de 2017, 64,5% da carteira representava produtos de baixo custo, como depósitos à vista poupança, empréstimos e repasses e depósitos judiciais. Em 2018, esse percentual passou a ser de 70,9%. A alteração do mix, associada a uma menor taxa média de juros ao longo de 2018, reduziu as despesas de captação de recursos. A poupança, continua a ser a mais importante fonte de recursos da Instituição.

Em 2018, alcançamos 78,0 milhões de **contas poupança**, incremento de 3,2 milhões de contas em comparação à 2017. Esse desempenho contribuiu para que a poupança alcançasse saldo de R\$298,4 bilhões em 2018, evolução de 7,8% em 12 meses. Disponibilizamos em nosso portfólio de produtos de consumo popular as contas CAIXA Fácil e Poupança Fácil, modalidades de contas especiais de depósitos disciplinadas pela Resolução CMN no 3.211, de 30 de junho de 2004.

As **contas especiais** possuem características determinadas, tais como procedimentos simplificados para abertura e limite dos valores de movimentação, sendo o seu principal objetivo ampliar o acesso da população aos serviços bancários. A dispensa de comprovantes de renda e endereço representam a simplificação do processo, na medida em que permite a abertura de contas para cidadãos que não disponham de renda formal ou de meios para a comprovação de residência, situação vivenciada por grande parcela da população brasileira. Em 2018, possuímos uma base com 8,9 milhões de contas CAIXA Fácil.

A gestão dos **serviços de contas e tarifas bancárias** e o aumento do relacionamento com os clientes resultaram na arrecadação de R\$ 6,4 bilhões em 2018, crescimento de 11,9% em 12 meses.

Principais desafios para 2019

O ambiente e a conjuntura dos cenários econômico, político e social do país, propiciarão desafios importantes a serem enfrentados e superados em 2019. Com o ritmo de recuperação da economia e a atuação intensa dos órgãos reguladores, exigirão da CAIXA habilidade para se posicionar estratégicamente em seus mercados de atuação, mantendo seu compromisso com o cliente e com a sociedade. Internamente, após o ajuste da estrutura de capital, o desafio da recuperação da velocidade no crédito e a ampliação do nível de relacionamento com Clientes demandarão da Estratégia de Clientes desenvolver novos projetos e rever os processos críticos.

Neste contexto, o desafio de melhorar continuamente a gestão da experiência do cliente em cada atendimento, seja por meio da utilização de ferramentas de inteligência ou de um olhar mais próximo das necessidades de cada segmento, alinhado à visão de eficiência e conveniência dos canais, farão de 2019 um ano chave para estruturação de entregas importantes.

Justificativas para o resultado e monitoramento de metas não alcançadas

Em 2017, passamos por um processo de ajuste com o intuito de equilibrar nossa estrutura de capital. Houve necessidade de redução da carteira e restrição do crédito, entre outras medidas. Assim, para 2018, o cenário era de retomada da trajetória de expansão do crédito, em que o aumento das contratações objetivava a manutenção da carteira. As restruturações dos produtos tinham como intuito a qualificação da carteira, através de medidas como alocação de garantias e priorização de produtos de maior RAROC (retorno ajustado ao risco) de forma a reduzir a alocação de capital.

Ainda que os objetivos de resultado financeiro tenham sido alcançados, a evasão de clientes ocasionada pela restrição de capital em 2017 fez com que o ritmo de crescimento fosse inferior ao esperado.

Os direcionadores estratégicos da DEPOV foram pautados a partir de análises dos ambientes internos e externos. Com isso foram identificados desafios e incertezas que podem trazer consequências para o desempenho futuro do modelo de negócios desenhado.

Um dos desafios identificados foi o acelerado desenvolvimento tecnológico, o que fez com que o segmento buscassem a migração das contratações para canais digitais, o que também contribui para melhorar a eficiência do atendimento, reduzir custos e permite desenvolvimento de novos modelos.

A performance da estratégia de negócio, depende ainda do relacionamento com o cliente, que exige cada vez mais atendimento individual e em profundidade, com comunicação direta e no tom que ele quer, implicando na mudança de processos de gestão dos clientes e comunicação. Por esse motivo a diretoria tem buscado aumentar os índices de satisfação e de retenção com o uso de ferramentas tecnológicas que agiliza o desenvolvimento de novos produtos e serviços aderentes às necessidades dos clientes.

A gestão de pessoas é pauta relevante para estratégia. A DEPOV adota práticas que apoiam a geração de valor e a conquista dos objetivos estratégicos, favorecendo a satisfação e o engajamento dos funcionários. Periodicamente é feita a revisão do desdobramento da estratégia da diretoria em conjunto com todos os empregados, onde são considerados os direcionadores corporativos, a satisfação dos funcionários e as tendências do mercado.

Infraestrutura

Para viabilizar a expansão e modernização da infraestrutura do Brasil, destacam-se alguns desafios:

- A baixa capacidade de endividamento e de realização de investimentos dos entes subnacionais;
- As restrições impostas pela regulamentação bancária (Basiléia III);
- O aumento das taxas de operações com repasse de recursos do BNDES, uma vez que com a criação da TLP as taxas que antes eram atrativas aos investidores privados, ficaram próximas às taxas de mercado;
- Inviabilidade de utilização de alguns fundings subsidiados em vista de regulamentação com restrições de taxas, spread e tarifas, que não geram retorno financeiro sustentável para sua utilização;
- Fatores macroeconômicos desfavoráveis, tais como elevada capacidade ociosa, desemprego elevado, balanço deteriorado dos principais empreendedores do mercado de saneamento e infraestrutura, dentre outros;
- ambiente político de incertezas, face a recente entrada de um novo governo.

As mudanças do cenário econômico também foram vistas como possíveis ameaças ao desenvolvimento econômico, como por exemplo a pouca expansão de empregos, que limita o crescimento dos setores, o estímulo do Estado da concorrência para a gestão periódica de recurso públicos diversos, que aumenta a pressão sobre reservas de mercado das estatais.

Entendemos que a superação dos desafios identificados perpassa pelo aperfeiçoamento de processos internos e o fomento de um ambiente de colaboração entre todos os players: Bancos, agências de fomento, agências reguladoras, investidores, empreendedores, visando a criação de novos modelos de negócios.

No cenário dos próximos cinco anos (2018 a 2022), para o setor de infraestrutura e saneamento, a estratégia prevista é a manutenção da CAIXA entre os maiores players do mercado, com manutenção do Market Share e rentabilização da carteira.

Em relação ao volume de Crédito a Entes Públicos e empresas de Saneamento e Infraestrutura, sob gestão da VP Governo, projeta-se um crescimento na ordem de 19% até 2022.

Cartões

Para os próximos períodos, foram traçadas as alavancas descritas a seguir:

- Elevar o grau de ativação da base de clientes em cartão de débito;
- Incentivar às transações por meio de pagamentos eletrônicos;
- Aumentar a penetração do cartão de crédito para correntistas;
- Atuar mais forte, com o cliente não correntista em cartão de crédito;
- Aumentar a receita em cartão de crédito;
- Atuar em parcerias com outras áreas da CAIXA para redução da inadimplência em cartão de crédito;
- Estímulo ao negócio de Adquirência;
- Potencializar a utilização do pré-pago.

Investimento

Principais desafios para 2019 são:

- Superação do 5º lugar no Ranking de Reclamações BACEN;
- Superação do Rating Forte atribuído pela Fitch Ratings;
- Busca pela superação de resultados nos fundos sob nossa gestão em um mercado cada vez mais competitivo e de acesso facilitado por plataformas de investimento totalmente digitais, que fazem com que gestoras de menor porte alcancem público que até pouco tempo atrás era exclusivo dos principais Bancos brasileiros;
- Instituição de chamada pública para os novos investimentos da Carteira Administrada do FGTS;
- Constituição de novos fundos de investimento com foco em desenvolvimento socioambiental.

Habitação

São desafios para os próximos anos:

- Maior competição no mercado com a melhora do contexto macroeconômico;
- Aumento de complexidade tecnológica com alavancagem do canal digital.

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Capítulo 6

6. Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Alocação de Recursos Financeiros

Em 2018, a gestão dos recursos financeiros foi pautada por uma estratégia voltada ao equilíbrio da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, os ajustes realizados nos permitiram situar-se acima dos requerimentos mínimos de capital, atingindo 19,6% no índice de Basileia e 12,9% no índice de Capital Nível 1, 3,4 p.p. acima do requerido para janeiro de 2019, quando as regras de Basileia III foram totalmente implementadas.

Como resultado dessa estratégia, destacam-se a redução da exposição nas carteiras comerciais e o crescimento das carteiras de menor risco, como habitação e infraestrutura, tendo como efeito final a queda da provisão para devedores duvidosos. A alocação dos recursos financeiros, de acordo com a origem e as aplicações dos recursos é demonstrada a seguir.

Tabela 6.1 Origem e Aplicação dos Recursos em 2018

Origem dos Recursos (R\$ milhões)			Aplicação dos Recursos (R\$ milhões)		
	2017	2018		2017	2018
Recursos de clientes*	623.176	583.916	Operações de Crédito	658.235	647.561
- Depósitos**	505.648	520.366	Aplicações Financeiras	144.233	174.660
Recursos de Repasses	269.609	298.572	Ativos Financeiros	188.135	199.799
Recursos do Mercado e Outros	297.328	300.325	Imobilizado	3.065	2.913
Patrimônio Líquido	70.585	81.242	Investimentos e Outros	267.030	239.123
Total dos Passivos	1.260.699	1.264.055	Total dos Ativos	1.260.699	1.264.055

*Considera os depósitos e as letras.

**Considera também os depósitos especiais e de fundos e programas.

Em relação à origem dos recursos, apesar do crescimento em 2018 dos patrimônio líquido e de repasses, 15,1% e 10,6% respectivamente, o total de passivos cresceu 0,3% em 2018, impactado pelo desempenho dos recursos de clientes que foi negativo em 6,3%, em linha com a estratégia de captação da Instituição.

Quanto às aplicações desses recursos, destaca-se a queda no saldo da carteira de crédito ampliada em 1,7% no ano de 2018, como resultado da estratégia adotada para adequação do portfólio à implementação das regras de Basileia III. No entanto, a evolução positiva dos ativos totais foi causada principalmente pela contribuição do crescimento das aplicações financeiras e dos ativos financeiros, cujo desempenho foi de 21,1% e 6,2% respectivamente no ano de 2018.

No que tange ao total de ativos que administraramos, os fundos de investimento foram os ativos com o crescimento mais expressivo no ano de 2018, correspondente à 22,4%. Esse crescimento foi importante para o desempenho total, pois esses recursos representam à 18,1% dos ativos administrados em 2018.

Tabela 6.2 Total de Ativos Administrados (R\$ milhões)

Ativos Administrativos	2017	2018
Ativos CAIXA	1.260.699	1.264.055
FGTS	489.114	524.296
Fundo de Investimentos	337.020	412.474
Outros Ativos	89.824	76.303
Total	2.176.657	2.277.128

Qualidade da Carteira de Crédito

Tabela 6.3 Qualidade da Carteira de Crédito (R\$ milhões)

Ativos Administrativos	2017	2018	Var %12M
Comercial	161.787	137.179	-15,2%
PF	93.684	81.850	-12,6%
PJ	68.103	55.329	-18,8%
Habitação	431.672	444.657	3,0%
Saneamento e Infraestrutura	82.669	84.311	2,0%
Crédito Rural	6.914	7.538	9,0%
Outros Créditos	23.233	20.835	-10,3%
Crédito Amplo	706.276	694.519	-1,7%
Provisão	-37.503	-36.990	-1,4%
Total Líquido de Provisão	668.773	657.529	-1,7%
% Provisão em Relação ao Crédito Amplos	5,3%	5,3%	0,3%

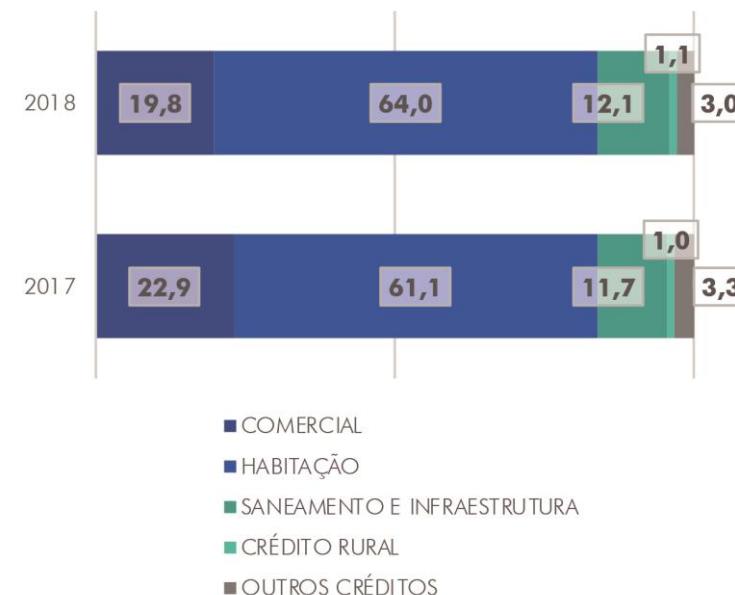
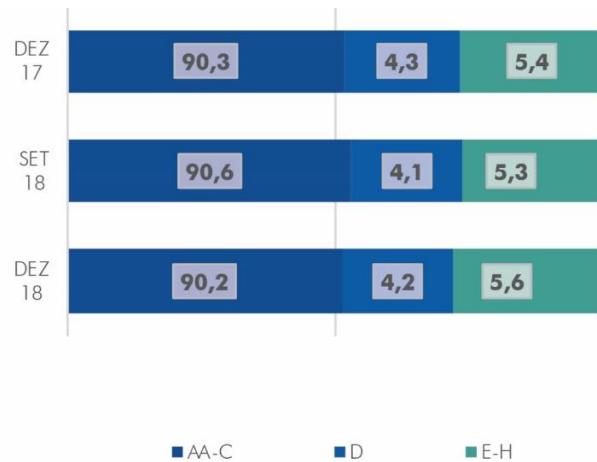
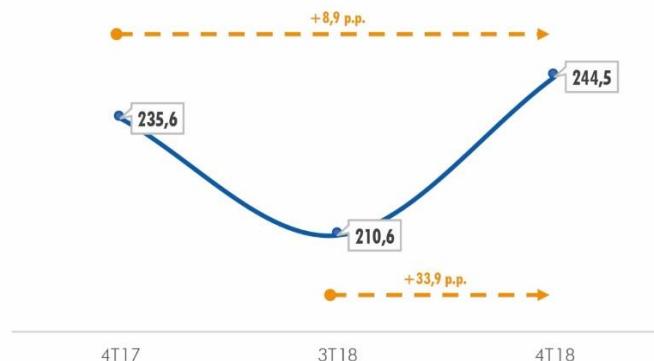


Figura 6.1 Composição da Carteira de Crédito Amplo

A carteira de crédito possui 90,2% do seu total classificada no nível de risco AA-C, demonstrando a boa qualidade em função da gestão do risco de crédito. O crédito imobiliário, maior componente do crédito total, possui 93,2% dos saldos classificados nos ratings entre AA-C. Já as operações de saneamento e infraestrutura e as operações de crédito comercial possuem 85,0% e 84,5%, respectivamente, classificados nos ratings entre AA-C.

O nível de provisionamento da carteira melhorou em 8,9 p.p em 12 meses, e cobre mais de duas vezes a inadimplência superior a 90 dias.

**Figura 6.2 Qualidade da Carteira de Crédito****Figura 6.3 Cobertura da PDD sobre inadimplência acima da 90 dias (em %)**

Resultado

Tabela 6.4 Resultado (R\$ milhões)

	2017	2018	Var %12M
Ativos Administrativos			
Margem Financeira	50.466	50.963	1,0%
Despesa de PDD	-19.257	-14.926	-22,5%
Resultados Bruto da Intermediação Financeira	31.209	36.036	15,5%
Receitas de Prestação de Serviços	25.041	26.849	7,2%
Despesas de Pessoal	-22.443	-21.635	-3,6%
Outras Despesas Administrativas	-11.969	-11.971	0,0%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-7.294	-12.354	69,4%
Resultados de Part. em Controladas e Coligadas	780	1.383	77,2%
Resultado Operacional	14.543	16.926	16,4%
Resultado Não Operacional	-597	-3.362	463,1%
Tributos sobre Resultados	-31	-1.721	5405,9%
Lucro Líquido Contábil	12.488	10.355	-17,1%
Lucro Líquido Recorrente	9.038	12.692	40,4%

Em 2018, o resultado bruto da intermediação financeira da CAIXA cresceu 15,5%, influenciado, principalmente, pela redução da provisão para crédito de liquidação duvidosa. Essa redução é reflexo do recuo na carteira de crédito, da mudança de sua composição com a migração para créditos de baixo risco, além do aperfeiçoamento das ações de cobrança e renegociação. O desempenho do resultado operacional em 2018 foi consequência dos ajustes para otimização da estrutura e da busca pela melhoria contínua da eficiência operacional, tendo influência da melhora das receitas com serviços devido ao aumento do relacionamento com os clientes e da queda nas despesas administrativas devido a medidas de controle mais eficientes. Como consequência, o lucro líquido recorrente da CAIXA em 2018 cresceu 40,4%, principalmente devido aos ganhos de eficiência e do cumprimento de seu Plano de Capital.

Gestão de Despesas

Em 2018, a gestão das despesas teve como principais objetivos a otimização da estrutura e a busca pela melhoria contínua da eficiência operacional. Como consequência, a despesa total da CAIXA em 2018 sofreu uma queda de 16,0%, com impactos sobre o Índice de Eficiência Operacional que alcançou 46,5%, melhora de 2,1 p.p em 12 meses. Da mesma forma, o índice de cobertura das despesas administrativas evoluiu 8,0 p.p, atingindo 79,0% e o índice de cobertura das despesas de pessoal totalizou 121,9%, melhora de 14,5 p.p, em 12 meses.

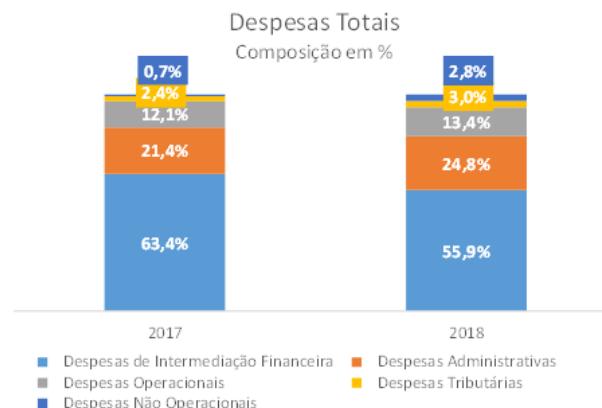


Figura 6.4 Despesas Totais (Composição em %)

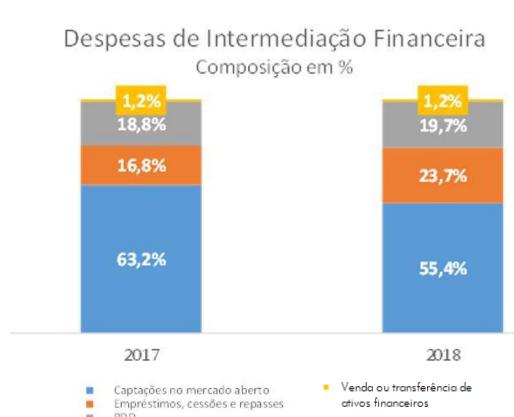


Figura 6.5 Despesas de Intermediação Financeira (Composição em %)



Figura 6.6 Despesas Administrativas (Composição em %)

Tabela 6.5 Despesas (R\$ milhões)

	2017	2018	Var %
Despesa Total	-161.094	-135.370	-16,0%
Despesas com Intermediação Financeira	-102.191	-75.681	-25,9%
Captação no Mercado Aberto	-64.626	-41.920	-35,1
Empréstimos, cessões e repasses	-17.130	-17.926	4,6
PDD	-19.257	-14.926	-22,5%
Outros	-1.179	-909	22,9%
Despesas Administrativas	-34.413	-33.606	-2,3%
Pessoal	-22.443	-21.635	-3,6%
Outras	-11.969	-11.971	0,0%
Despesas Operacionais	-19.491	-18.162	-6,8%
Despesas Tributárias	-3.876	-4.080	5,3%
Despesas Não Operacionais	-1.123	-3.842	242,1%

Esse desempenho da despesa total foi influenciado, principalmente, pela despesa com intermediação financeira, que teve uma variação negativa de 25,9% no ano. A redução da carteira de crédito ampla da CAIXA, resultado da estratégia adotada pela Empresa para adequação do seu portfólio à implementação das regras de Basileia III, teve impactos significativos sobre a estratégia de captação da Instituição, influenciando o recuo nas despesas com captação da ordem de 26,8%.

Da mesma forma, a estratégia de crédito impactou a PDD, cuja queda foi de 22,5%, refletindo a melhoria da qualidade das concessões e os avanços na recuperação de crédito no ano de 2018. Outro fator que influenciou o desempenho das despesas em 2018 foi a redução do quadro de empregados.

Para isso, a empresa vem adotando medidas para otimizar a estrutura de pessoal, por meio de programas de desligamento incentivado. Essas medidas resultaram em queda na despesa com pessoal de -3,6%, colaborando para o recuo das despesas administrativas como um todo.

INVESTIMENTO EM PESSOAL

R\$ 21,7 Bilhões

R\$ 22,5 em 2017

R\$ 21,1 em 2016

Figura 6.7 Investimentos em Pessoal

Informações sobre o Fundo Socioambiental

Criação

Desde sua criação, em 2010, o FSA CAIXA vem apoiando financeiramente, em parceria com órgãos públicos e entidades privadas, projetos socioambientais voltados para o desenvolvimento integrado e sustentável que beneficiam prioritariamente a população de baixa renda e estejam alinhados às estratégias do Banco e às diretrizes do Fundo.

Objetivo

O Fundo Socioambiental CAIXA (FSA CAIXA) tem como objetivo efetuar aplicações não reembolsáveis ou parcialmente reembolsáveis destinadas especificamente a apoiar projetos e investimentos de caráter social e ambiental, que se enquadrem em programas e ações da CAIXA, principalmente nas áreas de:

- Habitação de interesse social;
- Saneamento ambiental;
- Gestão ambiental;
- Geração de trabalho e renda;
- Saúde, educação, esporte e cultura;
- Justiça, alimentação e desenvolvimento institucional;
- Desenvolvimento rural;
- Desenvolvimento sustentável;

- Ações sociais que beneficiam a população de baixa renda.

O FSA CAIXA é um fundo financeiro específico, com prazo de duração indeterminado, estruturado sob a forma de fundo de CAIXA, e visa também receber e aplicar recursos em conformidade com as disponibilidades financeiras e de acordo com as disposições normativas.

Origem dos Recursos

Os recursos do FSA CAIXA são originários das dotações orçamentárias das seguintes fontes:

- Até 2% do lucro líquido ajustado da CAIXA, relativo ao ano anterior, apurados após a dedução dos dividendos devidos ao Tesouro Nacional, acrescido do saldo orçamentário não realizado no ano anterior;
- Doações e transferências efetuadas à CAIXA para as finalidades do FSA CAIXA;
- Repasses de fundos externos, públicos e privados, nacionais e internacionais;
- Rendimentos de qualquer natureza, decorrentes de aplicações da parcela de suas disponibilidades sujeita a remuneração;
- Retorno de aplicações reembolsáveis.

Estrutura do FSA CAIXA

Para garantir a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na aplicação dos recursos, a gestão do FSA CAIXA é estruturada em dois níveis, sendo um de gestão exercido pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - RSA e o outro técnico-operacional exercido pela Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (GERSA).

O Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – Comitê RSA é um órgão autônomo, de natureza estratégica e caráter deliberativo e propositivo com atuação em âmbito nacional que tem por finalidade assegurar a articulação entre as diversas áreas da CAIXA no processo de desenvolvimento, implantação, avaliação e acompanhamento da Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental na CAIXA alinhada aos seus negócios.

A operacionalização do Fundo conta também com as unidades regionais de habitação e governo da CAIXA as quais, analisam, acompanham e avaliam os projetos e as prestações de contas, além do relacionamento institucional realizado em conjunto com os canais de atendimento.

Plano de Aplicação

O Plano de Aplicação do FSA CAIXA define a(s) Linha(s) Temática(s), os Eixos de Atuação e a distribuição dos recursos para apoio aos projetos. O Plano é elaborado pela área de apoio técnico do FSA CAIXA, validado pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e aprovado pelo Conselho Diretor da CAIXA.

Modalidades de Aplicações dos Recursos

- **Seleção Pública** – modalidade de escolha de um conjunto limitado de projetos, nos segmentos ambientais e sociais, selecionados a partir de critérios divulgados em regulamentos específicos, elaborados com base nas diretrizes e linhas temáticas definidas no Plano de Aplicação do exercício.
- **Apoio a Políticas Internas** – caracteriza-se pela proposição de projetos estratégicos por entidades externas, doadores ou repassadores de recursos diretamente ao FSA CAIXA, nos segmentos ambientais e sociais, de acordo com as diretrizes e as

linhas temáticas definidas pelo Plano de Aplicação aprovado no exercício.

- **Incentivo financeiro a negócios sustentáveis** – modalidade destinada a contemplar as demandas oriundas das áreas de produto da CAIXA, caracterizadas por solicitação de incentivo financeiro para ampliação de oferta de crédito, em projetos que comprovem adicionais socioambientais, os quais devem ser encaminhados ao FSA CAIXA para análise.

Valores Comprometidos e Desembolsados por Temas

Tabela 6.6 Valores FSA CAIXA comprometidos por Plano de Aplicação e Temas (R\$)

Plano de Aplicação (2% do lucro no ano)	2010	2011	2012	2015	2016
	39.734.019,96	48.654.708,54	35.274.713,13	16.207.940,00	49.389.002,81
Total Aprovado					
Temas	Valor Comprometido				
Cidades Sustentáveis	6.382.965,98 - 20.690.406,27 14.803.505,09 19.898.698,21				
Energias Limpas e Sustentáveis	5.972.006,34	6.046.491,92	2.787.757,42	-	3.366.221,60

Promoção Socioeconômica	4.813.090,25	2.235.696,02	10.764.553,07	2.070.506,71	3.527.096,74
Sustentabilidade Agroflorestal	-	-	11.440.911,18	-	-
Sustentabilidade Hídrica	3.174.073,91	12.200.205,33	-	7.980.706,71	1.839.856,55
Total Comprometido					139.994.749,30
Saldo					49.265.635,14

Fonte: GERSA – Posição em dezembro/2018.

Tabela 6.7 Valores FSA CAIXA Comprometidos e Desembolsados ACF assinados e com desembolsos em 2018 (R\$)

Temas	Valor Comprometido - ACF Assinados	Total Desembolsado no exercício 2018	Total Desembolsado até dez/ 2018
Cidades Sustentáveis	61.775.575,55	13.796.215,29	51.255.308,01
Energias Limpas e Sustentáveis	18.172.477,28	766.641,75	15.553.429,45
Promoção Socioeconômica	23.410.942,79	1.877.045,16	21.787.752,21
Sustentabilidade Agroflorestal	11.440.911,18	178.500,10	10.033.951,06
Sustentabilidade Hídrica	25.194.842,50	2.085.344,49	12.065.016,20
Total	139.994.749,30	18.703.746,79	110.695.456,93

Fonte: GERSA – Posição em dezembro/2018.

Informações sobre Depósitos Judiciais

A CAIXA, na qualidade de Gestor Financeiro da UG 179104/0001 é responsável por efetuar as transferências dos valores das devoluções de recursos aos contribuintes, referentes aos depósitos judiciais e extrajudiciais, do INSS e RFB e demais órgãos, para a conta de reserva bancária da CAIXA.

Tabela 6.8 Identificação

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Identificação da subunidade da CEF		
Órgão de Vinculação: Ministério da Economia		Código SIORG: 1929
Denominação Completa: CAIXA Econômica Federal		
Denominação Abreviada: CAIXA		
Código SIORG: 0091	Código na LOA: Não se aplica	Código SIAFI: Não se aplica
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 00.360.305/0001-04
Principal Atividade: Serviços Financeiros		Código CNAE: 6423-9
Telefones/Fax de Contato:	(61) 3206-9000	(61) 3206-9817 (61) 3206-9732
Endereço Eletrônico: presidencia@CAIXA.gov.br		
Página na Internet: http://www.CAIXA.gov.br		
Endereço Postal: SBS Quadra 04, lotes 3/4, Ed. Matriz I, CEP: 70092-900, Brasília - DF		
Identificação da Unidades Gestora		
Número de Ordem: 1		
Denominação completa: CAIXA Econômica Federal/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais		
Denominação abreviada: CEF/ Dep. Jud. e Extr.		
Código SIORG: 25000	Código na LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 179104
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo		CNPJ: -
Principal Atividade: Executora – mandatária da União		Código CNAE: Não se aplica
Telefones/Fax de contato:	(61) 3206-8855	(061) 3206-9748
E-mail: geifi@CAIXA.gov.br		
Página na Internet: http://www.CAIXA.gov.br		
Endereço Postal: SBS Quadra 4, lotes 03/04, Ed.Matriz I, 2º andar, CEP: 70092-900, Brasília - DF		

Os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, provenientes de ações ajuizadas perante a Justiça Federal relativas a tributos e contribuições judiciais administradas pela SRF, e as contribuições sociais, administradas pelo INSS, são depositados e administrados pela CAIXA, conforme condições estipuladas pela Lei nº. 9.703, de 17 de novembro de 1998 e Portaria nº 569, de 17 de dezembro de 2001.

Com a promulgação das Leis 12.058/09 e 12.099/09, foi ampliado o escopo e as datas dos depósitos, que passaram a abranger os depósitos judiciais e extrajudiciais, conforme segue:

- a. referentes a tributos, contribuições federais e seus acessórios, inclusive os depósitos relativos aos débitos inscritos na Dívida Ativa da União, administrados pela RFB e pelo INSS;
- b. não tributários relativos à União e os tributários e não tributários relativos a fundos públicos, autarquias, fundações públicas e demais entidades federais integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Esses depósitos são repassados pela CAIXA à Conta Única do Tesouro Nacional no mesmo prazo fixado para o recolhimento dos tributos e contribuições federais, que ocorre no primeiro dia útil posterior ao recebimento do depósito.

Após o encerramento da lide ou do processo litigioso mediante ordem de autoridade judicial, ou no caso de depósito extrajudicial, da autoridade administrativa competente, o valor é devolvido ao depositante, pela CAIXA, no prazo mínimo de vinte e quatro horas, quando a sentença lhe for favorável, ou transformado em pagamento definitivo, quando a sentença da devolução ou decisão for favorável à Receita Federal ou ao INSS.

As normas externas que regulamentam a administração desses recursos, além das leis 9.703/98, 12.058/09 e 12.099/09, são Instrução Normativa SRF nº 421, de 10/05/2004 e Portaria MF nº 479, de 29/12/2000.

Internamente, os procedimentos operacionais executados pela CAIXA estão disciplinados nos manuais normativos CO059 – Depósitos Judiciais– Lei 9.703/98 e CO283 – Depósitos Extrajudiciais – Lei 9.703/98.

O saldo existente em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 4.352.932,16, foi transferido para execução no exercício de 2018, sendo R\$ 1.143.040,72 na fonte de recursos 0100 (vinculação de pagamento 950), referentes à devolução de depósitos judiciais e extrajudiciais da SRF, e R\$ 3.209.891,44 na Fonte de Recursos 0154 (vinculação de pagamento 960), destinados às devoluções judiciais relativas ao INSS.

No exercício de 2018, para a realização da devolução dos depósitos judiciais e extrajudiciais, a STN disponibilizou recursos financeiros na UG 179104/Gestão 00001, conta contábil nº. 1.1.1.2.20.01 – “LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS”, no montante de R\$ 11.368.978.079,20, sendo R\$ 10.402.192.906,60 referentes à na Fonte de Recursos 0100 (vinculação de pagamento 950) destinados às devoluções judiciais relativas à SRF, R\$ 966.785.172,60 referentes à Fonte de Recursos 0154 (vinculação de pagamento 960), destinados às devoluções judiciais relativas ao INSS.

Realizamos, na qualidade de executora da STN, na UG 179104, devolução dos valores referentes aos depósitos judiciais e extrajudiciais, pela emissão de OBR, tendo como favorecida a Instituição Financeira CAIXA, por meio de crédito em sua Conta de Reservas Bancárias, no valor total de R\$ 11.369.551.442,40, sendo R\$ 10.401.790.075,34 na Fonte de Recursos 0100 (vinculação de pagamento 950), destinados às devoluções judiciais relativas à SRF, R\$ 967.761.367,06 (na Fonte de Recursos 0154 (vinculação de pagamento 960), destinados às devoluções judiciais relativas ao INSS.

Na disponibilidade financeira restou um saldo para 2019 de R\$ 3.779.568,96, sendo R\$ 1.545.871,98 na Fonte de Recursos 0100 (vinculação de pagamento 950), recursos solicitados para levantamento de depósitos judiciais ou extrajudiciais relativas à SRF, e R\$ 2.233.696,98 na Fonte de Recursos 0154 (vinculação de pagamento 960), recursos solicitados para levantamento de depósitos judiciais ou extrajudiciais relativos ao INSS. Demonstramos a seguir o comparativo da movimentação financeira dos exercícios 2017 e 2018:

Tabela 6.9 Movimentação financeira dos exercícios 2017 e 2018 (R\$)

	2017	Total de OBR 2017	2018	Total de OBR 2018
Saldo no Exercício anterior	13.740.752,10		4.352.932,16	
Saldo devolvido ao Tesouro	-		-	
Recursos Extra Orçamentários Recebidos	-		-	
Recursos disponibilizados pela STN no exercício	6.504.065.830,05		11.368.978.079,20	
Total devolvido pela SRF	5.515.448.413,44	3.826	10.401.790.075,34	3.819
Total devolvido pelo INSS	988.617.416,61		967.761.367,06	
Despesas Extra Orçamentárias	-		-	
Saldo disponível do Exercício transferido para o exercício seguinte	4.352.932,16		3.779.568,96	

Fonte: SIAFI

Agente Operador do FGTS

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS é regido pelas disposições da Lei nº 8.036, de 1990, do Decreto nº 99.684, de 8 novembro de 1990, e de normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS, que é composto pela representação de trabalhadores, de empregadores e de órgãos e entidades do Governo Federal. O Fundo não tem personalidade jurídica e não se caracteriza como um órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, também não é dotado de estruturas administrativa e operacional próprias, ficando a cargo do Conselho Curador do FGTS, do Gestor da Aplicação (Ministério das Cidades), do Agente Operador (CAIXA), da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em consequência de previsão legal, a representação do Fundo nas funções e atividades relativas à sua gestão.

No exercício de nossas competências como Agente Operador do FGTS, atuamos com efetividade para que o FGTS cumpra seu duplo papel, ser pecúlio para o trabalhador, e ser instrumento de poupança interna.

Dentre as garantias que o Fundo se propõe em sua constituição, as principais são a garantia ao trabalhador de saque do saldo de sua conta vinculada em caso de demissão não justificada pelo empregador, aposentadoria, aquisição de casa própria e atendimento em casos de doença grave ou morte, dentre outros, e de ser a principal fonte para a implementação de políticas e programas governamentais nos setores de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura, gerando, ao longo dos 52 anos de sua existência, importantes benefícios para a população brasileira.

Nesse sentido, os objetivos estratégicos desdobrados no Plano de Ação do Agente Operador para o ano de 2018 levaram em consideração as diretrizes exaradas pela CAIXA e os principais desafios a serem superados para o alcance dos resultados esperados.

Prestação de Contas

O FGTS consta como unidade prestadora de contas no Anexo I da DN TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018, e tem prazo até 31/07/2019 para elaboração do Relatório de Gestão correspondente, referente ao exercício 2018.

Assim, as medidas empreendidas na curatela do FGTS e os resultados relevantes decorrentes da gestão econômico-financeira, operacional, orçamentária e administrativa do Fundo, além das ações e realizações do Agente Operador – CAIXA, constarão na referida prestação de contas do FGTS quando de sua elaboração para atender ao dispositivo infra legal mencionado acima.

Fundos de Governo

A Superintendência de Fundos de Governo tem uma equipe de 418 colaboradores e administra 21 Fundos e Programas, distribuídos em 5 segmentos de negócios (Fundos Garantidores, Fundos e Programas Habitacionais, Fundos e Projetos Ambientais, Fundos de Parcerias Público-Privadas e Cadastros), envolvendo montantes de ativos ou operações garantidas na ordem de R\$ 360 bilhões, com destaque para os principais fundos e programas a seguir:

- **FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais)** - Fundo público de natureza contábil e financeira, possui como finalidades assumir o saldo devedor residual ou remanescente de financiamento habitacional, as obrigações do extinto Seguro Habitacional, nos eventos de morte ou invalidez permanente do mutuário e as despesas com recuperação dos danos físicos no imóvel.
 - **FGHab (Fundo Garantidor de Habitação Popular)** - Fundo privado, constituído ao amparo da Lei nº 11.977, de 2009, com patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas e da Administradora, sendo sujeito a direitos e obrigações próprias.
- Foi criado pela Resolução nº 25, de 16/06/1967, do Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação - BNH, e ratificado pela Lei nº 9.443, de 1997.
- O FGHab tem por finalidade (i) garantir o pagamento aos agentes financeiros da prestação mensal de financiamento habitacional devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento; (ii) assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte ou invalidez permanente; (iii) assumir as despesas de recuperação relativas aos danos físicos no imóvel, para mutuários com renda familiar de até R\$ 5,0 mil.
- FGCN (Fundo de Garantia para a Construção Naval)** - Fundo de natureza privada, tem patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas e do Administrador, está sujeito a direitos e obrigações próprias, com prazo de duração indeterminado, e é regido por

Estatuto, Regulamento e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

O FGCN tem por finalidade garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações, bem como o risco decorrente de performance de estaleiros brasileiros. O fundo, por ter honrado garantias, se tornou credor da Sete Brasil, a qual se encontra em processo de recuperação judicial.

- **FGS (Fundo Garantia Safra)** - Fundo financeiro com a finalidade de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a situação de emergência ou estado de calamidade em razão de fenômenos climáticos, situados na região da Agência de Desenvolvimento do Nordeste.
- **Fundos PPP** - os Fundos Garantidores de PPP foram criados com a finalidade de prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias, assumidas pelos entes da federação concedentes de serviços públicos, assegurando a continuidade dos desembolsos aos concessionários de contratos de Parcerias Público Privadas. São fundos de natureza privada e patrimônio próprio, separado do

patrimônio dos cotistas e do Administrador, sujeitos a direitos e obrigações próprias.

- **CAR (Cadastro Ambiental Rural)** - Programa que conta com recursos doados pelo Governo da Alemanha e contrapartida financeira brasileira, com o objetivo de apoiar municípios brasileiros dos Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia nas atividades de cadastramento dos imóveis rurais e posterior desenvolvimento dos planos de recuperação de áreas rurais degradadas, envolvendo montantes de EUR 33,00 milhões. As atividades técnicas do projeto são implementadas pelas Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, EMBRAPA e Serviço Florestal Brasileiro. Enquanto as atividades financeiras são desenvolvidas pela CAIXA.
- **FCA (Fundo de Compensação Ambiental)** - Fundo privado integralizado com recursos oriundos da compensação ambiental com o objetivo de constituir-se num veículo de segregação patrimonial com foco na implementação, manutenção e apoio das unidades de conservação ambientais federais.
- **FAR (Fundo de Arrendamento Residencial)** - Fundo financeiro de natureza privada, com prazo indeterminado de duração, regido pela Lei nº 10.188, de 2001 e pelo seu

Regulamento. O fundo tem como objetivo prover recursos ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR e ao Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, para realização de investimentos no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, edificação de equipamentos de educação, saúde e outros complementares à habitação.

- **FDS (Fundo de Desenvolvimento Social)** - Fundo contábil de natureza financeira, com prazo indeterminado de duração, estando sob a regência da Lei nº 8.677, de 1993. Tem por finalidade financiar projetos de investimento de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, sendo permitido o financiamento nas áreas de saneamento e infraestrutura, desde que vinculadas aos programas de habitação, bem como equipamentos comunitários.

A SUFUS atua como Agente Operador no Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, mediante aplicação de recursos oriundos da União destinados ao FAR e ao FDS, e também como Gestor Operacional no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Os cadastros administrados CADMUT (Cadastro Nacional de Mutuários) e CADFNHS (Cadastro do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) e BAJ (Banco de Ações Judiciais), contemplam cerca de 14 milhões de registros e

subsidiaram processos operacionais, tratando-se de cadastros delegados por normas externas.

No início de 2018 foram criados 2 novos fundos a serem administrados pela CAIXA, **Fundo Garantidor do FIES (FG-FIES)** e **Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas (FEP CAIXA)** e, houve ainda, a migração da administração do **Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC)** do Banco do Brasil para a CAIXA.

O FEP CAIXA foi criado com o objetivo de custear serviços técnicos especializados para o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas dos entes da federação, na forma da Lei nº 13.529, de 2017. O Fundo possui natureza jurídica privada, constituído de patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas e da Administradora.

O FG-Fies é um fundo privado, com patrimônio próprio dividido em cotas e tem por finalidade garantir ao Fundo de Financiamento Estudantil – FIES o crédito do financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos, contratados a partir do primeiro semestre de 2018. Em julho de 2017, foi criado o FI –CAIXA - FG-FIES para a aplicação dos recursos do Fundo em consonância com sua política investimentos, cujos ativos totalizam R\$ 595 milhões.

O FGEDUC tem por finalidade garantir parte do risco em operações de crédito educativo, no âmbito do FIES, formalizados até o segundo semestre de 2017, pelos agentes financeiros mandatários do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

A densidade e diversidade desses fundos tornam complexa sua gestão e requerem implementação de ações contínuas que proporcionem eficiência e eficácia, inclusive para mitigação dos riscos operacionais, de imagem e financeiros. Nesse sentido, os objetivos estratégicos desdobrados no Plano de Ação da SUFUS para o ano de 2018 levaram em consideração as diretrizes exaradas pela CAIXA e os principais desafios a serem superados para o alcance dos resultados esperados.

Neste contexto, a aspiração da CAIXA em Fundos de Governo consiste em:

"Manter a liderança (top 1) na administração de fundos de governo no Brasil, assegurando reconhecimento das partes interessadas de que a CAIXA é o prestador de serviços mais eficiente neste setor".

Para o alcance dessa aspiração, os estudos de cenário identificaram que será necessário:

- Manter a posição da CAIXA como braço importante do Governo na administração de fundos.

- Atuação constante sobre a agenda regulatória, mediante influência sobre tomadores de decisão das diversas esferas dos poderes legislativo, judiciário e executivo.
- Contínuo acompanhamento da conjuntura econômica e política, revendo as estratégias quando necessário.
- Alinhamento interno com demais áreas CAIXA com impacto sobre processos da VIFUG, a exemplo das áreas de tecnologia, marketing e pessoas.
- Buscar a otimização e qualificação de processos e sistemas, com impacto direto sobre atendimento às partes interessadas, com ações inovadoras.

Prestação de Contas

Parte dos fundos administrados pela SUFUS constam como unidades prestadoras de contas no Anexo I da DN TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018, e tem prazo até 31/03/2019 para elaboração do Relatório de Gestão correspondente, referente ao exercício 2018. Além disso, o fechamento do resultado de RPS para o exercício está em curso.

Assim, as medidas empreendidas na administração dos Fundos de Governo, bem como os resultados relevantes decorrentes da gestão econômico-financeira, operacional, orçamentária e administrativa desses Fundos,

além das ações e realizações da SUFUS, constarão na referida prestação de contas quando de sua elaboração para atender ao dispositivo legal mencionado acima.

Destacamos os seguintes pontos:

1. Fundos Habitacionais:

Os fundos de financiamento do Minha Casa Minha Vida, alocaram, em sua totalidade, recursos na ordem de R\$ 85 bilhões beneficiando 1,6 milhão de famílias.

Os fundos habitacionais FAR e FDS, em 2018, foram responsáveis por aplicar R\$ 4,23 bilhões para a construção de unidades habitacionais, que beneficiaram a população com renda de até R\$ 1.800,00. Já no âmbito do PNHR, foram aplicados em 2018 o total de R\$ 570 milhões para obras em andamento. Além disso, em 2018 foram contratadas operações para construção de mais 107.408 unidades no âmbito do Programa MCMV- Faixa 1.

2. Fundos e Projetos Ambientais:

No ano de 2018, a CAIXA teve êxito no processo de seleção para administrar o FCA – Edital ICMBIO nº 02 de 2018. Tem previsão de patrimônio inicial de R\$ 1

bilhão e expectativa de receita mensal de R\$ 1,3 milhão.

3. Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas – FEP:

Em 2018, fomos designados Administradora do FEP CAIXA (Decreto nº 9.217/18) e, em 19/02/2018, e instituiu o fundo por meio da Resolução CFGL nº 349 e, dos projetos piloto, os quais foram selecionados pelo então Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, em parceria com a CAIXA. Em abril de 2018 foram contratados 4 projetos na área de resíduo sólido urbano, um segmento que contribui para o enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado desses resíduos e um projeto para estudos da viabilidade da concessão integrada das três modalidades: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos Urbanos.

Em 2018, foi promovido processo de seleção de consultorias para elaboração dos estudos e, ainda em dezembro, foram

celebrados contratos com consultoria para dois projetos. Também em 2018, foi divulgado chamamento público para que outros entes da federação pudessem se beneficiar do FEP, cuja seleção e contratação continua em curso.

4. Fundos Garantidores

A partir de 01/08/2018 a CAIXA passou a ser a administradora do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC. Em setembro de 2018 foi migrado para a CAIXA o Fundo de Investimentos do FGEDUC - FI CAIXA FGEDUC, devidamente registrado na CVM, cujos ativos totalizam 11,4 bilhões e 57 bilhões de valores dos saldos de financiamentos garantidos.

O FGS arrecadou em 2018, o valor total de R\$ 352 milhões em contribuições de safristas, municípios, estados e União. Foram pagas 2.394.203 parcelas de benefícios aos safristas de dez estados das regiões Nordeste e Sudeste, no total de R\$ 407 milhões. No exercício a CAIXA recebeu R\$ 1.233.868 pelos serviços de administração do FGS.

Indenizações a Clientes no Âmbito Administrativo e Judicial

As informações referentes às indenizações a clientes são protegidas por sigilo em razão da estratégia empresarial da instituição. A estrutura do Jurídico da CAIXA está organizada conforme figura ao lado:

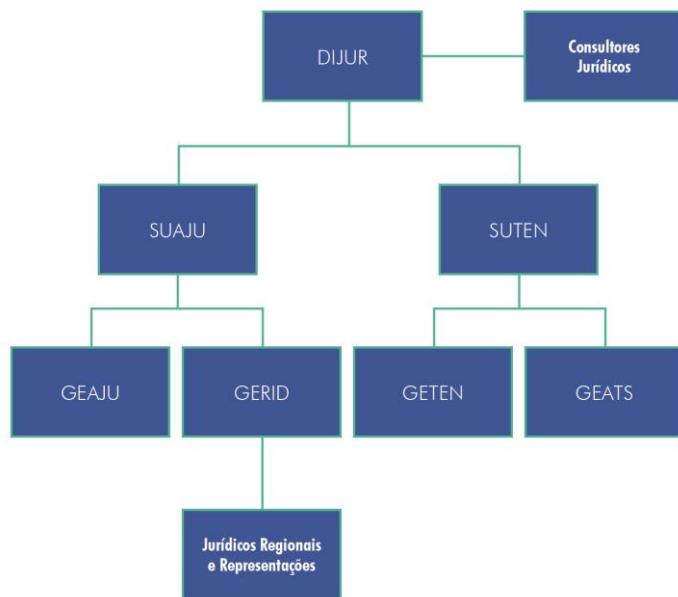


Figura 6.8 Estrutura do Jurídico da CAIXA

Gestão de Pessoas

Pela natureza de nosso negócio e atuação como instituição financeira parceira do Governo Federal em programas sociais, estamos presentes nas mais diversas regiões do País e convivemos com o desafio de prestar atendimento qualificado, garantir a conformidade com padrões de acessibilidade diversos e estar presente onde a população brasileira precisa.

Contamos com a mobilização e empenho de nossos colaboradores, que somam mais de 145 mil pessoas, entre empregados com ou sem vínculo, prestadores de serviços, aprendizes e estagiários. Nossas iniciativas contemplam o fortalecimento do vínculo do empregado, a melhoria do clima organizacional, a qualidade de vida (saúde, segurança e bem-estar), a identificação e desenvolvimento de competências, a formação dos líderes, a oferta de soluções educacionais customizadas às áreas de atuação e a disseminação da cultura de eficiência operacional.

A gestão de pessoas busca estimular a inovação, a eficiência, a meritocracia e a disseminação de nossa Missão, Visão e Valores entre os colaboradores, valorizando nossa trajetória centenária e a construção de seu futuro.

Distribuição Força de Trabalho

Os empregados são admitidos por concurso público e os contratos são firmados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A alta administração é composta de dirigentes com ou sem vínculo, nomeados de acordo com os requisitos definidos no Estatuto do Banco.

O limite para o quadro de pessoal é de 90 mil vagas, conforme Portaria nº 219/2019 do Ministério da Economia e, em razão de nosso papel institucional, possuímos um quadro bastante diversificado, com a maioria dos empregados lotados na região Sudeste (44%), embora a rede do Banco atue em todos os estados e regiões do País.

Em meio à competitividade do mercado, que se torna cada vez mais acirrada, e o atual cenário econômico, e diante de sua necessidade estratégica, adotamos medidas para aumentar a eficiência operacional, promovendo uma cultura de racionalização dos gastos e melhorias dos processos internos.

Ao fim de 2018, 84.952 empregados estavam ativos na Instituição, 3% abaixo do ano anterior. A redução ocorreu principalmente em função do Programa de Desligamento de Empregados (PDE), ocorrido em 2018, com atratividade e abrangência similar ao realizado em 2017.

5.103 Unidades

84.952 Empregados

87.654 em 2017 | 94.978 em 2016

6.710 Estagiários

49.043 Prestadores

4.699 Aprendizes

Diversidade

Criamos, em 2005, o **Programa Diversidade CAIXA**, com o objetivo de fomentar uma cultura de respeito e valorização da diversidade, estimular práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades, a inclusão e a mitigação de todas as formas de preconceito e discriminação.



Figura 6.9 Diversidade na CAIXA

Em 2018, o Programa realizou mais uma edição da Campanha de Autodeclaração Racial, incentivando os empregados a atualizarem seu cadastro e sensibilizando-os quanto à importância da informação cadastral refletir sua autoidentificação. Também foi realizada a Campanha 16 Dias de Ativismo 2018 que teve como tema o enfrentamento à violência contra as mulheres e engajou os empregados na promoção de ações voluntárias de acolhimento e empoderamento às mulheres em situação de violência atendidas pela rede de enfrentamento de todo o país.

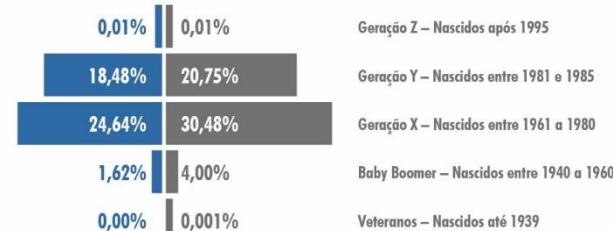


Figura 6.10 Diversidade de Gênero na CAIXA

Além dessas campanhas, foi divulgado o resultado da pesquisa interna Mulheres, Carreira e Liderança, que colheu as percepções das empregadas sobre carreira, ascensão, liderança e os fatores que impactam suas escolhas. Os dados foram complementados com uma pesquisa qualitativa de profundidade com empregadas e empregados que têm os requisitos para participar das seleções para a alta gestão. As duas pesquisas levantaram um diagnóstico fidedigno para subsidiar ações futuras de promoção do equilíbrio de gênero na alta liderança.

As ações têm contribuído para avançarmos no quesito do equilíbrio de gênero: a mesma proporção de mulheres do quadro de pessoas (44,53%) está refletida na média gerência do Banco e mais ações estão sendo desenvolvidas para que essa proporção chegue às chefias de unidade, hoje constituídas por 27,34% de mulheres.

Tabela 6.10 Distribuição Cargo / Gênero

Feminino			Masculino	
1.109	27,34%	Cheia de unidade	72,66%	2.947
8.085	44,53%	Gerencial	55,47%	10.070
17.053	48,55%	Não Gerencial	51,45%	18.071
11.774	42,63%	Sem Função	57,73%	15.843
38.021	44,76%	Caixa	55,24%	46.931

Os empregados com deficiência têm oportunidades de ascensão de carreira, sendo que mais de 50% desse grupo possuem função gratificada. A empresa contabiliza atualmente 1,61% de empregados PCD (Pessoa com Deficiência) no quadro de pessoas e caminha para atingir a meta de 5%. Essa proporção tem aumentado a cada concurso público, por meio do cumprimento da legislação vigente no que diz respeito à reserva de vagas nos certames.

Estratégia de alocação de pessoas

Em 2003, instituímos o Processo de Seleção Interna - PSI para o provimento de funções gratificadas que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado a partir das necessidades empresariais e legais, visando atender às expectativas dos empregados e ao anseio por Justiça e Transparência em seleções internas. A partir de 2009, o processo seletivo tornou-se obrigatório para praticamente todas as funções gratificadas técnicas e funções gratificadas gerenciais, o que ampliou a oportunidade de acesso a todos os empregados, utilizando critérios ainda mais claros e isonômicos.

Em 2017, houve mais um significativo avanço com a publicação da Política de Seleção e Sucessão, que trouxe princípios e diretrizes claros para o provimento de FG e preconiza que, para a avaliação e seleção de empregados e executivos para o provimento das funções gratificadas e cargos estatutários, devem ser seguidos os princípios da Legalidade, Obligatoriedade, Inexistência de Conflitos, Clareza e Transparência, Meritocracia e Corresponsabilização.

Em atendimento ao exigido na Lei 13.303/2016 e Resolução BACEN 4.538/2016, foi implantado, em 2017, o **Banco de Sucessores Executivos**, uma importante iniciativa na consolidação da Gestão de Talentos, principalmente por identificar empregados com alto potencial para exercer funções gratificadas estratégicas e cargos de Diretores Executivos e Jurídico.

Em 2018, além da consolidação da sistemática de seleção, a estratégia do Banco de Sucessores Executivo foi otimizada com a realização de mais um Ciclo para o cargo estatutário de Diretor Executivo e para as funções gratificadas de Superintendente Nacional e Gerente Nacional. Também foram ampliadas as funções que passam a ser providas pelo Banco, com a inclusão de funções da Rede Negocial: Superintendente Chefe de Diretoria Regional de Negócios e Superintendente Regional.



Figura 6.11 Alocação de Empregados por Unidades

Outro avanço significativo nesse ano e que demonstra a evolução do processo de seleção foi a abertura de Processo de Seleção para a cargo estatutário de Vice-Presidente, com a participação de público externo e interno. A iniciativa foi pioneira entre as empresas públicas federais e resulta de uma consolidada política interna de seleção e sucessão, que apresenta diretrizes claras para o provimento de cargos estatutários e funções gratificadas, fortalecendo ainda mais a governança da instituição.

Capacitação

A **Universidade Caixa** disponibiliza ações educacionais que visam melhorar o desempenho das pessoas no sentido da estratégia empresarial. Todos os empregados têm acesso à Universidade Caixa, via intranet e seu portfólio conta com mais de 900 de cursos online.

913 EMPREGADOS COM INCENTIVOS AO CURSO SUPERIOR	1.056 EMPREGADOS CURSANDO PÓS- GRADUAÇÃO	1.486 EMPREGADOS ESTUDANDO IDIOMAS	6.356 EMPREGADOS CERTIFICADOS
(238 novas vagas em 2018), em um investimento de R\$ 1.899 milhões	(352 novas vagas em 2018) Lato sensu e stricto sensu (mestrado e doutorado), representando um investimento de R\$ 2.579 milhões	(462 novos incentivos em 2019), com investimento de R\$ 1.322 milhões	(CPA10, CPA20...) com investimento de R\$ 2.504 milhões

Entre os diversos programas de capacitação oferecidos ao longo de 2018 destacam-se os programas Agir Certo Sempre, Capacitação de Líderes e Cultura Digital. O Programa Agir Certo Sempre capacita os empregados em três pilares: gestão de risco, compliance e integridade, oferecendo diferentes soluções de aprendizagem orientadas a esses temas.



Figura 6.12 Principais Resultados da Universidade CAIXA

O **Programa de Capacitação de Líderes** prepara a liderança da empresa para os desafios atuais e futuros, considerando o novo contexto de mercado. Suas soluções contemplam todos os ocupantes de função gratificada gerencial e atua na formação e qualificação de sucessores, preparando-os para assumir de forma tempestiva um novo desafio gerencial.

A Capacitação de Líderes é composta pelos pilares Líder do Futuro, Primeira Gestão, Média Gerência, Dirigentes e Conselheiros e, com especial destaque, Altos Executivos. Entre as soluções de desenvolvimento ofertadas, destaca-se a Missão Vale do Silício, que buscou estimular nos executivos da CAIXA uma mudança de mindset orientada para inovação, através de uma experiência de imersão em algumas das empresas sediadas no Vale do Silício.

O **Programa Cultura Digital** oferta diversas soluções de aprendizagem, nas modalidades presencial e à distância, com o objetivo de desenvolver as competências necessárias para o novo cenário bancário com forte tendência de digitalização, apoiando a transformação da operação da Caixa e a forma como ela interage com seus clientes, minimizando suas deficiências tecnológicas e alavancando suas vantagens competitivas.

Ao longo do ano investimos R\$ 56 milhões no desenvolvimento e capacitação, incentivando os empregados a melhorar suas competências, com a participação em cursos superiores da educação formal e no aprendizado de outros idiomas.

Ressaltamos que as iniciativas da Universidade Caixa extrapolam o universo da empresa, com ações direcionadas para entes do governo nas esferas federal, estadual e municipal, que contribuem na execução de políticas de Estado. Um exemplo são as turmas de capacitação SIBEC e CadÚnico, imprescindíveis para a devida operacionalização dos sistemas que viabilizam programas como o Bolsa Família.

Gestão do Desempenho de Pessoas

O desempenho dos empregados é aferido anualmente por intermédio da Gestão do Desempenho de Pessoas – GDP, que visa qualificar a forma como são estabelecidos os objetivos de trabalho de cada um, identificando responsabilidades, mensurando resultados e reconhecendo a contribuição dos empregados, naquilo que foi alcançado.

Nesse contexto, a GDP passou a ser utilizada como premissa para políticas de reconhecimento, valorização, bem como de seleção e retenção de talentos. Destaca-se, como exemplo, a sistemática do Banco de Sucessores Executivos, que identifica, entre os mais altos desempenhos (high performers), empregados aptos para a sucessão de posições estratégicas.

Considerando o total de empregados em 31.12.2018, **96% estão participando do Ciclo 2018 da GDP** até o momento, o que representa aproximadamente 82.400 empregados com o desempenho sendo avaliado. Dos empregados participantes, 55,22% são homens e 44,78% são mulheres. Analisando a categoria funcional, 4,64% são gestores chefes de unidade, 20,09% ocupam as demais funções de gestão (média gerência), 41,14% ocupam funções técnicas e 34,13% não possuem função gratificada.

A gestão do desempenho de pessoas observa os resultados alcançados (o que) e o estilo (como) referente às competências e capacitação do empregado. Dessa forma, em 2018, adotamos um novo Modelo de Competências, após pesquisa realizada em 2017, tendo como base o trabalho de instituições de renome dedicadas ao estudo das tendências de mercado e perfis requeridos para atuação em um mundo cada vez mais digital. O modelo, que é amplamente divulgado aos empregados, integra a Avaliação de Desempenho CAIXA.

A consolidação da Avaliação de Desempenho sempre ocorre no ano seguinte ao início do ciclo da GDP, portanto, no primeiro semestre de 2019, está ocorrendo a finalização do Ciclo 2018.

A GDP gera para os empregados consequências, que se constituem em ações corporativas aplicadas conforme o desempenho apresentado pelo empregado no ciclo vigente, tais como: possibilidade de ascensão no Plano de Funções Gratificadas, soluções educacionais para aprimorar a atuação profissional do empregado, reconhecimento social ao empregado com desempenho elevado.

Saúde, segurança e bem-estar

Com ações que vão além das exigências legais, o Programa Fique Bem abrange diversas frentes, voltadas à Promoção, Prevenção e Recuperação da Saúde, com objetivo de promover a qualidade de vida e incentivar os empregados a buscarem uma vida mais ativa, saudável e equilibrada.

Em 2018, a Campanha Fique Bem mobilizou cerca de 37 mil empregados em quatro grandes desafios, abrangendo mais de 3,2 mil unidades de todo o País. No total, houve aumento de 21,88% na quantidade de unidades CAIXA inscritas no Brasil.

Fruto do programa e de diversas outras iniciativas para garantir o bem-estar dos empregados, o indicador de absenteísmo da Instituição foi 7,89% menor do que em 2017. Refletindo nossos esforços, na análise dos indicadores de taxa de lesão, taxa de dias perdidos e taxa de doenças ocupacionais, verifica-se em 2018 uma redução de 7,86%, 3,72% e 3,32%, respectivamente, em relação a 2017.

Em 2018, inauguramos os Espaços “Fique Bem” em Brasília, nos edifícios Matriz I e III, com previsão de inaugurar mais dois espaços, em 2019, um no

Rio de Janeiro e outro em São Paulo. Esses espaços foram criados para que os empregados possam relaxar antes de voltarem às suas atividades laborais. Estudos mostram que frequentar esses ambientes proporciona bem-estar que se reflete na produtividade.



Figura 6.13 Resultados da Campanha Fique Bem

Principais desafios e ações futuras

A seguir descrevemos as ações para equalização da força de trabalho CAIXA.

Primeiramente, iremos aprimorar o estudo de dimensionamento/distribuição de equipes, sempre respeitando o limite do quadro de pessoal autorizado pela SEST, alinhando as orientações estratégicas e planos de negócios às melhores práticas de mercado e considerando as especificidades das áreas e as movimentações internas dos empregados entre as unidades, de forma a equalizar a força de trabalho.

Prevemos também a alteração de cultura de uma empresa 100% pública para um cenário de transformação digital

Adotamos ainda, ações concretas em direção a modelos digitais, motivada pelos desafios que a nova realidade do mercado impõe, em que a ascensão da tecnologia tem transformado a vida das pessoas, alcançando o mundo empresarial e afetando significativamente não apenas os produtos e serviços, como também modelos de negócio e processos.

O Programa Transformação Digital (ou Programa TD) é uma iniciativa desenvolvida em conjunto entre o BCG e a CAIXA que tem como objetivo transformar nossa operação e a forma como interagimos com nossos clientes. Essa iniciativa vai preparar uma base sólida sobre a qual poderemos evoluir nossa capacidade de competir em um ambiente bancário com forte tendência de digitalização, minimizando nossas deficiências tecnológicas e alavancando nossas vantagens competitivas.

Nesse cenário, desenvolvemos o Plano de Capacitação Cultura Digital, que visa aportar novos conhecimentos relacionados à 4ª Revolução Industrial, reforçar a necessidade de Transformação Digital para sobrevivência do Banco e desenvolver competências necessárias para o alcance dos novos objetivos estratégicos relacionados à Transformação Digital.

Resultados Esperados

- Provocar engajamento no processo, com consequentes reflexos no clima e cultura organizacionais;
- Comunicação e disseminação do novo contexto digital da organização, bem como das novas formas de capacitação e desenvolvimento ofertadas pela CAIXA e pelo mercado;
- Suscitar mudança de mentalidade dos colaboradores, com a criação de grupos de alta performance, com uniformidade na excelência de
- sua atuação, gerando força competitiva e resultados sustentáveis para a Organização.

Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

A CAIXA Econômica Federal mantém política de remuneração para administradores, expressa na norma interna PO050 - Política de Remuneração de Dirigentes e Conselheiros CAIXA.

A norma PO050 estabelece os princípios e diretrizes da Política, bem como define a composição da remuneração, enquanto a forma de execução da remuneração e concessão de benefícios é disciplinada em norma interna auxiliar.

A Política conta com indicador de efetividade, com métrica própria, composto por vários indicadores do desempenho organizacional, os quais são empregados também na apuração da remuneração variável dos administradores.

A CAIXA Econômica Federal mantém política de remuneração para administradores, expressa na norma interna PO050 - Política de Remuneração de Dirigentes e Conselheiros CAIXA.

A norma PO050 estabelece os princípios e diretrizes da Política, bem como define a composição da remuneração, enquanto a forma de execução da remuneração e concessão de benefícios é disciplinada em norma interna auxiliar.

A Política conta com indicador de efetividade, com métrica própria, composto por vários indicadores do desempenho organizacional, os quais são empregados também na apuração da remuneração variável dos administradores.

Política de Participação de Empregados e Administradores nos Resultados

Duas formas de reconhecimento dos nossos 84,9 mil colaboradores diretos são a participação nos lucros e resultados (PLR) e o bônus CAIXA. A participação dos colaboradores no resultado é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas. A participação dos administradores nos resultados do Banco se dá por meio da execução do Programa de Remuneração Variável dos Dirigentes – RVD. O Programa estabelece condições específicas para a participação dos administradores no resultado do exercício ao qual se refere, observando metas e indicadores organizacionais previamente estabelecidos. O Programa é aprovado pelo Conselho de Administração e avaliado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia.

Gestão de Licitação e Contratos

Conformidade Legal

Como empresa pública, nos submetemos ao regime da Lei 13.303/2016, a chamada Lei das Estatais, e também pelo Decreto Federal 8.945/2016. Naquela Lei foi determinado, em seu Art. 40, que deveria ser elaborado um regulamento interno de licitações e contratos e, assim, em 31/03/2017 foi publicado o nosso regulamento, o qual disciplina as normas para aquisição de bens e serviços pela CAIXA Econômica Federal e suas subsidiárias. As contratações de que trata o referido Regulamento observam os princípios da imparcialidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da busca de competitividade e do julgamento objetivo, além das finalidades consignadas no Estatuto da CAIXA, bem como algumas diretrizes, em especial destaca-se a adoção preferencial da modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os de engenharia.



Ag. Berrini/SP

Detalhamento dos gastos das contratações

Tabela 6.11 Relação dos números pertinentes às licitações, pregões eletrônicos e contratos de 2018

Licitações realizadas em 2018	920
Pregões Eletrônicos em 2018	915
Contratos gerados em 2018	13.593
Total	15.428

Tabela 6.12 Valor total contratado, especificando a modalidade de licitação (valor licitado em R\$)

Licitações realizadas 2018	920
Pregões Eletrônicos 2018	915
Contratos gerados 2018	13.593
Concorrência	8.055.000,00
Licitação CAIXA	460.445.079,80
Pregão Eletrônico	2.577.589.356,58
Subtotal Licitado (A)	3.046.089.436,38

Tabela 6.13 Relação dos números de contratações diretas: dispensa por valor e as demais (inexigibilidade, emergencial, remanescente, etc)

Contratação dispensa	direta	por	14
Contratação dispensa	direta	por	1.656
Contratação inexigibilidade	direta	por	49
Credenciamento			2.034
Emergenciais			17
Lei 10.188/01 - Recuperação Imóveis Par			35
Total Diretas			3.805

Tabela 6.14 Valor total contratado, especificando a modalidade de contratação direta (valor por dispensa de licitação em R\$)

Contratação Dispensa	Direta	por	41.437.923,43
Contratação Dispensa – Valor	Direta	por	26.353.689,06
Contratação Inexigibilidade	Direta	por	641.246.113,09
Contratação Inexigibilidade - Adesão	Direta	por	-
Contrato Firmado com Participadas	Firmado	com	-
Credenciamento			-
Emergenciais			19.789.762,25
Lei 10.188/01 - Recuperação Imóveis Par			16.117.332,04
Subtotal Direta (B)			744.944.819,87
Total Geral Contratado/Licitado (A+B)			3.791.034.256,25

Tabela 6.15 Descrição dos valores das principais rubricas contratadas (R\$)

Categoria	Qtde	Valor Total
Tecnologia da Informação	64	1.381.342.982,26
Segurança Patrimonial E De Pessoas	1.370	466.499.307,59
Publicidade e Propaganda	103	459.341.759,50
Obras e Manutenção Predial	4.571	379.428.697,50
Serviços Gráficos	15	250.847.348,54
Marketing de Relacionamento	2	236.758.606,95
Técnico Especializado / Consultoria	2.198	156.806.877,94
Serviços Administrativos	82	118.718.893,57
Transporte de Valores	19	66.275.502,98

Tabela 6.16 Principais contratações diretas (R\$)

Fornecedor	Objeto	Valor
IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.	Aquisição de 45.903 mips de capacidade de processamento (ibm system z), e substituição dos equipamentos em uso por máquinas do modelo Z14.	247.218.410,01
Minutrade Marketing Ltda	Contratação para provimento de soluções de recompensa e premiação.	236.757.190,20
Banco Central do Brasil	Contrato SISBACEN - sistema de informações do Banco central.	70.000.000,00
Fundação Para Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia	Prestação de serviços técnicos especializados, relacionados a construção civil, objetivando atualizar, criar e parametrizar informações para o SINAPI, em cumprimento ao decreto 7.983/2013.	23.099.517,43
Compuware Software do Brasil Ltda	Prestação de serviços de suporte técnico, atualização tecnológica e aquisição de licenciamento permanente dos softwares da família compuware.	23.066.862,21

Tabela 6.17 Principais contratações por licitação (R\$)

Fornecedor	Objeto	Valor
Artplan Comunicação S/A		
Propeg Comunicação S/A	Solicitação para a contratação de serviços de publicidade a serem prestados por agência de propaganda.	450.000.000,00 *
Nova S/A Comunicação Ltda		
Procomp Industria Eletrônica Ltda	Serviços de manutenção em equipamentos de autoatendimento.	226.237.777,14
Softline International Brasil Comercio E Licenciamento De Software Ltda	Contratação de suporte e atualização tecnológica, subscrição e aquisição de licenças de softwares, aplicativos e sistemas operacionais microsoft para estações de trabalho e servidores da rede CAIXA.	221.983.628,97
CTIS Tecnologia S.A	Prestação dos serviços de impressão distribuída nas unidades da CAIXA, instaladas nos estados da federação e distrito federal item ii.	123.049.815,75
CTIS Tecnologia S.A	Prestação dos serviços de impressão distribuída nas unidades da CAIXA, instaladas nos estados da federação e distrito federal item i.	120.605.007,18

* O valor informado será dividido entre as 3 empresas.

Contratações mais relevantes

As contratações mais relevantes são de Tecnologia da Informação. Destacaram-se também no ano de 2018, a contratação de empresas de publicidade e empresa para prestação de serviços de seleção para vice-presidentes.

Justificam-se as contratações mais relevantes pela necessidade de:

- Sustentar o negócio, por meio de soluções tecnológicas inovadoras, incluindo adequada atuação da área de tecnologia e conclusão de projetos estratégicos em andamento;

- Atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou informar o público em geral, no Brasil e no exterior;
- Contribuir para o atendimento dos dispositivos legais de governança estabelecidos para a CAIXA, sendo eles,

Lei nº 13.303/2016, o Estatuto Social da CAIXA Econômica Federal, resoluções do Conselho de Administração da CAIXA, que estabeleceu instruções quanto à destituição, recondução e designação de vice-presidentes do Banco.

Contratações diretas

Participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização.

O processo decisório para a autorização das operações de Contratação Direta observa o Manual Normativo Interno - Regime de Alçadas Comprar e Contratar Bens E Serviços, cuja competência para definição e aprovação é do Conselho de Administração da CAIXA, e consoante o art. 71 do Decreto 8.945/2016.

Esse regime de alçadas possibilita o controle das contratações por diversos níveis de autoridade, em cada processo administrativo, conforme seja o procedimento (Licitação ou a Contratação Direta em questão) e o valor do dispêndio, nos termos demonstrados no resumo a seguir:

Para a Contratação Direta, as deliberações são adotadas por órgãos Colegiados, conforme quadro a seguir:

Tabela 6.18 Órgãos Colegiados responsáveis por Contratações Diretas

Autoridade Competente	Valores
Conselho Diretor	Acima de R\$ 50.000.000,00
Comitê de Compras e Contratações da Matriz	Acima de R\$ 5.000.000,00 até R\$ 50.000.000,00
Comitê de Compras e Contratações da Regional	Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 5.000.000,00
Coordenador da Filial de Logística	Até R\$ 100.000,00

As principais contratações diretas coincidem com as mais relevantes, e as justificativas centram-se na sustentação do negócio, por meio de soluções tecnológicas inovadoras.

Objetivos, Estrutura e Atendimento:

A área de Logística e Contratações tem como missão prover soluções estratégicas que contribuam para a sustentabilidade e eficiência, mediante processos logísticos, contratações e gestão de bens e serviços.

A gestão de Licitações e Contratos atua diretamente de acordo com o objetivo

empresarial de “garantir processos e estruturas eficientes, a partir da perspectiva dos Processos Internos.

O ciclo da logística é o processo pelo qual a CAIXA é suprida de bens e serviços. Ele nasce no momento em que é detectada uma necessidade e é composto pela seguinte sequência de fases: desenvolvimento da solução (momento no qual se definem o formato do bem ou serviço e as condições de fornecimento que melhor atendem a necessidade posta), contratação, gestão operacional (que cuida do dia-a-dia do contrato para garantir o fornecimento conforme previsto), gestão formal (que trata, fundamentalmente, das alterações contratuais, como aditamentos, prorrogações de vigência e revisões de preços; assim como rescisões e penalidades, quando necessário) e pagamento. Essas fases se retroalimentam mútua e continuamente, face à sua integração indissociável, característica que favorece e fomenta o processo de melhoria contínua.

Em relação à estrutura organizacional, a CAIXA é formada por unidades de Matriz, responsáveis pela definição de diretrizes e pelo controle de resultados, e por unidades de Rede, que operacionalizam as competências referentes aos processos aos quais estão vinculadas.

Especificamente relacionado às unidades de licitações e contratos, temos 2 Gerências

Nacionais responsáveis pelas formulações das diretrizes e 12 Filiais de Logísticas atendendo as diversas regiões do país, as quais operacionalizam as licitações e contratações, a gestão formal dos contratos (no que tange aos aspectos administrativos e formalidades contratuais) e o pagamento aos fornecedores contratados.

Boas práticas nas Contratações

- Padronização dos modelos - A área de Contratações elabora modelos padronizados de Editais e Contratos, contendo cláusulas básicas de natureza legal, que são submetidos à aprovação prévia do jurídico da CAIXA
- Sistema de Contratações e Vendas Eletrônicas - A CAIXA utiliza o SICVE - Sistema de Contratações e Vendas Eletrônicas para realizar as suas contratações, o que permite a coordenação do fluxo de trabalho das atividades inerentes a esses processos, bem como a transparência dos procedimentos e ampla competitividade nos certames.
- Prevenção à fraude, ilícitos e atos de corrupção - A área de contratos adota diversas medidas com vistas a prevenir fraudes e ilícitos, tais como:

- a. A obrigatoriedade de consulta aos diversos cadastros de penalização da Lei anticorrupção e SICOW - Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado e das Partes Relacionadas de licitar e contratar com esta Empresa Pública.
 - b. Vedaçāo ao nepotismo: Há também nos editais o item de vedaçāo ao nepotismo que impede a contratação de pessoas físicas ou jurídicas que tenham relação de parentesco com a CAIXA, devendo, sobretudo, assinar Declaração de Vedaçāo ao Nepotismo e Impedimentos, anexo do contrato. A sua inobservância constitui motivo para a rescisão do contrato e aplicação das sanções conforme dispositivos legais.
 - c. Segregação de atividades e distinção dos papéis exercidos na gestão de bens e serviços no âmbito da CAIXA, quais sejam, a de gestor operacional e gestor formal,
 - d. Rodízio de empregados: Como mecanismo de boa prática para prevenção de atos de corrupção, destacamos a promoção, sempre que possível, de rodízio entre os empregados atuantes em cada área do processo de contratação.
 - e. Decisões colegiadas: O Regime de Alçadas, que dispõe sobre as competências para comprar e contratar bens e serviços, passou a adotar como regra as decisões colegiadas em detrimento das monocráticas, condição que inibe a ocorrência de atos de corrupção e fraudes, traz mais segurança às contratações e reduz os riscos de inconformidade processual uma vez que não estão sujeitas mais à análise de um único responsável, mas de um conjunto de pessoas capacitadas e de diferentes áreas, o que facilita a identificação de possíveis falhas.
- Ampla divulgação do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA e do Programa de Integridade
 - Adoção, de forma preferencial, da modalidade pregão eletrônico - Adotamos como regra a modalidade de pregão eletrônico por entendermos que essa forma de contratação é mais célere e proporciona uma concorrência ampla e segura, que reflete em preços mais baixos para a CAIXA.
 - Controle das pequenas contratações - Realizada melhoria processual para maior compliance do processo de Pequenas Contratações, para demandas urgentes e

imprevisíveis de valor até R\$5.000,00, com a implementação de sistema do processo de contratação e a introdução de parecer de conformidade documental para a autorização da contratação.

Principais Desafios

- **Capacitação/ Desenvolvimento Profissional** - Na seara de capacitação e desenvolvimento pessoal, promovemos constantemente a qualificação dos empregados com a realização de encontros anuais de Licitações e Contratos, evento dedicado aos empregados CAIXA das áreas de contratação, gestão formal e gestores operacionais de todo o Brasil, com foco na atualização sobre licitações e contratos, normas e apontamentos de auditoria interna e externa, disponibilização de cursos na Universidade CAIXA e no ambiente Wiki.CAIXA, que trata da gestão de bens e serviços, abordando os papéis, as responsabilidades e os procedimentos a serem observados por todos os envolvidos no processo de compras e contratações da CAIXA.
- **Processo Eletrônico** - Uma ação que merece destaque e está em fase de

desenvolvimento é o "Projeto PAE – Processo Administrativo Eletrônico" que visa digitalizar todos os processos de contratação, criar ferramentas de controle para redução de falhas na organização e autuação dos processos, evitar extravio e ausência de documentos.

- **Plano de Aquisições** - O Plano de Aquisições CAIXA que corresponde ao planejamento, pelos gestores, de todas as contratações que serão realizadas para fins de análise acompanhamento pela área de contratação e auxiliar a estratégia nas decisões da Governança no tocante as aquisições, possibilitando a articulação entre o planejamento das contratações e as respectivas estratégias orçamentárias, além de trazer ganhos em transparência e compliance das aquisições na CAIXA.
- **Proporcionar Manutenção da Racionalização dos Recursos Orçamentários** - A área de contratações tem como objetivo a efetiva racionalização dos recursos orçamentários por meio das seguintes estratégias:
 - a. Fortalecer, entre os gestores, a cultura de realizar estimativa de preços coerente com a realidade de mercado,

adotando todas as premissas descritas no Normativo Interno de Solicitação de Contratação;

- b. Fortalecer a negociação dos preços entre os condutores dos processos licitatórios e fornecedores, forçando, sempre que possível, a redução dos preços propostos, respeitando a sustentabilidade do contrato.
- **Redução de Prazos** - Alinhado ao Princípio da Eficiência, a área de contratações institucionalizou metas de cumprimento de prazos dos processos licitatórios no intuito de apresentar resultados satisfatórios aos interesses da CAIXA.
- **Sustentabilidade** - A CAIXA observa a Política de Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores que institui valores das responsabilidades, à luz do tripé econômico, social ambiental, conhecido como ESA, orientando para que as contratações da CAIXA sejam voltadas ao desenvolvimento nacional sustentável, em consonância com ações da Administração Pública Federal, para fomentar o mercado, induzindo a fabricação de produtos e a adoção de práticas mais sustentáveis.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Conformidade legal

Nossas normas internas, especificamente relacionadas à infraestrutura e a gestão patrimonial, estão alinhadas com os termos da Lei Federal nº 9.636, de 15/05/1998; Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002; Lei Federal nº 13.240, de 30/12/2015; Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, Lei Federal nº. 8.245, de 18/10/1991; Lei Federal nº. 9.784, de 29/01/1999, Resolução BACEN Nº 4535/2016; IN RFB Nº 1700/2017; Decreto nº 3.000, de 26/03/1999; Lei nº 6.404, de 15/12/1976; Lei 11.638/2007, e demais instrumentos legais que norteiam os princípios correlatos.

Investimento em Infraestruturas

Tabela 6.19 Investimentos em Infraestrutura

Descrição	Justificativas e benefícios alcançados	Unidades atendidas
Benfeitorias Imóveis Próprios s/ Aumento da Vida Útil	Modernização de Salas de Autoatendimento, modernização de sistemas de climatização, implantação de agências digitais, Instalação de lâmpadas LED, Reinvestimento em agências	511
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Modernização de Salas de Autoatendimento, modernização de sistemas de climatização, implantação de agências digitais, Instalação de lâmpadas LED, Reinvestimento em agências, demandas legais de Acessibilidade, grandes obras de manutenção/conservação.	3.672
Benfeitorias Imóveis Próprios c/ Aumento da Vida Útil	Retrofit prédios administrativos	24
Benfeitorias Imóveis Próprios s/ Aum. Vida Útil	Retrofit prédios administrativos, Retrofit Matriz I.	626
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Retrofit prédios administrativos, Mudança de endereço Passeio Corporate (Ed. Sede/RJ), Mudança de endereço Theobaldo de Nigris (Ed. Sede/SP)	862
Equipamentos de Uso	Atualização de mobiliário em atendimento a novas normas de ergonomia e substituição de equipamentos de uso inservíveis.	1.269
Benfeitorias Imóveis Próprios s/ Aumento da Vida Útil	Modernização de Salas de Autoatendimento, modernização de sistemas de climatização, implantação de agências digitais, Instalação de lâmpadas LED, Reinvestimento em agências	511
Valor Total Investido em Infraestrutura		335.131.836,12

Os benefícios observados com o investimento em infraestrutura, atrelados diretamente ao objetivo empresarial de garantir processos e estruturas eficientes foram:

- Melhoria das condições de ambiência das unidades, seja em prédios administrativos ou de atendimento a clientes;
- Regularização de problemas de infraestrutura;
- Regularização de projeto de prevenção e combate a incêndio e obtenção de aprovação junto ao órgão competente local do Corpo de Bombeiros;
- Atendimento a normas regulamentadoras e apontamentos de PPRA;
- Atendimento às legislações, inclusive de acessibilidade e segurança.

Desfazimento de Ativos

Atingimos a marca de R\$ 1,3 bilhão em vendas de Imóveis BNDU. Em 2018, foram alienados 10.158 imóveis classificados como Bens Não de Uso. Foram realizados, também, ao todo, 398 Leilões de garantias/joias oriundas de empréstimos de Penhor, com o valor de lances totalizando R\$ 475.880.561,38, referentes a venda de 210.235 lotes.

Pelo fato de sermos uma instituição financeira, sujeita a rigorosos requisitos regulatórios de

disponibilidade de capital, o efetivo desfazimento dos bens imobilizados e ativos promove a obtenção de negócios mais rentáveis, em atendimento ao Tema Estratégico de otimizar a alocação de capital.

Locação de Imóveis

Possuímos 7.211 imóveis locados/cedidos para abranger nossas unidades, totalizando 3.934 contratos onerosos. O valor total gasto com locação de imóveis (ano 2018) foi de R\$ 1.425.000.000,00.

Boa prática e eficiência na gestão dos contratos de locação:

Ao longo de 2018 foram adotadas diversas ações com vistas a otimizar os espaços locados e assim obter economia no dispêndio da rubrica de aluguéis. As ações compreenderam: renegociações de contratos, pagamento único de aluguel com desconto, otimizações de espaços com rescisão de áreas ociosas e encerramento de unidades/canais de Autoatendimento, e a economia atingida na rubrica de locação de imóveis foi na ordem de R\$ 60 milhões de reais.

Principais desafios e ações futuras

- Implementar, gerir e aprimorar permanentemente o uso de tecnologias voltadas para a automação dos elementos de infraestrutura das Unidades

CAIXA, visando gerir, controlar remotamente e aumentar a vida útil dos ativos do Banco, trazendo eficiência operacional do processo, mediante a incorporação de tecnologias voltadas para a eficiência, autosserviço, agilidade, flexibilidade e confiabilidade das instalações;

- Desenvolver e implementar solução tecnológica de gerenciamento integral digital de todas as intervenções e obras de engenharia para as edificações de uso da CAIXA, contemplando desde a requisição até a desmobilização da edificação, com uso de georreferenciamento, processo eletrônico omnichannel, integração aos sistemas da CAIXA, aplicativos móveis, gerenciamento remoto de equipes de campo, usos de metodologia BIM e BI;
- Desenvolver e implementar novas táticas de disponibilização de equipamentos de infraestrutura para as edificações da CAIXA, utilizando-se da variedade de modelos como aquisição, locação, outsourcing e leasing em busca do melhor custo-benefício para a empresa;
- Inovar na gestão dos resíduos sólidos da CAIXA, mediante a racionalização, redução e disposição do resíduo gerado;
- Implementar o processo de gestão patrimonial dos imóveis de uso da CAIXA;

- Implantar novo modelo de manutenção de mobiliário;
- Implantar o modelo de serviço continuado de inventário físico de material permanente 2019, contemplando conciliação da base física com a base contábil, e solução web para acompanhamento pelas unidades da CAIXA;
- Ampliar modelo de descarte sustentável de material permanente e recolhimento dos ativos inservíveis nas unidades CAIXA;
- Implantar a revisão de vida útil dos ativos imobilizados material permanente;
- Criar política de gestão de ativo imobilizado material permanente, alinhada ao Código de Conduta CAIXA no tocante à preservação do patrimônio público;
- Solução para Agências Sinistradas: propostas de Agências de rápida execução buscando-se a continuidade do atendimento CAIXA em locais que possuem apenas 1 agência e sofreram sinistro com perda total.
- Programa de Edificações Sustentáveis CAIXA: programa que visa estabelecer diretrizes de sustentabilidade com o objetivo de incentivar o uso de diversos itens de sustentabilidade em edificações de uso da CAIXA.

Informações sobre contratos de publicidade e propaganda

Em atenção à demanda do TCU, seguem as informações atualizadas sobre os contratos de publicidade e propaganda:

- Quantidade: 03 contratos com as Agências de Propaganda, a saber:
 - Artplan Comunicação S.A.; NOVA/SB Comunicação LTDA; Propeg Comunicação S.A.
 - Valor: R\$ 450.000.000,00 (Quatrocentos e cinquenta milhões de reais), adjudicado às 3 agências.
 - Vigência: 12 (doze) meses, de 26/03/2018 a 25/03/2019.
- Em 25/03/2019 foi assinado o 1º Termo de Aditamento ao contrato, com vigência de 26/03/2019 a 25/03/2020, no valor de R\$ 337.500.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais) adjudicado às 3 agências.
- Objeto:
 - 1.Prestação de serviços de Publicidade à CAIXA e, se necessário, às empresas que a integram e que venham a integrá-la em forma de conglomerado empresarial.

1.1.1 Compreendem os serviços de publicidade o conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou informar o público em geral, no Brasil e no exterior.

1.1.1.1 Também integram o objeto deste contrato, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

I) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados de campanhas realizadas;

II) à produção e execução técnica das peças e/ou material e projetos publicitários criados pela CONTRATADA;

III) à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e ações publicitárias.

1.1.1.2 As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos no subitem I, item 1.1.1, terão a finalidade de:

I) gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação da CAIXA, o público-alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;

II) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens;

III) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças realizadas em decorrência da execução deste contrato.

Gestão da Tecnologia da Informação

Governança de atendimento de TI

Nosso modelo de Governança de Atendimento de TI foi definido com o objetivo de garantir que os esforços da TI fossem direcionados para viabilizar a estratégia por meio da projetização e priorização das iniciativas do Banco. Dessa forma, foi realizado o mapeamento da capacidade de atendimento da TI e definidas parcelas para cada uma, conforme a relevância para empresa. As capacidades foram divididas em: Garantida, Reservada, Negociada e Continuada.

Capacidade Garantida é composta pelos projetos do portfólio corporativo oriundos da Unidades de Negócios e Funcionais que viabilizam o alcance da estratégia.

Capacidade Reservada é composta por iniciativas que atendam às necessidades de cumprimento de leis, decretos e regulamentações por órgãos externos.

Capacidade Negociada é formada pelas iniciativas das unidades com menor impacto estratégico para atender ao negócio.

Capacidade Continuada que é composta por iniciativas de TI que viabilizam o tratamento de defeitos, problemas e incidentes.



Figura 6.14 Portfolios Ancorados aos tipos de capacidades de TI (Projetos do Portfolio Corporativo)

A gestão da **capacidade de atendimento**, adotada no segundo semestre de 2018, permite a alocação dos recursos de TI de forma eficiente e busca dar transparência sobre a atuação da TI para todas as unidades negociais e funcionais.

Pessoas

As revoluções tecnológicas em cloud, redes sociais, mobilidade, inteligência artificial e internet das coisas (IoT) causam rupturas em todas as cadeias de negócios com grande impacto para a área de tecnologia que é a responsável por suportar todo esse processo. Diante deste cenário, a atuação da TI em 2018, no que tange às pessoas, foi voltada à capacitação, com foco nas competências digitais, e à criação da carreira de TI.

Neste sentido, foi realizado o mapeamento de conhecimentos digitais que apontaram para a necessidade de desenvolvimento dos empregados. Frente ao diagnóstico e considerando nosso atual cenário, em que se busca a eficiência operacional, maior agilidade nos processos e redução de custos, foi criado o

Programa de Multiplicadores de Conhecimento, tendo como base a transferência de conhecimento em assuntos relacionados com a transformação digital e processos internos da TI. Em apenas 8 meses, o programa possibilitou a capacitação de 22% do quadro de pessoas da TI, que é composto por 2.948 empregados, representando uma economia de mais de um milhão de reais, caso os cursos fossem contratados no mercado.

Além do programa, com objetivo de dar foco aos conteúdos da Transformação Digital, foram

feitas 5 palestras interativas denominadas "Café Digital". A ação atingiu cerca de 600 empregados presencialmente, além de ter sido assistida ao vivo remotamente por mais de 1.100 empregados. Isso sem contar os acessos na página da Escola de TI, onde todos os vídeos das Edições dos Cafés Digitais estão disponíveis.

No que tange a economicidade dessa ação, se comparado aos valores de palestras de mercado, a economia foi em torno de R\$ 220 mil, uma vez que os palestrantes eram nossos empregados.

Outra ação de capacitação foi a contratação da Alura, renomado Banco de treinamentos em tecnologia. Entre 2017 e 2018, foram realizados 6.201 cursos capacitando 1.087 empregados, ao custo de R\$ 6,65 por curso.

Carreira de TI

Foi aprovada no Conselho de Administração no mês de dez/2018 a Carreira de TI, com a criação de funções gratificadas específicas. A proposta visa a criação das funções gratificadas vinculadas ao macroprocesso de Tecnologia da Informação e suas famílias (Suporte, Operações, Produção, Segurança, Governança e Desenvolvimento) contemplando também a estrutura de remuneração para as novas funções gratificadas.

Com essa ação, busca-se um maior impulsionamento da estratégia empresarial além de possibilitar a permanência dos empregados em suas áreas de atuação e especialização por um tempo maior, mantendo-se a inteligência do negócio disponível e atualizada, minimizando os riscos para a Empresa.

Infraestrutura de TI

Possuímos dois Datacenters em Brasília, sendo um localizado na Granja do Torto e outro localizado no Setor de Indústrias Gráficas e um terceiro na 511N, em processo de desativação. Ambos possuem capacidade para operar por 48 horas sem o fornecimento de energia e sem a necessidade de reabastecimento. Os Datacenters são conectados por 72 pares de fibras óticas próprias, com redundância por dois caminhos geográficos distintos, além dos serviços de DWDM contratado de duas operadoras diferentes com redundância em cada operadora.

A rede de comunicação também é redundante, desde a unidade de ponta (agência, pab e lotéricas), passando pelos pontos de concentração nas Regionais de TI, chegando por rotas alternativas aos dois datacenters.

Os dados das aplicações críticas são replicados entre os Datacenters, como forma de assegurar a recuperação em casos de incidentes graves, que vão desde a inoperância de um subsistema de discos, até mesmo uma ocorrência mais grave, como um incêndio em uma das instalações.

Nossa infraestrutura tem uma capacidade total de armazenamento de 17,4 Petabytes com 6 Silos Robóticos e 7 Virtual Storage Manager (VSM), além de ativos de rede e equipamentos num total de:

- 5.654 roteadores;
- 19.040 switches;
- 95 firewalls;
- 92.810 estações de trabalho Windows;
- 17.878 estações Linux;
- 16.666 estações financeiras;
- 11.564 servidores;
- 21.386 notebooks.

Síntese das Principais Contratações de TI

- Aquisição de Solução de Modelagem e Gestão Integrada de Processos de Negócio, baseada no padrão BPM (Business Process Management), tendo como objetivo viabilizar a gestão da governança integrada dos processos de negócios, risco e compliance da CAIXA.

- Registro de preços para aquisição de Solução de Segurança de Controle de Acesso à Rede (Network Access Control – NAC), com o objetivo de proteger a rede corporativa de acessos não autorizados, intrusões fraudulentas e exposições externas de segurança introduzidas por dispositivos vulneráveis ou corrompidos que podem infectar e danificar a rede.
- Aquisição de servidores HPE RX2800 i4, com sistema operacional VSI OpenVMS, para atualização da plataforma tecnológica do Sistema Financeiro da CAIXA (SISFIN).
- Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de autoatendimento não cobertos pela garantia, garantindo a maior disponibilidade dos equipamentos aos clientes da CAIXA.
- Contratação de Solução Anti-Phishing, que compreende os serviços de segurança da informação, atuando na detecção, reação e desligamento (*shutdown service*), contra fraudes, uso indevido de marcas, distribuição não autorizada de conteúdo digital, vazamento de informações.
- Contratação de solução de Gerenciamento Financeiro para clientes Pessoa Jurídica Pública e Privada, em plataforma própria da Contratada, customizada aos padrões visuais e

tecnológicos da CAIXA, disponibilizados em plataforma web, fazendo-se valer da alta disponibilidade e facilidade de acesso em diferentes dispositivos, como computadores, tablets e smartphones.

- Aquisição de **45.903 Mips** de capacidade de processamento para o parque de equipamentos de grande porte da CAIXA (**IBM System z**) e substituição dos equipamentos em uso por máquinas do **Modelo IBM z14**. A realização de investimentos voltados ao crescimento da capacidade de processamento tecnológico visa garantir que os sistemas corporativos não sofram degradação dos níveis de qualidade e disponibilidade das informações, adequando a capacidade de processamento com as crescentes demandas geradas pelos negócios da CAIXA.
- Contratação de suporte e atualização tecnológica, subscrição e aquisição de licenças de softwares, aplicativos e sistemas operacionais **Microsoft** para estações de trabalho e servidores da rede CAIXA, garantindo a continuidade dos serviços hospedados na plataforma Microsoft, mitigando os riscos advindos de incidentes tecnológicos que provoquem a interrupção dos serviços aos clientes da CAIXA.

- Aquisição de 3.355 Terminais Dispensadores de Senha para substituição de equipamentos obsoletos. A substituição objetiva a melhoria do atendimento das agências, evitando a aplicações de sanções desnecessárias à CAIXA e cumprimento às legislações locais sobre tempo de atendimento em estabelecimentos bancários.
- Contratação de Serviços de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas da CAIXA, em regime de fábrica de software que objetiva dar continuidade ao processo de desenvolvimento de novas soluções, bem como gestão dos processos internos e a manutenção de soluções legadas, sustentando as transações e operações de cada segmento negocial.

Gestão de Orçamento de TI

O orçamento de TI executado em 2018 se destaca pelo crescimento de aproximadamente 13% dos recursos destinados ao investimento, quando comparado com o ano anterior, o que representa maior destinação às melhorias do parque tecnológico e das soluções em TI que buscam alavancar o desempenho e as condições de empreender mudanças e inovação ao negócio. No quadro abaixo, estão demonstradas, por meio de torres de ativos, a execução do orçamento no exercício de 2018 dividida entre custeio e investimento.

Tabela 6.20 Orçamento TI realizado 2018 (em R\$)

Torres de Ativos	Tipo		Total Executado
	Custeio	Investimento	
Armazenamento	3.782.236,48	32.009.900,49	35.792.136,97
Desktop	474.739,87	1.315.302,94	1.790.042,81
Dispositivos Financeiros	136.572.802,72	7.621.130,25	144.193.932,97
Estação Financeira Lotérica	7.592.945,10	12.199.276,00	19.792.221,10
Fábrica de Produção	158.265.854,18	-	158.265.854,18
Fábrica de Software	362.028.686,61	16.965.469,95	378.994.156,56

Mainframe	314.192.181,57	316.643.553,76	630.835.735,33
Outros	100.096.439,44	29.836.748,10	129.933.187,54
Redes de Dados	314.795.832,41	9.829.652,20	324.625.484,61
Redes de Voz	95.566.493,84	10.311.350,00	105.877.843,84
Service Desk	41.127.154,81	-	41.127.154,81
Servidores	9.842.257,14	3.207.489,41	13.049.746,55
Software Básico	106.005.553,61	69.247.830,48	175.253.384,09
Solução de Mercado	90.074.254,35	18.980.109,26	109.054.363,61
Total	1.740.417.432,13	528.167.812,84	2.268.585.244,97

Aproximadamente 63 % do orçamento de TI estão alocados em mainframe, fábrica de software, rede de dados, software básico, fábrica de produção e dispositivos financeiros. Destes, destaca-se a aquisição e instalação de novos mainframes para sustentar o crescente volume de transações de negócios existentes e prover capacidade adequada para novos serviços e produtos implantados de acordo com as estratégias corporativas nos canais em que a CAIXA atua.

É importante destacar que o programa transformação digital, na frente de orçamento, incorporou uma nova perspectiva que consiste em mapear a contribuição do orçamento para sustentação ou transformação dos negócios CAIXA. Isso ocorrerá por meio da alocação do orçamento em dois blocos: Run the Business e Change the Business.

Esta visão contribuirá ao direcionar os esforços de alocação do orçamento para as mudanças e inovações necessárias nos negócios CAIXA em um ambiente de acelerada transformação

Informações

O portfólio de sistemas é composto por 623 soluções que se encontram em ambiente de produção e suportam nossos negócios com os seguintes volumes de transações mensais nos principais canais:

- 73 milhões no Sistema de Automação de Produtos e Serviços Bancários de Agência
- 317,8 milhões no IBC – Internet Banking CAIXA;
- 325,5 milhões no autoatendimento CAIXA;
- 38,4 milhões nos Cartões de Crédito (21,8 MasterCard e 16,6 VISA);
- 198,7 milhões em jogos nos Canais Lotéricos;
- 252,2 milhões em não jogos nos Canais Lotéricos

Segurança da Informação – Cybersecurity

Considerando que o futuro conduz o mercado mundial para os negócios digitais, com empresas revendo e criando novos modelos de se relacionarem e disponibilizarem produtos e serviços aos colaboradores, parceiros e clientes, é certa a necessidade de se fortalecer os processos de segurança cibernética com investimentos crescentes em capacitação e conscientização, soluções alinhadas às melhores práticas de mercado, capacidade operacional, gestão de riscos e conformidade com legislações e normas.

Neste sentido, destacamos algumas ações e projetos da TI no ano de 2018:

- **Forte atuação contra fraudes nas ações de pagamento de contas do PIS e contas inativas do FGTS**, com rotinas de monitoração de tráfego anômalo e bloqueio de endereços IP de origem, bem como ações focadas no combate às fraudes no IBC que resultaram em queda sucessivas superiores a 50% nos anos de 2017 e 2018 quando comparados aos valores dos anos anteriores;
- **Tratamento de incidentes**: à exemplo da atuação tempestiva nos ataques de ransomware (Wannacry, Petya e No Petya), que mundialmente atingiram mais de 300 mil máquinas, contudo, com as ações realizadas não afetaram o nosso parque tecnológico.
- **Reestruturação dos Processos de prevenção às fraudes para os canais do IBC e Mobile Banking**, que acarretaram em redução significativa nos volumes financeiros absolutos nesse tipo de ocorrência negativa para a empresa.
- **Projeto Biometria**: entrega de novas operações nos ATM. Hoje já são realizados saques das operações 001, 013 e 023, saques de benefícios como Seguro Desemprego, Bolsa Família e INSS, nesse último ainda é possível realizar a prova de vida também com o uso da biometria.

- **Aplicação de política de bloqueio das portas USB**, o que acarretou num aumento da proteção contra perda de informações e a uma fortíssima diminuição nas contaminações com malware;
- **Estudo, prospecção e avaliação das soluções de mercado existentes com foco na proteção de endpoints**, trabalho que culminou com a definição da estratégia a ser seguida por nossa empresa nesse escopo fundamental da segurança cibernética.
- **Foram adquiridas ferramentas com o intuito de fortalecer e otimizar os controles e a monitoração dos acessos** à rede da CAIXA e dos ativos computacionais do nosso parque, tais como SIEM, NAC, AAA, HSM, dentre outras.
- **Implementação de novas ferramentas** com foco na gestão de identidade, autenticação e autorização de usuários, prevenção a fraudes e proteção de canais.

Além do exposto, as unidades de desenvolvimento e operações se reestruturaram estabelecendo equipes de desenvolvimento ágil com 79 Squads.

O modelo de contratação de fábricas também passou por mudanças, principalmente na adequação às novas formas de atendimento com uso de práticas ágeis. Passamos a adotar os contratos "ágeis" que possuem profissionais capacitados com dedicação exclusiva ao atendimento CAIXA,

Modernização de métodos e processos

No contexto atual de Transformação Digital, no qual estamos fortemente inseridos, a utilização de tecnologias inovadoras é fundamental para o alcance dos objetivos estratégicos do Banco.

Com objetivo de fazer frente aos novos desafios, especialmente na gestão destas novas tecnologias, foram criadas equipes para atuar especificamente nos seguintes temas: Inteligência Artificial, Barramento, SOA e APIs, Gestão Eletrônica de Documentos, Mobilidade, Agilidade e UX, BI, Big Data, Biometria e BlockChain.

Essas equipes passaram a atuar como ponto focal na TI, em relação ao assunto de sua vertical, sendo referência para a definição de arquitetura e auxiliando nossas demais unidades a incorporem as novas tecnologias aos seus negócios.

remuneração com base nas equipes alocadas + ANMS foco em entregar valor ao negócio, além de atuar em sinergia com o negócio e a TI CAIXA.

Atualmente possuímos 11 contratos ágeis para atendimento ao FGTS, Loterias, Banking, autoatendimento, inovações tecnológicas, dentre outros e continua atuando, também, com o modelo de contratação tradicional.

Principais Entregas

- **Bolsa Família:** Melhoria na qualificação dos dados do ateste do Bolsa Família;
- **Governo:** Validador prévio no sistema de avaliação e Provisionamento de crédito, internalização das bases CADIN e SPC, registro de operação de fomento no CADIP, adequação sistêmica para IPO CAIXA Seguridade, informações gerenciais do Cadastro Único e adequação do site CAIXA à lei anticorrupção;
- **Governança Corporativa:** Trava SIPON, nova intranet, implantação de processo digital nos colegiados da alta administração, com certificado digital, autenticação de DLE com código de barra e novo sistema de visualização de relatórios;
- **Habitação:** Expansão PJ para produtos comerciais da habitação, pré-contratação totalmente digital para empreendimentos habitacionais, automatização do processo de engenharia para habitação e pagamento de Habitação sem boleto no lotérico;
- **Loterias:** Novo BI de Loterias, loterias na internet, solução tecnológica da duplasena de Páscoa, novos volantes de jogos, novo repasse de loterias Confederação Brasileira de Clubes, modernização da gestão de promoções comerciais e blindagem do sistema de processamento lotérico contra técnicas intrusivas de Log Forging;
- **APPs:** Trabalhador, Cartão CAIXA (Crédito), Crédito Consignado e Novo Banking;
- **Nova Plataforma de Cobrança:** novo pagamento de fornecedores, adequação dos canais de pagamento, novo leiaute de recibos e nova arquitetura de mensageria;
- **Cartões:** liquidação financeira de transações de cartão de débito via CIP, nova regra de crédito rotativo para cartões de crédito, nova bandeira de cartão – JCB, New ELO, agência virtual (Contratação de cartão de crédito), Samsung Pay – Visa e Master, Android Pay – Visa, transações on-line com cartão de débito no Netflix e comercialização de cartão de crédito ELO via 0800 e Negocios.CAIXA.

Sustentabilidade Ambiental

Fundo Socioambiental CAIXA

O Fundo Socioambiental (FSA) CAIXA foi criado para receber e aplicar recursos em projetos socioambientais, em parceria com órgãos públicos e entidades privadas, que estimulem o desenvolvimento integrado e sustentável entre a população de baixa renda. Os investimentos do FSA CAIXA contribuem com o fortalecimento da imagem da Instituição e com o engajamento entre a CAIXA e as comunidades nos territórios de atuação, e ainda alavancam parcerias estratégicas que unem o poder público a entidades privadas brasileiras e internacionais.

O Comitê RSA define e o Conselho Diretor aprova, anualmente, as linhas temáticas, os eixos de atuação e a distribuição dos recursos para apoio aos projetos com recursos do FSA CAIXA.

São 3 modalidades de destinação de recursos:

- Seleção pública:** projetos selecionados a partir de critérios divulgados em regulamentos específicos, elaborados com base nos eixos de atuação e linhas temáticas definidas anualmente.
- Apoio a políticas internas:** projetos estratégicos propostos por entidades externas, doadores ou repassadores de recursos ao FSA CAIXA, também enquadrados nos eixos de atuação e nas linhas temáticas anuais.
- Incentivo financeiro a negócios sustentáveis:** modalidade destinada a subsidiar as demandas internas da CAIXA para produtos que comprovem adicionais socioambientais.

FSA CAIXA em 2018

Em 2018 o FSA CAIXA assinou 27 Acordos de Cooperação Financeira, totalizando um comprometimento de R\$ 19.713.953,04 distribuídos nas temáticas Sustentabilidade Hídrica, Cidades Sustentáveis, Promoção Socioeconômica e Sustentabilidade Agroflorestal.

Atualmente o FSA CAIXA monitora a execução de 54 acordos de cooperação, dos quais 46 receberam recursos em 2018, totalizando R\$ R\$ 18.703.746,79, dentre as liberações para as primeiras parcelas dos assinados no ano e as liberações de acordos assinados em anos anteriores e ainda não concluídos. Em 2018, foram firmados acordos de cooperação a partir de editais e Apoio à Política Interna, conforme dados abaixo:

Tabela 6.21 Quantidade de projetos firmados por modalidade em 2018

Edital	Valor Investido (R\$)	Número de acordos firmados	Previsão de público beneficiário direto
Compostagem	9.998.104,16	12	mais de 600 mil pessoas
Desenvolvimento e Cidadania	1.195.115,77	7	mais de 5 mil pessoas
Energia Renováveis e Recursos Hídricos	5.006.224,75	6	mais de 8 mil pessoas
Apoio à Política Interna - API	3.333.836,74	2	mais de 2 mil pessoas

Ainda em 2018, foram concluídos 4 projetos, conforme tabela abaixo:

Tabela 6.22 Projetos apoiados pelo Fundo Socioambiental e Concluídos em 2018

Projeto	Objetivo	Total Investido (R\$)	Público Beneficiário Direto	Público Beneficiário Indireto
Educação Financeira – Focada em Populações de Baixa Renda	O principal objetivo do projeto é selecionar startups de impacto social, que possuam soluções inovadoras que promovam a educação financeira, e a inclusão financeira, de pessoas de baixa renda, especialmente os beneficiários dos Programas Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família.	2.055.813,04	startups que atuam na educação financeira.	3.000 famílias de baixa renda da cidade de São Paulo
Caatinga - Fogões do Araripe	Uso sustentável da caatinga, na região do Araripe, por meio do enfoque na construção de forma participativa de fogões agroecológicos.	293.003,00	550 famílias (formação de mestres fogãozeiros)	população rural do Araripe/PE
DIST Agência Barco – Marajó	Levar às regiões atendidas pela agência barco projeto envolvendo parceiros governamentais e não governamentais com ações que possibilitaram às comunidades o acesso a políticas públicas e à cidadania; à educação e à cultura; e alternativas de geração de trabalho e renda adequadas às vocações locais.	2.999.990,95	1.800 pessoas	2.960 pessoas
DIST – Londrina	Detectar problemas e o impacto gerado por eles e pelo empreendimento no seu entorno: ocupação acelerada que ocorreu no Residencial Bela Vista, objeto da intervenção do projeto, que sobrecregou a oferta de serviços públicos. Melhoria das condições de vida da população visando a obter-se uma inserção social qualitativa na perspectiva da melhoria dos perfis educacional, profissional e organizativo.	2.046.754,33	2.712 pessoas	560 pessoas

Gestão de Resíduo Eletroeletrônico

O Projeto Lixo Eletrônico e Responsabilidade Socioambiental

foi financiado pelo FSA CAIXA, que priorizou a seleção de cooperativas legalmente constituídas, organizadas de acordo com os princípios do cooperativismo e economia solidária, e com infraestrutura básica necessária ao processamento de resíduos eletroeletrônicos (galpão coberto, veículo para coleta, área coberta para armazenamento). Atualmente o projeto contempla duas fases distintas.

A primeira fase foi implantada, no ano de 2013, em Brasília, São Paulo, Salvador e Recife, com dispêndio de R\$1.014.567,66 composto por recursos do FSA CAIXA e R\$81.000,00 de contrapartida. Foram capacitados 79 cooperados de 7 cooperativas, por meio de treinamento presencial objetivando a correta manipulação dos resíduos eletroeletrônicos.

O projeto se apresentou exitoso, por isso, a segunda fase se iniciou a partir de um novo Acordo de Cooperação Financeira assinado em setembro de 2015, com valor de investimento de R\$ 1.787.796,00, para ampliação para as capitais: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Fortaleza, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Foram capacitadas 14 novas cooperativas, com 70 cooperados, o que beneficiará aproximadamente 1400 pessoas entre cooperados e seus familiares, bem como a CAIXA. Nessa segunda fase, além do tratamento do REE foram incluídos mobiliários, equipamentos de uso e de segurança. Outra diferença é a estruturação de uma rede apoio para que a comercialização seja realizada de forma integrada com outras cooperativas locais. Os cooperados/cooperativas participantes da primeira fase também foram capacitados e habilitados para trabalhar com os materiais ora inseridos no projeto.

Resultados 2018

A parceria estabelecida, por meio de Acordo de Cooperação Financeira, com o Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente e o Fundo Socioambiental CAIXA se encerrou em 2018.

Para garantir que as cooperativas de catadores de materiais recicláveis continuem envolvidas no processo de destinação de resíduos eletroeletrônicos, contribuindo para a inclusão social e aumento da renda dos cooperados, bem como que a CAIXA continue fazendo a destinação ambientalmente correta dos resíduos eletroeletrônicos gerados), foi previsto no Acordo que o GEA mapearia, cadastraria e treinaria entidades aptas a continuarem o projeto, criando um rede de cooperativas aptas a tratar esse tipo de material.

Esse trabalho também foi concluído e a rede de cooperativas está atuando nas cidades onde o Projeto Lixo Eletrônico foi implantado. Normas internas também foram alteradas para que todos os envolvidos tenham ciência das alterações no processo de destinação de resíduos eletroeletrônicos.

Nas tabelas a seguir estão descritos os resultados do projeto, por ano, em relação ao total de equipamentos doados e a renda obtida, pelos catadores, com as vendas desses materiais, respectivamente.

Tabela 6.23 Quantidade total de equipamentos eletroeletrônicos doados

2015	1.232
2016	10.734
2017	8.146
2018	4.697
Total	24.809

Tabela 6.24 Renda obtida pela venda dos resíduos

2015	25.939,57
2016	156.996,99
2017	183.552,72
2018	50.258,30
Total	416.747,58

Energia

Nos últimos anos, temos investido em modelos de auto geração e autossuficiência energética, bem como em projetos de conscientização de empregados e parceiros.

AUTOGERAÇÃO DE ENERGIA

No ano de 2018 foram investidos R\$ 27 milhões em energia fotovoltaica.

Houve a instalação da Usina Fotovoltaica em Solo (Fazenda Jardim em Uberlândia), composta por 7.952 painéis e potência instalada de 2.124 kWp (investimento de R\$ 16 milhões).



Figura 6.15 Foto da área da planta fotovoltaica

Destaca-se ainda que 25 unidades com instalação em seus telhados foram conectadas à rede da concessionária em 2018 (investimento de R\$ 11 milhões).

A usina fotovoltaica da Agência Vazante, inaugurada em dezembro de 2014, com potência total de 74,5kWp, composta por 276 painéis solares e 4 inversores, produziu durante o ano de 2018 em energia renovável da ordem de 100MWh.

O investimento foi reduzido de R\$ 100 para R\$ 90 milhões, tendo em vista a redução da potência final a ser executada que passou de 12,7 MWp para 11,7 MWp.

A usina em solo (Fazenda Jardim) equivale a um total de 25 unidades. Os quantitativos de usina,

por estado, são: MA (8), PI (10), CE (23), SP 944), GO (46), DF (10) e MG (27 + Usina em Solo)

Portanto, considerando o projeto como um todo (Usina em solo mais as unidades instaladas em telhado) são produzidos em torno de 17 GWh ao ano o que representa 2,5% de economia de energia que corresponde a uma economia anual da ordem de R\$ 11,5 milhões. Teremos ao final do projeto aproximadamente 168 usinas instaladas em telhados mais a usina em solo.

Economia de Energia

Em 2018, com a adoção das medidas impostas, aliadas a medidas adicionais de conscientização do uso do recurso natural e eficiência energética, foram contabilizados uma redução de 1,2% do consumo de energia em relação ao consumo previsto, sendo realizado 652GWh em relação ao consumo total previsto de 659GWh.

Em termos financeiros, foram deixados de ser gastos cerca de R\$ 5 milhões de reais.

Programa LUX CAIXA – Eficiência Energética Integrada

O LuxCAIXA é um Programa que realizou a integração de todas as ações de eficiência energética da CAIXA. O foco do programa é a redução das despesas, tornando o consumo sustentável. Segue abaixo resultados do programa em 2018:

- 25 novas unidades fotovoltaicas da CAIXA conectadas às concessionárias locais;
- Entrega da 1ª fazenda solar da CAIXA (2,1 MW de potência, 3,3 GWh de geração de energia e economia estimada de R\$ 2,3 milhões/ano);
- Substituição de 265 mil lâmpadas para LED, representando uma economia de R\$ 8 milhões;
- Parceria com a VITEC para desligamento remoto de 67 mil computadores e notebooks da Rede de Atendimento (economia estimada em R\$ 700 mil);
- Contratação de solução de gerenciamento de faturas e contratos de energia, em plataforma web, e assessoria especializada em eficiência energética para assessoria à gestão de energia elétrica de mais de 5.100 faturas e 1.600 contratos em média tensão.

Patrocínio Esportivo e Cultural

Atuamos com os seguintes tipos de patrocínio:

- **INSTITUCIONAL** - Visa fortalecer a imagem do Banco e/ou relacionamento com os públicos de interesse. Ex.: 8º Fórum Mundial da Água; HSM Expo.
- **MERCADOLÓGICO** - Visa fortalecer os negócios e tornar-se, além da marca, produtos e serviços conhecidos por seu público-alvo. Ex.: Encontro Nacional da Indústria da Construção Civil – ENIC; Semana Nacional do Crédito: Qualificar,

Financiar e Investir; XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

O investimento em patrocínios de cunho institucional e mercadológico em 2018 foi mais de R\$ 35 milhões.

- **ESPORTIVO** - Visa associar a marca do Banco a uma modalidade esportiva, dentro das estratégias de comunicação. Ex.: Paradesporto; Atletismo; Ginástica; Corridas; Futebol. Acreditamos na promoção da cidadania por meio do esporte, reafirmando seu compromisso com a execução de políticas públicas de educação e desporto.

O investimento em patrocínios esportivos em 2018 foi mais de R\$ 170 milhões.

Em 2018, incluímos o Triathlon entre as iniciativas patrocinadas, modalidade combinada de natação, ciclismo e corrida, numa oportunidade de rejuvenescimento e modernização da nossa marca como referência de patrocinadora do esporte brasileiro.

Principais contrapartidas socioambientais:

- Doação de material reciclável dos eventos patrocinados.
- Coleta seletiva do lixo produzido na montagem e desmontagem do evento.

- Material de divulgação e programação dos eventos em papel e material reciclável.
- Ações de conscientização sobre a importância da sustentabilidade e preservação ambiental.

Em 2018, mantivemos apoio a vários projetos sociais, tais como:

- Projeto Atletismo Esperança - Campo Mourão
- Centro de Atletismo de Sobradinho - CASO* (CASO Olímpico)
- Projeto Cidadão Olímpico - Correndo na Frente - Herói Cláudio Roberto Sousa
- Projeto Talento Olímpico - Claudinei Quirino
- Projeto Clube dos DescalSOS - Herói Joaquim Cruz
- Projeto Futuro Olímpico - Herói Arnaldo de Oliveira
- Projeto Herói Vanderlei Cordeiro de Lima
- Projeto Londrina Atletismo
- Centro de Excelência de Atletismo de Maringá
- Projeto Olímpico Correndo para Vencer - Herói Edson Luciano Ribeiro
- Projeto Talento Olímpico - Herói Claudinei Quirino

São beneficiados em média 100 atletas por projeto.

- **CULTURAL** - Visa associar a marca do Banco a atividades e iniciativas ligadas à Cultura, dentro das estratégias de comunicação. Ex.: Balé Bolshoi; Cine CAIXA Belas Artes; Espetáculos que compõem a programação dos sete espaços da CAIXA Cultural.

O investimento em patrocínios culturais em 2018 foi mais de R\$ 62 milhões.

O **Programa de Ocupação dos Espaços CAIXA Cultural** é um dos principais instrumentos da nossa política de patrocínios. A existência dos equipamentos culturais próprios permite que a empresa coloque em prática a sua política cultural, na perspectiva do fomento. São verificados resultados sociais ligados a setores da economia criativa, formação de plateia, profissionalização do mercado, apoio à diversidade de manifestações e democratização do acesso pelos mais diferentes públicos.

O processo de seleção aberto em 2018 para recebimento de propostas vai compor pauta de ocupação para 2019 e 2020. Atualmente o processo está em fase de conclusão com previsão para divulgação de resultados em fevereiro de 2019.

As unidades atuais abrigam galerias de arte, teatros, cinemas, oficinas, museus,

espaços multiuso e de café. Somados, esses espaços totalizam quase 27 mil m² de área dedicada à divulgação da arte, promoção da cultura e aproximação do público.



Figura 6.16 Programa Ocupação seleção 2017 - pauta 2018/2019

Saneamento e Infraestrutura

Temos como Missão “Promover o desenvolvimento sustentável do Brasil, gerando valor aos clientes e à sociedade como instituição financeira pública e agente de políticas de Estado”, e um de seus Objetivos Empresariais, incluído na revisão do Plano Estratégico do Conglomerado CAIXA, aprovado no segundo semestre de 2017, é o de “Ser viabilizador da expansão e modernização da infraestrutura do País”.

Para tanto, disponibiliza linhas de crédito para saneamento e infraestrutura, sendo que, em 2018, **foram contratados R\$ 6,5 bilhões em 240 operações, e desembolsados R\$ 6,3 bilhões**.

Os desembolsos realizados em 2018 tiverem a seguinte destinação:

- R\$ 341,7 milhões para Geração, Transmissão e Distribuição de Energia, incluindo Usinas Hidrelétricas e Eólicas;
- R\$ 1,67 bilhões para Saneamento Básico, beneficiando 246 Municípios, Estados e Companhias com obras para abastecimento de água, tratamento de esgoto e resíduos sólidos;
- R\$ 1,6 bilhões para obras em Mobilidade Urbana, em infraestrutura do transporte coletivo urbano: BRT, VLT, Metrô, Trens, Ônibus, além de obras de pavimentação e infraestrutura em 350 Municípios.
- R\$ 1,6 bilhões à empreendimentos multisectoriais (infraestrutura em geral para Estados e Municípios);

Foram destinados ainda R\$ 902 milhões para Infraestrutura Urbana (urbanização de áreas e assentamentos precários) e R\$ 119,3 milhões para Logística (Rodovias, Aeroportos e Intervenções Viárias).

Os projetos financiados pela DESAN passam por análise técnica, social e ambiental.

Risco Socioambiental

Risco Climático

Consideramos em nosso planejamento estratégico as mudanças climáticas e entendemos que podem não somente interferir em nossas operações, como também em vários setores econômicos.

Considerando isso, foi incorporada na **análise de risco socioambiental para operações comerciais pessoa jurídica de valor igual ou superior à R\$ 10 milhões** a indicação de que as atividades do tomador estão sob risco climático. Como mitigador orientamos a inclusão de salvaguarda específica que trata da Política Nacional de Mudança do Clima, buscando mitigar o risco regulamentar.

Incentivamos uma economia de baixo carbono, por meio de linha de crédito para capital de giro para empresas pertencentes aos CNAE "Verdes". A ação contribui também para a mitigação do risco das mudanças climáticas sobre a carteira de crédito.

Em 2018, foram destinados R\$ 1,2 bilhões do orçamento para aplicação. O público alvo constitui empresas com faturamento bruto anual a partir de R\$ 7 milhões e com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de atividade principal indicada para Economia Verde.

Risco Socioambiental em Operações de Crédito

O gerenciamento de risco socioambiental é realizado pela primeira linha de defesa nas operações diárias, em seus processos, produtos e serviços complementado pelo suporte da segunda linha de defesa, que conta com uma equipe especializada em gestão socioambiental.

Não concedemos crédito para empresas com atividades que não disponham de autorização formal do órgão ambiental competente. Entre outros, nessa situação se incluem atividades que requerem recursos ambientais ou empreendimentos capazes de causar degradação ambiental.

Consideramos também como uma restrição absoluta para a concessão do crédito, a presença do tomador na relação de empregadores que submetem seus trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantenham em condições análogas ao trabalho escravo divulgada pelo Ministério do Trabalho.

Foram analisadas 118 operações de crédito, dentre elas capital de giro, créditos especiais, operações de exportação, limites, para clientes com potencial impacto ambiental. Estas operações totalizaram R\$ 12,2 bilhões de reais em 2018. Do total de operações, 58,5% foram condicionadas a atendimento de um plano de

ação para mitigação do risco. Esse percentual representou em volume R\$ 3,9 bilhões. Os 41,5% restante, representando em volume financeiro R\$ 8,2 bilhões, não tiveram condicionantes socioambientais endereçadas.

A partir de outubro, quando incorporamos o rating socioambiental foram analisadas 20 operações.

Tabela 6.25 Rating Socioambiental

RAITING (risco socioambiental)	Quantidade de Análises
A (baixo)	10
B (médio)	7
C (alto)	3
Condição Impeditiva	0

Consideramos ainda, como condição impeditiva, a ausência de Licença de Operação, presença do tomador na lista de Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e a presença de embargos do órgão ambiental federal.

Risco Socioambiental em Projetos

Os riscos socioambientais tornam-se mais evidentes quando financiamos projetos e os

mesmos causam algum dano ambiental. Nesse caso, poderíamos ser responsáveis indiretos por tais danos e, consequentemente, sermos submetidos as mesmas consequências do empreendedor.

Somos signatários dos Princípios do Equador desde 2009. Assim, submetemos os projetos industriais e de infraestrutura de grande porte a um conjunto de exigências baseadas nos Padrões de Desempenho de Sustentabilidade Socioambiental, da International Finance Corporation (IFC), e nas Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, do Grupo Banco Mundial.

Para empreendimentos enquadrados nos Princípios do Equador, exigimos uma avaliação de conformidade socioambiental, realizada por consultoria socioambiental independente, caso seja apontado risco Alto ou Médio na análise dos projetos. Essa avaliação cobre as exigências legais aplicáveis à gestão ambientais, gestão de saúde e segurança e medicina do trabalho, as condicionantes das licenças ambientais e a implementação do Plano Básico Ambiental para compensação e mitigação de impactos sociais e ambientais, bem como os outros critérios dispostos nos Princípios do Equador, caso sejam mais exigentes que a lei. Para projetos com impactos sociais e ambientais de elevada magnitude são também exigidos periodicamente relatórios de monitoramento socioambiental, o que abrange a implantação e a operação do empreendimento durante a vigência do financiamento.

Em 2018, apenas um projeto categorizado nos Princípios do Equador foi contratado com a CAIXA. Com valor de empréstimo de R\$ 130 milhões e investimento total de R\$ 137 milhões, o projeto na área de Saneamento para esgotamento sanitário foi categorizado como de risco médio – categoria “B”.



Ag. Barco

Demonstrações Contábeis

Capítulo 7

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Demonstrações Contábeis

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))
CIRCULANTE	551.386.205	577.523.068	552.419.598	578.542.521
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	9.272.424	11.451.832	9.272.455	11.451.854
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	174.659.802	144.232.795	174.659.802	144.232.795
Aplicações no mercado aberto	164.876.464	130.911.089	164.876.464	130.911.089
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.783.495	13.322.183	9.783.495	13.322.183
Provisões para perdas	(157)	(477)	(157)	(477)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	111.082.578	122.016.771	111.814.359	123.013.495
Carteira própria - livre	27.070.063	33.815.580	27.801.844	34.812.304
Vinculados a compromissos de recompra	77.277.422	83.718.783	77.277.422	83.718.783
Instrumentos financeiros derivativos	609.587	35.581	609.587	35.581
Vinculados ao Banco Central	1.254.771	1.178.579	1.254.771	1.178.579
Vinculados a prestação de garantias	4.870.735	3.268.248	4.870.735	3.268.248
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	101.729.372	127.568.940	101.729.372	127.568.940
Pagamentos e recebimentos a liquidar	26.568	25.515	26.568	25.515
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	100.173.965	126.690.810	100.173.965	126.690.810
Correspondentes	1.528.839	852.615	1.528.839	852.615
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	62.961	28.068	62.961	28.068
Recursos em trânsito de terceiros	642	326	642	326
Transferências internas de recursos	62.319	27.742	62.319	27.742
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	118.803.716	129.931.721	118.803.716	129.931.721
Setor público	8.374.876	8.044.383	8.374.876	8.044.383
Setor privado	123.649.345	136.716.197	123.649.345	136.716.197
Operações de crédito vinculadas à cessão	1.543.036	1.752.600	1.543.036	1.752.600
Provisão para operações de crédito	(14.763.541)	(16.581.459)	(14.763.541)	(16.581.459)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	26.614.706	34.005.778	26.916.247	34.028.485
Créditos por avais e fianças honrados	27.329	31.336	27.329	31.336
Carteira de câmbio	2.381.808	3.549.748	2.381.808	3.549.748
Rendas a receber	2.242.495	2.275.189	2.488.743	2.294.687
Negociação e intermediação de valores	2.234	813	2.234	813
Créditos específicos	1.061.581	1.001.150	1.061.581	1.001.150
Diversos	21.432.773	27.724.085	21.488.066	27.727.294
Provisão para outros créditos	(533.514)	(576.543)	(533.514)	(576.543)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	9.160.646	8.287.163	9.160.686	8.287.163
Outros valores e bens	11.533.510	7.948.678	11.533.510	7.948.678
Provisões para perdas	(3.113.143)	(272.551)	(3.113.143)	(272.551)
Despesas antecipadas	740.279	611.036	740.319	611.036

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))
NÃO CIRCULANTE	713.263.370	683.886.939	711.635.530	682.156.264
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	700.198.945	670.455.883	700.198.945	670.455.883
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	87.984.906	65.121.666	87.984.906	65.121.666
Carteira própria - livre	47.682.792	35.972.597	47.682.792	35.972.597
Vinculados a compromissos de recompra	34.114.752	27.006.500	34.114.752	27.006.500
Instrumentos financeiros derivativos	621.871	961.631	621.871	961.631
Vinculados a prestação de garantias	5.565.491	1.180.938	5.565.491	1.180.938
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	28.394.694	27.919.116	28.394.694	27.919.116
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	28.394.694	27.919.116	28.394.694	27.919.116
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	528.757.168	528.303.295	528.757.168	528.303.295
Setor público	50.727.751	49.600.219	50.727.751	49.600.219
Setor privado	490.931.956	488.681.532	490.931.956	488.681.532
Operações de crédito vinculadas à cessão	8.778.625	10.355.526	8.778.625	10.355.526
Provisão para operações de crédito	(21.681.164)	(20.333.982)	(21.681.164)	(20.333.982)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	55.062.177	49.111.806	55.062.177	49.111.806
Diversos	55.074.115	49.122.461	55.074.115	49.122.461
Provisão para outros créditos	(11.938)	(10.655)	(11.938)	(10.655)
PERMANENTE	13.064.425	13.431.056	11.436.585	11.700.381
INVESTIMENTOS (Nota 11)	7.707.679	7.271.226	6.079.792	5.540.551
Participações em coligadas e controladas:				
No país	6.936.086	6.528.097	5.399.492	4.869.969
Outros investimentos	6.936.086	6.528.097	5.399.492	4.869.969
Provisão para perdas	(11.088)	(39.551)	(102.381)	(112.098)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	2.912.530	3.065.388	2.912.577	3.065.388
Imóveis de uso	2.667.293	2.292.598	2.667.293	2.292.598
Reavaliações de imóveis de uso	689.161	693.987	689.161	693.987
Outras imobilizações de uso	8.159.551	7.776.973	8.159.602	7.776.974
Depreciações acumuladas	(8.603.475)	(7.698.170)	(8.603.479)	(7.698.171)
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.444.216	3.094.442	2.444.216	3.094.442
Ativos intangíveis	4.548.250	5.115.260	4.548.250	5.115.260
Amortizações acumuladas	(2.104.034)	(2.020.818)	(2.104.034)	(2.020.818)
TOTAL	1.264.649.575	1.261.410.007	1.264.055.128	1.260.698.785

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))
CIRCULANTE	680.466.507	679.790.867	680.556.584	679.973.805
DEPÓSITOS (Nota 14)	449.089.982	412.992.412	448.984.816	412.992.266
Depósitos à vista	30.445.640	32.398.853	30.445.598	32.398.707
Depósitos de poupança	298.352.534	276.693.320	298.352.534	276.693.320
Depósitos interfinanceiros	361.264	425.953	361.264	425.953
Depósitos a prazo	106.616.942	92.561.172	106.511.818	92.561.172
Depósitos especiais e de fundos e programas	13.313.602	10.913.088	13.313.602	10.913.088
Outros depósitos		26		26
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	145.253.664	140.622.710	145.253.664	140.486.574
Carteira própria	99.051.372	102.057.420	99.051.372	101.921.284
Carteira de terceiros	46.202.292	38.565.290	46.202.292	38.565.290
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	24.816.140	62.515.796	24.816.140	62.515.796
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	19.646.327	62.361.482	19.646.327	62.361.482
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	5.169.813	154.314	5.169.813	154.314
RELACIONES INTERFINANCEIRAS	8.412.997	80.162	8.412.997	80.162
Recebimentos e pagamentos a liquidar	8.385.786	58.113	8.385.786	58.113
Correspondentes	27.211	22.049	27.211	22.049
RELACIONES INTERDEPENDÊNCIAS	1.394.379	1.366.748	1.394.379	1.366.748
Recursos em trânsito de terceiros	953.763	1.260.046	953.763	1.260.046
Transferências internas de recursos	440.616	106.702	440.616	106.702
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.245.461	1.507.793	1.245.461	1.507.793
Tesouro Nacional - PIS	157.628	399.970	157.628	399.970
BNDES	731.015	1.024.075	731.015	1.024.075
FGTS	355.200	81.972	355.200	81.972
Outras	1.618	1.776	1.618	1.776
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (h))	381.282	230.448	381.282	230.448
Instrumentos financeiros derivativos	381.282	230.448	381.282	230.448
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	49.872.602	60.474.798	50.067.845	60.794.018
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	367.371	416.763	367.371	416.763
Carteira de câmbio	62.909	149.371	62.909	149.371
Sociais e estatutárias	2.550.058	3.685.388	2.551.813	3.686.370
Fiscais e previdenciárias	1.959.789	1.997.470	2.101.419	2.285.716
Negociação e intermediação de valores	9.396	45.770	9.396	45.770
Recursos para destinação específica:	9.141.185	13.766.453	9.141.185	13.766.453
Obrigações de operações com loterias	1.615.888	944.164	1.615.888	944.164
Obrigações por fundos e programas sociais	6.689.352	6.076.527	6.689.352	6.076.527
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	835.945	6.745.762	835.945	6.745.762
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.594.388	54.115	1.594.388	54.115
Dívidas subordinadas	1.037.859	1.047.814	1.037.859	1.047.814
Diversas	33.149.647	39.311.654	33.201.505	39.341.646

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))
NÃO CIRCULANTE	543.183.991	548.010.043	502.256.849	510.140.181
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	543.183.991	548.010.043	502.256.849	510.140.181
DEPÓSITOS (Nota 14)	72.437.889	94.127.457	71.753.365	93.233.297
Depósitos interfinanceiros	10.686	151.448	10.686	151.448
Depósitos a prazo	72.427.203	93.976.009	71.742.679	93.081.849
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	12.959.269	8.040.692	12.959.269	8.040.692
Carteira própria	12.959.269	8.040.692	12.959.269	8.040.692
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	45.700.201	65.694.389	45.700.201	65.694.389
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	43.903.878	55.166.852	43.903.878	55.166.852
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.796.323	10.527.537	1.796.323	10.527.537
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	2.011.774	2.147.951	2.011.774	2.147.951
Empréstimos no exterior	2.011.774	2.147.951	2.011.774	2.147.951
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	296.982.722	268.046.149	296.982.722	268.046.149
Tesouro Nacional - PIS	211.735		211.735	
BNDES	27.932.554	29.790.078	27.932.554	29.790.078
FGTS	265.838.912	235.538.406	265.838.912	235.538.406
Outras	2.999.521	2.717.665	2.999.521	2.717.665
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (h))	729.964	1.130.727	729.964	1.130.727
Instrumentos financeiros derivativos	729.964	1.130.727	729.964	1.130.727
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	343.558	55.530	343.558	55.530
Repasses do exterior	343.558	55.530	343.558	55.530
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	112.018.614	108.767.148	71.775.996	71.791.446
Fiscais e previdenciárias	117.876	127.958	117.876	127.958
Recursos para destinação específica:	6.205.414	4.083.821	6.205.414	4.083.821
Obrigações por fundos e programas sociais	6.205.414	4.083.821	6.205.414	4.083.821
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.367.351	3.266.583	1.367.351	3.266.583
Dívidas subordinadas	9.310.984	9.695.095	9.310.984	9.695.095
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	66.238.006	61.931.912	25.995.388	24.956.210
Diversas	28.778.983	29.661.779	28.778.983	29.661.779
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	40.999.077	33.609.097	81.241.695	70.584.799
Capital social:	30.193.024	29.630.119	30.193.024	29.630.119
Capital de domiciliados no país	45.000.000	45.000.000	45.000.000	45.000.000
Aumento de capital		4.792.948		4.792.948
Capital a realizar	(14.806.976)	(20.162.829)	(14.806.976)	(20.162.829)
Instrumento elegível ao capital principal			40.242.618	36.975.702
Reserva de reavaliação	336.365	352.348	336.365	352.348
Reservas de lucros	19.633.902	13.923.642	19.633.902	13.923.642
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.164.214)	(9.498.258)	(9.164.214)	(9.498.258)
Lucros/Prejuízos Acumulados		(798.754)		(798.754)
T O T A L	1.264.649.575	1.261.410.007	1.264.055.128	1.260.698.785

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Individual				Consolidado			
	2018		2017 (Nota 3 (n))		2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	55.502.630	111.363.781	62.409.214	133.362.447	55.835.651	111.717.435	62.434.470	133.400.619
Operações de crédito (Nota 8 (e))	39.509.558	78.950.486	42.824.834	88.516.444	39.509.558	78.950.486	42.824.834	88.516.444
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (b) e 6 (d))	13.786.948	25.671.161	16.235.634	36.604.108	14.119.969	26.024.815	16.260.890	36.642.280
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (i))	(1.453.505)	(1.280.828)	(1.082.928)	(2.757.954)	(1.453.505)	(1.280.828)	(1.082.928)	(2.757.954)
Resultado de câmbio (Nota 9 (d.1))	208.551	1.056.492	90.200	322.406	208.551	1.056.492	90.200	322.406
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	3.430.257	6.922.027	4.311.489	10.605.077	3.430.257	6.922.027	4.311.489	10.605.077
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.1))	20.821	44.443	29.985	72.366	20.821	44.443	29.985	72.366
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(37.686.357)	(75.749.778)	(46.051.337)	(102.384.590)	(37.653.614)	(75.680.983)	(45.920.559)	(102.191.304)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (b); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(20.288.620)	(41.989.041)	(28.071.124)	(64.818.861)	(20.255.986)	(41.920.355)	(27.940.821)	(64.626.050)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(9.112.373)	(17.925.771)	(8.439.658)	(17.130.279)	(9.112.264)	(17.925.662)	(8.439.183)	(17.129.804)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.2))	(436.685)	(908.856)	(530.952)	(1.178.874)	(436.685)	(908.856)	(530.952)	(1.178.874)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(7.848.679)	(14.926.110)	(9.009.603)	(19.256.576)	(7.848.679)	(14.926.110)	(9.009.603)	(19.256.576)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	17.816.273	35.614.003	16.357.877	30.977.857	18.182.037	36.036.452	16.513.911	31.209.315
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(11.034.066)	(20.643.272)	(5.990.009)	(16.692.257)	(10.387.168)	(19.110.712)	(5.993.720)	(16.666.165)
Receitas de prestação de serviços (Nota 21 (a))	10.417.674	20.069.978	9.634.827	19.111.423	10.447.698	20.100.002	9.634.827	19.111.423
Rendas de tarifas bancárias (Nota 21 (b))	3.377.719	6.749.350	3.176.726	5.929.661	3.377.718	6.749.348	3.176.725	5.929.659
Despesas de pessoal (Nota 22)	(11.195.878)	(21.591.563)	(11.158.609)	(22.419.151)	(11.218.435)	(21.635.133)	(11.178.955)	(22.443.498)
Outras despesas administrativas (Nota 23)	(6.309.082)	(11.948.809)	(6.181.359)	(11.957.177)	(6.325.412)	(11.970.720)	(6.191.197)	(11.969.452)
Despesas tributárias (Nota 27)	(1.991.418)	(3.987.681)	(1.863.885)	(3.815.368)	(2.046.627)	(4.079.727)	(1.893.937)	(3.875.552)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	1.079.056	2.012.922	629.390	1.140.503	685.859	1.382.643	468.668	780.255
Outras receitas operacionais (Nota 24)	4.205.306	7.782.875	11.147.107	14.817.559	4.557.942	8.505.144	11.348.285	15.291.908
Outras despesas operacionais (Nota 25)	(10.617.443)	(19.730.344)	(11.374.206)	(19.499.707)	(9.865.911)	(18.162.269)	(11.358.136)	(19.490.908)
RESULTADO OPERACIONAL	6.782.207	14.970.731	10.367.868	14.285.600	7.794.869	16.925.740	10.520.191	14.543.150
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 26)	(2.614.553)	(3.361.586)	(389.513)	(596.668)	(2.614.553)	(3.361.586)	(389.513)	(596.668)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.167.654	11.609.145	9.978.355	13.688.932	5.180.316	13.564.154	10.130.678	13.946.482
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	(756.742)	(1.361.928)	(608.139)	170.778	(996.185)	(1.720.799)	(705.490)	(31.254)
Tributos correntes	(332.943)	(2.461.371)	738.069	(398.085)	(550.705)	(2.798.498)	640.683	(600.151)
Ativo fiscal diferido	(124.068)	603.021	(1.307.040)	877.485	(119.995)	607.031	(1.307.005)	877.519
Passivo fiscal diferido	(299.731)	496.422	(39.168)	(308.622)	(325.485)	470.668	(39.168)	(308.622)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(482.613)	(1.486.261)	(1.010.613)	(1.426.309)	(483.824)	(1.488.024)	(1.011.471)	(1.427.167)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.928.299	8.760.956	8.359.603	12.433.401	3.700.307	10.355.331	8.413.717	12.488.061

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	INDIVIDUAL		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL			
			RESERVA DE LUCROS							
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS						
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Nota 3(n))	24.837.171	379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)	(770.696)	26.409.248			
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(2.387.223)		(2.387.223)			
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948		(1.401.264)	(3.391.684)			-			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		(6.143)					(6.143)			
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(16.014)	(16.014)			
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(20.607)				14.993	(5.614)			
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS						75	75			
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						12.433.401	12.433.401			
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			623.073			(623.073)				
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				562.905		(562.905)				
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				8.455.902		(8.455.902)				
Juros sobre o capital próprio propostos						(2.294.881)	(2.294.881)			
Dividendos propostos						(523.752)	(523.752)			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Nota 3(n))	29.630.119	352.348	2.024.337	11.899.305	(9.498.258)	(798.754)	33.609.097			
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					334.044		334.044			
AUMENTO DE CAPITAL	562.905					(562.905)				
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		10.082					10.082			
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(8.905)	(8.905)			
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(24.533)				24.533				
AJUSTE DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO		(1.532)					(1.532)			
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS						(949)	(949)			
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NE 3(n))						55.556	55.556			
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						8.760.956	8.760.956			
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			438.048			(438.048)				
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				(5.604)		5.604				
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				5.277.816		(5.277.816)				
Juros sobre o capital próprio propostos						(1.740.942)	(1.740.942)			
Dividendos propostos						(18.330)	(18.330)			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.193.024	336.365	2.462.385	17.171.517	(9.164.214)	0	40.999.077			

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Nota 3(n))	24.837.171	364.105	3.006.218	6.520.858	(8.439.954)	2.612.740	28.901.138
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(1.058.304)		(1.058.304)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948		(1.401.264)	(3.391.684)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		(6.143)					(6.143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(11.198)	(11.198)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(5.614)					(5.614)
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NE 3(n))						(770.696)	(770.696)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS						75	75
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						8.359.603	8.359.603
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			419.383			(419.383)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				314.229		(314.229)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				8.455.902		(8.455.902)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(1.276.012)	(1.276.012)
Dividendos propostos						(523.752)	(523.752)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Nota 3(n))	29.630.119	352.348	2.024.337	11.899.305	(9.498.258)	(798.754)	33.609.097

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	29.630.119	345.933	2.315.970	12.157.130	(8.290.875)	3.222.873	39.381.150
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(873.339)		(873.339)
AUMENTO DE CAPITAL	562.905					(562.905)	
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		4.802					4.802
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(3.371)	(3.371)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(12.838)					12.838
AJUSTE DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO		(1.532)					(1.532)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						2.928.299	2.928.299
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			146.415			(146.415)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				(263.429)		263.429	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				5.277.816		(5.277.816)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(433.889)	(433.889)
Dividendos propostos						(3.043)	(3.043)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.193.024	336.365	2.462.385	17.171.517	(9.164.214)	0	40.999.077

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Nota 3(n))	24.837.171	36.453.645	379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)	(770.696)	62.862.893
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL								
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948			(1.401.264)	(3.391.684)			(2.387.223)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			(6.143)					(6.143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(16.013)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(20.607)					14.993
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS								(5.614)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD								75
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								522.057
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)								(623.073)
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)								(562.905)
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)								(8.455.902)
Juros sobre o capital próprio propostos								(2.294.881)
Dividendos propostos								(523.752)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(54.661)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Nota 3(n))	29.630.119	36.975.702	352.348	2.024.337	11.899.305	(9.498.258)	(798.754)	70.584.799
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL								
AUMENTO DE CAPITAL	562.905							334.044
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			10.082					(562.905)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								10.082
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(24.533)					(8.907)
AJUSTE DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO			(1.532)					24.533
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS								(1.532)
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NE 3(n))								(949)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD								55.556
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.266.916
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)								10.355.331
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)								10.355.331
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)								(438.048)
Juros sobre o capital próprio propostos								5.604
Dividendos propostos								(5.277.816)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(1.740.942)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.193.024	40.242.618	336.365	2.462.385	17.171.517	(9.164.214)	0	81.241.695

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Nota 3(n))	24.837.171	36.975.702	364.105	3.006.218	6.520.858	(8.439.954)	2.612.740	65.876.840
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.058.304)		(1.058.304)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948							
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			(6.143)					(6.143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(11.197)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(5.614)					(5.614)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS							75	75
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NE 3(n))							(770.696)	(770.696)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							8.413.717	8.413.717
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)							(419.383)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)							(314.229)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)							(8.455.902)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(1.276.012)	
Dividendos propostos							(523.752)	
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(54.115)	
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	29.630.119	36.975.702	352.348	2.024.337	11.899.305	(9.498.258)	(798.754)	70.584.799

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	29.630.119	40.242.618	345.933	2.315.970	12.157.130	(8.290.875)	3.222.873	79.623.768
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(873.339)		(873.339)
AUMENTO DE CAPITAL	562.905						(562.905)	
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			4.802					4.802
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(3.373)	(3.373)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(12.838)				12.838	
AJUSTE DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO			(1.532)					(1.532)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							3.700.307	3.700.307
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)							(146.415)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)							263.429	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)							(5.277.816)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(433.889)	
Dividendos propostos							(3.043)	
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(772.006)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.193.024	40.242.618	336.365	2.462.385	17.171.517	(9.164.214)	0	81.241.695

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Individual				Consolidado			
	2018		2017 (Nota 3(n))		2018		2017 (Nota 3(n))	
	2º semestre	Exercício						
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	13.633.677	28.860.216	23.820.296	37.371.049	13.694.878	28.833.782	23.893.695	37.432.901
Lucro Líquido	2.928.299	8.760.956	8.359.603	12.433.401	3.700.307	10.355.331	8.413.717	12.488.061
Ajustes ao Lucro Líquido:								
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	10.705.378	20.099.260	15.460.693	24.937.648	9.994.571	18.478.451	15.479.978	24.944.840
(Ganho)/Perda em Investimentos	(872.806)	(1.440.760)	(282.667)	(2.482.572)	(872.806)	(1.440.760)	(282.667)	(2.482.572)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	672.895	1.632.025	187.400	712.078	264.608	898.958	100.114	413.718
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	358	444	1.133	1.123	358	444	1.133	1.123
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa	86.500	192.994	143.080	202.850	86.500	192.994	143.079	202.849
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	7.848.679	14.926.110	9.009.603	19.256.576	7.848.679	14.926.110	9.009.603	19.256.576
Depreciações e Amortizações	864.800	1.898.718	1.276.708	2.393.729	864.800	1.898.718	1.276.708	2.393.729
Impostos Diferidos	912.036	1.802.776	948.018	1.857.032	912.036	1.802.776	948.018	1.857.032
Despesas com provisões para causas judiciais	369.190	(1.154.052)	1.346.208	(568.863)	445.480	(1.077.699)	1.346.173	(568.897)
Resultado da Participação em Coligadas	525.683	1.290.614	891.219	1.366.916	525.683	1.290.614	891.219	1.366.916
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	1.377.099	2.963.313	2.569.381	3.339.282	605.092	1.368.939	2.515.266	3.284.621
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(8.649.452)	23.087.590	(16.665.743)	(35.857.327)	(9.245.841)	22.384.814	(16.881.259)	(36.006.344)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.136.217	(8.952.897)	1.599.444	3.679.920	3.136.217	(8.952.897)	1.599.444	3.679.920
(Aumento) Redução em TVM para negociação	5.082.455	18.639.054	8.778.696	1.753.151	4.618.127	18.174.726	8.513.364	1.487.819
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	2.581.108	26.516.845	1.059.540	(7.032.034)	2.581.108	26.516.845	1.059.540	(7.032.034)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	6.998.648	7.179.980	384.391	(297.481)	6.998.648	7.179.980	384.391	(297.481)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	610.415	(7.262)	732.883	120.492	610.415	(7.262)	732.883	120.492
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(5.482.372)	(4.035.336)	1.117.940	(15.998.724)	(5.482.372)	(4.035.336)	1.117.940	(15.998.724)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.373.552)	2.378.111	(2.254.957)	(3.747.401)	(1.681.124)	2.022.924	(2.200.988)	(3.640.281)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(99.311)	(1.066.477)	(1.875.964)	(3.306.794)	(99.230)	(1.066.517)	(1.875.963)	(3.306.793)
(Redução) Aumento em Depósitos	10.011.480	14.408.002	(21.814.276)	(5.978.356)	10.215.760	14.512.618	(21.806.718)	(5.964.948)
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	7.951.079	9.549.531	2.511.539	(10.882.347)	7.951.079	9.685.667	2.499.822	(10.900.731)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(34.367.673)	(57.693.844)	(17.108.962)	(25.884.244)	(34.367.673)	(57.693.844)	(17.108.962)	(25.884.244)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(122.859)	(249.929)	(375.203)	(441.600)	(122.859)	(249.929)	(375.203)	(441.600)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	12.517.685	28.826.092	14.766.824	27.311.256	12.517.685	28.826.092	14.766.824	27.311.256
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(17.350.077)	(15.388.375)	(4.727.733)	3.701.598	(17.378.927)	(15.512.348)	(4.727.728)	3.715.768
Imposto de renda e contribuição social pagos	1.257.305	2.984.095	540.095	1.145.237	1.257.305	2.984.095	540.095	1.145.237
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.984.225	51.947.806	7.154.553	1.513.722	4.449.037	51.218.596	7.012.436	1.426.557
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS								
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(27.580.987)	(28.585.967)	(11.217.321)	(16.673.381)	(27.068.761)	(27.856.697)	(11.075.181)	(16.586.194)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	2.280.884	(207.329)	(869.328)	8.402.672	2.280.884	(207.329)	(869.328)	8.402.672
Alienação de Imobilizado de Uso	39.351	64.365	56.882	60.435	39.351	64.365	56.882	60.435
Aquisição de Imobilizado de Uso	(501.106)	(832.417)	(517.212)	(661.553)	(501.157)	(832.468)	(517.212)	(661.553)
Alienação de Intangível	65.334	67.124	183.107	479.758	65.334	67.124	183.106	479.757
Aquisição de Intangível	(171.258)	(299.208)	(843.695)	(1.061.957)	(171.258)	(299.208)	(843.695)	(1.061.957)
CAIXA LÍQUIDO APPLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(25.867.782)	(29.793.432)	(13.207.567)	(9.454.026)	(25.355.607)	(29.064.213)	(13.065.428)	(9.366.840)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS								
Dividendos pagos antecipadamente			(73.130)	(73.130)			(73.130)	(73.130)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio pagos		(2.804.317)				(2.804.317)		
Remuneração IHCD pago		(55.355)		(460.780)		(55.355)		(460.780)
CAIXA LÍQUIDO APPLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.859.672)	(73.130)	(533.910)		(2.859.672)	(73.130)	(533.910)	
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(20.883.557)	19.294.702	(6.126.144)	(8.474.214)	(20.906.570)	19.294.711	(6.126.122)	(8.474.193)
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do período	182.541.179	142.362.920	148.489.064	150.837.134	182.564.223	142.362.942	148.489.064	150.837.135
Caixa e Equivalentes no fim do período	161.657.622	161.657.622	142.362.920	142.362.920	161.657.653	161.657.653	142.362.942	142.362.942
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(20.883.557)	19.294.702	(6.126.144)	(8.474.214)	(20.906.570)	19.294.711	(6.126.122)	(8.474.193)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Individual								Consolidado							
	2018				2017 (Nota 3(n))				2018				2017 (Nota 3(n))			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R\$	%	R\$	%												
1. RECEITAS	63.040.097		127.678.288		76.968.758		153.367.846		63.755.777		128.784.233		77.195.191		153.880.365	
Intermediação financeira	55.502.630		111.363.781		62.409.214		133.362.447		55.835.651		111.717.435		62.434.470		133.400.619	
Prestação de serviços com tarifas	13.795.393		26.819.328		12.811.553		25.041.084		13.825.416		26.849.350		12.811.552		25.041.082	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(7.848.679)		(14.926.110)		(9.009.603)		(19.256.576)		(7.848.679)		(14.926.110)		(9.009.603)		(19.256.576)	
Outras	1.590.753		4.421.289		10.757.594		14.220.891		1.943.389		5.143.558		10.958.772		14.695.240	
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	29.837.678		60.823.668		37.041.734		83.128.014		29.804.935		60.754.873		36.910.956		82.934.728	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	15.275.062		28.394.727		15.855.778		28.079.652		14.539.812		26.847.910		15.849.546		28.083.128	
Materiais, energia e outros	1.318.429		2.588.064		1.305.681		2.529.488		1.321.111		2.591.679		1.306.691		2.531.490	
Processamento de dados e comunicações	1.161.607		2.135.371		1.043.480		2.057.550		1.161.607		2.135.371		1.043.480		2.057.550	
Propaganda, publicidade e promoções	468.987		662.523		442.088		668.412		468.987		662.523		442.088		668.412	
Serviços de terceiros e especializados	1.258.698		2.389.666		1.227.650		2.421.655		1.272.251		2.407.242		1.236.451		2.431.876	
Serviços de vigilância e segurança	449.898		888.759		462.673		902.840		449.945		888.826		462.700		902.892	
Outras	10.617.443		19.730.344		11.374.206		19.499.707		9.865.911		18.162.269		11.358.136		19.490.908	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	809.553		1.447.751		1.149.436		2.248.077		809.553		1.447.751		1.149.436		2.248.077	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.751.405		3.217.137		1.339.332		2.561.296		1.751.405		3.217.137		1.339.332		2.561.296	
- Descontos de operações de crédito	282.652		704.838		281.497		596.756		282.652		704.838		281.497		596.756	
- Despesas com cartão de crédito/débito	536.967		1.030.344		491.157		922.094		536.967		1.030.344		491.157		922.094	
- Benefício pós-emprego	864.800		1.898.718		1.276.709		2.393.730		864.800		1.898.718		1.276.709		2.393.730	
- Provisões operacionais diversas	3.066.908		4.733.596		2.208.626		4.560.807		3.066.908		4.733.596		2.208.626		4.560.267	
- Demais	3.305.158		6.697.960		4.627.449		6.216.947		2.553.626		5.129.885		4.611.379		6.208.688	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	17.927.357		38.459.893		24.071.246		42.160.180		19.411.030		41.181.450		24.434.689		42.862.509	
5. RETENÇÕES	912.036		1.802.776		948.018		1.857.032		912.038		1.802.778		948.018		1.857.032	
Depreciação, amortização e exaustão	912.036		1.802.776		948.018		1.857.032		912.038		1.802.778		948.018		1.857.032	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	17.015.321		36.657.117		23.123.228		40.303.148		18.498.992		39.378.672		23.486.671		41.005.477	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.079.056		2.012.922		629.390		1.140.503		685.859		1.382.643		468.668		780.255	
Resultado de equivalência patrimonial	1.079.056		2.012.922		629.390		1.140.503		685.859		1.382.643		468.668		780.255	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	18.094.377		38.670.039		23.752.618		41.443.651		19.184.851		40.761.315		23.955.339		41.785.732	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	18.094.377	100,00	38.670.039	100,00	23.752.618	100,00	41.443.651	100,00	19.184.851	100,00	40.761.315	100,00	23.955.339	100,00	41.785.732	100,00
Pessoal	10.204.977	56,40	20.228.781	52,31	10.768.846	45,34	21.037.087	50,76	10.224.955	53,30	20.267.158	49,72	10.786.939	45,03	21.059.181	50,40
- Remuneração direta	7.582.318		15.236.133		8.311.548		16.185.803		7.598.933		15.266.727		8.326.925		16.204.955	
- Benefícios	2.134.297		4.054.146		1.990.689		3.918.370		2.136.997		4.060.285		1.992.405		3.920.086	
- FGTS	488.362		938.502		466.609		932.914		489.025		940.146		467.609		934.140	
Impostos, taxas e contribuições	4.221.674	23,33	8.198.652	21,20	3.872.400	16,30	6.452.963	15,57	4.520.116	23,56	8.656.525	21,24	4.002.914	16,71	6.718.290	16,08
- Federais	3.819.362		7.325.417		3.473.192		5.601.550		4.117.805		7.783.291		3.603.705		5.866.851	
- Estaduais	375		1.194		523		1.037		375		1.194		523		1.037	
- Municipais	401.937		872.041		398.685		850.376		401.936		872.040		398.686		850.402	
Remuneração de capitais de terceiros	739.427	4,09	1.481.650	3,83	751.769	3,16	1.520.200	3,67	739.473	3,85	1.482.301	3,64	751.769	3,14	1.520.200	3,64
- Aluguéis	739.427		1.481.650		751.769		1.520.200		739.473		1.482.301		751.769		1.520.200	
Remuneração de capitais próprios	433.889	2,40	1.740.942	4,50	1.276.012	5,37	2.294.881	5,54	1.205.897	6,29	3.335.317	8,18	1.330.127	5,55	2.349.542	5,62
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	433.889		1.740.942		1.276.012		2.294.881		433.889		1.740.942		1.276.012		2.294.881	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital											772.008		1.594.375		54.115	
Lucros retidos	2.494.410	13,79	7.020.014	18,15	7.083.591	29,82	10.138.520	24,46	2.494.410	13,00	7.020.014	17,22	7.083.590	29,57	10.138.519	24,26

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL	179
NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	181
NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	182
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	195
NOTA 5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	195
NOTA 6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	197
NOTA 7 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	212
NOTA 8 – CARTEIRA DE CRÉDITO	214
NOTA 9 – OUTROS CRÉDITOS	223
NOTA 10 – OUTROS VALORES E BENS	227
NOTA 11 – INVESTIMENTOS	228
NOTA 12 – IMOBILIZADO DE USO	230
NOTA 13 – INTANGÍVEL	232
NOTA 14 – DEPÓSITOS	233
NOTA 15 – CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	236
NOTA 16 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS	237
NOTA 17 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	239
NOTA 18 – OUTRAS OBRIGAÇÕES	240
NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	246
NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)	248
NOTA 21 – RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS	252
NOTA 22 – DESPESAS COM PESSOAL	253
NOTA 23 – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	254
NOTA 24 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	255
NOTA 25 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	256
NOTA 26 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL	258
NOTA 27 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS	259
NOTA 28 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	259
NOTA 29 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	264
NOTA 30 – PARTES RELACIONADAS	280
NOTA 31 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	288
NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES	289
NOTA 33 - EVENTOS SUBSEQUENTES	290

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal é uma instituição financeira com mais de 150 anos, constituída por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, seja como instituição financeira ou agente de políticas públicas e principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Instituição oferece aos seus clientes rede de atendimento de 54,9 mil pontos em todo o território nacional. São 4,2 mil agências e postos de atendimento, 29,2 mil máquinas nos postos e salas de autoatendimento, 8,5 mil correspondentes CAIXA Aqui, 13,0 mil unidades lotéricas e 8 unidades-caminhão. Além disso, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e a comodidade de seus clientes e, reforçando o seu compromisso com a inclusão bancária, conta com 3 agências-barco, levando desenvolvimento e cidadania às populações ribeirinhas. No exterior, opera por meio de escritório de representação nos Estados Unidos.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações das carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários, dos negócios com cartões de débito e crédito, da administração de fundos e carteiras de investimento e das atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da sua subsidiária CAIXA Seguridade S.A.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sêniors e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país e até dezembro arrecadaram R\$ 13,9 bilhões, dos quais R\$ 5,2 bilhões foram transferidos aos programas sociais do Governo Federal, nas áreas de segurança social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

Lidera o mercado de crédito habitacional com saldo da carteira de R\$ 444,7 bilhões, e atua como principal agente financeiro do programa Minha Casa Minha Vida.

A Caixa possui tradição e liderança no mercado de Poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira, em dezembro as 78,0 milhões de cadernetas mantidas na CAIXA atingiram saldo de R\$ 298,4 bilhões.

A Instituição proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do País nos segmentos de crédito destinados ao Saneamento e Infraestrutura, que alcançaram saldo de R\$ 84,3 bilhões em dezembro. Incentiva o desenvolvimento sustentável local e melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito rural que registrou, em dezembro, saldo de R\$ 7,5 bilhões.

Como principal parceiro do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribuiativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Bolsa Família que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além de operacionalizar o Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial, PIS e aposentadoria e pensões-INSS.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No quadro a seguir, é demonstrada a quantidade de benefícios pagos no período, bem como o montante repassado aos beneficiários dos programas:

Programa Social	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade milhares	Valor	Quantidade milhares	Valor
FGTS	35.877	107.542.786	160.930	166.904.878
Bolsa Família	158.821	29.169.488	153.755	27.773.061
Seguro Desemprego, Abono Salarial, PIS e outros benefícios voltados ao trabalhador	67.304	65.627.935	59.620	1.941.316
Total	262.002	202.340.209	374.305	196.619.255

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Programa de Integração Social (PIS), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, não gerando efeitos no balanço da CAIXA. Por conseguinte, a informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.

Principais Fundos e Programas Sociais:

Descrição	31/12/2018 (1)	31/12/2017
FGTS	524.296.266	489.114.370
PIS	18.256.079	31.240.929
FAR	37.582.065	39.844.589
FCVS	14.386.156	13.800.682
FDS	3.403.387	3.011.455
FGCN	49.166	50.440
FGHAB	2.124.039	1.868.767
FGS	2.651.244	1.901.419
Outros	23.683	25.252
Total	602.772.085	580.857.903

(1) Posição dos recursos em 30/11/2018 de acordo com o Balanço dos Fundos.

A CAIXA investe em projetos que visam estimular a prática desportiva e inclusão social de crianças e adolescentes através do esporte e das atividades artístico-culturais e patrocina várias modalidades como o Atletismo, Ginástica, Basquete, Futebol, esportes Olímpicos e Paralímpicos. Reforçando o seu compromisso em ser um banco para todos os brasileiros, promove a acessibilidade em LIBRAS em seus canais digitais e físicos, possuindo profissionais treinados para prestar esse tipo de atendimento inclusivo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis**a) Contexto**

As demonstrações contábeis individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração.

As demonstrações contábeis de 31/12/2018 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 26/03/2019 e pelo Conselho de Administração em 27/03/2019.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor de mercado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Instantânea e CAIXA Seguridade e foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Instantânea, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas nas Notas 11 e 30.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa a partir de 2015, em conexão com a operação “A Origem” e, a partir de 2017, em conexão com as operações “Cui Bono?”, “Sepsis” e “Patmos”, deflagradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, e os eventuais impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis da CAIXA, por parte de seus empregados, administradores e fornecedores e passou a colaborar ativamente com as autoridades públicas responsáveis por aquelas investigações.

Adicionalmente, em agosto de 2017, o Conselho de Administração da CAIXA decidiu contratar uma investigação independente, conduzida por escritório de advocacia com reconhecida capacidade na matéria e com apoio de outros especialistas externos e supervisionada por um Comitê Independente com a finalidade de garantir que os trabalhos fossem desenvolvidos sem quaisquer interferências indevidas.

A primeira fase da investigação independente gerou diversas recomendações que foram adotadas ou estão em processo de adoção pela CAIXA, com destaque para as alterações estatutárias aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 19/01/2018, que incluíram um novo processo para escolha e nomeação de Vice-presidentes bem como a inclusão de membros independentes no Conselho de Administração. Essa investigação independente não indicou, até o momento, a existência de qualquer evento capaz de gerar impacto material nas demonstrações contábeis.

Uma investigação independente está em andamento, sendo conduzida por escritório de advocacia com reconhecida capacidade na matéria e supervisionada pelo Comitê Independente. A CAIXA continuará acompanhando e apoiando os processos de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão e avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar providências adicionais.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa (aplicações interfinanceiras de liquidez) caracterizam-se por sua alta liquidez. Possuem prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, e são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado. São ajustados a valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta de “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. As valorizações ou desvalorizações a valor de mercado são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificados de outra categoria. São acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos para negociação são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

As perdas com títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, que não sejam consideradas temporárias, são reconhecidas no resultado do período como perdas realizadas.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de hedge (contábil ou financeiro), direcional, arbitragem ou obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor de mercado e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor de mercado com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros e impostos de passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como Hedge de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6.

(g) Determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor de mercado é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor de mercado de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas para prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/2008 as cessões de operações de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem registradas no ativo "Operações de crédito". Os recursos recebidos por meio de contratos de cessão são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em “Outros créditos – Diversos”, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/2018, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(k) Passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes, e aquelas classificadas como perdas remotas não requerem provisão e tampouco divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião da Diretoria Jurídica e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 28.

(l) Provisão para garantias financeiras prestadas

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(m) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.424/2015. As avaliações atuariais são semestrais.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 29.

(n) Reapresentação de saldos comparativos

As posições comparativas das Demonstrações Contábeis estão sendo reapresentadas com os ajustes dos valores apurados.

(n.1) FGTS

A CAIXA exerce a função de agente operador dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, assegurando uma garantia mínima de remuneração ao Fundo pela administração dos recursos. Em dezembro de 2018 a CAIXA realizou a revisão dos procedimentos contábeis acerca da mensuração e reconhecimento da rentabilidade mínima exigida, visando manter a eficácia de proteção das carteiras e assegurar o retorno requerido pelo Fundo.

Essa revisão culminou na alteração de procedimentos contábeis referentes à rentabilidade mínima classificando-a como “Instrumento Financeiro Derivativo”, pois na essência, a cláusula de remuneração mínima vincula tais partes por direitos e obrigações mútuas, nas quais estão presentes as características essenciais para a qualificação como um derivativo.

Por conseguinte, o referencial normativo quanto aos procedimentos contábeis foi alterado da Resolução CMN nº 4.512/16 para a Circular BACEN nº 3.082/02 que estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos.

(n.2) Intangível de Software

As posições patrimoniais de abertura do Balanço Patrimonial relativas a 31/12/2017 estão sendo reapresentadas nas Demonstrações Contábeis divulgadas a partir de 31/12/2018 em virtude de ajustes na baixa e amortização de intangível

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de software em atendimento aos requisitos do pronunciamento contábil “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

(n.3) Detalhamento dos ajustes de reapresentação nas demonstrações contábeis

Conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as retificações mencionadas nos itens acima foram aplicadas de forma retrospectiva, produzindo efeitos nas Demonstrações Contábeis comparativas, conforme apresentado a seguir:

- **Demonastração do Resultado**

Os resultados comparativos (individual e consolidado) relativos ao 2º semestre de 2016 e exercício de 2016, bem como os relativos ao 2º Semestre de 2017 e ao Exercício 2017 estão sendo reapresentadas em função das retificações descritas nos itens (n.1) e (n.2), conforme demonstrado a seguir:

2º semestre de 2016						
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	76.958.680	76.971.826	(729.964)	(729.964)	76.228.716	76.241.862
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.129.903)	(1.129.903)	(729.964)	(729.964)	(1.859.867)	(1.859.867)
Resultado bruto da intermediação financeira	13.059.384	13.138.545	(729.964)	(729.964)	12.329.420	12.408.581
Outras receitas/despesas operacionais	(9.870.265)	(9.878.934)	(69.826)	(69.826)	(9.940.091)	(9.948.760)
Outras despesas administrativas	(6.332.480)	(6.334.967)	(69.826)	(69.826)	(6.402.306)	(6.404.793)
Resultado operacional	3.189.119	3.259.611	(799.790)	(799.790)	2.389.329	2.459.821
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.030.496	3.100.988	(799.790)	(799.790)	2.230.706	2.301.198
Imposto de renda e contribuição social	(535.277)	(625.959)	17.411	17.411	(517.866)	(608.548)
Tributos correntes	(523.654)	(614.319)	14.475	14.475	(509.179)	(599.844)
Ativo fiscal diferido	480.859	480.842	2.936	2.936	483.795	483.778
Lucro líquido do período	1.710.519	1.689.148	(782.379)	(782.379)	928.140	906.769

Exercício 2016						
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	149.675.170	149.697.220	(729.964)	(729.964)	148.945.206	148.967.256
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(8.892.854)	(8.892.854)	(729.964)	(729.964)	(9.622.818)	(9.622.818)
Resultado bruto da intermediação financeira	19.554.613	24.101.170	(729.964)	(729.964)	18.824.649	23.371.206
Outras receitas/despesas operacionais	(16.120.994)	(20.066.458)	(69.826)	(69.826)	(16.190.820)	(20.136.284)
Outras despesas administrativas	(12.192.839)	(12.199.538)	(69.826)	(69.826)	(12.262.665)	(12.269.364)
Resultado operacional	3.433.619	4.034.712	(799.790)	(799.790)	2.633.829	3.234.922
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.160.848	3.761.941	(799.790)	(799.790)	2.361.058	2.962.151
Imposto de renda e contribuição social	1.715.066	1.549.447	17.411	17.411	1.732.477	1.566.858
Tributos correntes	(574.431)	(740.053)	14.475	14.475	(559.956)	(725.578)
Ativo fiscal diferido	1.519.912	1.519.915	2.936	2.936	1.522.848	1.522.851
Lucro líquido do período	3.702.365	4.136.658	(782.379)	(782.379)	2.919.986	3.354.279

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2º semestre de 2017						
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Outras receitas/despesas operacionais	(5.939.378)	(5.943.089)	(50.631)	(50.631)	(5.990.009)	(5.993.720)
Outras despesas administrativas	(6.130.728)	(6.140.566)	(50.631)	(50.631)	(6.181.359)	(6.191.197)
Resultado operacional	10.418.499	10.570.822	(50.631)	(50.631)	10.367.868	10.520.191
Resultado antes da tributação sobre o lucro	10.028.986	10.181.309	(50.631)	(50.631)	9.978.355	10.130.678
Imposto de renda e contribuição social	(630.710)	(728.061)	22.571	22.571	(608.139)	(705.490)
Tributos correntes	719.295	621.909	18.774	18.774	738.069	640.683
Ativo fiscal diferido	(1.310.837)	(1.310.802)	3.797	3.797	(1.307.040)	(1.307.005)
Lucro líquido do período	8.387.663	8.441.777	(28.060)	(28.060)	8.359.603	8.413.717

Exercício 2017						
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Outras receitas/despesas operacionais	(16.641.626)	(16.615.534)	(50.631)	(50.631)	(16.692.257)	(16.666.165)
Outras despesas administrativas	(11.906.546)	(11.918.821)	(50.631)	(50.631)	(11.957.177)	(11.969.452)
Resultado operacional	14.336.231	14.593.781	(50.631)	(50.631)	14.285.600	14.543.150
Resultado antes da tributação sobre o lucro	13.739.563	13.997.113	(50.631)	(50.631)	13.688.932	13.946.482
Imposto de renda e contribuição social	148.207	(53.825)	22.571	22.571	170.778	(31.254)
Tributos correntes	(416.859)	(618.925)	18.774	18.774	(398.085)	(600.151)
Ativo fiscal diferido	873.688	873.722	3.797	3.797	877.485	877.519
Lucro líquido do período	12.461.461	12.516.121	(28.060)	(28.060)	12.433.401	12.488.061

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

■ Balanço Patrimonial

As posições patrimoniais comparativas estão sendo reapresentadas em função das retificações descritas nos itens (n.1) e (n.2), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2016		31/12/2017		2016		2017		31/12/2016		31/12/2017	
	Conforme apresentado anteriormente	Conforme apresentado anteriormente	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Não Circulante	655.184.837	653.516.050	683.955.729	682.225.054	(40.732)	(40.732)	(28.058)	(28.058)	655.144.105	653.475.318	683.886.939	682.156.264
Realizável a longo prazo	641.437.543	641.437.543	670.404.216	670.404.216	29.094	29.094	22.573	22.573	641.466.637	641.466.637	670.455.883	670.455.883
Outros Créditos	42.433.528	42.433.528	49.060.139	49.060.139	29.094	29.094	22.573	22.573	42.462.622	42.462.622	49.111.806	49.111.806
Diversos (1)	42.461.465	42.461.465	49.070.794	49.070.794	29.094	29.094	22.573	22.573	42.490.559	42.490.559	49.122.461	49.122.461
Permanente	13.747.294	12.078.507	13.551.513	11.820.838	(69.826)	(69.826)	(50.631)	(50.631)	13.677.468	12.008.681	13.431.056	11.700.381
Intangível	3.484.859	3.484.859	3.214.899	3.214.899	(69.826)	(69.826)	(50.631)	(50.631)	3.415.033	3.415.033	3.094.442	3.094.442
Amortizações acumuladas (2)	(1.684.229)	(1.684.229)	(1.900.361)	(1.900.361)	(69.826)	(69.826)	(50.631)	(50.631)	(1.754.055)	(1.754.055)	(2.020.818)	(2.020.818)
Total do Ativo	1.256.172.165	1.255.451.751	1.261.478.797	1.260.767.575	(40.732)	(40.732)	(28.058)	(28.058)	1.256.131.433	1.255.411.019	1.261.410.007	1.260.698.785
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Não Circulante	558.790.758	521.429.525	547.280.079	509.410.217	729.964	729.964	-	-	559.520.722	522.159.489	548.010.043	510.140.181
Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	822.422	822.422	400.763	400.763	729.964	729.964	-	-	1.552.386	1.552.386	1.130.727	1.130.727
Patrimônio Líquido (Nota 19)	27.179.944	63.633.589	34.407.851	71.383.553	(770.696)	(770.696)	(28.058)	(28.058)	26.409.248	62.862.893	33.609.097	70.584.799
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	(770.696)	(770.696)	(28.058)	(28.058)	(770.696)	(770.696)	(798.754)	(798.754)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.256.172.165	1.255.451.751	1.261.478.797	1.260.767.575	(40.732)	(40.732)	(28.058)	(28.058)	1.256.131.433	1.255.411.019	1.261.410.007	1.260.698.785

(1) O ajuste de R\$ 22.573 em 2017 (R\$ 29.094 - 2016) reflete o impacto no crédito tributário do reconhecimento da despesa tributária referente a amortização do intangível;

(2) O montante de (R\$ 50.631) em 2017 ((R\$ 69.826) - 2016) reflete o ajuste na amortização do intangível (n.2);

(3) O montante de R\$ 729.964 em 2016 se refere ao reconhecimento de derivativo relativo ao FGTS (n.1);

(4) O valor ajustado em 31/12/2017 contempla os ajustes em 2016 e 2017.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

■ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

As posições patrimoniais da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 31/12/2016 (Patrimônio Líquido Individual R\$ 27.179.944 e Patrimônio Líquido Consolidado R\$ 63.633.589) estão sendo rerepresentadas nas Demonstrações Contábeis (Patrimônio Líquido Individual Ajustado R\$ 26.409.248 e Patrimônio Líquido Consolidado Ajustado R\$ 62.862.893).

O montante de R\$ 770 milhões de ajuste nas demonstrações individual e consolidada se refere ao reconhecimento em LPA de derivativo relativo ao FGTS (n.1) e aos ajustes na baixa e amortização de intangível de software (n.2).

As posições patrimoniais da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 31/12/2017 (Patrimônio Líquido Individual R\$ 34.407.851 e Patrimônio Líquido Consolidado R\$ 71.383.553) estão sendo rerepresentadas nas demonstrações contábeis (Patrimônio Líquido Individual Ajustado R\$ 33.609.097 e Patrimônio Líquido Consolidado Ajustado R\$ 70.584.799).

A variação em 31/12/2017 contempla, além dos ajustes apresentados da DMPL relativos a 31/12/2016, a variação de 28 milhões nas demonstrações individual e consolidada referente aos ajustes na baixa e amortização de intangível de software (n.2).

■ Demonstração dos Fluxos de Caixa

Descrição	2º semestre de 2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	13.181.462	13.255.658	(715.489)	(715.489)	12.465.973	12.540.169
Lucro Líquido	1.710.519	1.689.148	(782.379)	(782.379)	928.140	906.769
Ajustes ao Lucro Líquido:	11.470.943	11.566.510	66.890	66.890	11.537.833	11.633.400
Depreciações e Amortizações	917.951	917.951	69.826	69.826	987.777	987.777
Impostos Diferidos	11.623	11.640	(2.936)	(2.936)	8.687	8.704
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(2.283.364)	(2.500.989)	715.489	715.489	(1.567.875)	(1.785.500)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.895.056)	(1.965.031)	(14.475)	(14.475)	(1.909.531)	(1.979.506)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	180.573	180.573	729.964	729.964	910.537	910.537
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.898.098	10.754.669	-	-	10.898.098	10.754.669

Descrição	Exercício de 2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	28.278.649	29.100.272	(715.489)	(715.489)	27.563.160	28.384.783
Lucro Líquido	3.702.365	4.136.658	(782.379)	(782.379)	2.919.986	3.354.279
Ajustes ao Lucro Líquido:	24.576.284	24.963.614	66.890	66.890	24.643.174	25.030.504
Depreciações e Amortizações	1.800.932	1.800.932	69.826	69.826	1.870.758	1.870.758
Impostos Diferidos	(2.289.497)	(2.289.500)	(2.936)	(2.936)	(2.292.433)	(2.292.436)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(31.921.727)	(33.041.141)	715.489	715.489	(31.206.238)	(32.325.652)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.851.894)	(2.359.018)	(14.475)	(14.475)	(1.866.369)	(2.373.493)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	915.029	915.029	729.964	729.964	1.644.993	1.644.993
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.643.078)	(3.940.869)	-	-	(3.643.078)	(3.940.869)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2º semestre de 2017					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	23.788.932	23.863.328	18.774	18.774	23.807.706	23.882.102
Lucro Líquido	8.387.663	8.441.777	(28.060)	(28.060)	8.359.603	8.413.717
Ajustes ao Lucro Líquido:	15.401.269	15.421.551	46.834	46.834	15.448.103	15.468.385
Depreciações e Amortizações	897.387	897.387	50.631	50.631	948.018	948.018
Impostos Diferidos	1.350.005	1.349.970	(3.797)	(3.797)	1.346.208	1.346.173
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(16.537.756)	(16.488.937)	(18.774)	(18.774)	(16.556.530)	(16.507.711)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(2.236.183)	(2.182.213)	(18.774)	(18.774)	(2.254.957)	(2.200.987)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.265.865	7.389.080	-	-	7.265.865	7.389.080

Descrição	Exercício de 2017					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	37.354.374	37.416.227	18.774	18.774	37.373.148	37.435.001
Lucro Líquido	12.461.461	12.516.121	(28.060)	(28.060)	12.433.401	12.488.061
Ajustes ao Lucro Líquido:	24.892.913	24.900.106	46.834	46.834	24.939.747	24.946.940
Depreciações e Amortizações	1.806.401	1.806.401	50.631	50.631	1.857.032	1.857.032
Impostos Diferidos	(565.066)	(565.100)	(3.797)	(3.797)	(568.863)	(568.897)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(35.729.340)	(36.135.083)	(18.774)	(18.774)	(35.748.114)	(36.153.857)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(3.728.627)	(3.621.506)	(18.774)	(18.774)	(3.747.401)	(3.640.280)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.625.034	1.281.144	-	-	1.625.034	1.281.144

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

■ **Demonstração de Valor Adicionado**

As Demonstrações de Valor Adicionado – DVA comparativas (individuais e consolidadas) relativas ao 2º Semestre de 2016 e 2017 e aos Exercícios de 2016 e 2017 estão sendo reapresentados em função das retificações descritas nos itens (n.1) e (n.2), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º semestre de 2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
1. Receitas	82.534.126	82.771.093	(729.964)	(729.964)	81.804.162	82.041.129
2. Despesas da intermediação financeira	53.857.287	53.791.272	-	-	53.857.287	53.791.272
3. Insumos adquiridos de terceiros	11.428.727	11.484.651	-	-	11.428.727	11.484.651
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	17.248.112	17.495.170	(729.964)	(729.964)	16.518.148	16.765.206
5. Retenções	917.951	917.951	69.826	69.826	987.777	987.777
6. Valor adicionado líquido (4-5)	16.330.161	16.577.219	(799.790)	(799.790)	15.530.371	15.777.429
7. Valor adicionado recebido em transferência	315.594	168.320	-	-	315.594	168.320
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	16.645.755	16.745.539	(799.790)	(799.790)	15.845.965	15.945.749
9. Distribuição do valor adicionado	16.645.755	16.745.539	(799.790)	(799.790)	15.845.965	15.945.749
Impostos, taxas e contribuições	3.832.547	3.948.955	(17.411)	(17.411)	3.815.136	3.931.544
Lucros retidos	1.710.519	1.710.519	(782.379)	(782.379)	928.140	928.140

Descrição	Exercício de 2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
1. Receitas	163.437.374	159.020.258	(729.964)	(729.964)	162.707.410	158.290.294
2. Despesas da intermediação financeira	109.014.294	104.261.397	-	-	109.014.294	104.261.397
3. Insumos adquiridos de terceiros	23.948.384	23.331.937	-	-	23.948.384	23.331.937
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	30.474.696	31.426.924	(729.964)	(729.964)	29.744.732	30.696.960
5. Retenções	1.800.931	1.800.931	69.826	69.826	1.870.757	1.870.757
6. Valor adicionado líquido (4-5)	28.673.765	29.625.993	(799.790)	(799.790)	27.873.975	28.826.203
7. Valor adicionado recebido em transferência	740.517	443.605	-	-	740.517	443.605
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	29.414.282	30.069.598	(799.790)	(799.790)	28.614.492	29.269.808
9. Distribuição do valor adicionado	29.414.282	30.069.598	(799.790)	(799.790)	28.614.492	29.269.808
Impostos, taxas e contribuições	4.752.118	4.965.475	(17.411)	(17.411)	4.734.707	4.948.064
Lucros retidos	2.528.615	2.528.615	(782.379)	(782.379)	1.746.236	1.746.236

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2º semestre de 2017					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
1. Receitas	76.968.758	77.195.191	-	-	76.968.758	77.195.191
2. Despesas da intermediação financeira	37.041.734	36.910.956	-	-	37.041.734	36.910.956
3. Insumos adquiridos de terceiros	15.855.778	15.849.546	-	-	15.855.778	15.849.546
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	24.071.246	24.434.689	-	-	24.071.246	24.434.689
5. Retenções	897.387	897.387	50.631	50.631	948.018	948.018
6. Valor adicionado líquido (4-5)	23.173.859	23.537.302	(50.631)	(50.631)	23.123.228	23.486.671
7. Valor adicionado recebido em transferência	629.390	468.668	-	-	629.390	468.668
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	23.803.249	24.005.970	(50.631)	(50.631)	23.752.618	23.955.339
9. Distribuição do valor adicionado	23.803.249	24.005.970	(50.631)	(50.631)	23.752.618	23.955.339
Impostos, taxas e contribuições	3.894.971	4.025.485	(22.571)	(22.571)	3.872.400	4.002.914
Lucros retidos	7.111.651	7.111.650	(28.060)	(28.060)	7.083.591	7.083.590

Descrição	Exercício de 2017					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
1. Receitas	153.367.846	153.880.365	-	-	153.367.846	153.880.365
2. Despesas da intermediação financeira	83.128.014	82.934.728	-	-	83.128.014	82.934.728
3. Insumos adquiridos de terceiros	28.079.652	28.083.128	-	-	28.079.652	28.083.128
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	42.160.180	42.862.509	-	-	42.160.180	42.862.509
5. Retenções	1.806.401	1.806.401	50.631	50.631	1.857.032	1.857.032
6. Valor adicionado líquido (4-5)	40.353.779	41.056.108	(50.631)	(50.631)	40.303.148	41.005.477
7. Valor adicionado recebido em transferência	1.140.503	780.255	-	-	1.140.503	780.255
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	41.494.282	41.836.363	(50.631)	(50.631)	41.443.651	41.785.732
9. Distribuição do valor adicionado	41.494.282	41.836.363	(50.631)	(50.631)	41.443.651	41.785.732
Impostos, taxas e contribuições	6.475.534	6.740.861	(22.571)	(22.571)	6.452.963	6.718.290
Lucros retidos	10.166.580	10.166.579	(28.060)	(28.060)	10.138.520	10.138.519

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Os itens de Caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que em 31/12/2018 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 8.916.708 (R\$ 10.054.701 em 31/12/2017).

INDIVIDUAL			
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Total de disponibilidades (caixa)	9.272.424	11.451.832	
Disponibilidade em moeda nacional	8.916.677	10.054.679	
Disponibilidade em moeda estrangeira	355.747	1.397.153	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	152.385.198	130.911.088	
Total	161.657.622	142.362.920	

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Os títulos de renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com compromisso de recompra) são registrados no ativo, na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel.

Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra com compromisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação.

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de revenda e de compra).

(a) Composição e classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	118.667.522	-	-	118.667.522	92.345.976
Letras Financeiras do Tesouro	27.177.918	-	-	27.177.918	70.444.087
Letras do Tesouro Nacional	13.000	-	-	13.000	392.350
Notas do Tesouro Nacional	91.476.604	-	-	91.476.604	21.509.539
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	43.694.778	2.514.164	-	46.208.942	38.565.113
Letras do Tesouro Nacional	26.909.210	2.514.164	-	29.423.374	38.565.113
Notas do Tesouro Nacional	16.785.568	-	-	16.785.568	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.335.066	584.627	1.863.645	9.783.338	13.321.706
Depósitos Interfinanceiros	7.233.179	225.881	-	7.459.060	8.570.039
Depósitos Interfinanceiros - Crédito Rural	101.899	358.746	1.863.790	2.324.435	4.752.144
Provisão para Perdas em Depósitos Interfinanceiros	(12)	-	(145)	(157)	(477)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total - ativo circulante	169.697.366	3.098.791	1.863.645	174.659.802	144.232.795
---------------------------------	--------------------	------------------	------------------	--------------------	--------------------

(a.1) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações

Os saldos das aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e em Depósitos Interfinanceiros incluem acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações firmados entre a CAIXA e o Bancoob, Sicredi e Cresol conforme Resolução CMN nº 3.263/2005, nos montantes discriminados abaixo:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Letras Financeiras do Tesouro	135.144	273.670	
Bancoob	135.144	201.504	
Sicredi	-	72.166	
Depósitos Interfinanceiros	207.545	156.246	
Bancoob	-	85.416	
Sicredi	207.545	36.500	
Cresol	-	34.330	
Total	342.689	429.916	

(b) Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de Aplicações no Mercado Aberto	5.877.853	11.294.786	6.286.714	15.468.985
Posição bancada	2.541.527	5.586.892	3.181.753	6.732.730
Posição financiada	3.336.326	5.707.894	3.104.961	8.736.255
Resultado de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	300.207	639.549	497.249	1.222.787
Total	6.178.060	11.934.335	6.783.963	16.691.772

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. Seguindo as melhores práticas contábeis, o valor dos instrumentos financeiros deve ser com base no valor justo, que consiste no preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo estabeleceu-se uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo.

A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis:

Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1;

Nível 3 - são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo à medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precisar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo variam de acordo com a natureza dos ativos.

O valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial como disponibilidades, depósitos compulsórios no Banco Central, aplicações no mercado aberto e outros ativos financeiros se aproxima de seu valor justo.

Os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros são estimados, efetuando-se o desconto dos fluxos de caixa estimados com a adoção das taxas de juros do mercado.

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos para ativos financeiros mantidos para negociação (inclusive derivativos - ativos e passivos), ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas indicativas fornecidas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - Andima.

Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Os valores justos dos instrumentos derivativos do tipo swaps são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior, e podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco como commodities e índices de bolsas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	INDIVIDUAL			Instrumentos Financeiros Derivativos	31/12/2018	31/12/2017			
		Vinculados								
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central						
Títulos públicos	64.729.996	107.314.275	10.436.226	1.254.771	-	183.735.268	172.278.830			
Letras Financeiras do Tesouro	45.440.431	25.754.328	8.666.261	1.254.066	-	81.115.086	39.835.858			
Letras do Tesouro Nacional	3.959.246	68.073.192	1.766.611	705	-	73.799.754	97.987.021			
Notas do Tesouro Nacional	14.985.675	13.486.755	3.354	-	-	28.475.784	34.171.028			
Tesouro Nacional/Securitização	344.644	-	-	-	-	344.644	284.923			
Títulos – empresas	10.022.859	4.077.899	-	-	-	14.100.758	13.862.395			
Debêntures	1.482.840	1.435.218	-	-	-	2.918.058	4.596.011			
Cotas de Fundos	80.838	-	-	-	-	80.838	82.552			
Certificado de Recebíveis Imobiliários	900.202	2.642.681	-	-	-	3.542.883	3.486.702			
Ações	7.558.979	-	-	-	-	7.558.979	5.697.130			
Outros	-	-	-	-	1.231.458	1.231.458	997.212			
Total	74.752.855	111.392.174	10.436.226	1.254.771	1.231.458	199.067.484	187.138.437			

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Carteira Própria – Livre	CONSOLIDADO			Instrumentos Financeiros Derivativos	31/12/2018	31/12/2017
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central			
Títulos públicos	64.729.996	107.314.275	10.436.226	1.254.771	-	183.735.268	172.278.830
Letras Financeiras do Tesouro	45.440.431	25.754.328	8.666.261	1.254.066	-	81.115.086	39.835.858
Letras do Tesouro Nacional	3.959.246	68.073.192	1.766.611	705	-	73.799.754	97.987.021
Notas do Tesouro Nacional	14.985.675	13.486.755	3.354	-	-	28.475.784	34.171.028
Tesouro Nacional/Securitização	344.644	-	-	-	-	344.644	284.923
Títulos – empresas	10.754.640	4.077.899	-	-	-	14.832.539	14.859.119
Debêntures	1.482.840	1.435.218	-	-	-	2.918.058	4.596.011
Cotas de Fundos	812.619	-	-	-	-	812.619	350.075
Certificado de Recebíveis Imobiliários	900.202	2.642.681	-	-	-	3.542.883	3.486.702
Ações	7.558.979	-	-	-	-	7.558.979	6.426.331
Outros	-	-	-	-	1.231.458	1.231.458	997.212
Total	75.484.636	111.392.174	10.436.226	1.254.771	1.231.458	199.799.265	188.135.161

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Os títulos da categoria “I – Títulos para negociação” são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

O efeito no patrimônio líquido da marcação a mercado dos títulos “Disponíveis para venda” – posição individual – é de R\$ 806.545 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 233.203), líquido dos efeitos tributários. Na posição consolidada, o efeito é de R\$ 806.545 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 285.677), líquido dos efeitos tributários.

INDIVIDUAL										
Posição em 31/12/2018	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio. líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos públicos	182.424.784	1.214.858	95.626	183.735.268	187.969.403	-	3.722.717	5.088.931	13.911.685	161.011.935
Letras Financeiras do Tesouro	81.065.080	26.155	23.851	81.115.086	81.119.651	-	48.622	-	-	81.066.464
Letras do Tesouro Nacional	72.547.689	1.188.603	63.462	73.799.754	73.804.771	-	3.674.095	5.088.931	13.911.685	51.125.043
Notas do Tesouro Nacional	28.434.758	100	40.926	28.475.784	32.700.337	-	-	-	-	28.475.784
Tesouro Nacional/Securitização	377.257	-	(32.613)	344.644	344.644	-	-	-	-	344.644
Títulos – empresas	13.398.183	(8.344)	710.919	14.100.758	13.703.168	7.639.817	3.124	-	-	6.457.817
Debêntures	3.344.891	2.044	(428.877)	2.918.058	2.068.436	-	-	-	-	2.918.058
Cotas de Fundos	79.137	-	1.701	80.838	80.838	80.838	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3.384.112	-	158.771	3.542.883	3.994.915	-	3.124	-	-	3.539.759
Ações	6.590.043	(10.388)	979.324	7.558.979	7.558.979	7.558.979	-	-	-	-
Total – TVM	195.822.967	1.206.514	806.545	197.836.026	201.672.571	7.639.817	3.725.841	5.088.931	13.911.685	167.469.752
Para negociação	90.318.373	1.206.514	-	91.524.887	91.524.887	90.902	3.674.569	-	7.652.699	80.106.717
Disponíveis para venda	64.208.343	-	806.545	65.014.888	65.014.888	7.548.915	48.148	984.909	6.258.986	50.173.930
Mantidos até o vencimento	41.296.251	-	-	41.296.251	45.132.796	-	3.124	4.104.022	-	37.189.105
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.232.039	(581)	-	1.231.458	1.231.458	-	2.794	548.012	58.781	621.871
Total – TVM e Derivativos	197.055.006	1.205.933	806.545	199.067.484	202.904.029	7.639.817	3.728.635	5.636.943	13.970.466	168.091.623

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO										
Posição em 31/12/2018	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos públicos	182.424.784	1.214.858	95.626	183.735.268	187.969.403	-	3.722.717	5.088.931	13.911.685	161.011.935
Letras Financeiras do Tesouro	81.065.080	26.155	23.851	81.115.086	81.119.651	-	48.622	-	-	81.066.464
Letras do Tesouro Nacional	72.547.689	1.188.603	63.462	73.799.754	73.804.771	-	3.674.095	5.088.931	13.911.685	51.125.043
Notas do Tesouro Nacional	28.434.758	100	40.926	28.475.784	32.700.337	-	-	-	-	28.475.784
Tesouro Nacional/Securitização	377.257	-	(32.613)	344.644	344.644	-	-	-	-	344.644
Títulos – empresas	14.129.964	(8.344)	710.919	14.832.539	14.434.949	8.371.598	3.124	-	-	6.457.817
Debêntures	3.344.891	2.044	(428.877)	2.918.058	2.068.436	-	-	-	-	2.918.058
Cotas de Fundos	810.918	-	1.701	812.619	812.619	812.619	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3.384.112	-	158.771	3.542.883	3.994.915	-	3.124	-	-	3.539.759
Ações	6.590.043	(10.388)	979.324	7.558.979	7.558.979	7.558.979	-	-	-	-
Total – TVM	196.554.748	1.206.514	806.545	198.567.807	202.404.352	8.371.598	3.725.841	5.088.931	13.911.685	167.469.752
Para negociação	91.048.033	1.206.514	-	92.254.547	92.254.547	820.562	3.674.569	-	7.652.699	80.106.717
Disponíveis para venda	64.210.464	-	806.545	65.017.009	65.017.009	7.551.036	48.148	984.909	6.258.986	50.173.930
Mantidos até o vencimento	41.296.251	-	-	41.296.251	45.132.796	-	3.124	4.104.022	-	37.189.105
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.232.039	(581)	-	1.231.458	1.231.458	-	2.794	548.012	58.781	621.871
Total – TVM e Derivativos	197.786.787	1.205.933	806.545	199.799.265	203.635.810	8.371.598	3.728.635	5.636.943	13.970.466	168.091.623

(c) Classificação da carteira por categoria e por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo, onde está classificada a maior parte dos Títulos do Governo Brasileiro, as ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Os ativos com baixa ou nenhuma liquidez são classificados como nível 2 da hierarquia de valor justo visto que o cálculo do preço de mercado é feito com base na metodologia de fluxo de caixa descontado por uma taxa livre de risco observada no mercado.

Para cotas de fundos de investimento são utilizados os valores da cota calculados pelo administrador do fundo como sendo o valor justo.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Os papéis que compõem a carteira de TVM – Título para negociação não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 corresponde ao custo de aquisição do título.

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o resultado da instituição.

Descrição	INDIVIDUAL										
	31/12/2018							31/12/2017			
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	-	3.674.569	-	7.652.699	79.800.975	89.913.385	1.214.858	91.128.243	106.098.596	2.384.756	108.483.352
Letras Financeiras do Tesouro	-	474	-	-	30.113.376	30.087.695	26.155	30.113.850	24.818.073	39.203	24.857.276
Letras do Tesouro Nacional	-	3.674.095	-	7.652.699	49.676.607	59.814.798	1.188.603	61.003.401	78.394.500	2.316.936	80.711.436
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	10.992	10.892	100	10.992	2.886.023	28.617	2.914.640
Títulos – empresas	90.902	-	-	-	305.742	404.988	(8.344)	396.644	494.656	(20.581)	474.075
Debêntures	-	-	-	-	305.742	303.698	2.044	305.742	385.318	(22.687)	362.631
Cotas de Fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	125	6	131
Ações	90.902	-	-	-	-	101.290	(10.388)	90.902	109.213	2.100	111.313
Total	90.902	3.674.569	-	7.652.699	80.106.717	90.318.373	1.206.514	91.524.887	106.593.252	2.364.175	108.957.427

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2018								31/12/2017		
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	-	3.674.569	-	7.652.699	79.800.975	89.913.385	1.214.858	91.128.243	106.098.596	2.384.756	108.483.352
Letras Financeiras do Tesouro	-	474	-	-	30.113.376	30.087.695	26.155	30.113.850	24.818.073	39.203	24.857.276
Letras do Tesouro Nacional	-	3.674.095	-	7.652.699	49.676.607	59.814.798	1.188.603	61.003.401	78.394.500	2.316.936	80.711.436
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	10.992	10.892	100	10.992	2.886.023	28.617	2.914.640
Títulos – empresas	820.562	-	-	-	305.742	1.134.648	(8.344)	1.126.304	759.988	(20.581)	739.407
Debêntures	-	-	-	-	305.742	303.698	2.044	305.742	385.318	(22.687)	362.631
Cotas de Fundos	729.660	-	-	-	-	729.660	-	729.660	265.332	-	265.332
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	125	6	131
Ações	90.902	-	-	-	-	101.290	(10.388)	90.902	109.213	2.100	111.313
Total	820.562	3.674.569	-	7.652.699	80.106.717	91.048.033	1.206.514	92.254.547	106.858.584	2.364.175	109.222.759

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

As ações classificadas na Categoria II são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 inclui uma perda no valor recuperável destes títulos de R\$ 308.106.

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM Disponíveis para venda não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 corresponde ao custo de aquisição do título.

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o patrimônio líquido da instituição.

Descrição	INDIVIDUAL										
	Sem vencimento	31/12/2018							31/12/2017		
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	48.148	984.909	6.258.986	47.066.641	54.263.058	95.626	54.358.684	24.705.498	268.029	24.973.527
Letras Financeiras do Tesouro	-	48.148	-	-	44.142.019	44.166.316	23.851	44.190.167	8.558.151	22.810	8.580.961
Letras do Tesouro Nacional	-	-	984.909	6.258.986	1.448.436	8.628.869	63.462	8.692.331	11.699.517	221.062	11.920.579
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.131.542	1.090.616	40.926	1.131.542	4.133.402	53.662	4.187.064
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	344.644	377.257	(32.613)	344.644	314.428	(29.505)	284.923
Títulos – empresas	7.548.915	-	-	-	3.107.289	9.945.285	710.919	10.656.204	13.099.017	(1.977.668)	11.121.349
Debêntures	-	-	-	-	1.679.017	2.107.894	(428.877)	1.679.017	4.698.936	(616.760)	4.082.176
Cotas de Fundos	80.838	-	-	-	-	79.137	1.701	80.838	82.552	-	82.552
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.428.272	1.269.501	158.771	1.428.272	1.297.227	73.577	1.370.804
Ações	7.468.077	-	-	-	-	6.488.753	979.324	7.468.077	7.020.302	(1.434.485)	5.585.817
Total	7.548.915	48.148	984.909	6.258.986	50.173.930	64.208.343	806.545	65.014.888	37.804.515	(1.709.639)	36.094.876

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CONSOLIDADO										
	31/12/2018								31/12/2017		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	48.148	984.909	6.258.986	47.066.641	54.263.058	95.626	54.358.684	24.705.498	268.029	24.973.527
Letras Financeiras do Tesouro	-	48.148	-	-	44.142.019	44.166.316	23.851	44.190.167	8.558.151	22.810	8.580.961
Letras do Tesouro Nacional	-	-	984.909	6.258.986	1.448.436	8.628.869	63.462	8.692.331	11.699.517	221.062	11.920.579
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.131.542	1.090.616	40.926	1.131.542	4.133.402	53.662	4.187.064
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	344.644	377.257	(32.613)	344.644	314.428	(29.505)	284.923
Títulos – empresas	7.551.036	-	-	-	3.107.289	9.947.406	710.919	10.658.325	13.167.033	(1.314.292)	11.852.741
Debêntures	-	-	-	-	1.679.017	2.107.894	(428.877)	1.679.017	4.698.936	(616.760)	4.082.176
Cotas de Fundos	82.959	-	-	-	-	81.258	1.701	82.959	84.743	-	84.743
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.428.272	1.269.501	158.771	1.428.272	1.297.227	73.577	1.370.804
Ações	7.468.077	-	-	-	-	6.488.753	979.324	7.468.077	7.086.127	(771.109)	6.315.018
Total	7.551.036	48.148	984.909	6.258.986	50.173.930	64.210.464	806.545	65.017.009	37.872.531	(1.046.263)	36.826.268

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

As debêntures classificadas na Categoria III são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 inclui uma perda no valor recuperável destes títulos de R\$ 1.411.441.

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM Mantidos até o vencimento não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 corresponde ao custo de aquisição do título.

Os títulos desta categoria foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no Resultado ou no Patrimônio Líquido.

Os ativos que estiverem nesta categoria sensibilizam o balanço da CAIXA apenas com o seu valor contábil atualizado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	31/12/2018					31/12/2017	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado
Títulos públicos	-	4.104.022	34.144.319	38.248.341	42.482.476	38.821.951	41.444.149
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	6.811.069	6.811.069	6.815.634	6.397.621	6.404.650
Letras do Tesouro Nacional	-	4.104.022	-	4.104.022	4.109.039	5.355.006	5.432.564
Notas do Tesouro Nacional	-	-	27.333.250	27.333.250	31.557.803	27.069.324	29.606.935
Títulos – empresas	3.124	-	3.044.786	3.047.910	2.650.320	2.266.971	2.554.497
Debêntures	-	-	933.299	933.299	83.677	151.204	8.173
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3.124	-	2.111.487	2.114.611	2.566.643	2.115.767	2.546.324
Total	3.124	4.104.022	37.189.105	41.296.251	45.132.796	41.088.922	43.998.646

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2018		2017		2018		2017	
	2º semestre	Exercício						
Ativos financeiros mantidos para negociação	4.702.152	7.735.997	5.991.935	13.081.011	4.717.984	7.751.829	5.992.571	13.087.416
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.090.141	2.218.144	1.622.793	2.677.392	1.407.330	2.555.966	1.647.413	2.709.159
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.813.474	3.783.577	1.840.948	4.146.715	1.813.474	3.783.577	1.840.948	4.146.715
Outros	3.121	(892)	(4.005)	7.218	3.121	(892)	(4.005)	7.218
Total	7.608.888	13.736.826	9.451.671	19.912.336	7.941.909	14.090.480	9.476.927	19.950.508

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumento derivativos:

1. Hedge de outros instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária;
2. Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à essa segunda estratégia é a variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Não há risco de mercado associado à primeira estratégia.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A Instituição gerencia o risco de mercado no contexto da carteira de negociação, objetivando controlar a exposição a esse risco, a perda esperada e o consumo de capital para cobrir esse risco.

Diariamente são apuradas a exposição líquida a risco de mercado, o VaR – *Value at Risk*, a concentração em fatores de risco, a estrutura a termo, a *duration* e a alocação de capital da carteira de negociação. Além disso, semanalmente são realizados testes de estresse.

A CAIXA possui uma estrutura de limites para esses indicadores, que são acompanhados diariamente e reportados à governança de riscos quando ocorre alguma extração.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos; os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrada pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

A CAIXA não possui instrumento derivativo que tenha ganhos ou perdas registrados em conta destacada do patrimônio líquido, fato que ocorre somente em estruturas de hedge *account* de fluxo de caixa.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger-se da exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do *swap*, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

O item Ajuste a valor de mercado dos Instrumentos de hedge consiste no ajuste acumulado dos contratos de *swap*.

Em setembro de 2018, para proteger o valor de mercado de uma fração dos contratos de crédito, a CAIXA negociou a compra de contratos de futuro de DI para implementação do Macro Hedge da carteira bancária.

A efetividade do hedge de operação de crédito está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/2002, que estabelece e consolida os critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
HEDGE CONTÁBIL										
Estruturas	31/12/2018				31/12/2017				Objeto de Hedge	
	Instrumentos de Hedge				Instrumentos de Hedge					
	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil		
Emissões externas	6.964.460	1.927.816	651.808	8.793.307	6.874.387	1.375.459	182.505	8.171.595		
Letras financeiras	824.160	681.587	198.368	1.510.498	845.660	543.295	183.497	1.392.658		
Total	7.788.620	2.609.403	850.176	10.303.805	7.720.047	1.918.754	366.002	9.564.253		

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
ESTRUTURA TEMPORAL					
Vencimento	31/12/2018			31/12/2017	
	Emissões Externas	Letras Financeiras		Emissões Externas	Letras Financeiras
2018	-	-		915.366	21.500
2019	5.478.271	10.150		4.690.521	10.150
2020	58.670	16.360		50.076	16.360
2021	56.599	25.000		48.309	25.000
2022	1.370.920	-		1.170.115	-
2023	-	562.000		-	562.000
2024	-	203.450		-	203.450
2025	-	7.200		-	7.200
Total	6.964.460	824.160	6.874.387	845.660	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	Valor Referencial					
	31/12/2018					31/12/2017
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contratos de futuros						
Compromissos de compra	4.887.094	3.997.238	5.321.303	4.861.388	19.067.023	-
Mercado interfinanceiro	4.887.094	3.997.238	5.321.303	4.861.388	19.067.023	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Compromissos de venda	287.433	18.706	3.866.593	47.740.030	51.912.762	83.110.386
Mercado interfinanceiro	13.993	18.706	3.866.593	47.740.030	51.639.322	84.400.204
Moeda estrangeira	273.440	-	-	-	273.440	(1.289.818)
Contratos de Swaps						
	56.574	2.883.901	1.217.412	1.594.328	5.752.215	6.732.293
Índices	5.800	-	4.350	814.010	824.160	845.660
Moeda estrangeira	50.774	2.883.901	1.213.062	780.318	4.928.055	5.886.633

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							31/12/2017 (Nota 3 (n))
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./ Patrim. Líquido)	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	
Posição Ativa								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	1.232.039	(581)	2.794	548.012	58.781	621.871	1.231.458	997.212
Índices/B3	85.795	112.573	802	-	414	197.152	198.368	183.497
Moeda estrangeira/Inst. financeiras	1.146.244	(113.154)	1.992	548.012	58.367	424.719	1.033.090	813.715
Posição Passiva								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	1.076.127	35.119	5.099	264.941	111.242	729.964	1.111.246	1.361.175
Moeda estrangeira/Inst. financeiras	346.163	35.119	5.099	264.941	111.242	-	381.282	631.211
Derivativo FGTS (1)	729.964	-	-	-	-	729.964	729.964	729.964

(1) Valor reapresentado em 2017 de acordo com a Nota explicativa 3 (n).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	192.751	361.893	674.956	426.848
Futuro	(1.646.256)	(1.642.721)	(1.757.884)	(3.184.802)
Total realizado	(1.453.505)	(1.280.828)	(1.082.928)	(2.757.954)

(j) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017
Títulos públicos	11.690.997	5.627.765
Letras Financeiras do Tesouro	9.920.327	2.104.276
Letras do Tesouro Nacional	1.767.316	3.520.492
Notas do Tesouro Nacional	3.354	2.997

Nota 7 – Relações interfinanceiras**(a) Créditos vinculados - depósitos no BACEN**

Compostos por recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	8.256.797	17.673.837
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 4,55% a.a.	59.443.622	67.249.183
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	32.473.546	39.471.354
Recursos do Crédito Rural	Não remunerado	-	2.296.436
Total		100.173.965	126.690.810

Para os depósitos realizados à partir de 04/05/2012, a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança é de TR + 6,17% a.a. (se a taxa Selic for superior a 8,5% a.a.) e de TR + 70% da taxa SELIC (se essa for inferior ou igual a 8,5% a.a.).

No 3º trimestre de 2018, houve devolução dos depósitos sobre operações de crédito rural recolhidos junto ao BACEN por deficiência de aplicação no ano-safra 2016/2017.

O recolhimento compulsório sobre depósito de poupança foi reduzido em 2018 de 21% para 20%, na modalidade rural, e de 24,5% para 20%, nas demais modalidades.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Créditos Vinculados - Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

Inclui os valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, que estão em processo de novação com aquele fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
FCVS a receber - líquido de provisão	28.271.531	27.813.191
FCVS a receber - não homologados	13.367.825	12.943.851
FCVS a receber - habilitados e homologados	19.443.391	18.574.087
Provisão FCVS a receber	(4.539.685)	(3.704.747)
FGTS a ressarcir	123.163	105.925
Total (líquido de provisão)	28.394.694	27.919.116

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

O saldo do item FCVS a receber – não homologados é composto por contratos em processo de habilitação na CAIXA, ainda não submetidos à homologação do FCVS, no montante de R\$ 1.062.333, e por contratos já habilitados pela CAIXA e em fase de análise por parte do FCVS para homologação, no montante R\$ 12.305.492.

Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de novação para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Houve aprovação de nova metodologia para o cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS, de acordo com as melhores práticas, com vistas a captar o risco vinculado ao recebimento dos ativos.

A metodologia, além de ter incorporado a possibilidade de sinistro para os contratos com negativa de cobertura, inseriu mais uma funcionalidade para o cálculo de provisão para os demais contratos com cobertura do FCVS, ou seja, o cálculo da provisão dos contratos classificados como: Não Habilitados, Habilitados Não Homologados, Homologados, Novado Não Baixado. A incorporação da nova funcionalidade permitiu a definição dos níveis de provisão de todas as operações cobertas pelo FCVS, independentemente da situação do crédito.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	2.444.863	5.129.124	3.635.781	8.856.850
Créditos vinculados ao SFH	985.394	1.792.903	675.708	1.748.227
Total	3.430.257	6.922.027	4.311.489	10.605.077

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2018	31/12/2017
Operações de crédito	356.799.464	75.510.095	103.554.495	80.832.666	29.268.327	9.478.670	8.417.700	2.791.550	17.352.622	684.005.589	695.150.457
Empréstimos e títulos descontados	11.721.968	22.069.225	54.167.203	16.455.250	7.403.012	2.421.402	1.156.668	1.272.120	9.828.299	126.495.147	144.709.484
Financiamentos	3.250.519	2.858.159	1.187.380	2.686.828	431.810	203.420	66.473	63.760	581.639	11.329.988	17.622.893
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.105.214	2.411.170	2.072.939	1.244.852	247.355	238.017	26.322	23.957	168.168	7.537.994	6.914.403
Financiamentos imobiliários	287.165.179	30.631.560	40.783.003	55.366.090	19.812.726	2.262.141	3.717.019	1.204.533	3.102.173	444.044.424	431.187.564
Financiamentos de infraestrutura	44.375.457	17.205.904	5.076.900	4.791.146	1.276.574	4.303.066	3.418.120	205.255	3.623.949	84.276.371	82.607.985
Cessão de créditos	9.181.127	334.077	267.070	288.500	96.850	50.624	33.098	21.925	48.394	10.321.665	12.108.128
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	1.122.575	5.530.756	1.545.073	1.424.747	228.402	372.480	53.595	33.154	202.819	10.513.601	11.125.067
Cartão de crédito	471.639	5.429.002	1.205.661	472.889	202.998	36.096	13.632	13.118	167.630	8.012.665	7.396.975
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	527.829	98.846	320.382	918.934	6.971	231.854	32.223	17.796	12.617	2.167.452	3.304.395
Créditos adquiridos (2)	85.949	-	-	27.837	-	98.511	-	-	-	212.297	328.186
Diversos	37.158	2.908	19.030	5.087	18.433	6.019	7.740	2.240	22.572	121.187	95.511
Total	357.922.039	81.040.851	105.099.568	82.257.413	29.496.729	9.851.150	8.471.295	2.824.704	17.555.441	694.519.190	706.275.524
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa (3)	(371.125)	(486.638)	(1.754.708)	(3.949.117)	(3.537.704)	(3.120.811)	(4.237.242)	(1.977.371)	(17.555.441)	(36.990.157)	(37.502.639)
Total líq. de provisões	357.550.914	80.554.213	103.344.860	78.308.296	25.959.025	6.730.339	4.234.053	847.333	-	657.529.033	668.772.885

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de “Outras Obrigações” (Nota 9 (d)).

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

(3) Inclui a provisão para outros créditos com características de crédito (Nota 9 (a)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2018	31/12/2017
Provisão regulamentar	-	(405.205)	(1.050.996)	(2.467.724)	(2.949.673)	(2.955.345)	(4.235.648)	(1.977.292)	(17.555.441)	(33.597.324)	(34.283.895)
Operações de crédito	-	(377.551)	(1.035.545)	(2.424.981)	(2.926.833)	(2.843.601)	(4.208.851)	(1.954.083)	(17.352.569)	(33.124.014)	(33.753.286)
Empréstimos e títulos descontados	-	(110.346)	(541.672)	(493.658)	(740.301)	(726.421)	(578.334)	(890.484)	(9.828.246)	(13.909.462)	(15.806.961)
Financiamentos	-	(14.291)	(11.874)	(80.605)	(43.181)	(61.026)	(33.237)	(44.632)	(581.638)	(870.484)	(1.694.126)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(12.056)	(20.729)	(37.346)	(24.736)	(71.405)	(13.161)	(16.770)	(168.168)	(364.371)	(274.205)
Financiamentos imobiliários	-	(153.158)	(407.830)	(1.660.983)	(1.981.273)	(678.642)	(1.858.510)	(843.173)	(3.102.173)	(10.685.742)	(9.933.454)
Financiamentos de infraestrutura (1)	-	(86.030)	(50.769)	(143.734)	(127.657)	(1.290.920)	(1.709.060)	(143.679)	(3.623.949)	(7.175.798)	(5.902.676)
Cessão de créditos	-	(1.670)	(2.671)	(8.655)	(9.685)	(15.187)	(16.549)	(15.345)	(48.395)	(118.157)	(141.864)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	(27.654)	(15.451)	(42.743)	(22.840)	(111.744)	(26.797)	(23.209)	(202.872)	(473.310)	(530.609)
Cartão de crédito	-	(27.145)	(12.057)	(14.187)	(20.300)	(10.829)	(6.816)	(9.183)	(167.683)	(268.200)	(234.807)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(494)	(3.204)	(27.568)	(697)	(69.556)	(16.111)	(12.884)	(12.617)	(143.131)	(225.164)
Créditos adquiridos	-	-	-	(835)	-	(29.553)	-	-	-	(30.388)	(26.875)
Diversos	-	(15)	(190)	(153)	(1.843)	(1.806)	(3.870)	(1.142)	(22.572)	(31.591)	(43.763)
Provisão complementar (2)	(371.125)	(81.433)	(703.712)	(1.481.393)	(588.031)	(165.466)	(1.594)	(79)	-	(3.392.833)	(3.218.744)
Operações de crédito	(367.924)	(79.801)	(686.773)	(1.452.154)	(570.012)	(163.302)	(646)	(79)	-	(3.320.691)	(3.162.155)
Empréstimos e títulos descontados	(11.951)	(22.376)	(418.692)	(351.266)	(337.030)	(118.803)	(630)	(79)	-	(1.260.827)	(1.612.945)
Financiamentos	(425)	(1.807)	(13.341)	(64.906)	(79.377)	(44.356)	(16)	-	-	(204.228)	(283.193)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(2.123)	(1.174)	(5.670)	(2.506)	(2.100)	(141)	-	-	-	(13.714)	(10.650)
Financiamentos imobiliários	(327.705)	(53.268)	(238.172)	(1.028.147)	(151.505)	(2)	-	-	-	(1.798.799)	(1.223.250)
Financiamentos de infraestrutura	(20.969)	(1.035)	(10.489)	(5.102)	-	-	-	-	-	(37.595)	(32.117)
Cessão de créditos	(4.751)	(141)	(409)	(227)	-	-	-	-	-	(5.528)	-
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(3.201)	(1.632)	(16.939)	(29.239)	(18.019)	(2.164)	(948)	-	-	(72.142)	(56.589)
Cartão de crédito	(3)	(121)	(883)	(2.735)	(3.819)	(1.634)	-	-	-	(9.195)	(11.406)
Adiantamento de contratos de câmbio	(1.057)	(215)	(1.568)	(13.098)	(335)	-	-	-	-	(16.273)	(16.964)
Créditos adquiridos	(238)	-	-	(1.099)	-	-	-	-	-	(1.337)	(628)
Diversos	(1.903)	(1.296)	(14.488)	(12.307)	(13.865)	(530)	(948)	-	-	(45.337)	(27.591)
Total Provisão	(371.125)	(486.638)	(1.754.708)	(3.949.117)	(3.537.704)	(3.120.811)	(4.237.242)	(1.977.371)	(17.555.441)	(36.990.157)	(37.502.639)

(1) A CAIXA realizou ajustes prudenciais com revisão de rating particularmente para três grandes exposições do segmento de infraestrutura, totalizando aumento na despesa de provisão de R\$ 1,15 bi. Os ajustes efetuados têm como objetivo manter os valores provisionados alinhados aos riscos identificados nas operações de crédito de tomadores e grupos econômicos com exposições relevantes.(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em curso normal

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										31/12/2018	31/12/2017
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas vincendas	357.780.283	80.759.176	94.395.663	57.370.564	17.236.252	6.705.237	6.580.829	942.703	7.550.582	629.321.289	635.066.543	
01 a 30 dias	4.148.157	5.685.485	2.732.278	2.071.867	655.921	263.816	147.331	87.462	363.002	16.155.319	17.209.557	
31 a 60 dias	4.225.910	3.165.693	2.496.735	1.278.607	492.841	239.393	139.687	29.995	243.372	12.312.233	13.987.055	
61 a 90 dias	3.919.017	2.372.055	1.989.263	1.120.564	448.853	231.391	136.226	27.335	204.562	10.449.266	11.894.040	
91 a 180 dias	11.775.721	6.615.712	6.640.733	3.985.381	1.254.546	922.130	396.672	74.901	557.398	32.223.194	33.866.211	
181 a 360 dias	22.523.649	8.401.430	11.128.951	5.404.242	1.820.661	862.422	731.693	115.846	698.869	51.687.763	55.810.310	
Acima de 360 dias	311.187.829	54.518.801	69.407.703	43.509.903	12.563.430	4.186.085	5.029.220	607.164	5.483.379	506.493.514	502.299.370	
Parcelas vencidas	141.756	281.675	187.856	165.712	65.364	10.523	4.027	11.291	170.023	1.038.227	976.735	
01 a 14 dias	71.558	251.819	108.739	101.122	41.701	7.182	2.649	10.602	14.072	609.444	738.412	
15 a 30 dias (1)	70.198	29.856	79.117	64.590	23.663	3.341	1.378	689	155.951	428.783	238.323	
Total	357.922.039	81.040.851	94.583.519	57.536.276	17.301.616	6.715.760	6.584.856	953.994	7.720.605	630.359.516	636.043.278	

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro.

A seguir, apresentamos a classificação dos clientes por níveis de risco em função dos períodos de atraso em relação aos vencimentos das operações contratadas. Esta classificação está em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Período de atraso	Prazo em dobro	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em curso anormal

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2018	31/12/2017
Parcelas vincendas	-	-	9.925.613	23.209.884	10.695.295	1.915.032	1.061.653	932.094	3.599.040	51.338.611	55.533.243
01 a 30 dias	-	-	162.344	299.684	143.711	46.456	18.586	18.588	193.590	882.959	1.010.595
31 a 60 dias	-	-	172.992	269.787	129.708	38.749	18.337	18.302	102.989	750.864	831.359
61 a 90 dias	-	-	141.086	249.157	124.900	36.170	17.353	17.532	93.497	679.695	762.836
91 a 180 dias	-	-	443.114	740.781	361.315	106.064	50.124	51.076	272.666	2.025.140	2.273.475
181 a 360 dias	-	-	802.326	1.375.245	660.429	190.408	92.071	93.858	394.187	3.608.524	4.116.385
Acima de 360 dias	-	-	8.203.751	20.275.230	9.275.232	1.497.185	865.182	732.738	2.542.111	43.391.429	46.538.593
Parcelas vencidas	-	-	590.436	1.511.253	1.499.818	1.220.358	824.786	938.616	6.235.796	12.821.063	14.699.003
01 a 30 dias	-	-	461.573	327.411	210.677	52.150	29.169	20.884	99.310	1.201.174	1.191.068
31 a 60 dias	-	-	128.825	554.079	180.173	75.136	51.349	20.534	126.392	1.136.488	1.685.251
61 a 90 dias	-	-	3	492.618	831.991	340.129	128.746	104.094	593.152	2.490.733	2.762.843
91 a 180 dias	-	-	2	137.119	276.796	550.822	402.835	536.760	1.367.911	3.272.245	3.344.736
181 a 360 dias	-	-	33	26	181	202.121	212.687	256.344	3.064.990	3.736.382	4.793.706
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	984.041	984.041	921.399
Total	-	-	10.516.049	24.721.137	12.195.113	3.135.390	1.886.439	1.870.710	9.834.836	64.159.674	70.232.246

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
		31/12/2018	31/12/2017
SETOR PÚBLICO		59.102.627	57.644.602
Administração direta		39.147.035	36.423.408
Administração indireta – petroquímico		6.814.032	6.825.569
Administração indireta – saneamento e infraestrutura		5.093.100	4.833.829
Administração indireta – outros		8.048.460	9.561.796
SETOR PRIVADO		635.416.563	648.630.922
PESSOA JURÍDICA		101.145.513	115.630.610
Energia elétrica		18.390.347	19.472.897
Construção civil		14.131.646	16.450.943
Comércio varejista		12.078.285	17.176.879
Siderurgia e metalurgia		8.260.674	9.190.287
Transporte		8.883.024	9.521.373
Saneamento e infraestrutura		7.245.894	6.787.591
Comércio atacadista		5.973.090	6.022.380
Outras indústrias		4.726.929	6.068.868
Saúde		4.499.335	4.698.340
Agronegócio e extrativismo		3.760.792	3.546.648
Alimentação		2.167.266	2.400.554
Têxtil		1.227.816	1.441.135
Serviços financeiros		1.221.616	1.438.153
Comunicação		1.008.129	1.130.138
Petroquímico		536.473	549.047
Serviços pessoais		176.383	239.282
Outros serviços		6.857.814	9.496.095
PESSOA FÍSICA		534.271.050	533.000.312
Total		694.519.190	706.275.524

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Receitas de operação de crédito

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	19.957.810	40.328.569	22.662.897	46.813.083
Financiamentos rurais e agroindustriais	232.630	446.855	276.407	538.408
Financiamentos imobiliários	16.017.040	31.757.285	16.528.606	34.179.812
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.297.193	6.408.255	3.351.876	6.977.153
Outros créditos	4.885	9.522	5.048	7.988
Total	39.509.558	78.950.486	42.824.834	88.516.444

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

(f.1) Rendas vinculadas a aquisição de carteiras de crédito

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CARTEIRAS ADQUIRIDAS COM COOBRIGAÇÃO				
Banco Cruzeiro do Sul	11.399	21.319	7.979	13.700
BMG	1.874	4.252	3.062	6.993
BMB	-	16	214	921
Bonsucesso	192	609	787	2.154
Daycoval	7.356	18.247	17.943	48.598
Total	20.821	44.443	29.985	72.366

(f.2) Despesas vinculadas a cessão de carteiras de crédito

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CARTEIRAS CEDIDAS COM COOBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	(435.666)	(903.829)	(526.207)	(1.174.129)
CARTEIRAS CEDIDAS SEM COOBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	(1.019)	(5.027)	(4.745)	(4.745)
Total	(436.685)	(908.856)	(530.952)	(1.178.874)

(g) Créditos Recuperados

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comercial	1.756.499	2.863.776	1.458.058	2.569.208
Habitação	1.003.235	1.492.273	615.963	1.144.302
Total	2.759.734	4.356.049	2.074.021	3.713.510

(h) Créditos Renegociados

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comercial	1.169.346	2.442.910	2.015.354	4.619.753
Habitação	14.501.589	26.912.532	14.286.047	27.014.057
Total	15.670.935	29.355.442	16.301.401	31.633.810

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(36.296.857)	(37.502.639)	(35.778.333)	(35.775.487)
Constituição de provisão no período	(11.751.477)	(21.246.605)	(14.579.165)	(28.668.093)
Reversão de provisão no período	3.902.798	6.320.495	5.569.562	9.411.517
Transferência para prejuízo	7.155.379	15.438.592	7.285.297	17.529.424
Saldo final	(36.990.157)	(36.990.157)	(37.502.639)	(37.502.639)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Concentração dos principais devedores

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		% 31/12/2018	31/12/2017	% 31/12/2017
	31/12/2018	31/12/2017			
Principal devedor	8.996.117	1.30	8.748.920	1,24	
10 maiores devedores	45.170.237	6,50	45.636.295	6,46	
20 maiores devedores	63.182.198	9,10	63.970.927	9,06	
50 maiores devedores	85.147.942	12,26	86.220.949	12,21	
100 maiores devedores	99.565.079	14,34	101.196.331	14,33	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos**(a) Composição**

INDIVIDUAL			
Descrição	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3 (n))	
Créditos por avais e fianças honrados	27.329	31.336	
Carteira de câmbio (Nota 9 (d))	2.381.808	3.549.748	
Rendas a receber (1)	2.242.495	2.275.189	
Dividendos e JCP a receber	98.970	282.523	
Convênios setor privado	123.867	124.844	
Convênios setor público	450.912	428.881	
Administração de fundos de investimento	141.103	43.447	
Administração de fundos e programas sociais	1.405.162	1.374.119	
Outras rendas a receber	22.481	21.375	
Negociação e intermediação de valores	2.234	813	
Créditos específicos (1)	1.061.581	1.001.150	
Diversos (Nota 9 (b)) (1)	76.506.888	76.846.546	
Provisão para outros créditos (2)	(545.452)	(587.198)	
Total	81.676.883	83.117.584	
Ativo circulante	26.614.706	34.005.778	
Ativo não circulante	55.062.177	49.111.806	

CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3 (n))	
Créditos por avais e fianças honrados	27.329	31.336	
Carteira de câmbio (Nota 9 (d))	2.381.808	3.549.748	
Rendas a receber (1)	2.488.743	2.294.687	
Dividendos e JCP a receber	296.513	260.067	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Convênios setor privado		123.867	124.844
Convênios setor público		450.912	428.881
Administração de fundos de investimento		141.103	43.447
Administração de fundos e programas sociais		1.405.162	1.374.119
Outras rendas a receber		71.186	63.329
Negociação e intermediação de valores		2.234	813
Créditos específicos (1)		1.061.581	1.001.150
Diversos (Nota 9 (b)) (1)		76.562.181	76.849.755
Provisão para outros créditos (2)		(545.452)	(587.198)
Total		81.978.424	83.140.291
Ativo circulante		26.916.247	34.028.485
Ativo não circulante		55.062.177	49.111.806

(1) Inclui os créditos da CAIXA junto à União (Nota 9 (c)) no valor de R\$ 1.687.530 em 31/12/2018 (R\$ 1.601.346 em 31/12/2017).

(2) A Provisão para outros créditos refere-se à provisão para as carteiras de cartão de crédito e de adiantamento de contratos de câmbio, que possuem característica de concessão de crédito (Nota 8 (b)).

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3 (n))	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3 (n))
Créditos tributários (Nota 20 (d))	39.756.231	40.114.415	39.760.360	40.114.535
Devedores por depósitos em garantia (Nota 28 (e))	17.667.075	16.654.094	17.667.075	16.654.094
Valores a receber – transações de pagamento	8.012.665	7.396.975	8.012.665	7.396.975
Prêmio em aquisição de carteiras	2.550.773	3.339.036	2.550.773	3.339.036
Impostos e contribuições a compensar	1.440.476	1.539.212	1.463.121	1.540.460
Valores a apropriar (1)	1.824.145	3.851.966	1.824.351	3.854.490
Seguros a receber	131.254	582.357	131.254	582.357
Valores a receber – royalties	618.266	611.962	618.266	611.962
Adiantamentos e antecipações salariais	440.362	207.291	440.362	207.291
Valores a receber – FND	539.434	517.425	539.434	517.425

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cartão de crédito (2)	1.961.599	502.050	1.961.599	502.050
Créditos adquiridos	212.297	328.186	212.297	328.186
Valores a receber - resgate de bônus	129.411	122.503	129.411	122.503
Valores a receber - correspondentes bancários	111.606	119.048	111.606	119.048
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	72.436	94.625	70.065	93.454
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	-	73.130	-	73.130
Outros devedores	1.038.858	792.271	1.069.542	792.759
Total	76.506.888	76.846.546	76.562.181	76.849.755
Ativo circulante	21.432.773	27.724.085	21.488.066	27.727.294
Ativo não circulante	55.074.115	49.122.461	55.074.115	49.122.461

(1) Os créditos classificados em “Valores a apropriar” representam os ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

(2) O item “Cartão de crédito” é composto por valores a receber sem característica de concessão de crédito referentes a transações com cartão de crédito.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Créditos da CAIXA junto à União

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Empréstimos concedidos (Voto CMN 162/95)	827.059	777.299	
BNH - incentivo aos beneficiários do SFH (DL 2.164/84)	262.072	247.656	
Fundo Nacional de Desenvolvimento - Cotas e Dividendos	539.434	517.425	
Outros haveres	58.965	58.965	
Total	1.687.530	1.601.346	

(d) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Ativo - outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	2.290.628	3.406.445	
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	25.767	69.648	
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	68.449	79.552	
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(3.036)	(5.897)	
Ativo circulante	2.381.808	3.549.748	
Passivo - outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	25.246	69.665	
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	2.136.666	3.304.549	
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(2.099.003)	(3.224.843)	
Passivo circulante (Nota 18 (a))	62.909	149.371	
Carteira líquida de câmbio	2.318.899	3.400.377	

(d.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira	102.067	402.352	24.356	50.313
Variações cambiais – outras	39.875	473.221	(33.707)	60.649
Operações de câmbio	66.609	180.919	99.551	211.444
Resultado de câmbio	208.551	1.056.492	90.200	322.406

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

A CAIXA promove periodicamente a avaliação dos bens não de uso próprio no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.566/2008.

Nessa carteira, que representa imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis CAIXA que eram de uso e foram desativados, identificou-se a necessidade de revisão da estimativa do valor recuperável. Para tanto, realizou novo estudo com a finalidade de atualizar a metodologia de cálculo do *impairment* e da provisão para esses imóveis, diante do crescimento do estoque e do comportamento das vendas nos 2 últimos anos.

Foram consideradas as variáveis relevantes que impactam essa carteira, sendo elas: o percentual do deságio em relação aos imóveis ocupados e desocupados, o tipo de financiamento, o levantamento de todos os custos incorridos durante o processo de retomada, denominados custos recuperáveis, bem como dos custos de manutenção dos imóveis em estoque até a sua venda, visando aderência às boas práticas relacionadas ao valor de recuperabilidade do ativo, além de eventual provisionamento de passivos existentes.

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. Em sua composição destaca-se o prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN no valor de R\$ 672.776 (31/12/2017 - R\$ 593.473).

(a) Composição

Os itens de Outros valores e bens são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Despesas antecipadas" que em 31/12/2018 apresenta o montante de R\$ 740.319 na demonstração consolidada.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens não de uso próprio		
Imóveis patrimoniais não de uso	2.528.514	1.743.706
Imóveis adjudicados/arrematados	8.973.518	6.160.193
Despesas antecipadas	740.279	611.036
Material de consumo	31.478	44.779
Provisões desvalorização de bens não de uso (1)	(3.113.143)	(272.551)
Total	9.160.646	8.287.163

(1) Variação em razão de revisão de metodologia de cálculo realizada pela CAIXA. A revisão se deu pelo aumento do estoque e pelo comportamento das vendas nos últimos anos. Para tanto, considerou-se o valor da avaliação, deduzidos os custos com vendas e, adicionados a essa equação, tendo por base o histórico de vendas, o percentual de deságio em relação aos imóveis ocupados e desocupados e o tipo de financiamento.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

(a) Composição do investimento e do resultado de equivalência patrimonial na demonstração contábil individual

Descrição	INDIVIDUAL						
	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial				
	31/12/2018	31/12/2017	2018		2017		
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	
CAIXAPAR	2.331.673	2.347.275	295.896	536.793	(6.486)	(156.659)	
CAIXA Seguridade S.A.	4.603.698	4.178.630	784.007	1.477.607	637.027	1.298.850	
Galgo Sistemas de Informações S.A.	1.147	1.285	(46)	(138)	(117)	(468)	
FGO – Fundo de Garantia de Operações	495.848	467.384	-	-	-	-	
FGBHAB – Fundo Garantidor Hab. Popular	265.210	265.210	-	-	-	-	
Outros Investimentos	10.103	11.442	(801)	(1.340)	(1.034)	(1.220)	
Total	7.707.679	7.271.226	1.079.056	2.012.922	629.390	1.140.503	

(a.1) Participações societárias da CAIXAPAR

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.546	112.732.358	39,87	32,83
Branes	2.200.010	-	2,00	2,00
FIP Veneza	171.667	-	-	75,00
Caixa Imóveis	1.887.839.025	-	49,98	49,98
Capgemini	63.764.544	-	20,70	19,11
Cibrasec	4.000	20	9,65	9,65
Caixa Crescer	55.632.415	8.000.000	49,00	52,36
Elo Serviços	62.779	926.278.144	0,01	36,89
TecBan	436.134.248	-	11,61	11,61
Quod	6.460.970	6.460.970	20,00	20,00
Caixa Cartões	200	-	100,00	100,00

(a.2) Participações societárias da CAIXA Seguridade

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Seguritária	100.000	-	100%	100%
Too Seguros (1)	166.211.447	-	49%	48,98%
PAN Corretora	149.940	-	49%	49%
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.823	-	48,21%	48,21%

(1) Refere-se à antiga PAN Seguros

(b) Composição dos investimentos e do resultado de equivalência patrimonial na demonstração contábil consolidada

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado.

A participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

No investimento do Banco PAN foram eliminados os efeitos do lucro não realizado no valor de R\$ 83.095 no 2º semestre/2018 e de R\$ 267.395 no exercício/2018 (2º semestre/2017 – (R\$ 6.457) e no exercício/2017 – (R\$ 176.162)).

Descrição	CONSOLIDADO					
	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2018	31/12/2017	2018		2017	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding	3.742.521	3.402.526	565.239	1.018.344	464.384	936.206
Banco PAN	937.258	759.948	123.394	344.371	32.417	(118.540)
Elo Serviços	100.782	44.692	27.050	56.028	15.886	22.657
Cia. Brasileira de Securitização - CIBRASEC	6.894	7.025	6	90	106	288
Crescer	-	-	(7.523)	(13.481)	(7.878)	(13.600)
Caixa Imóveis	-	3.479	(4.474)	(11.116)	-	-
Branes	1.678	1.898	(229)	(221)	8	24
Galgo Sistemas de Informações	1.147	1.285	(46)	(138)	(116)	(467)
Fundo Garantia de Operações - FGO	495.848	467.384	-	-	-	-
Fundo Garantidor Habitação Popular - FGHAB	265.210	265.210	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações - Veneza	32.489	27.156	(1.351)	4.584	(5.702)	(6.232)
TECBAN	112.934	112.049	517	(6.161)	2.318	5.512
Quod	61.508	28.724	359	(3.267)	(5.431)	(5.431)
Too Seguros	319.773	368.764	6.599	30.170	3.894	22.349
Outros investimentos	1.750	50.411	(23.682)	(36.560)	(31.218)	(62.511)
Total	6.079.792	5.540.551	685.859	1.382.643	468.668	780.255

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Redução ao valor recuperável de investimentos

Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.566/2008.

Descrição	INDIVIDUAL					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Redução ao valor recuperável	Líquido
Fundo Garantia de Operações - FGO	495.848	-	495.848	495.848	(28.464)	467.384
Outros investimentos	21.191	(11.088)	10.103	22.529	(11.087)	11.442
Total	517.039	(11.088)	505.951	518.377	(39.551)	478.826

Descrição	CONSOLIDADO					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Redução ao valor recuperável	Líquido
Fundo Garantia de Operações - FGO	495.848	-	495.848	495.848	(28.464)	467.384
Outros investimentos	104.131	(102.381)	1.750	134.045	(83.634)	50.411
Total	599.979	(102.381)	497.598	629.893	(112.098)	517.795

Nota 12 – Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual (Resolução CMN nº 4.535/2016) e são submetidos a teste de redução ao valor recuperável (Resolução CMN nº 3.566/2008).

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados, assim como não tem custos de empréstimos relacionados a estes ativos.

Com o índice de imobilização apurado de 9,60% (31/12/2017 – 11,03%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

Os itens do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item “Instalações, móveis e equipamentos de uso” que apresentou na demonstração consolidada custo de R\$ 1.522.678 e depreciação de (R\$ 1.110.209) e do item “Sistemas de comunicação” que apresentou custo de R\$ 104.983 e depreciação de (R\$ 84.558).

Descrição	Vida útil (em anos)	INDIVIDUAL			
		31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Líquido	
Imóveis de uso	-	2.667.293	(1.580.708)	1.086.585	1.015.260
Edificações	25	2.582.809	(1.580.708)	1.002.101	932.096
Terrenos	-	84.484	-	84.484	83.164
Reavaliações de imóveis de uso	-	689.161	(251.047)	438.114	462.084
Edificações	25	505.833	(251.047)	254.786	275.016
Terrenos	-	183.328	-	183.328	187.068
Outras imobilizações de uso	-	8.159.551	(6.771.720)	1.387.831	1.588.044
Imobilizações em curso	-	91	-	91	-
Instalações, móveis e equipam. de uso	10	1.522.676	(1.110.207)	412.469	697.353
Sistema de comunicação	10	104.934	(84.556)	20.378	12.789
Sistema de processamento de dados	5	5.943.631	(5.135.851)	807.780	764.938
Sistema de transporte e segurança	5	588.219	(441.106)	147.113	112.964
Total	-	11.516.005	(8.603.475)	2.912.530	3.065.388

(b) Movimentação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2017	Movimentação em 2018				31/12/2018
	Líquido	Transf. (1)	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	1.015.260	(528)	430.308	(54.572)	(303.883)	1.086.585
Edificações	932.096	(198)	427.588	(53.502)	(303.883)	1.002.101
Terrenos	83.164	(330)	2.720	(1.070)	-	84.484
Reavaliação de imóveis de uso	462.084	-	5.428	(9.082)	(20.316)	438.114
Edificações	275.016	-	5.428	(5.342)	(20.316)	254.786
Terrenos	187.068	-	-	(3.740)	-	183.328
Outras imobilizações de uso	1.588.044	(85)	396.681	(542)	(596.267)	1.387.831
Imobilizações em curso	-	(85)	176	-	-	91
Instalações, móveis e equipam. de uso	697.353	(241.197)	45.033	(53)	(88.667)	412.469
Sistema de comunicação	12.789	9.701	1.228	-	(3.340)	20.378
Sistema de proc.de dados	764.938	214.758	284.196	(474)	(455.638)	807.780
Sistema de transporte e segurança	112.964	16.738	66.048	(15)	(48.622)	147.113
Total	3.065.388	(613)	832.417	(64.196)	(920.466)	2.912.530

(1) Representam as reclassificações dentro do ativo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN nº 4.534/2016) e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável - *impairment* (Resolução CMN nº 3.566/2008).

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de aquisição de folhas de pagamento e de projetos logiciais – *softwares*.

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência. A CAIXA possui um contrato relevante com valor contábil de R\$ 377.386 e prazo remanescente de 46 meses.

Projetos logiciais - *softwares* referem-se a aquisições de *software* e desenvolvimento interno, sendo que os desenvolvidos são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo.

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	31/12/2018				31/12/2017 (Nota 3 (n))
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	
Aquisição de folha de pagamento	2.821.614	(1.490.096)	(2.217)	1.329.301	1.931.870
Projetos logiciais - Software	1.728.853	(613.938)	-	1.114.915	1.162.572
Total	4.550.467	(2.104.034)	(2.217)	2.444.216	3.094.442

(b) Movimentação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	Movimentação em 2018				31/12/2018
	Líquido	Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.931.870	56.448	(1.790)	(657.227)	1.329.301
Projetos logiciais - Software	1.162.572	242.760	(65.334)	(225.083)	1.114.915
Total	3.094.442	299.208	(67.124)	(882.310)	2.444.216

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL						CONSOLIDADO	
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos à Vista	30.445.640	-	-	-	30.445.640	32.398.853	30.445.598	32.398.707
Pessoas físicas	14.961.427	-	-	-	14.961.427	15.571.635	14.961.427	15.571.635
Pessoas jurídicas	11.552.924	-	-	-	11.552.924	12.246.509	11.552.882	12.246.363
Vinculados	2.297.983	-	-	-	2.297.983	2.172.783	2.297.983	2.172.783
Governo	1.067.232	-	-	-	1.067.232	1.511.492	1.067.232	1.511.492
Moedas estrangeiras	5.283	-	-	-	5.283	9.205	5.283	9.205
Instituições do sistema financeiro	17.871	-	-	-	17.871	26.820	17.871	26.820
Entidades públicas	226.711	-	-	-	226.711	572.551	226.711	572.551
Contas encerradas	32.697	-	-	-	32.697	29.606	32.697	29.606
Outros	283.512	-	-	-	283.512	258.252	283.512	258.252
Depósitos de Poupança	298.352.534	-	-	-	298.352.534	276.693.320	298.352.534	276.693.320
Pessoas físicas	293.962.755	-	-	-	293.962.755	272.495.932	293.962.755	272.495.932
Pessoas jurídicas	2.068.239	-	-	-	2.068.239	2.011.728	2.068.239	2.011.728
Vinculados	2.100	-	-	-	2.100	2.082	2.100	2.082
Contas encerradas	2.319.440	-	-	-	2.319.440	2.183.578	2.319.440	2.183.578
Depósitos Interfinanceiros	-	145.021	216.243	10.686	371.950	577.401	371.950	577.401
Depósitos a prazo	82.674.500	4.797.027	19.145.415	72.427.203	179.044.145	186.537.181	178.254.497	185.643.021
CDB	10.863	4.797.027	19.145.415	72.427.203	96.380.508	111.732.731	95.590.860	110.838.571
Depósitos Judiciais	82.663.637	-	-	-	82.663.637	74.804.450	82.663.637	74.804.450
Depósitos especiais e de fundos e programas	13.313.602				13.313.602	10.913.088	13.313.602	10.913.088
Outros	-	-	-	-	-	26	-	26
Total	424.786.276	4.942.048	19.361.658	72.437.889	521.527.871	507.119.869	520.738.181	506.225.563
Passivo circulante					449.089.982	412.992.412	448.984.816	412.992.266
Passivo não circulante					72.437.889	94.127.457	71.753.365	93.233.297

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de depósitos a prazo é composto por remunerações prefixadas e pós-fixadas. Em 31/12/2018 68% (individual/consolidado) do montante destes depósitos referem-se às operações de CDB/RDB com remuneração prefixada. Os depósitos judiciais possuem remuneração pós-fixada e correspondem a 46% (individual/consolidado) do montante dos depósitos a prazo.

Em 31/12/2018, 95% dos saldos dos depósitos especiais e de fundos e programas referem-se às operações com remuneração pós-fixada tanto no balanço individual quanto no consolidado.

(b) Despesas de captações com depósitos

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(6.732.214)	(13.338.134)	(7.656.841)	(16.165.454)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.175.274)	(6.589.533)	(5.034.125)	(12.830.798)
Depósitos judiciais	(1.644.007)	(3.286.051)	(2.066.112)	(4.432.537)
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	(503.890)	(1.091.001)	(632.913)	(1.584.506)
Depósitos interfinanceiros	(13.288)	(31.777)	(28.963)	(81.748)
Outras captações	(291.328)	(637.237)	(385.069)	(778.170)
Total	(12.360.001)	(24.973.733)	(15.804.023)	(35.873.213)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(6.732.214)	(13.338.134)	(7.656.841)	(16.165.454)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.142.640)	(6.522.466)	(4.997.716)	(12.740.131)
Depósitos judiciais	(1.644.007)	(3.286.051)	(2.066.112)	(4.432.537)
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	(503.890)	(1.091.001)	(632.913)	(1.584.506)
Depósitos interfinanceiros	(13.288)	(31.777)	(223)	(53.008)
Outras captações	(291.328)	(637.237)	(385.069)	(778.170)
Total	(12.327.367)	(24.906.666)	(15.738.874)	(35.753.806)

(c) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	8.019.871	3.580.263
Depósitos - Especiais com remuneração	2.313.586	2.231.400
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	196.826	1.621.973
Depósitos – PREVHAB	916.768	867.229
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	794.309	760.267
Fundo Garantidor do FIES (1)	1.401	-
Programa de Integração Social – PIS	137.894	303.829
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 14 (e))	-	577.319
Fundo Garantia Safra – FGS	370.175	386.909
Depósitos – PRODEC	67.380	64.725
Saúde CAIXA	11.217	64.705
Outros	484.175	454.469
Total	13.313.602	10.913.088

(1) Fundo instituído pela Lei nº 13.530/2017 e com integralização pela União autorizada pelo Decreto nº 9.305/2018.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
		2º semestre	Exercicio	2º semestre	Exercicio
Depósitos – FGTS	Selic	(210.018)	(439.540)	(234.033)	(688.564)
Depósitos – PIS	Extra mercado	(126.066)	(284.105)	(121.350)	(162.770)
Depósitos – FAR	Selic	(26.518)	(76.415)	(89.065)	(251.929)
Depósitos – PREVHAB	Selic	(28.059)	(55.581)	(33.866)	(78.691)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(22.546)	(43.637)	(26.325)	(72.253)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(15.850)	(31.170)	(18.484)	(42.792)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(9.464)	(18.371)	(9.837)	(21.813)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(3.550)	(12.058)	(29.497)	(76.601)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(19.087)	(32.840)	(14.894)	(41.129)
Depósitos – FCA	Extra - mercado	(6.819)	(13.070)	(7.780)	(27.674)
Depósitos – Caução	TR	(2.901)	(5.016)	(3.006)	(9.097)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.952)	(3.865)	(1.901)	(4.058)
Outros		(31.060)	(75.333)	(42.875)	(107.135)
Total		(503.890)	(1.091.001)	(632.913)	(1.584.506)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto**(a) Composição**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Carteira própria (1)	112.010.641	110.098.112	112.010.641	109.961.976
Letras financeiras do tesouro	25.679.032	20.857.128	25.679.032	20.857.128
Letras do tesouro nacional	67.466.747	77.682.536	67.466.747	77.682.536
Notas do tesouro nacional	14.809.243	8.533.004	14.809.243	8.533.004
Debêntures	1.425.817	572.993	1.425.817	524.349
Certificados de recebíveis imobiliários	2.629.802	2.452.451	2.629.802	2.364.959
Carteira de terceiros	46.202.292	38.565.290	46.202.292	38.565.290
Letras do tesouro nacional	29.416.725	38.565.290	29.416.725	38.565.290
Notas do tesouro nacional	16.785.567	-	16.785.567	-
Total	158.212.933	148.663.402	158.212.933	148.527.266
Passivo circulante	145.253.664	140.622.710	145.253.664	140.486.574
Passivo não circulante	12.959.269	8.040.692	12.959.269	8.040.692

(1) Valores calculados considerando o (PU de Garantia) do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Carteira própria	(1.974.287)	(4.561.266)	(2.931.930)	(6.505.642)
Carteira de terceiros	(2.977.747)	(5.179.674)	(3.075.196)	(8.420.826)
Carteira de livre movimentação	-	-	(254.651)	(503.080)
Total	(4.952.034)	(9.740.940)	(6.261.777)	(15.429.548)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Carteira própria	(1.974.287)	(4.559.647)	(2.925.231)	(6.490.693)
Carteira de terceiros	(2.977.747)	(5.179.674)	(3.075.196)	(8.420.826)
Carteira de livre movimentação	-	-	(254.651)	(503.080)
Total	(4.952.034)	(9.739.321)	(6.255.078)	(15.414.599)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				31/12/2018	31/12/2017
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra de crédito imobiliária	(CDI)	6.728.551	3.991.359	6.266.367	41.742.886	58.729.163	82.326.153
Letra de crédito imobiliária	(TR)	-	-	-	50.430	50.430	56.682
Letra hipotecária	(IGP-M)	-	-	-	789.048	789.048	733.162
Letra hipotecária	(INPC)	-	-	-	16.974	16.974	16.414
Letra financeira	(CDI)	601.034	1.465.810	575.362	174.212	2.816.418	33.187.079
Letra financeira	(IPCA)	10.686	-	7.158	1.130.328	1.148.172	1.067.065
Letra de crédito do agronegócio	(CDI)	-	-	-	-	-	141.779
Total		7.340.271	5.457.169	6.848.887	43.903.878	63.550.205	117.528.334
Passivo circulante						19.646.327	62.361.482
Passivo não circulante						43.903.878	55.166.852

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Os itens de Despesas com recursos de letras são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item “Letras financeiras” que, no comparativo, em 2017, o referido item apresentou os montantes de (R\$ 1.630.683) no 2º semestre e (R\$ 3.828.980) no exercício.

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Letra de crédito imobiliárias	(1.697.337)	(3.696.368)	(3.031.419)	(7.598.484)
Letras hipotecárias	(57.389)	(133.813)	(48.052)	(72.718)
Letras financeiras	(621.478)	(1.507.353)	(1.649.422)	(3.847.719)
Letras de crédito do agronegócio	-	(2.828)	(7.438)	(27.879)
Total	(2.376.204)	(5.340.362)	(4.736.331)	(11.546.800)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo. Foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores (a 1ª tranche sênior foi finalizada em novembro de 2017) e 1 tranche subordinada. As características são apresentadas a seguir com exceção da tranche subordinada que é apresentada na Nota 18 (d1).

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuner. a.a.	Data Captação	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
2ª série	US\$	500.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.914.397	1.758.256
3ª série	US\$	1.250.000	4,50%	out/13	out/18	-	4.229.278
4ª série	US\$	1.300.000	4,25%	mai/14	mai/19	5.051.739	4.694.317
Total						6.966.136	10.681.851

(1) Valores em milhares de US\$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

INDIVIDUAL				
Descrição	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	(547.708)	(1.879.478)	(825.959)	(1.395.466)
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	(52.673)	(54.528)	(443.034)	(573.834)
Total	(600.381)	(1.934.006)	(1.268.993)	(1.969.300)

CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	(547.708)	(1.879.478)	(786.243)	(1.355.750)
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	(52.673)	(54.528)	(443.034)	(573.834)
Total	(600.381)	(1.934.006)	(1.229.277)	(1.929.584)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Repasses no país	298.228.183	269.553.942
FGTS	266.194.112	235.620.378
BNDES	28.663.569	30.814.153
Tesouro Nacional	369.363	399.970
Fundo Marinha Mercante	2.494.879	2.380.023
Outras instituições	506.260	339.418
Repasses no exterior	343.558	55.530
Empréstimos no exterior	2.011.774	2.147.951
Total de obrigações por empréstimos e repasses	300.583.515	271.757.423
Passivo circulante	1.245.461	1.507.793
Passivo não circulante	299.338.054	270.249.630

(a) Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,09% a.a. (habitação 5,02% a.a., infraestrutura 5,71% a.a. e saneamento 5,63% a.a.) e prazo médio de retorno de 240 meses (habitação 247 meses, infraestrutura 196 meses e saneamento 160 meses).

(b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está sujeito à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

(c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas a taxa de juros de até 3,99% a.a., substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2019.

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	INDIVIDUAL			
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Repasses no país	(9.013.520)	(17.436.719)	(8.430.726)	(17.007.770)
FGTS	(7.627.336)	(14.772.245)	(7.143.907)	(14.415.254)
BNDES	(1.283.955)	(2.375.931)	(1.169.637)	(2.335.834)
Tesouro Nacional - PIS	(5.457)	(14.504)	(15.940)	(41.612)
Fundo Marinha Mercante	(67.102)	(215.693)	(69.653)	(139.976)
Outras instituições	(29.670)	(58.346)	(31.589)	(75.094)
Repasses no exterior	-	(9.884)	-	(2.503)
Empréstimos no exterior	(98.853)	(479.168)	(8.932)	(120.006)
Total	(9.112.373)	(17.925.771)	(8.439.658)	(17.130.279)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Repasses no país	(9.013.520)	(17.436.719)	(8.430.726)	(17.007.770)
FGTS	(7.627.336)	(14.772.245)	(7.143.907)	(14.415.254)
BNDES	(1.283.955)	(2.375.931)	(1.169.637)	(2.335.834)
Tesouro Nacional - PIS	(5.457)	(14.504)	(15.940)	(41.612)
Fundo Marinha Mercante	(67.102)	(215.693)	(69.653)	(139.976)
Outras instituições	(29.670)	(58.346)	(31.589)	(75.094)
Repasses no exterior	109	(9.775)	475	(2.028)
Empréstimos no exterior	(98.853)	(479.168)	(8.932)	(120.006)
Total	(9.112.264)	(17.925.662)	(8.439.183)	(17.129.804)

Nota 18 – Outras obrigações**(a) Composição**

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3 (n))
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	66.238.006	61.931.912
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	15.346.599	17.850.274
Dívida Subordinada	10.348.843	10.742.909
Sociais e estatutárias	2.550.058	3.685.388
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.077.665	2.125.428
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	2.961.739	3.320.698
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	367.371	416.763
Carteira de câmbio (Nota 9 (d))	62.909	149.371
Negociação e intermediação de valores	9.396	45.770
Diversas (Nota 18 (e))	61.928.630	68.973.433
Total	161.891.216	169.241.946
Passivo circulante	49.872.602	60.474.798
Passivo não circulante	112.018.614	108.767.148

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	25.995.388	24.956.210
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	15.346.599	17.850.274
Dívida Subordinada	10.348.843	10.742.909
Sociais e estatutárias	2.551.813	3.686.370
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.219.295	2.413.674
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	2.961.739	3.320.698
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	367.371	416.763
Carteira de câmbio (Nota 9 (d))	62.909	149.371
Negociação e intermediação de valores	9.396	45.770
Diversas (Nota 18 (e))	61.980.488	69.003.425
Total	121.843.841	132.585.464
Passivo circulante	50.067.845	60.794.018
Passivo não circulante	71.775.996	71.791.446

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Tributos sobre salários a recolher	625.654	461.949
Tributos sobre serviços a recolher	261.237	316.363
Tributos sobre lucros a recolher	131.574	94.815
Imposto de renda	432	-
COFINS	113.084	82.275
PASEP	18.058	12.540
Tributos diferidos	1.059.200	1.252.301
Reavaliação – edificações	117.876	127.958
Ajustes ao valor mercado - títulos para negociação	573.787	1.124.343
Ajustes ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	367.537	-
Total	2.077.665	2.125.428
Passivo circulante	1.959.789	1.997.470
Passivo não circulante	117.876	127.958

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Tributos sobre salários a recolher	625.728	462.102
Tributos sobre serviços a recolher	261.233	316.370
Tributos sobre lucros a recolher	227.809	116.448
Imposto de renda	62.962	11.220
Contribuição social	23.545	4.228
COFINS	121.463	87.410
PASEP	19.839	13.590
Tributos diferidos	1.104.525	1.518.754
Reavaliação – edificações	117.876	127.958
Ajustes ao valor mercado - títulos para negociação	573.788	1.124.343
Ajustes ao valor de mercado - títulos disponíveis p/ venda	412.861	266.453
Total	2.219.295	2.413.674
Passivo circulante	2.101.419	2.285.716
Passivo não circulante	117.876	127.958

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

A variação significativa dos recursos do PIS a partir do 2º semestre de 2017 refere-se aos recursos disponibilizados para retiradas de cotas, conforme Lei 13.677 de 13/06/2018.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fundos e programas sociais	12.894.766	10.160.348
Recursos do FGTS	4.032.451	3.525.647
Remuneração do AG Financeiro - OGU	2.966.970	2.964.133
Remuneração do AG Financeiro - FGTS	3.806.613	1.687.855
Aportes - Minha Casa Minha Vida	1.092.079	1.209.830
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	318.665	312.138
Programas de transferência de renda	511.887	239.997
Outros fundos e programas	166.101	220.748
Fundos financeiros e de desenvolvimento	835.945	6.745.762
PIS	394.073	5.900.384
FAT	440.390	843.897
FINSOCIAL	1.482	1.481
Operações com loterias	1.615.888	944.164
Total	15.346.599	17.850.274

(d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital**(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 22 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 09 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 09 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/2013, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinquinhos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% a.a.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de "absorção de perdas" com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA, Relações com Investidores, Gerenciamento de Riscos, Relatórios de Gerenciamento de Risco e Capital.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Vencim.	Rem. a.a. (%)	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/12/2018	Saldo devedor 31/12/2017
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.657.953	(5.057.879)	-	1.039.791	1.930.967
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.915.659	-	-	4.915.659	4.633.878
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.393.392	-	-	4.393.392	4.178.064
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	894.907	-	-	3.894.907	3.701.615
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	1.065.546	-	-	5.065.546	4.830.426
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	615.833	-	-	3.615.833	3.449.607
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	510.333	-	-	4.510.333	4.302.865
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	339.650	-	-	4.339.650	4.135.636
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	134.086	-	-	2.134.086	2.026.513
Letra Financeira elegível – Nível II								
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	6.841	-	-	16.841	15.726
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	11.642	-	-	29.042	27.120
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	881	-	-	2.381	2.224
jun/24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	152.792	-	31.892	384.684	368.551
fev/25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	712	-	208	2.120	1.951
fev/25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	703	-	193	2.096	1.934
fev/25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	1.426	-	348	4.174	3.881
mar/25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	692	-	161	2.053	1.904
TVM no exterior elegível – Nível II								
Jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	865.589	-	19.604	1.991.643	2.086.257
Total			30.781.067	10.568.637	(5.057.879)	52.406	36.344.231	35.699.119

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Resolução CMN nº 4.192/2013 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal. Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital apresentam a seguinte composição:

INDIVIDUAL		
Discriminação	31/12/2018	31/12/2017
IHCD - elegíveis a capital principal	40.242.618	36.975.702
Contrato 348	9.468.805	7.851.945
Contrato 504	9.663.215	8.013.159
Contrato 752	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000
IHCD - não elegíveis a capital principal	2.961.739	3.320.698
Total	43.204.357	40.296.400

Os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal são classificados dentro do patrimônio líquido nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os instrumentos financeiros não elegíveis a capital principal são compostos por juros remuneratórios a pagar e atualização monetária não incorporada.

Na demonstração consolidada, os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos híbridos de capital e dívida, classificados em Outras obrigações – Instrumentos híbridos de capital e dívida, perfazendo um montante de R\$ 2.961.739 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 3.320.698).

(e) Diversas

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 29 (a))	23.265.466	22.274.820
Saúde CAIXA	9.916.674	10.122.889
Auxílio e cesta alimentação	1.605.080	1.422.383
Planos de benefícios - Previdência privada	11.743.712	10.729.548
Recursos vinculados a cessão de crédito	10.315.507	12.181.955
Credores diversos - País (Nota 18 (f)) (1)	5.790.357	12.283.020
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 28)	4.720.770	4.283.853
Obrigações por transações de pagamento (1)	488.264	3.967.431
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 28)	3.409.081	3.080.057
Provisões para pagamentos a efetuar	3.224.496	2.648.335
Financiamentos imobiliários a liberar	3.101.342	2.341.570
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.406.104	1.510.626
Provisões para outras contingências	2.266.008	1.745.257
Recursos do FGTS para amortizações	1.372.863	1.171.442
Obrigações por convênios	812.269	916.130
Recursos vinculados a operações de crédito	439.742	261.876
Provisões para causas judiciais - demandas fiscais (Nota 28)	288.497	281.425
Obrigações por contribuições ao SFH	27.864	25.636
Total	61.928.630	68.973.433

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os recursos vinculados a operações de crédito são recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

Os recursos vinculados a cessão de crédito são recursos de operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3.533/2008.

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 29 (a))	23.265.466	22.274.820
Saúde CAIXA	9.916.674	10.122.889
Auxílio e cesta alimentação	1.605.080	1.422.383
Planos de benefícios - Previdência privada	11.743.712	10.729.548
Recursos vinculados a cessão de crédito	10.315.507	12.181.955
Credores diversos - País (Nota 18 (f)) (1)	5.790.357	12.283.183
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 28)	4.720.770	4.283.853
Obrigações por transações de pagamento (1)	488.264	3.967.431
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 28)	3.409.081	3.080.057
Provisões para pagamentos a efetuar	3.230.544	2.667.915
Financiamentos imobiliários a liberar	3.101.342	2.341.570
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.451.914	1.520.875
Provisões para outras contingências	2.266.008	1.745.257
Recursos do FGTS para amortizações	1.372.863	1.171.442
Obrigações por convênios	812.269	916.130
Recursos vinculados a operações de crédito	439.742	261.876
Provisões para causas judiciais - demandas fiscais (Nota 28)	288.497	281.425
Obrigações por contribuições ao SFH	27.864	25.636
Total	61.980.488	69.003.425

(1) Variações decorrentes de reclassificações realizadas de Credores diversos – País e Obrigações por transações de pagamento para Relações interfinanceiras/Transações de pagamento – Cartão de crédito.

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cartões de crédito (1)	346.968	4.321.167
Valores a apropriar	2.729.873	4.852.525
Crédito imobiliário – repasses	999.928	1.058.585
Fornecedores	1.102.912	1.154.921
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	209.304	273.043
Contas a pagar	104.391	123.534
Crédito comercial – repasses	31.287	36.584
Obrigações com a União – repasses	59.331	54.894
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	47.998	62.482
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (2)	8.141	20.338
Valores a restituir – penhor	173	68.906
Outros credores diversos	150.051	256.041
Total	5.790.357	12.283.020

(1) Variação decorrente de reclassificações realizadas de Credores diversos – País/Cartões de crédito para Relações interfinanceiras/Transações de pagamento – Cartão de crédito. Vide quadro anterior.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(2) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

Nota 19 – Patrimônio Líquido**(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido - INDIVIDUAL	40.999.077	33.609.097
IHCD - Elegíveis a Capital	40.242.618	36.975.702
Patrimônio Líquido - CONSOLIDADO	81.241.695	70.584.799

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/2013 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (*going-concern*).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Assim, todos os instrumentos híbridos de capital e dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o patrimônio líquido da CAIXA para fins de evidenciação.

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(b) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de Capital Autorizado da CAIXA para R\$ 45.000.000 e do Capital Social para R\$ 30.193.024. O aumento do Capital Social decorreu da incorporação do montante de R\$ 562.905 da Reserva estatutária – loterias.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta em 31/12/2018 índice de 19,60% (31/12/2017 – 17,65%) (Nota 31), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas pelo resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido.

A reserva de margem operacional é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de reavaliação	336.365	352.348
Reservas de lucros	19.633.902	13.923.642
Reserva legal	2.462.385	2.024.337
Reserva estatutária – loterias	557.301	562.905
Reservas margem operacional	16.614.216	11.336.400

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,50% acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto Social da CAIXA.

A distribuição de resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o opiniamento do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais, as condições da Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e o Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 1.740.942 (31/12/2017 – R\$ 2.294.881) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 783.424 no exercício de 2018 (R\$ 1.032.697 no exercício de 2017).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Tributos Correntes	(332.943)	(2.461.371)	738.069	(398.085)
Tributos Diferidos	(423.799)	1.099.443	(1.346.208)	568.863
Passivo Fiscal Diferido	(299.731)	496.422	(39.168)	(308.622)
Ativo Fiscal Diferido	(124.068)	603.021	(1.307.040)	877.485
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(50.949)	1.113.382	(1.450.581)	967.774
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(73.119)	(510.361)	143.541	(90.289)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(756.742)	(1.361.928)	(608.139)	170.778

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Tributos Correntes	(550.705)	(2.798.498)	640.683	(600.151)
Tributos Diferidos	(445.480)	1.077.699	(1.346.173)	568.897
Passivo Fiscal Diferido	(325.485)	470.668	(39.168)	(308.622)
Ativo Fiscal Diferido	(119.995)	607.031	(1.307.005)	877.519
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(46.876)	1.117.392	(1.450.546)	967.808
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(73.119)	(510.361)	143.541	(90.289)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(996.185)	(1.720.799)	(705.490)	(31.254)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	4.167.654	11.609.145	9.978.355	13.688.932
Encargo IRPJ e CSLL	(1.875.432)	(5.224.091)	(4.494.259)	(6.164.006)
Efeitos tributários adições e exclusões	1.025.979	722.357	4.324.020	3.946.523
Juros sobre o capital próprio	195.250	783.424	574.205	1.032.696
Realização Prejuízo Fiscal	73.119	510.361	-	-
Outros	248.141	746.578	334.103	786.702
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(332.943)	(2.461.371)	738.069	(398.085)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	5.180.316	13.564.154	10.130.678	13.946.482
Encargo IRPJ e CSLL	(2.331.136)	(6.103.852)	(4.562.803)	(6.279.903)
Efeitos tributários adições e exclusões	1.206.048	1.324.814	4.816.557	4.890.931
Juros sobre o capital próprio	195.250	783.424	574.205	1.032.696
Participação em coligadas e controladas	(167.084)	18.015	217.803	444.825
Realização Prejuízo Fiscal	73.119	510.361	-	-
Participação dos empregados nos lucros	217.176	668.817	-	-
Outros	255.922	(77)	(405.079)	(688.700)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(550.705)	(2.798.498)	640.683	(600.151)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Passivo fiscal diferido**(c.1) Obrigações fiscais diferidas – IRPJ/CSLL**

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesa diferida/marcação a mercado	849.285	1.014.408	875.038	1.219.405
Outros	117.876	127.958	117.876	127.958
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	967.161	1.142.366	992.914	1.347.363

(c.2) Obrigações fiscais diferidas – PASEP/COFINS

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesa diferida/marcação a mercado	92.039	109.934	94.672	171.390
PASEP e COFINS do Período	92.039	109.934	94.672	171.390

(d) Ativo fiscal diferido**(d.1) Composição dos créditos tributários – IRPJ/CSLL**

INDIVIDUAL				
Descrição	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
Diferenças temporárias:	32.887.298	18.270.674	(17.157.293)	34.000.679
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.421.757	8.020.860	(9.412.428)	21.030.189
Passivos atuariais	3.315.361	587.334	(363.062)	3.539.633
Provisões trabalhistas	1.767.089	144.274	(23.055)	1.888.308
Provisões cíveis	1.277.918	267.060	(181.346)	1.363.632
Provisões fiscais	86.744	42.647	(39.974)	89.417
Ajuste a valor de mercado de tít. p/ negociação	715.072	-	(342.638)	372.434
Provisão para desvalorização - bens não de uso	91.518	969.394	(230.953)	829.959
Provisão para Perdas - FCVS a receber	1.116.924	700.954	(440.699)	1.377.179
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	1.584.733	(1.584.733)	-
Outros	2.094.915	5.953.418	(4.538.405)	3.509.928
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.288.670	10.602	(510.361)	788.911
Prejuízo fiscal a realizar	1.288.670	-	(510.361)	778.309
Ajuste reprocessamento amortização intangível LPA IRPJ	-	8.979	-	8.979
Ajuste reprocessamento amortização intangível LPA CSLL	-	1.623	-	1.623
Total dos créditos com impacto no resultado	34.175.968	18.281.276	(17.667.654)	34.789.590
Ajuste a valor de mercado - títulos disp. p/ venda	733.563	-	(733.563)	-
Perdas atuariais CPC 33	5.047.892	-	(126.657)	4.921.235
Total dos créditos com impacto no PL	5.781.455	-	(860.220)	4.921.235
Total dos créditos tributários	39.957.423	18.281.276	(18.527.874)	39.710.825
Total dos créditos não constituídos	1.259.399	304.974	-	1.564.373

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
Diferenças temporárias:	32.887.418	18.274.683	(17.157.293)	34.004.808
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.421.757	8.020.860	(9.412.428)	21.030.189
Passivos atuariais	3.315.361	587.334	(363.062)	3.539.633
Provisões trabalhistas	1.767.089	144.274	(23.055)	1.888.308
Provisões cíveis	1.277.918	267.060	(181.346)	1.363.632
Provisões fiscais	86.744	42.647	(39.974)	89.417
Ajuste a valor de mercado de tít. p/ negociação	715.072	-	(342.638)	372.434
Provisão para desvalorização - bens não de uso	91.518	969.394	(230.953)	829.959
Provisão para Perdas - FCVS a receber	1.116.924	700.954	(440.699)	1.377.179
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	1.584.733	(1.584.733)	-
Outros	2.095.035	5.957.427	(4.538.405)	3.514.057
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.288.670	10.602	(510.361)	788.911
Prejuízo fiscal a realizar	1.288.670	-	(510.361)	778.309
Ajuste reprocessamento amortização intangível LPA IRPJ	-	8.979	-	8.979
Ajuste reprocessamento amortização intangível LPA CSLL	-	1.623	-	1.623
Total dos créditos com impacto no resultado	34.176.088	18.285.285	(17.667.654)	34.793.719
Ajuste a valor de mercado - títulos disp. p/ venda	733.563	-	(733.563)	-
Perdas atuariais CPC 33	5.047.892	-	(126.657)	4.921.235
Total dos créditos com impacto no PL	5.781.455	-	(860.220)	4.921.235
Total dos créditos tributários	39.957.543	18.285.285	(18.527.874)	39.714.954
Total dos créditos não constituídos	1.259.399	304.974	-	1.564.373

(d.2) Composição dos créditos tributários – PASEP/COFINS

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
Total dos créditos com impacto no resultado	77.495	-	(32.089)	45.406
Ajuste a mercado	77.495	-	(32.089)	45.406
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	-	-	-
Total dos créditos com impacto no patrim. líq.	79.497	-	(79.497)	-
Ajuste a valor de mercado – tít. disp. para venda	79.497	-	(79.497)	-
Total	156.992	-	(111.586)	45.406

(e) Expectativa de realização – valor contábil

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31/12/2018 estão representados a seguir:

INDIVIDUAL			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Diferença Temporal	TOTAL
2.019	788.910	3.914.658	4.703.568
2.020	-	2.364.339	2.364.339
2.021	-	7.220.886	7.220.886
2.022	-	2.750.777	2.750.777
2.023	-	2.904.245	2.904.245
2.024	-	6.927.614	6.927.614
2.025 a 2.028	-	12.884.802	12.884.802
Total	788.910	38.967.321	39.756.231
Valor Presente	780.720	30.383.816	31.164.536

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Diferença Temporal	TOTAL
2.019	788.910	3.914.658	4.703.568
2.020	-	2.364.339	2.364.339
2.021	-	7.220.886	7.220.886
2.022	-	2.750.777	2.750.777
2.023	-	2.904.245	2.904.245
2.024	-	6.927.614	6.927.614
2.025 a 2.028	-	12.888.931	12.888.931
Total	788.910	38.971.450	39.760.360
Valor Presente	780.720	30.383.816	31.164.536

Nota 21 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias**(a) Receitas de prestação de serviços**

Os itens de Receitas de prestação de serviços são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item “Prestados a ligadas” que, na demonstração consolidada de 2018, apresenta os montantes de R\$ 401.149 no 2º semestre e R\$ 824.423 no exercício referentes a Caixa Seguridade. No comparativo, em 2017, o referido item apresentou os montantes coincidentes.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Administração de Fundos Sociais	4.321.723	8.013.558	3.757.162	7.382.943
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.601.290	5.144.622	2.418.583	4.935.342
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	140.969	205.772	91.701	162.730
Programa de Integração Social (PIS)	516.594	681.800	156.297	227.759
Loterias Federais	737.719	1.359.715	741.187	1.347.248
Financiamento Estudantil - (FIES)	248.928	486.940	289.916	586.173
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	49.696	84.906	37.131	75.488
Seguro-desemprego	22.226	45.107	21.474	46.740
Outros	4.301	4.696	873	1.463
Repasses da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	77.746	149.350	63.401	135.384
Rendas de cartões	723.278	1.427.278	714.553	1.416.732
Operações de crédito e garantias prestadas	1.025.553	2.013.040	1.028.156	2.124.043
Cobranças	465.294	962.347	491.883	993.616
Arrecadações	1.671.571	3.278.956	1.590.784	3.161.057
Fundos de investimentos e carteiras administradas	1.114.577	2.159.798	925.105	1.826.239
Conta corrente	202.842	423.032	249.848	472.129
Programas de transferência de renda	222.838	439.132	224.989	438.597
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	24.916	50.443	22.568	44.610
Prestados a ligadas	371.126	794.400	363.324	717.876
Outros serviços	196.210	358.644	203.054	398.197
Total	10.417.674	20.069.978	9.634.827	19.111.423

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Rendas de cartões	388.209	759.459	348.751	687.282
Operações de crédito e cadastro	561.173	1.146.421	596.988	1.175.638
Pacote de serviços	1.660.018	3.361.442	1.527.772	2.712.638
Contas de depósitos	384.582	762.263	389.271	739.391
Transferência de recursos	231.567	438.629	180.013	319.876
Outras	152.170	281.136	133.931	294.836
Total	3.377.719	6.749.350	3.176.726	5.929.661

Nota 22 – Despesas com pessoal

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Salários	(6.320.842)	(12.286.657)	(6.217.535)	(12.920.529)
Indenizações trabalhistas	(778.863)	(1.463.215)	(1.083.399)	(1.838.965)
Benefícios	(1.463.096)	(2.777.511)	(1.327.099)	(2.612.174)
Encargos sociais:	(2.563.153)	(4.942.443)	(2.460.403)	(4.915.255)
FGTS	(488.362)	(938.502)	(466.609)	(932.913)
Previdência social	(1.473.514)	(2.849.043)	(1.400.376)	(2.808.373)
Previdência complementar	(469.224)	(894.008)	(441.797)	(887.759)
Outros encargos	(132.053)	(260.890)	(151.621)	(286.210)
Outros	(69.924)	(121.737)	(70.173)	(132.228)
Total	(11.195.878)	(21.591.563)	(11.158.609)	(22.419.151)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Salários	(6.336.246)	(12.315.488)	(6.229.900)	(12.935.574)
Indenizações trabalhistas	(778.863)	(1.463.215)	(1.083.399)	(1.838.965)
Benefícios	(1.463.962)	(2.780.522)	(1.329.253)	(2.614.328)
Encargos sociais:	(2.568.828)	(4.953.166)	(2.465.527)	(4.921.573)
FGTS	(489.025)	(940.146)	(467.609)	(934.140)
Previdência social	(1.477.304)	(2.855.999)	(1.403.488)	(2.812.265)
Previdência complementar	(470.389)	(896.021)	(442.756)	(888.864)
Outros encargos	(132.110)	(261.000)	(151.674)	(286.304)
Outros	(70.536)	(122.742)	(70.876)	(133.058)
Total	(11.218.435)	(21.635.133)	(11.178.955)	(22.443.498)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comunicações	(268.443)	(494.290)	(261.991)	(527.528)
Manutenção e conservação de bens	(482.504)	(974.463)	(527.367)	(993.591)
Água e energia	(260.432)	(479.638)	(228.972)	(455.276)
Aluguéis e arrendamento de bens	(739.427)	(1.481.650)	(751.769)	(1.520.201)
Material	(73.347)	(138.356)	(65.072)	(139.931)
Processamento de dados	(893.164)	(1.641.081)	(781.489)	(1.530.022)
Promoções e relações públicas	(212.488)	(329.344)	(227.608)	(387.253)
Propaganda e publicidade	(256.499)	(333.179)	(214.480)	(281.158)
Serviços do sistema financeiro	(278.848)	(559.369)	(273.651)	(544.081)
Serviços de terceiros	(908.723)	(1.789.640)	(924.955)	(1.856.606)
Serviços especializados	(349.975)	(600.026)	(302.695)	(565.048)
Serviços de vigilância e segurança	(449.898)	(888.759)	(462.673)	(902.840)
Amortização (Nota 13 (b))	(455.393)	(882.310)	(474.557)	(902.791)
Depreciação (Nota 12 (b))	(456.643)	(920.466)	(473.461)	(954.241)
Outras administrativas	(223.298)	(436.238)	(210.619)	(396.610)
Total	(6.309.082)	(11.948.809)	(6.181.359)	(11.957.177)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comunicações	(268.443)	(494.290)	(261.991)	(527.528)
Manutenção e conservação de bens	(482.699)	(974.762)	(527.714)	(993.966)
Água e energia	(260.435)	(479.668)	(228.972)	(455.276)
Aluguéis e arrendamento de bens	(739.473)	(1.482.301)	(751.769)	(1.520.201)
Material	(73.347)	(138.356)	(65.072)	(139.931)
Processamento de dados	(893.164)	(1.641.081)	(781.489)	(1.530.022)
Promoções e relações públicas	(212.488)	(329.344)	(227.608)	(387.253)
Propaganda e publicidade	(256.499)	(333.179)	(214.480)	(281.158)
Serviços do sistema financeiro	(279.089)	(559.610)	(273.651)	(544.081)
Serviços de terceiros	(908.783)	(1.789.725)	(924.979)	(1.856.656)
Serviços especializados	(363.468)	(617.517)	(311.472)	(575.220)
Serviços de vigilância e segurança	(449.945)	(888.826)	(462.700)	(902.892)
Amortização (Nota 13 (b))	(455.393)	(882.310)	(474.557)	(902.791)
Depreciação (Nota 12 (b))	(456.645)	(920.466)	(473.461)	(954.241)
Outras administrativas	(225.541)	(439.285)	(211.282)	(398.236)
Total	(6.325.412)	(11.970.720)	(6.191.197)	(11.969.452)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Outras receitas operacionais

Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, os valores apresentados referente ao item “Variações cambiais de natureza inversa - operações passivas” refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comissões e taxas sobre operações	55.967	80.161	34.891	60.488
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	1.475.058	2.843.664	1.775.349	3.231.710
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS	505.518	927.193	358.656	666.626
Recuperação de despesas	795.443	1.503.869	758.531	1.606.337
Reversão de outras provisões operacionais	639.592	1.015.130	2.145.395	2.456.770
Atualização de depósitos em garantia	316.802	635.302	379.939	798.179
Rendas de créditos específicos	32.255	64.175	38.058	85.848
Receita de deságio na aquisição de royalties	40.237	79.676	39.167	88.133
Atualização monetária sobre operações diversas	147.216	272.383	18.062	70.090
Variações cambiais de natureza inversa - operações passivas	109	109	474	474
Reversão prov. atuariais - custo de serviços passados (2)	-	-	5.260.510	5.260.510
Outras receitas operacionais	197.109	361.213	338.075	492.394
Total	4.205.306	7.782.875	11.147.107	14.817.559

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comissões e taxas sobre operações	363.674	746.573	276.853	566.973
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	1.475.058	2.843.664	1.775.349	3.231.710
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS	505.518	927.193	358.656	666.626
Recuperação de despesas	791.921	1.497.065	754.668	1.587.201
Reversão de outras provisões operacionais	639.592	1.015.130	2.145.395	2.456.770
Atualização de depósitos em garantia	316.802	635.302	379.939	798.179
Rendas de créditos específicos	32.255	64.175	38.058	85.848
Receita de deságio na aquisição de royalties	40.237	79.676	39.167	88.133
Atualização monetária sobre operações diversas	147.216	272.383	18.062	70.090
Reversão prov. atuariais - custo de serviços passados (2)	-	-	5.260.510	5.260.510
Outras receitas operacionais	245.669	423.983	301.628	479.868
Total	4.557.942	8.505.144	11.348.285	15.291.908

(1) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2018 os custos foram de R\$ 8.765,81. (R\$ 6.008,58 indiretos e R\$ 2.757,23 diretos). Foram realizadas 324.404 contratações dessas operações no acumulado de 2018 (168.274 contratações no 2º semestre).

(2) Reversão de provisões atuariais – custo de serviços passados do Saúde CAIXA (Nota 29 (g.1) e (i.4)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 25 – Outras despesas operacionais

O item “Instrumentos híbrido de capital e dívida – atualização monetária” refere-se essencialmente a Instrumentos celebrados com a União que possuem remuneração variável vinculada ao resultado auferido pela CAIXA no exercício.

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(931.346)	(1.027.087)	(397.471)	(640.288)
Obrigações com fundos e programas	(368.262)	(627.050)	(479.649)	(1.040.366)
Instrumentos híbrido de capital e dívida – AM	(1.377.098)	(2.963.313)	(2.569.381)	(3.339.282)
Despesas com cartão	(536.967)	(1.030.344)	(491.157)	(922.094)
Despesas com loterias	(143.813)	(248.993)	(116.980)	(228.185)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.607.592)	(2.968.144)	(1.339.332)	(2.561.296)
FGTS - arrecadação/pagamento	(208.923)	(405.128)	(309.019)	(643.668)
Serviços automatizados	(248.405)	(485.873)	(260.319)	(515.546)
Alavancagem de negócios	(376.398)	(741.813)	(406.176)	(807.223)
Operações de financiamentos imobiliários	(232.368)	(415.573)	(243.788)	(512.891)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(334.996)	(694.346)	(355.172)	(678.499)
Descontos de operações de crédito	(282.652)	(704.838)	(281.497)	(596.756)
Despesas com provisões operacionais	(1.449.004)	(2.149.820)	(578.446)	(1.115.277)
Provisão para causas judiciais	(525.683)	(1.290.614)	(891.219)	(1.366.916)
Condenações judiciais	(160.875)	(266.075)	(341.490)	(399.322)
Benefícios sociais	(57.925)	(110.885)	(72.391)	(164.460)
Benefício pós-emprego	(864.800)	(1.898.718)	(1.276.709)	(2.393.729)
Operações de crédito comerciais	(381.190)	(689.969)	(51.861)	(258.805)
Outras	(529.146)	(1.011.761)	(912.149)	(1.315.104)
Total	(10.617.443)	(19.730.344)	(11.374.206)	(19.499.707)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CONSOLIDADO			
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(931.346)	(1.027.087)	(397.471)	(640.288)
Obrigações com fundos e programas	(368.262)	(627.050)	(479.649)	(1.040.366)
Instrumentos híbrido de capital e dívida – AM	(605.091)	(1.368.939)	(2.515.266)	(3.284.621)
Despesas com cartão	(536.967)	(1.030.344)	(491.157)	(922.094)
Despesas com loterias	(143.813)	(248.993)	(116.980)	(228.185)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.607.592)	(2.968.144)	(1.339.332)	(2.561.296)
FGTS - arrecadação/pagamento	(208.923)	(405.128)	(309.019)	(643.668)
Serviços automatizados	(248.405)	(485.873)	(260.319)	(515.546)
Alavancagem de negócios	(376.398)	(741.813)	(406.176)	(807.223)
Operações de financiamentos imobiliários	(232.368)	(415.573)	(243.788)	(512.891)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(334.996)	(694.346)	(355.172)	(678.499)
Descontos de operações de crédito	(282.652)	(704.838)	(281.497)	(596.756)
Despesas com provisões operacionais	(1.449.004)	(2.149.820)	(578.446)	(1.115.277)
Provisão para causas judiciais	(525.683)	(1.290.614)	(891.219)	(1.366.916)
Condenações judiciais	(160.875)	(266.075)	(341.490)	(399.322)
Benefícios sociais	(57.925)	(110.885)	(72.391)	(164.460)
Benefício pós-emprego	(864.800)	(1.898.718)	(1.276.709)	(2.393.729)
Operações de crédito comerciais	(381.190)	(689.969)	(51.861)	(258.805)
Outras	(549.621)	(1.038.060)	(950.194)	(1.360.966)
Total	(9.865.911)	(18.162.269)	(11.358.136)	(19.490.908)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Resultado não operacional

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Receitas não operacionais	270.039	479.979	287.853	526.211
Lucro na alienação de valores e bens	76.772	124.195	63.737	110.199
Alienação de bens imóveis	69.095	110.011	58.112	110.918
Sobras de caixa não reclamadas	31.896	67.661	32.242	65.220
Multas e penalidades	11.558	23.808	16.707	29.431
Ganhos de capital com material permanente	-	22.704	-	-
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	1.561	6.461	183	783
Recuperação de perdas com fraudes	4.459	9.224	6.799	9.607
Recuperação de perdas com convênios/contratos	2.400	4.945	1.588	881
Reversão de perdas em investimentos permanentes	2	28.466	98.074	179.673
Outras rendas não operacionais (1)	72.296	82.504	10.411	19.499
Despesas não operacionais	(2.884.592)	(3.841.565)	(677.366)	(1.122.879)
Desvalorização de outros valores e bens (2)	(2.427.586)	(2.960.177)	(93.842)	(203.466)
Indenizações por perdas e danos	(141.059)	(277.121)	(153.100)	(281.897)
Despesas com imóveis	(30.536)	(102.262)	(46.466)	(85.004)
Prejuízo com fraude em contas	(43.055)	(77.850)	(40.256)	(94.710)
Prejuízo com fraude em operação de crédito	(27.604)	(33.278)	(25.574)	(33.622)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(44.881)	(198.768)	(208.152)	(298.674)
Outras despesas não operacionais (1)	(169.871)	(192.109)	(109.976)	(125.506)
Total	(2.614.553)	(3.361.586)	(389.513)	(596.668)

(1) Em dezembro de 2018 foram lançados a resultado registros pendentes conforme COSIF, Circular 1.273/1987, item 1-20-1-7c. Em receitas no valor de R\$ 60.070 e em despesas no valor de R\$ (99.567), líquido de R\$ (39.497).

(2) A variação no item “Desvalorização de outros valores e bens” refere-se à constituição de provisões para perdas com desvalorização de imóveis não de uso (Nota 10) decorrente da modificação da metodologia para a apuração de perda no valor recuperável destes ativos, adotada a partir de 2018.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
COFINS	(1.352.851)	(2.667.789)	(1.247.456)	(2.506.689)
PIS/PASEP	(218.462)	(430.550)	(202.542)	(409.611)
ISS	(391.462)	(775.150)	(388.468)	(759.472)
IPTU	(6.470)	(81.325)	(6.574)	(77.322)
Outras	(22.173)	(32.867)	(18.845)	(62.274)
Total	(1.991.418)	(3.987.681)	(1.863.885)	(3.815.368)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
COFINS	(1.398.920)	(2.743.994)	(1.272.236)	(2.556.328)
PIS/PASEP	(227.596)	(446.129)	(207.814)	(420.130)
ISS	(391.462)	(775.150)	(388.468)	(759.472)
IPTU	(6.470)	(81.325)	(6.574)	(77.322)
Outras	(22.179)	(33.129)	(18.845)	(62.300)
Total	(2.046.627)	(4.079.727)	(1.893.937)	(3.875.552)

Nota 28 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**(a) Ativos contingentes**

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses, multiplicado pelo total de processos provisionáveis ativos, e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2017	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						31/12/2018
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Trabalhistas (Nota 18 (e))	4.283.853	1.290.327	52.922	236.267	(177.687)	(964.912)	4.720.770	
Cíveis (Nota 18 (e))	3.080.057	380.249	28.686	668.433	(471.998)	(276.346)	3.409.081	
Feitos Diversos	623.662	284.800	8.502	60.724	(40.882)	(185.559)	751.247	
Poupança - Planos Econômicos	1.457.556	16.187	1.911	584.996	(65.684)	(42.617)	1.952.349	
Habitacional	299.417	77.911	2.714	21.075	(72.357)	(46.815)	281.945	
Contingenciamento do FGTS	699.422	1.351	15.559	1.638	(293.075)	(1.355)	423.540	
Fiscais (Nota 18 (b) e (e))	281.425	40.480	7.618	8.996	(38.762)	(11.260)	288.497	
INSS	23.804	13.561	1.114	4		(5)	38.478	
IPTU	43.592	3.851	1.951	1.538	(11)	(873)	50.048	
ISSQN	127.690	15.581	2.195	5.405	(10.666)	(6.199)	134.006	
Outros	86.339	7.487	2.358	2.049	(28.085)	(4.183)	65.965	
Total	7.645.335	1.711.056	89.226	913.696	(688.447)	(1.252.518)	8.418.348	

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/12/2018, constavam 55.244 processos trabalhistas provisionados, sendo 51.718 “não relevantes” e 3.526 “relevantes”, cujos respectivos valores são corrigidos pelo IPCA.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2018, constavam 323.070 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 321.966 “não relevantes” e 1.104 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2018, foi provisionado R\$ 1.952.349 para estes processos (31/12/2017 – R\$ 1.457.553).

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por aquela Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

No final do exercício de 2017 FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2018, para estes processos é de R\$ 423.541 (31/12/2017 – R\$ 699.424).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2018, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 31/12/2018, realizou 18.392 acordos processuais (51% referente a ações indenizatórias e 49% referentes a recuperações de créditos) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

(b.4) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2018, correspondem ao total de R\$ 1.615.615 (31/12/2017 – R\$ 1.580.215), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 38.479 (31/12/2017 – R\$ 23.806).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2018, corresponde ao montante de R\$ 771.637 (31/12/2017 – R\$ 738.238).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2018, o valor da provisão constituída é de R\$ 134.006 (31/12/2017 – R\$ 127.689).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de PER/DCOMP, os quais, em 31/12/2018, totalizam R\$ 59.256 (31/12/2017 – R\$ 79.160), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS

Os financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.

Para fazer frente à essa devolução de recursos ao FGTS é feita a provisão para risco de devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base na média de antecipações dos fluxos de pagamentos e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA. Em 31/12/2018 o montante provisionado é R\$ 1.928.008 (31/12/2017 – R\$ 1.745.257).

(d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Demandas fiscais	5.961.839	5.849.212	
Demandas cíveis	1.868.019	1.918.840	
Total	7.829.858	7.768.052	

(d.1) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.961.839 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 5.849.212), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

- a) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.957.930 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 4.887.110), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;
- b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 225.462 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 221.528), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;
- c) CSLL, no valor de R\$ 177.953 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 173.278), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e
- d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 270.010 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 263.943), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

No montante de R\$ 1.868.019 (31/12/2017 – R\$ 1.918.840) merece destaque como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quanto da sucessão do BNH. E uma Ação Civil Pública de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. Em virtude do acordo firmado sobre o tema no STF, a CAIXA informa que está em andamento negociação com a PROJUST.

(e) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Demandas fiscais	12.096.012	11.595.707
Demandas trabalhistas	4.490.767	4.071.464
Demandas cíveis	1.080.296	986.923
Total (Nota 9 (b))	17.667.075	16.654.094

(f) Garantias financeiras prestadas

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Exposição de Garantias Prestadas		
Carteira	Exposição	Provisão
Repasses - Entidades	32.014.494	10.381
FIES	439.288	24.600
Fiança bancária	23.000	230
Cessão de créditos	470.159	9.544
PAR (Recursos FAR)	9.416	4.708
Total	32.956.357	49.463

Os Repasses à outras Entidades estão concentrados em Instituição Financeira e Entidade Pública.

Para os contratos do FIES, a provisão é realizada com base na avaliação de risco de crédito da concessão e evolui conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

A fiança bancária possui um único contrato junto a cliente do segmento corporativo, cuja provisão é feita com base na avaliação de risco de crédito da contraparte.

A carteira de cessão de créditos é composta por contratos SBPE, cuja provisão é apurada conforme modelos internos e evolui de acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

O estoque remanescente da carteira do PAR com recursos do FAR é provisionado pelo rating tendo em vista a evolução do atraso, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 29 – Benefícios a empregados**(a) Benefícios de curto prazo**

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

(b) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

As provisões para benefícios a empregados são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo", que em 31/12/2017 apresenta saldo de R\$ 3.358.812 na demonstração consolidada, sendo R\$ 2.491.076 referentes à natureza salarial e R\$ 867.736 referentes à participação dos empregados no lucro.

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo	3.484.921	3.356.672
Natureza salarial	2.694.135	2.489.918
Participação dos empregados no lucro	790.786	866.754
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	23.265.466	22.274.820
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	9.916.674	10.122.889
Auxílio e cesta-alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.605.080	1.422.383
Planos de previdência complementar (cálculo atuarial (g.4)):	11.743.712	10.729.548
- REG/REPLAN	11.480.974	10.351.681
- REB	17.925	21.027
- Novo Plano	244.813	356.840
Total	26.750.387	25.631.492

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Riscos atuariais

Entre os demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta, há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de planos de previdência complementar geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), do Plano de Saúde (Saúde CAIXA) e de auxílio/cesta-alimentação, além do EX-PREVHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um fundo de pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos planos de benefícios.

A CAIXA considera o risco atuarial como um risco de pilar 2 relevante e, por esse motivo dimensiona adequadamente em seu modelo interno a abrangência das premissas adotadas, a volatilidade dos ativos e a variação do passivo atuarial.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/ passivos

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios – detalhamento**(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS**

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O estatuto da CAIXA estabeleceu um teto de 6,5% da folha de pagamento como limite máximo de dispêndio total da CAIXA com a oferta de benefício de assistência à saúde. Em função do limitador dos desembolsos por parte da empresa no custeio do Saúde CAIXA, os estudos técnicos elaborados pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu indicaram redução no Valor Presente das Obrigações (VPO), uma vez que a provisão constituída, à luz do pronunciamento CPC 33 (R1), levava em consideração a premissa de que ao percentual de 70% das despesas assistenciais, todos os desembolsos futuros seriam arcados sem limite pela CAIXA. Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado, no exercício de 2017, conforme disposições do item 120 (a) do CPC 33 (R1).

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecendo as normas e a Tabela do PAMS.

(g.2) Auxílio e cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. Em 2018 foram concedidos 811 novos benefícios (Em 2017 foram 697).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2018 a agosto de 2019 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 773,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O Auxílio e cesta-alimentação para o período de setembro de 2018 a agosto de 2019 é de R\$ 609,88 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

(g.3) Plano de benefícios – Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 61 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (*Risk Sharing*) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, conforme definido, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF estão divididos em duas modalidades: Benefício Definido (REG/REPLAN) e Contribuição Variável (REB e Novo Plano).

Na modalidade de Benefício Definido (BD), são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, são determinados utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

Na modalidade de Contribuição Variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo Contribuição Definida (CD). Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo Benefício Definido (BD), devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

• REG/REPLAN

A CAIXA patrocina o plano de benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade benefício definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção por órgão oficial da previdência, implicando no cancelamento da contribuição normal para este plano e na adesão no caso do ativo, a outro plano de benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN modalidades saldado e não saldado, patrocinados pela CAIXA, terem registrado em 2014 e 2015, respectivamente, seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foram elaborados planos de equacionamento dos déficits. Na modalidade saldado houve déficit nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, enquanto que na modalidade não saldado, os déficits foram em 2015 e 2016. Os planos de equacionamento tem como base a Resolução CGPC nº 26/2008 com todas as suas alterações.

Os planos de equacionamento estabelecem critérios próprios para a contribuição de cada parte nos déficits, sendo paritário entre a CAIXA e os participantes e assistidos na modalidade saldado.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Déficit	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado	
	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado em 31/12/2018	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado em 31/12/2018
Exercício 2014	208 meses	1.152.980	-	-
Exercício 2015	211 meses	3.523.112	237 meses	473.099
Exercício 2016	221 meses	4.967.991	241 meses	305.435
TOTAL		9.644.083		778.534

Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 31/12/2018 o montante de R\$ 11.480.974, calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, de 01/01/2018 a 31/12/2018, montam R\$ 743.338 (31/12/2017 – R\$ 245.331).

• REB

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	31/12/2018 (1)			31/12/2017 (2)		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	83.213	76.434	159.647	87.379	72.471	159.850
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.579	15.579	-	16.020	16.020
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	61	61	-	65	65
REG/REPLAN saldado	13.883	42.895	56.778	15.104	41.868	56.972
REG/REPLAN não saldado	1.612	4.482	6.094	1.770	4.341	6.111
REB	6.391	936	7.327	6.686	874	7.560
Novo Plano	76.323	6.883	83.206	78.237	6.365	84.602

(1) Conforme posições de 31/12/2018 para Auxílio e cesta-alimentação e 30/09/2018 para os demais.

(2) Conforme posições de 30/09/2017.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta-Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Em relação aos passivos existentes na FUNCEF, enquadrados como perda provável e já provisionados, esses são capturados no cálculo atuarial e, respeitada a proporção de responsabilidade de 50%, compõem a reserva de provisão atuarial da CAIXA.

Quanto aos passivos classificados pela FUNCEF como perda possível, à medida em que, eventualmente, forem reclassificados para perda provável, serão provisionados nos respectivos planos, e por consequência, esses montantes comporão o cálculo atuarial da CAIXA, sendo seus impactos reconhecidos no encerramento do Balanço do primeiro semestre subsequente à reclassificação desses passivos.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 31/12/2018, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que refletem as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuariais adotadas no Saúde CAIXA, destacamos o *Aging Factor*, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O *Aging Factor* adotado para 31/12/2018 é de 3,14%.

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos PREVHAB	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Taxa nominal de desconto (a.a.)	8,77%	9,71%	8,66%	9,60%	8,58%	9,49%
Taxa real de desconto (a.a.)	4,84%	5,51%	4,73%	5,36%	4,66%	5,28%
Taxa de aumento dos salários projetada (a.a.)	Não aplicável					
Taxa de aumento dos benefícios projetada (a.a.)	Não aplicável	4,00%				
Taxa de inflação (a.a.)	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	8,58%	9,49%
Taxa de rotatividade	1,03%	0,92%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58					
Entrada em aposentadoria	Masculino: 57 anos Feminino: 54 anos	Masculino: 55 anos Feminino: 52 anos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não Saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Taxa nominal de desconto (a.a.)	8,79%	9,60%	8,84%	9,63%	8,79%	9,62%	8,86%	9,57%
Taxa real de desconto (a.a.)	4,86%	5,38%	4,91%	5,41%	4,86%	5,30%	4,93%	5,36%
Taxa de aumento dos salários projetada (a.a.)	Não aplicável	4,00%	6,09%	6,35%	6,91%	7,17%	6,32%	7,31%
Taxa de aumento dos benefícios projetada (a.a.)	3,75%	Não aplicável	5,68%	4,00%	3,75%	4,00%	Com ACT: 0,35% Com ACT + INSS: 1,86%	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	8,79%	9,60%	8,84%	9,63%	8,79%	9,62%	8,86%	9,57%
Taxa de rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2018	Experiência FUNCEF Novo Plano 2017
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca						
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58						
Entrada em aposentadoria	Masculino: 53 anos Feminino: 48 anos	Experiência entrada em aposentadoria 2016	Experiência entrada em aposentadoria 2016	Experiência entrada em aposentadoria 2016	55 anos para ambos os sexos	100% - 1ª elegibilidade	Experiência entrada em aposentadoria Novo Plano 2016	Experiência entrada em aposentadoria Novo Plano 2016

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.4) Mudança no valor presente da obrigação atuarial dos planos de benefícios

O Valor Presente da Obrigação Atuarial – VPOA representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípua é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
VPOA no início do período	(8.969.176)	(10.122.889)	(13.541.692)	(1.349.664)	(1.422.383)	(1.331.503)	(56.365)	(62.431)	(51.831)
Custo do serviço corrente	(130.546)	(267.236)	(235.069)	-	-	-	-	-	-
Custo de juros	(441.094)	(916.725)	(1.363.490)	(65.022)	(130.106)	(128.240)	(2.741)	(5.553)	(4.751)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(672.725)	817.356	(692.250)	(257.500)	(177.920)	(89.484)	(10.309)	(3.978)	(11.220)
Ajuste de experiência	78.492	676.213	(129.993)	(112.417)	(92.699)	(46.775)	(4.768)	(793)	(7.991)
Alterações premissas demográficas	978.994	978.994	(54.561)	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(1.730.211)	(837.851)	(507.696)	(145.083)	(85.221)	(42.709)	(5.541)	(3.185)	(3.229)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	2.884	5.431	5.371
Benefícios pagos diretamente pela empresa	296.867	572.820	449.102	67.106	125.329	126.844	-	-	-
Custo do serviço passado	-	-	5.260.510	-	-	-	-	-	-
VPOA no final do período	(9.916.674)	(9.916.674)	(10.122.889)	(1.605.080)	(1.605.080)	(1.422.383)	(66.531)	(66.531)	(62.431)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
VPOA no início do período	(53.703.193)	(54.795.804)	(49.346.014)	(6.303.503)	(6.631.222)	(5.083.154)	(414.019)	(426.439)	(341.032)	(1.874.619)	(1.900.692)	(1.206.044)
Custo do serviço corrente	-	-	-	(5.445)	(9.266)	(12.846)	(305)	(1.032)	(2.311)	(2.338)	(8.798)	(4.417)
Custo de juros	(2.622.764)	(5.166.917)	(4.986.596)	(310.514)	(621.394)	(528.933)	(20.144)	(39.713)	(35.185)	(92.921)	(181.928)	(123.833)
Contribuições pagas de participantes	-	(13.923)	(63.575)	(6.909)	(14.913)	(33.523)	(2.314)	(4.391)	(2.088)	(444)	(444)	(701)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(6.119.177)	(4.084.297)	(3.533.846)	(959.308)	(449.580)	(1.225.654)	(61.184)	(42.023)	(75.189)	(224.575)	(158.102)	(647.575)
Ajuste de experiência	289.966	(190.897)	(2.024.881)	(91.375)	96.331	(1.005.924)	(14.123)	(23.370)	(55.743)	(6.073)	(121.430)	(455.811)
Alterações premissas demográficas	-	(285.345)	722.919	(6.936)	(58.329)	(22.363)	-	(1.146)	-	12.676	10.930	(48.930)
Alterações premissas financeiras	(6.409.143)	(3.608.055)	(2.231.884)	(860.997)	(487.582)	(197.367)	(47.061)	(17.507)	(19.446)	(231.178)	(47.602)	(142.834)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	1.566.747	3.182.554	3.134.227	149.603	290.299	252.888	15.187	30.819	29.366	42.905	97.972	81.878
VPOA no final do período	(60.878.387)	(60.878.387)	(54.795.804)	(7.436.076)	(7.436.076)	(6.631.222)	(482.779)	(482.779)	(426.439)	(2.151.992)	(2.151.992)	(1.900.692)

(i.5) Mudança no valor justo dos ativos dos planos de benefícios

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos dos Planos – VJAP:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN Saldo			REG/REPLAN Não saldado		
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
VJAP no início do período	56.365	62.431	51.831	39.603.688	36.376.829	34.863.940	4.822.138	4.346.836	4.256.614
Receitas de juros	2.741	5.553	4.751	1.952.759	3.652.538	3.350.581	238.886	440.939	408.555
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	10.309	3.978	11.220	(445.573)	1.944.408	865.492	30.336	395.064	(120.307)
Contribuições do empregador	-	-	-	395.050	704.943	228.867	32.092	53.790	21.339
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	395.048	838.061	202.116	44.442	71.961	33.523
Benefícios pagos pelo plano	(2.884)	(5.431)	(5.371)	(1.566.747)	(3.182.554)	(3.134.227)	(149.603)	(290.299)	(252.888)
VJAP no final do período	66.531	66.531	62.431	40.334.225	40.334.225	36.376.769	5.018.291	5.018.291	4.346.836

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	REB			Novo Plano		
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
VJAP no início do período	438.313	384.385	318.259	1.373.003	1.187.011	651.598
Receitas de juros	21.578	39.297	31.771	69.035	126.687	79.642
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	(2.327)	45.447	59.524	239.485	336.708	484.284
Contribuições do empregador	2.237	4.227	2.110	23.305	54.422	52.664
Contribuições de participantes do plano	2.314	4.391	2.087	444	444	701
Benefícios pagos pelo plano	(15.187)	(30.819)	(29.366)	(42.905)	(42.905)	(81.878)
VJAP no final do período	446.928	446.928	384.385	1.662.367	1.662.367	1.187.011

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.6) Conciliação do ativo/ (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

O valor líquido do ativo/ passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB			Exercício 2017
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	
VPOA no final do período	(9.916.674)	(9.916.674)	(10.122.889)	(1.605.080)	(1.605.080)	(1.422.383)	(66.531)	(66.531)	(62.431)	
VJAP no final do período	-	-	-	-	-	-	66.531	66.531	62.431	
Superávit/ (déficit) do plano	(9.916.674)	(9.916.674)	(10.122.889)	(1.605.080)	(1.605.080)	(1.422.383)	-	-	-	
Ativo/ (passivo) líquido	(9.916.674)	(9.916.674)	(10.122.889)	(1.605.080)	(1.605.080)	(1.422.383)	-	-	-	

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
Descrição	REG/REPLAN Saldo			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
VPOA no final do período	(60.878.387)	(60.878.387)	(54.795.804)	(7.436.076)	(7.436.076)	(6.631.222)	(482.779)	(482.779)	(426.439)	(2.151.992)	(2.151.992)	(1.900.691)
VJAP no final do período	40.334.225	40.334.225	36.376.829	5.018.291	5.018.291	4.346.836	446.928	446.928	384.385	1.662.367	1.662.367	1.187.011
Superávit/ (déficit) do plano	(20.544.162)	(20.544.162)	(18.418.975)	(2.417.785)	(2.417.785)	(2.284.386)	(35.851)	(35.851)	(42.054)	(489.625)	(489.625)	(713.680)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (<i>Risk Sharing</i>)	10.272.081	10.272.081	9.209.488	1.208.893	1.208.893	1.142.193	17.925	17.925	21.027	244.812	244.812	356.840
Ativo/ (passivo) líquido	(10.272.081)	(10.272.081)	(9.209.487)	(1.208.892)	(1.208.892)	(1.142.193)	(17.926)	(17.926)	(21.027)	(244.813)	(244.813)	(356.840)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.7) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e cesta-alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano	
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2019	649.070	137.900	8.417	3.965.425	373.941	32.580	101.736	
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2020	616.522	127.735	6.603	3.805.993	366.772	30.939	100.680	
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2021	583.815	118.351	6.032	3.647.518	361.226	29.334	98.679	
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2022	554.995	109.623	5.491	3.489.508	352.133	27.780	96.536	
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2023 ou posterior	7.512.272	1.111.471	39.988	45.969.943	5.982.004	362.146	1.754.361	
Total	9.916.674	1.605.080	66.531	60.878.387	7.436.076	482.779	2.151.992	
<i>Duration</i> do passivo atuarial na data-base de 31/12/2018	10,49 anos	8,21 anos	7,06 anos	11,34 anos	13,31 anos	11,11 anos	13,78 anos	

(i.8) Composição percentual dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Renda Fixa	54,24%	58,71%	55,48%	58,30%	63,41%	61,42%	72,14%	69,93%
Renda Variável	26,00%	22,01%	27,94%	25,06%	24,25%	24,64%	18,92%	20,30%
Investimentos Estruturados	2,69%	5,10%	2,58%	4,68%	2,98%	4,34%	2,12%	2,89%
Investimentos Imobiliários	11,84%	11,26%	10,68%	10,49%	3,37%	3,33%	0,53%	0,50%
Operações com Participantes	2,97%	2,92%	1,49%	1,47%	5,22%	6,27%	6,16%	6,38%
Outros Investimentos	2,26%	-	1,83%	-	0,77%	-	0,13%	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.9) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Carteira própria	2.593.638	3.497.274	220.283	309.564	180.633	202.240	1.221.920	1.132.507
Fundos de Investimento – Gestão própria	34.604.432	30.998.731	4.248.557	3.790.929	1.929.432	1.596.129	13.865.531	11.229.442
Imóveis - Locados à CAIXA	5.117.751	4.564.415	540.911	488.750	71.906	63.493	77.256	63.393
Total	42.315.821	39.060.420	5.009.751	4.589.243	2.181.971	1.861.862	15.164.707	12.425.342

(i.10) (Despesas)/ Receitas e Pagamentos esperados para o semestre

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
	(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)						
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano	
	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019
Custo do serviço corrente	(126.125)	-	-	(8.893)	(578)	(21.353)	
Custo de juros sobre o VPOA	(420.687)	(66.494)	(2.632.709)	(649.388)	(20.865)	(96.513)	
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	1.748.369	437.853	19.493	73.092	
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o efeito da obrigação atuarial (<i>Risk Sharing</i>)	-	-	451.574	106.916	686	10.851	
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(546.812)	(66.494)	(432.766)	(113.512)	(1.264)	(33.923)	

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
	Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano	
	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019
Benefícios	324.535	68.950	-	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	-	6.968	2.259	23.213
Contribuições extraordinárias	-	-	-	427.824	19.394	20	525
Total dos pagamentos esperados para o plano	324.535	68.950	427.824	26.362	2.279	23.738	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.11) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						Exercício 2018	
	Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)							
	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Aging Factor			
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%		
Saúde CAIXA								
Custo dos juros	(418.044)	(422.780)	(421.225)	(420.047)	(510.994)	(352.162)	(441.094)	
Valor presente das obrigações atuariais	(9.845.796)	(9.974.803)	(9.662.782)	(10.183.047)	(12.079.297)	(8.282.256)	(9.916.674)	
Auxílio e cesta-alimentação								
Custo dos juros	(64.709)	(66.494)	(65.970)	(66.991)	Não aplicável	Não aplicável	(65.022)	
Valor presente das obrigações atuariais	(1.563.827)	(1.605.080)	(1.638.290)	(1.573.121)	Não aplicável	Não aplicável	(1.605.080)	
EX-PREVHAB								
Custo dos juros	(2.618)	(2.734)	(2.697)	(2.652)	Não aplicável	Não aplicável	(2.741)	
Valor presente das obrigações atuariais	(65.194)	(67.891)	(65.268)	(67.839)	Não aplicável	Não aplicável	(66.531)	
REG/REPLAN Saldado								
Custo dos juros	(2.549.794)	(2.625.431)	(2.594.547)	(2.582.940)	Não aplicável	Não aplicável	(2.622.764)	
Valor presente das obrigações atuariais	(59.983.663)	(61.704.203)	(59.369.910)	(62.457.170)	Não aplicável	Não aplicável	(60.878.387)	
REG/REPLAN Não saldado								
Custo dos serviços	5.732	(603)	1.503	2.177	Não aplicável	Não aplicável	(5.445)	
Custo dos juros	(321.024)	(336.105)	(328.130)	(329.553)	Não aplicável	Não aplicável	(310.514)	
Valor presente das obrigações atuariais	(7.446.566)	(7.787.598)	(7.403.280)	(7.856.239)	Não aplicável	Não aplicável	(7.436.076)	
REB								
Custo dos serviços	(235)	(348)	(278)	(278)	Não aplicável	Não aplicável	(305)	
Custo dos juros	(10.436)	(10.440)	(10.564)	(10.614)	Não aplicável	Não aplicável	(20.144)	
Valor presente das obrigações atuariais	(469.535)	(496.702)	(488.469)	(490.721)	Não aplicável	Não aplicável	(482.779)	
Novo Plano								
Custo dos serviços	(19.288)	(20.630)	(18.601)	(21.486)	Não aplicável	Não aplicável	(2.338)	
Custo dos juros	(93.316)	(96.123)	(93.748)	(95.834)	Não aplicável	Não aplicável	(92.921)	
Valor presente das obrigações atuariais	(2.130.722)	(2.194.063)	(2.082.468)	(2.250.272)	Não aplicável	Não aplicável	(2.151.992)	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
REB	21.990	43.466	43.014
Novo Plano	430.236	843.076	841.409
Total	452.226	886.542	884.423

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
Causas judiciais	6.872	19.063	7.674
Total	6.872	19.063	7.674

Nota 30 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública, é permitido ao pessoal-chave da administração a realização de operações de empréstimos ou adiantamentos nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.

(a) Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da União. Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo e demais órgãos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os títulos públicos federais estão relacionados na Nota 6, os ativos com o FCVS são demonstrados na Nota 7, os tributos com o governo são apresentados na nota 20 e os dividendos e JCP a serem pagos ao tesouro são apresentados na Nota 19 (e).

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu relacionamento com a União, que em 31/12/2018, totalizavam R\$ 2.229.296 (31/12/2017 – 2.231.047). Do montante apresentado em 31/12/2018, R\$ 1.687.530 está constituído por saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos.

(b) Controladas

Considerando o período coberto pelas demonstrações contábeis, A CAIXA realiza negócios por meio de suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Seguridade e CAIXA Instantânea, a CAIXA controla também de forma indireta a CAIXA Holding Securitária S.A. por meio da CAIXA Seguridade, e o FIP Veneza por meio da CAIXAPAR.

(c) Controladas em Conjunto

Se enquadram como partes relacionadas as entidades nas quais a CAIXA participa em regime de controle conjunto por meio de suas subsidiárias CAIXAPAR e CAIXA Seguridade. Por meio da CAIXAPAR são controladas em conjunto: Banco Pan, Elo Serviços, Caixa Crescer, Capgemini, Tecban, Caixa Imóveis, Quod e Branes. Por meio da CAIXA Holding Securitária S.A. são controladas em conjunto da CAIXA, a PAN Corretora e a Too Seguros (antiga PAN Seguros).

A CAIXA mantém com a Capgemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a Tecban, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 31/12/2018, o montante dos numerários da CAIXA em poder da Tecban era de R\$ 2.654.034 (31/12/2017 – R\$ 2.414.846). A Elo presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento.

A Galgo Sistemas de Informações S.A. se enquadra como controlada em conjunto diretamente na CAIXA.

(d) Coligadas

A CAIXA Seguros Holding S.A. é uma entidade coligada constituída com o objetivo de participar nas empresas do Grupo CAIXA Seguros e apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Securitárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda., Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A., Youse Seg Participações Ltda., CNPX S.A.S, CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., WIZ Soluções e Corretagem de Seguros S.A., Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguridade, incluindo suas investidas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

A Cibrasec se enquadra como coligada indireta por meio da CAIXAPAR.

(e) Pessoal Chave da Administração

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se enquadram como pessoal chave da administração as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, direta ou indiretamente, considerando-se também membros até 2º grau da família e entidade jurídica dos quais se pode esperar que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios com a entidade. Na CAIXA se enquadram como pessoal chave com responsabilidades diretas e indiretas nas atividades, o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos.

(f) Outras Partes Relacionadas

As entidades que são controladas, ou sofrem influência significativa de forma direta ou indireta da União estão classificadas no item “Outras entidades”. Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo, tais como: Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste e Emgea, além dos fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como o FAT, FAR, FMM, FCVS e FIES.

Inclui também a Funcef, entidade que administra plano de benefícios pós emprego dos funcionários da CAIXA, que mantém com ela contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da Funcef.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os quadros a seguir apresentam os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades.

Descrição	INDIVIDUAL						31/12/2017					
	31/12/2018						31/12/2017					
	Controladora	Controladas (1)	Controlada em conjunto (2)	Coligadas (3)	Pessoal Chave da Administração	Outras entidades (4)	Controladora	Controladas	Controlada em conjunto	Coligadas	Pessoal Chave da Administração	Outras entidades
ATIVO:	2.229.296	108.159	10.259.752	2.407.380	10.830	16.225.278	2.231.047	287.469	13.756.538	2.415.871	10.969	13.020.453
Aplicações interfinanceiras de liquidez (5)	-	-	7.016.623	-	-	999.998	-	-	9.813.349	-	-	55.401
Títulos e Valores Mobiliários (6)	-	-	-	2.396.408	-	7.556.421	-	-	-	2.387.905	-	5.268.376
Rendas a receber	566.374	98.970	2.732	10.687	-	537.182	546.985	282.522	1.392	27.966	-	554.745
Operações de crédito (7)	46.139	-	17.109	317	12.067	6.814.032	81.428	-	9.432	-	12.257	6.825.569
Provisões para operações de crédito	-	-	(261)	(32)	(1.237)	-	(9.988)	-	(144)	-	(1.288)	-
Outros créditos (8)	1.616.783	9.189	2.550.773	-	-	329.901	1.612.622	4.947	3.339.036	-	-	332.266
Provisões para outros créditos	-	-	-	-	-	(68.952)	-	-	-	-	-	(20.182)
Outros valores e bens	-	-	672.776	-	-	56.696	-	-	593.473	-	-	4.278
PASSIVO:	5.503.876	789.741	2.595.441	6.800.295	116.141	33.828.302	4.316.822	1.031.199	1.685.020	8.252.915	63.842	43.759.586
Depósitos à vista	2.146	94	40.638	31.591	2.329	17.879	2.202	299	48.398	52.009	1.834	124.080
Depósitos poupança	206.700	-	23	9.274	15.695	1.498	-	-	-	24.054	12.056	2.091
Depósitos à prazo	-	789.647	16.600	-	98.117	29.593	-	894.765	15.033	-	49.952	19.722
Depósitos especiais de fundos e programas	69.593	-	-	-	-	1.357.837	7.914	-	-	-	-	3.340.121
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-	-	136.135	-	-	-	-
Repasses do país - instituições oficiais (9)	369.371	-	-	-	-	31.160.058	399.978	-	-	-	-	33.195.944
Obrigações de obrigações com loterias	284.786	-	-	-	-	76.990	27.332	-	-	-	-	7.311
Obrigações por fundos e programas sociais	4.508.837	-	-	-	-	284.474	3.820.288	-	-	-	-	267.282
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.481	-	-	-	-	834.464	1.481	-	-	-	-	6.744.281
Obrigações diversas (10)	60.962	-	2.538.180	6.759.430	-	65.509	57.627	-	1.621.589	8.176.852	-	58.754

(1) Refere-se principalmente às transações com a CAIXAPAR, CAIXA Seguridade, Caixa Instantânea e Caixa Holding Securitária S.A.

(2) Composto principalmente pelas transações com Banco Pan, Capgemini, Elo Serviços, Crescer, Tecban, Branes, Pan Corretora e Too Seguros.

(3) Refere-se principalmente às transações com a Cibrasec e Grupo CAIXA Seguros.

(4) Composto principalmente por transações com a Petrobras, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BNDES, Paranapanema S.A, Funcef, Emgea, FAR, FCVS e FDS. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota Explicativa 7.

(5) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto corresponde ao Banco Pan e o saldo de Outras entidades é referente ao Banco do Brasil.

(6) A totalidade do saldo em Coligadas se referem a certificados de recebíveis imobiliários da Cibrasec. Do saldo total de Outras entidades, cerca de R\$7.388.538 se referem a ações da Petrobras. Os títulos e valores mobiliários com a União são apresentados na Nota Explicativa 6 (a).

(7) A totalidade do saldo de Operações de crédito de Outras entidades corresponde à Petrobras.

(8) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto se refere ao prêmio em operações de aquisição de carteiras com o Banco Pan.

(9) A totalidade do saldo de Outras entidades é de repasses do BNDES (Nota explicativa 17).

(10) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto é referente ao Banco Pan. O saldo de Coligadas é referente às obrigações constituídas nas operações de cessão com coobrigação com a Cibrasec.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CONSOLIDADO									
	Controladora	Controlada em conjunto (1)	Coligadas (2)	Pessoal Chave da Administração	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada em conjunto	Coligadas	Pessoal Chave da Administração	Outras entidades
ATIVO:	2.229.296	10.259.752	2.407.380	10.830	16.225.278	2.231.047	13.756.538	2.415.871	10.969	13.020.453
Aplicações interfinanceiras de liquidez (4)	-	7.016.623	-	-	999.998	-	9.813.349	-	-	55.401
Títulos e Valores Mobiliários (5)	-	-	2.396.408	-	7.556.421	-	-	2.387.905	-	5.268.376
Rendas a receber	566.374	2.732	10.687	-	537.182	546.985	1.392	27.966	-	554.745
Operações de crédito (6)	46.139	17.109	317	12.067	6.814.032	81.428	9.432	-	12.257	6.825.569
Provisões para operações de crédito	-	(261)	(32)	(1.237)	-	(9.988)	(144)	-	(1.288)	-
Outros créditos (7)	1.616.783	2.550.773	-	-	329.901	1.612.622	3.339.036	-	-	332.266
Provisões para outros créditos	-	-	-	-	(68.952)	-	-	-	-	(20.182)
Outros valores e bens	-	672.776	-	-	56.696	-	593.473	-	-	4.278
PASSIVO:	5.503.876	2.621.665	6.800.295	116.141	33.828.302	4.316.822	1.688.495	8.252.915	63.842	43.759.586
Depósitos à vista	2.146	40.638	31.591	2.329	17.879	2.202	48.398	52.009	1.834	124.080
Depósitos poupança	206.700	23	9.274	15.695	1.498	-	-	24.054	12.056	2.091
Depósitos à prazo	-	16.600	-	98.117	29.593	-	15.033	-	49.952	19.722
Depósitos especiais de fundos e programas	69.593	-	-	-	1.357.837	7.914	-	-	-	3.340.121
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Repasses do país - instituições oficiais (8)	369.371	-	-	-	31.160.058	399.978	-	-	-	33.195.944
Obrigações de obrigações com loterias	284.786	-	-	-	76.990	27.332	-	-	-	7.311
Obrigações por fundos e programas sociais	4.508.837	-	-	-	284.474	3.820.288	-	-	-	267.282
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.481	-	-	-	834.464	1.481	-	-	-	6.744.281
Obrigações diversas (9)	60.962	2.564.404	6.759.430	-	65.509	57.627	1.625.064	8.176.852	-	58.754

(1) Composto principalmente pelas transações com Banco Pan, Capgemini, Elo Serviços, Crescer, Tecban, Branes, Pan Corretora e Too Seguros.

(2) Refere-se principalmente às transações com a Cibrasec e Grupo CAIXA Seguros.

(3) Composto principalmente por transações com a Petrobras, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BNDES, Paranapanema S.A, Funcf, Emgea, FAR, FCVS e FDS. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota Explicativa 7.

(4) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto corresponde ao Banco Pan e o saldo de Outras entidades é referente ao Banco do Brasil.

(5) A totalidade do saldo em Coligadas se refere a certificados de recebíveis imobiliários da Cibrasec. Do saldo total de Outras entidades, cerca de R\$7.388.538 se refere a ações da Petrobras. Os títulos e valores mobiliários com a União são apresentados na Nota Explicativa 6 (a).

(6) A totalidade do saldo de Operações de crédito de Outras entidades corresponde à Petrobras.

(7) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto se refere ao prêmio em operações de aquisição de carteiras com o Banco Pan.

(8) A totalidade do saldo de Outras entidades se refere aos repasses do BNDES (Nota explicativa 17).

(9) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto é referente ao Banco Pan e o saldo de Coligadas é referente às obrigações constituídas nas operações de cessão com coobrigação com a Cibrasec.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os quadros a seguir apresentam os saldos que compõem o resultado decorrente de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	INDIVIDUAL									
	2º semestre - 2018					2º semestre - 2017				
	Controladora	Controladas (1)	Controlada em conjunto (2)	Coligadas (3)	Outras entidades (4)	Controladora	Controladas	Controlada em conjunto	Coligadas	Outras entidades
RECEITAS:	520.071	3.953	873.176	92.275	1.673.953	487.533	4.214	825.227	96.537	1.185.277
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	259.332	-	1	-	-	436.067	-	552
Rendas prestação serviços	395.396	185	278.299	92.275	568.609	391.608	320	266.330	96.537	460.716
Outras receitas operacionais	124.675	3.768	335.545	-	1.105.343	95.925	3.894	122.830	-	724.009
DESPESAS:	(21.111)	(32.634)	(1.168.036)	(423.244)	(3.055.076)	(34.775)	(43.108)	(969.594)	(340.955)	(2.376.067)
Captação no mercado	(16.476)	(32.634)	(781)	-	(188.289)	(22.757)	(43.108)	(294)	-	(276.118)
Pessoal (5)	-	-	-	-	(469.224)	-	-	-	-	(441.797)
Administrativas (5)	-	-	-	-	(16.862)	-	-	-	-	(37.973)
Venda ou transferência de ativos financeiros (6)	-	-	-	(423.223)	-	-	-	-	(340.955)	-
Outras despesas operacionais (7)	(4.635)	-	(1.167.255)	(21)	(2.380.701)	(12.018)	-	(969.300)	-	(1.620.179)
	Exercício - 2018					Exercício - 2017				
RECEITAS:	1.045.074	7.982	1.591.657	187.879	2.915.286	1.011.687	19.648	1.785.103	189.581	2.720.919
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	523.463	-	43	-	-	1.095.629	-	1.955
Rendas prestação serviços	805.198	585	605.491	187.879	968.985	780.661	462	527.356	189.581	874.315
Outras receitas operacionais	239.876	7.397	462.703	-	1.946.258	231.026	19.186	162.118	-	1.844.649
DESPESAS:	(42.466)	(68.685)	(2.271.686)	(805.671)	(5.049.444)	(71.766)	(105.616)	(1.931.651)	(769.468)	(4.566.929)
Captação no mercado	(33.537)	(68.685)	(1.108)	-	(434.745)	(53.558)	(105.616)	(498)	-	(585.445)
Pessoal (5)	-	-	-	-	(894.008)	-	-	-	-	(887.759)
Administrativas (5)	-	-	-	-	(62.143)	-	-	-	-	(73.677)
Venda ou transferência de ativos financeiros (6)	-	-	-	(805.650)	-	-	-	-	(769.468)	-
Outras despesas operacionais (7)	(8.929)	-	(2.270.578)	(21)	(3.658.548)	(18.208)	-	(1.931.153)	-	(3.020.048)

(1) Refere-se principalmente às transações com a CAIXAPAR, CAIXA Seguridade, Caixa Instantânea e Caixa Holding Seguritária S.A.

(2) Refere-se às transações com o Banco Pan, Elo, Tecban e Capgemini.

(3) Refere-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

(4) Refere-se, principalmente, às transações com BNDES, FCVS, Funcef, FAR e FAT.

(5) Transações com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com a Funcef são apresentados na nota explicativa 29.

(6) A totalidade do saldo é referente a transações de cessão de carteira com a Cibrasec (Nota explicativa 8 (f.2)).

(7) O saldo referente a Controladas em conjunto é composto essencialmente pelas despesas com taxa de performance relativas à aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco PAN e pelas despesas de transações de clientes em terminais de auto atendimento da Tecban.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CONSOLIDADO							
	2º semestre - 2018				2º semestre - 2017			
	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada em conjunto	Coligadas	Outras entidades
RECEITAS:	520.071	873.176	399.737	1.673.953	487.533	825.227	338.306	1.185.277
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	259.332	-	1	-	436.067	-	552
Rendas prestação serviços	395.396	278.299	92.275	568.609	391.608	266.330	96.537	460.716
Outras receitas operacionais	124.675	335.545	307.462	1.105.343	95.925	122.830	241.769	724.009
DESPESAS:	(21.111)	(1.168.036)	(423.244)	(3.056.241)	(34.775)	(969.594)	(340.955)	(2.377.026)
Captação no mercado	(16.476)	(781)	-	(188.289)	(22.757)	(294)	-	(276.118)
Pessoal (4)	-	-	-	(470.389)	-	-	-	(442.756)
Administrativas (4)	-	-	-	(16.862)	-	-	-	(37.973)
Venda ou transferência de ativos financeiros (5)	-	-	(423.223)	-	-	-	(340.955)	-
Outras despesas operacionais (6)	(4.635)	(1.167.255)	(21)	(2.380.701)	(12.018)	(969.300)	-	(1.620.179)
	Exercício - 2018				Exercício - 2017			
RECEITAS:	1.045.074	1.591.657	853.763	2.915.286	1.011.689	1.785.103	695.768	2.720.919
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	523.463	-	43	-	1.095.629	-	1.955
Rendas prestação serviços	805.198	605.491	187.879	968.985	780.663	527.356	189.581	874.315
Outras receitas operacionais	239.876	462.703	665.884	1.946.258	231.026	162.118	506.187	1.844.649
DESPESAS:	(42.466)	(2.271.686)	(805.671)	(5.051.457)	(71.766)	(1.931.651)	(769.468)	(4.568.034)
Captação no mercado	(33.537)	(1.108)	-	(434.745)	(53.558)	(498)	-	(585.445)
Pessoal (4)	-	-	-	(896.021)	-	-	-	(888.864)
Administrativas (4)	-	-	-	(62.143)	-	-	-	(73.677)
Venda ou transferência de ativos financeiros (5)	-	-	(805.650)	-	-	-	(769.468)	-
Outras despesas operacionais (6)	(8.929)	(2.270.578)	(21)	(3.658.548)	(18.208)	(1.931.153)	-	(3.020.048)

(1) Refere-se às transações com o Banco Pan, Elo, Tecban e Capgemini.

(2) Refere-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

(3) Refere-se, principalmente, às transações com BNDES, FCVS, Funcief, FAR e FAT.

(4) Transações com a Funcief. Os ativos e passivos atuariais com a Funcief são apresentados na nota explicativa 29.

(5) A totalidade do saldo é referente a transações de cessão de carteira com a Cibrasec (Nota explicativa 8 (f.2)).

(6) O saldo referente a Controladas em conjunto é composto essencialmente pelas despesas com taxa de performance relativas à aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco PAN e pelas despesas de transações de clientes em terminais de auto atendimento da Tecban.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Média salarial

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	31/12/2018 (valores em R\$)		31/12/2017 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.197	53.963	56.196	45.163
Salário médio	45.148	9.905	45.346	9.207
Menor salário	41.868	2.832	41.867	2.697
Benefícios	7.392	2.662	7.192	2.217

(h) Remuneração do pessoal-chave da administração

O montante da remuneração global dos administradores e conselheiros fiscais da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos) são apresentados como segue:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	16.687	38.143	19.016	33.952
Proventos	10.193	20.876	10.068	21.170
Diretoria	8.634	17.703	8.796	18.745
Conselho de Administração	241	430	182	373
Conselho Fiscal	161	336	173	320
Comitê de Auditoria	755	1.604	817	1.632
Comitê Independente de Risco	402	803	100	100
Remuneração variável	2.265	8.906	4.395	4.440
Diretoria	2.265	8.906	4.395	4.440
Benefícios	604	1.141	550	960
Diretoria	604	1.141	550	960
Treinamento	41	70	127	306
Encargos Sociais	3.584	7.150	3.876	7.076
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	106	899	10	1.907
Benefícios pós emprego	599	1.231	703	1.465
Previdência Complementar	599	1.231	703	1.465

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio moradia, plano de saúde e seguro de vida aos membros da diretoria

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, conselho de administração e conselho fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal chave da administração.

As Garantias Financeiras Prestadas são apresentadas na Nota Explicativa 28.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

Os riscos considerados como relevantes são: Risco de Crédito; Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco Operacional; Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação; Risco de Estratégia; Risco de Reputação, Risco Socioambiental, Risco de Contágio, Risco Atuarial e Risco de Concentração, Risco Cibernético e Risco de TI.

Em atendimento à Resolução CMN nº4.502/2016 as instituições financeiras devem elaborar plano de recuperação objetivando o restabelecimento dos níveis adequados de capital e liquidez, bem como preservar a viabilidade da instituição e a estabilidade regular do Sistema Financeiro Nacional, em resposta a situações de estresse.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, bem como do Plano de Recuperação está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Relações com Investidores, Gerenciamento de Riscos, Relatórios de Gerenciamento de Risco e Capital.

(a) Cálculo da exigência de capital regulamentar

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência – PR	101.215.559	93.464.469
Nível I	66.503.842	59.387.930
Capital Principal – CP	66.503.842	59.387.930
Patrimônio líquido ⁽¹⁾	81.241.695	71.383.553
Ajustes prudenciais	(14.737.853)	(11.995.623)
Capital Complementar – CC	-	-
Nível II	34.711.716	34.076.539
Ativos ponderados pelo risco – RWA	516.533.740	529.502.315
Risco de crédito – RWA _{CPAD}	432.975.408	458.355.599
Risco de mercado – RWA _{MPAD}	12.041.702	9.657.268
Risco operacional – RWA _{OPAD}	71.516.630	61.489.448
Adicional de Capital Principal - ACP	12.267.676	7.942.535
Patrim. de Referência Mínimo Requerido - PRMR (RWA*Fator F) + ACP	56.818.711	56.921.499
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	3.082.991	1.333.900
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	41.313.856	35.209.070
Índice de capital principal (CP / RWA)	12,88%	11,22%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	12,88%	11,22%
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,60%	17,65%
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	8,63%	9,25%

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2018 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(183.361)	(4.511.866)	(8.822.716)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(31.604)	(1.015.576)	(2.659.301)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(111.600)	(1.884.192)	(2.498.936)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(1)	(13)	(24)

Nota 32 – Outras informações

(a) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fundos de ações	18.879.408	14.068.151
Fundos de investimento financeiro	238.972.156	202.325.000
Fundos de investimento em cotas - FIC (1)	179.752.078	142.961.908
Total	437.603.642	359.355.059

(1) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 97.047 em 31/12/2018 (31/12/2017 - R\$ 100.188), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) Relações Interfinanceiras

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação a dezembro de 2017, o aumento de R\$ 8.332.835 apresentado nas Relações Interfinanceiras se refere à reclassificação de saldos relativos à rotina de transações de pagamento – cartão de crédito do grupo Outras Obrigações para o grupo de Relações Interfinanceiras.

Nota 33 - Eventos subsequentes**(a) Processo de seleção de Vice-presidentes**

Por ocasião do processo de seleção de Vice-presidentes, foram escolhidos cinco novos dirigentes para a Instituição.

Em relação ao 2º ciclo de seleção, iniciado em outubro de 2018:

Para a Vice-presidência de Tecnologia da Informação foi escolhido o Senhor Cláudio Salituro. Graduado em Informática com MBA em Gestão Empresarial pela FGV, possui 34 anos de experiência na área de tecnologia da informação, exercendo cargos estratégicos em empresas nacionais e multinacionais nos segmentos financeiro, cartão de crédito, varejo, prestação de serviços e telecomunicações, entre as quais destacam-se: Cielo, Fidelity, IBI e Orbitall.

Para a Vice-presidência Administração e Gestão de Ativos de Terceiros, foi escolhida a Senhora Luciane Ribeiro. Graduada em Economia com formação no programa de liderança (Authentic Leadership Program) pela Harvard Business School. Possui mais de 35 anos de experiência em grandes instituições financeiras nacionais e internacionais, exercendo cargos CEO de Asset Management nos bancos Santander, ABN Amro e Safra. Foi Diretora e é atual membro do Conselho de Regulação de Fundos da ANBIMA. Também é membro do Conselho da Women Leadership in Latin America e do Comitê de Investimentos do Fundo de Pensão das Nações Unidas.

Em relação ao 3º ciclo de Seleção, iniciado em janeiro de 2019:

Para a Vice-presidência de Finanças e Controladoria, foi escolhido o Senhor André Tosello Laloni. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e com MBA pela Darden Graduate School of Business Administration - University of Virginia. Possui grande conhecimento do mercado financeiro nacional e internacional, tendo ocupado cargos estratégicos nos bancos UBS, Barclays, Goldman Sachs e Unibanco.

Para a Vice-presidência de Clientes, Negócios e Transformação Digital, foi escolhido o Senhor Valter Gonçalves Nunes. Graduado em Comunicação. Empregado de carreira, com 35 anos de atuação na CAIXA, exercendo cargos estratégicos de Superintendente Regional e Diretor Executivo de Atendimento e Negócios e do FGTS.

Para a Vice-presidência Gestão de Pessoas, foi escolhido o Senhor Roney de Oliveira Granemann. Graduado em Economia com pós-graduação em Finanças e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Empregado de carreira, com 29 anos de atuação na CAIXA, exercendo cargos estratégicos de Superintendente Regional da Rede de Atendimento e Diretor Executivo de Gestão de Pessoas.

Os nomes foram eleitos pelo Conselho de Administração da empresa, em reunião realizada nos dias 24/01/2019 (2º ciclo) e 25/02/2019 (3º ciclo) e tomaram posse na presente data.

(b) Aquisição de ações em Aumento de Capital - CAIXAPAR

A CAIXAPAR, subsidiária da CAIXA e acionista do Banco PAN, notificou o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital, de forma que, após as competentes aprovações, a composição do capital total da Companhia passará a ser de: (i) 41,7% para CAIXAPAR; (ii) 41,7% para o BTG Pactual e (iii) 16,6% para os acionistas minoritários.

Pedro Duarte Guimarães
Presidente

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cláudio Salituro
Vice-presidente

Jair Luis Mahl
Vice-presidente

João Eduardo de Assis Pacheco Dacache
Vice-presidente

Júlio Cesar Volpp Sierra
Vice-presidente

Mozart de Oliveira Farias
Vice-presidente

Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante
Vice-presidente em exercício
Portaria PRESI nº 0416/2019, de 20/03/2019

Paulo Henrique Angelo Souza
Vice-presidente

Roney de Oliveira Granemann
Vice-presidente

Tatiana Thomé de Oliveira
Vice-presidente em exercício
Portaria PRESI nº 0312/19, de 28/02/2019

Valter Gonçalves Nunes
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**SEGUNDO SEMESTRE DE 2018****1. Introdução**

O Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros independentes, nomeados pelo CA. O COAUD atua como único para a Instituição Financeira CAIXA e para sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR. Tem como principais responsabilidades o monitoramento do processo de elaboração e da qualidade das demonstrações contábeis, da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e da efetividade e independência das auditorias interna e independente. Atua com autonomia e independência como órgão de assessoramento, sem poder decisório ou com funções executivas. Suas atribuições são definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 3.198/2004, Estatuto Social da CAIXA e por seu Regimento Interno, disponível no site <http://www.caixa.gov.br>.

2. Responsabilidades

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O Comitê Independente de Riscos (CORIS) assessorá o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Comitê de Partes Relacionadas (COPAR) assessorava o CA em suas funções relativas às transações relevantes da instituição realizadas com partes relacionadas.

O processo de supervisão efetuado pelo COAUD baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações realizadas pelas diversas áreas de negócio e de suporte, no resultado do trabalho dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade, além das próprias análises decorrentes da atuação de supervisão e monitoramento do Comitê.

3. Atividades do período

Durante o segundo semestre de 2018, em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho aprovado pelo CA, o Comitê promoveu reuniões, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da CAIXA, auditorias interna e independente, e comitês de assessoramento ao CA, com destaque para o Comitê Independente de Riscos (CORIS). Nessas reuniões abordou, em vista da natureza de suas atividades, assuntos relacionados a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, ouvidoria e tecnologia da informação. Também participou de todas as reuniões do CA da CAIXA, o que favoreceu acesso a informações sobre o desenvolvimento da instituição.

Nos debates realizados com os gestores das diversas áreas foram identificadas recomendações de ações corretivas que se encontram devidamente registradas em Atas.

I - Órgãos reguladores e de controle

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e de controle, das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e a área de Controles Internos sobre o *follow-up* desses apontamentos. Também manteve reuniões com representantes do BACEN no período.

II - Auditoria interna

Com a equipe de auditoria interna, realizou reuniões para acompanhamento do planejamento, dos resultados dos principais trabalhos, conclusões, relatórios emitidos e respectivas recomendações. A avaliação da objetividade, independência, eficácia e eficiência da Auditoria Interna é parte das atribuições do Comitê e foi realizada formalmente, sendo seus resultados discutidos com o gestor da área para aprimoramento quando aplicável.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

III - Auditoria independente

O Comitê também avaliou formalmente a objetividade e independência dos auditores independentes, a qualidade e efetividade dos trabalhos realizados e seu relacionamento com o Comitê. Durante o período, manteve um canal regular de comunicação com os auditores e realizou reuniões para acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, com destaque para aspectos contábeis relevantes com impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do segundo semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, deficiências e recomendações de melhoria reportadas no relatório de controles internos do primeiro semestre de 2018, principais assuntos de auditoria (PAA), ênfase relacionada a créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e ressalva sobre a impossibilidade de determinar a necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados à investigação em andamento de supostos atos ilegais por parte de certos administradores e ex-administradores. Com relação à ressalva, o COAUD tem discutido e ponderado seus possíveis efeitos com a auditoria independente e o CA. Durante o período, o COAUD acompanhou o processo de prorrogação do contrato com os auditores independentes, apresentando sua recomendação ao CA.

IV - Controles internos, conformidade e gerenciamento de riscos

O Comitê realizou reuniões com as áreas responsáveis com o objetivo de acompanhar os aspectos relativos à qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e de capital existentes, incluindo reuniões com o CORIS. O COAUD monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o CORIS. Também vem acompanhando os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

V - Ouvidoria

Durante o período, o Comitê manteve reuniões com o Ouvidor da instituição para conhecimento do Relatório da Ouvidoria e do Relatório Semestral de Denúncias, elaborados em consonância com as Resoluções 4.433/2015 e 4.567/17 do Conselho Monetário Nacional. O Comitê também vem acompanhando a efetividade do Canal de Denúncias da CAIXA e a contratação de empresa independente para sua operação.

VI - Demonstrações contábeis

O Comitê revisou as Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, emitido com ressalva em 28 de março de 2019. Reuniu-se com os auditores independentes e responsáveis pela elaboração dessas demonstrações, previamente à sua divulgação, para discussão de práticas e temas contábeis relevantes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

VII – Partes Relacionadas

O COAUD avalia e monitora, em conjunto com a Administração, o COPAR e a Auditoria Interna, a adequação dos processos relacionados às transações com partes relacionadas.

VIII – Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Segurança da Informação

O Comitê manteve reuniões com as áreas responsáveis para conhecimento e acompanhamento dos processos e medidas adotadas para mitigação de riscos e tratamento dado às principais ocorrências no período.

IX - Outras atividades

Em complemento às atividades descritas anteriormente, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê também esteve envolvido nos seguintes assuntos durante o segundo semestre de 2018: (i) acompanhamento, junto às áreas responsáveis, dos processos relativos à avaliação da coerência das premissas e cálculos atuariais dos planos de previdência e de cobertura dos planos de saúde da CAIXA; (ii) acompanhamento do contencioso trabalhista, tributário e cível, incluindo o possível impacto, nas demonstrações contábeis da CAIXA, dos passivos contingentes classificados como possíveis pela Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF); (iii) revisão, pela Administração, da estrutura de governança corporativa dos fundos de governos geridos, operados e/ou administrados pela CAIXA; e (iv) acompanhamento do tema segurança cibernética.

Durante o período, os membros do Comitê participaram de atividades e programas de atualização em temas relacionados às suas atividades e realizaram a autoavaliação anual.

O Comitê apresentou relatos periódicos de suas atividades ao CA e reuniu-se com o Conselho Fiscal (CF).

4. Conclusões

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, reconhecendo a necessidade de aprimoramento em alguns processos corporativos e, sobretudo, de investimento em atualização tecnológica, concluiu que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, ponderados o porte e a complexidade da instituição;
- ii) a auditoria interna mostra-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- iii) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência;
- iv) todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido com ressalva, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da CAIXA, ponderados os possíveis efeitos de eventuais ajustes ou divulgações adicionais relacionados à ressalva dos Auditores Independentes.

Brasília, DF, 28 de março de 2019.

ALBERTO EMMANUEL CARVALHO WHITAKER

CARLOS ROBERTO MATAVELLI

CARLA ALESSANDRA TREMATORE
Presidente

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório do Auditor Independente

Aos Administradores e Acionista
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA e da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 2(d) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais nas operações citadas na referida Nota, a administração da CAIXA tomou conhecimento de supostos atos ilegais por parte de certos administradores e ex-administradores. Em decorrência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, foi constituído um Comitê Independente específico e contratados especialistas independentes para conduzir investigações relacionadas às alegações e identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e os eventuais consequentes impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Consequentemente não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esses assuntos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação à CAIXA e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ênfase**Créditos com o FCVS**

Chamamos a atenção para a Nota 7(b) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2018, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 28.272 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam a R\$ 13.368 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 4.540 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 19.443 milhões, em 31 de dezembro de 2018, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, considerando que as ações relacionadas à referida investigação estão em andamento, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da CAIXA e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, exceto pela inclusão do PAA sobre Provisão para perdas de bens não de uso próprio – BNDU, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria****Provisão para crédito de liquidação
duvidosa (Notas 3(h) e 8)**

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos alinhados com a Resolução do Conselho Monetário Nacional no. 2.682, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, essa área foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Procedemos ao entendimento e testes dos controles internos relevantes na mensuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: aprovação da política de crédito; análise de crédito; concessão de crédito e operações renegociadas; atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; processamento e contabilização das provisões; reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e elaboração das notas explicativas.

Efetuamos, também, testes em relação a integridade e totalidade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, bem como confronto dos saldos contábeis e as informações divulgadas nas notas explicativas com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis em relação ao previsto nas normas regulamentares e nas políticas internas para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria****Crédito tributário (Notas 3(i) e 20)**

O crédito tributário decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos, bem como de prejuízos fiscais, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização do mesmo.

A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários de curto e longo prazo e que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA e de suas investidas, incluindo utilização de premissas cuja concretização depende da confirmação dos cenários utilizados.

Considerando a subjetividade inherente a esse processo, uma vez que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e os valores previstos para realização dos créditos tributários, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Realizamos o entendimento do processo de apuração dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, bem como do estudo de realização dos créditos tributários de acordo as projeções de lucros tributáveis elaborados pela Administração.

Analisamos premissas críticas incluídas nas projeções de lucros tributáveis e, compararmos com dados macroeconômicos disponíveis e informações históricas e prospectivas da CAIXA e de suas investidas em seus aspectos mais relevantes.

Testamos a natureza e os montantes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros com o auxílio de nossos especialistas na área tributária.

Discutimos com a Administração e inspecionamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelo Conselho Diretor e apreciação pelo Conselho de Administração.

Consideraremos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e manutenção dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria****Provisões para passivos contingentes (Notas
3(k) e 28)**

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração levam em consideração os pareceres dos assessores jurídicos e exercício de julgamento feito pela Administração da CAIXA. Consequentemente, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria, abrangeram dentre outros:

O entendimento dos controles relacionados a

identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas, bem como os modelos de cálculo adotados para a constituição das provisões de natureza tributária, cível e trabalhistas, que consideram a análise individualizada para as ações relevantes e o valor médio histórico de condenação pago para as demais ações.

Efetuamos testes em relação aos valores provisionados das ações relevantes, bem como, com o apoio de nossos especialistas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas mais significativas de natureza tributária, trabalhista e cíveis.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda relacionadas as demais contingências, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na database das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os advogados que são responsáveis pela análise dos processos judiciais e administrativos relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria****Plano de benefício pós-emprego (Notas 3(m)
e 29)**

A CAIXA tem planos de benefício pós emprego com característica de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados, da aplicação das características de cada plano quanto a responsabilidade da CAIXA como patrocinadora, incluindo a paridade contributiva, bem como a determinação de premissas por parte da administração com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, de evolução de custos médicos e de mortalidade.

Além disso, a CAIXA aprovou um novo estatuto em 14 de dezembro de 2017 alterando as premissas do plano econômico Saúde CAIXA com a implementação de teto de contribuição vinculado à folha de pagamento como limitador de gastos da CAIXA.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido.

Procedemos ao entendimento dos processos que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós emprego.

Entre outros, nossos testes consideraram os controles relacionados à completude e base de dados consideradas nos cálculos atuariais, além da paridade contributiva do déficit.

Com o auxílio de nossos especialistas atuários procedemos à reperformance de cálculos em base de testes e discutimos as metodologias e os julgamentos relevantes utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado. Realizamos o confronto do saldo contábil com o saldo apresentado nos pareceres atuariais.

Avaliamos os estudos e análises feitos pela Administração quanto ao reconhecimento contábil das alterações de premissas dos planos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para os planos de benefícios pós emprego são, em todos os seus aspectos relevantes, razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria****Provisão para perdas de bens não de uso
próprio (imóveis) – BNDU (Nota 10)**

A estimativa da provisão para perdas de bens não de uso próprio envolve julgamento e estimativas por parte da Administração. A determinação dessa provisão levou em consideração valor de avaliação, o percentual do deságio em relação aos imóveis ocupados e desocupados, o tipo de financiamento, o levantamento de todos os custos incorridos durante o processo de retomada, denominados custos recuperáveis, bem como dos custos de manutenção dos imóveis em estoque até a sua venda. Nessa circunstância, esse assunto foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Procedemos ao entendimento da mensuração e reconhecimento da provisão contemplando substancialmente os processos de entradas dos imóveis na base de dados, bem como na determinação do deságio em relação ao valor contábil.

Efetuamos, também, testes em relação a integridade e totalidade da base de dados utilizada para cálculo da provisão, bem como testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos deságios atribuídos, tendo como base os valores de avaliação. Adicionalmente, confrontamos os saldos contábeis e as informações divulgadas nas notas explicativas com os relatórios analíticos.

Consideraremos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis em relação as políticas internas para a determinação da provisão.

Ambiente de Tecnologia da informação

A CAIXA opera em um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos principais controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores sobre a infraestrutura que suportam as informações relevantes no processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo gestão de acessos, tratamento de incidentes e segregação de função.

Por meio dos resultados dos trabalhos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria**

mencionados, determinamos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia, associados aos controles compensatórios e testes realizados, proporcionaram uma base razoável para a auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da CAIXA e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 –

"Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas
demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a CAIXA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 28 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Parecer do Conselho Fiscal*Parecer nº 03/2019, da Ata nº 770, de 28/03/2019*

Assunto: Balancete Mensal de Dezembro, Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao exercício de 2018– Resolução do Conselho Diretor nº 8195/2019, de 26/03/2019.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Inciso III do Artigo 59 do Estatuto Social da Empresa, **examinou** as Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, bem como a Proposta de Distribuição dos Resultados, referentes ao exercício de 2018, aprovados pela Resolução do Conselho Diretor nº 8.195, de 26/03/2019, e tomando por base a manifestação da Auditoria Interna, o Parecer da PriceWaterhouseCoopers (PWC), o Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (COAUD) – Segundo Semestre de 2018, a Resolução do Conselho de Administração nº 704, da Ata nº 598, de 27/03/19, a Resolução do Conselho Diretor nº 7.989/2018 e a Resolução do Conselho de Administração nº 582, da Ata nº 535, de 28/06/18, é de opinião que devem ser observadas, integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA: 1) as recomendações da Auditoria Interna; 2) a ênfase da Auditoria Independente; e 3) a ressalva da Auditoria Independente, a saber: “considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos [detalhados por meio da Nota Explicativa 2 (d) às Demonstrações Contábeis] estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Consequentemente não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esses assuntos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018.” Observado o exposto, o Colegiado nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.

Brasília, 28 de março de 2019.

CÉSAR ALMEIDA DE
MENESES SILVA
Conselheiro Suplente

CRISTIANO NEUENSCHWANDER
LINS DE MORAIS
Conselheiro

DANIEL DE SABOIA XAVIER
Conselheiro

MÁRCIA FERNANDA DE
OLIVEIRA TAPAJÓS
Conselheira

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Presidente

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 25, Inciso XVIII, alínea “d”, do Estatuto Social da CAIXA, ouvidas as manifestações da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria (COAUD), **aprovou** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Caixa Econômica Federal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e **referendou** a ressalva e a ênfase apresentadas pela Auditoria Independente.

Brasília, 27 de março de 2019.

ADILSON HERRERO
Conselheiro

CLAUDIO XAVIER SEEFFELDER FILHO
Conselheiro

JORGE ROBERTO MANOEL
Conselheiro

MARIA RITA SERRANO
Conselheira Representante dos
Empregados

PEDRO DUARTE GUIMARÃES
Conselheiro

ANDRÉ NUNES
Presidente, em exercício

Outras Informações Relevantes

Capítulo 8

8. Outras Informações Relevantes

Temas Materiais

Comunicamos nossos empregados, órgãos reguladores, parceiros, clientes e aos cidadãos brasileiros de modo mais amplo uma síntese de sua trajetória pelo ano de 2018 neste Relatório de Gestão.

O relato marca a transição para o novo formato de relato integrado, demandado pelo TCU – Tribunal de Contas da União, para a Prestação de Contas Anual. A metodologia de Relato Integrado preconizada pelo IIRC – International Integrated Reporting Council, adotada internacionalmente, guiou o processo de construção do conteúdo – incluindo o escopo e abrangência dos dados e os temas priorizados para a comunicação com a sociedade.

Os indicadores reportados dizem respeito ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 e contemplam toda a rede de atendimento da CAIXA no Brasil – agências e unidades administrativas. Também cobrem o amplo espectro de impactos externos dos programas sociais e de transferência que a Instituição opera, na condição de parceira estratégica do Governo Federal.

O conteúdo, verificado por auditoria interna da CAIXA, reúne tópicos de estratégia, governança, riscos, sociais, ambientais, e econômico-financeiros, e toma por base Processo de Materialidade construído para versões anteriores do Relatório de Sustentabilidade da CAIXA, adequado às especificidades de conteúdo apresentadas pelo TCU para construção do Relatório de Gestão.

O processo de coleta das informações se deu a partir do trabalho e do empenho das diversas gerências nacionais, superintendências e áreas de suporte e negócio do Banco. Os indicadores financeiros se baseiam no Relatório de Administração CAIXA e nas Demonstrações Contábeis do Banco, e seguem diretrizes contábeis brasileiras (BR GAAP) para sua apresentação.

Os dados não financeiros – gestão, governança, práticas socioambientais, operação de programas federais, aspectos de relações com clientes, empregados e demais públicos – são apresentados de acordo com a metodologia estabelecida pelo TCU e consideram as diretrizes exaradas pelo Tribunal.

Para isso, adota-se a materialidade adequada às proposições do TCU, que reúne os tópicos

mais relevantes para a organização na perspectiva dos stakeholders bem como do Tribunal, que elencou de maneira objetiva e expressa a estrutura desejada para o relatório, e determinou com inserções de informações requeridas pelo TCU.

A materialidade realizada para os relatórios de Sustentabilidade e que fez parte de nossa construção, abrangeu consulta direta aos públicos, em todo o território nacional, ao longo de 2015, com base nas diretrizes GRI e nas normas de Engajamento com stakeholders da AA1000, além de documentos setoriais e corporativos.

Foram engajados 11 grupos de stakeholders do Banco, como empregados e lideranças, entes setoriais, sindicatos, clientes e parceiros de negócios. Os públicos foram mapeados a partir da experiência acumulada do Banco em suas relações com a sociedade brasileira. Mais de 3.330 pessoas participaram das etapas de consulta online e entrevistas direcionadas, selecionando os temas prioritários a partir de uma lista inicial elaborada pela Empresa, a partir da análise dos impactos identificados no setor financeiro e na própria atuação da organização no País.

Este processo auxiliou na construção da Materialidade para o Relatório de Gestão do exercício de 2018. Para este relatório, a materialidade foi definida considerando principalmente as informações demandadas de maneira expressa pelo TCU, e dentro de cada segmento solicitado, cada unidade da CAIXA contribuiu com as informações que afetam de maneira significativa a capacidade do Banco gerar valor.

Para tanto, foram identificados seis grandes temas materiais – Financeiro, Social e de Relacionamento, Intelectual, Humano, Natural e Manufaturado – que se correlacionam com segmentos e temas foco dos nossos Negócios, todos alinhados ao Estatuto Social do Banco. Essas informações também balizaram a seleção e priorização dos conteúdos apresentados no relatório.

Por ser o primeiro relatório de gestão elaborado com este conceito, espera-se uma evolução natural da construção da materialidade para os próximos relatórios, que considerará o retorno ofertado pelo público consumidor destas informações, e contribuirá para uma prestação de contas cada vez mais alinhada com as melhores práticas da gestão pública.

Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Demandas dos Órgãos de Controle

Na CAIXA, a Auditoria Geral, por meio da Gerência Nacional Atendimento a Órgãos de Controle e Fiscalização (GEOCF), possui o mandato do relacionamento com os órgãos de controle, ou seja, com a Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU).

Estão sob responsabilidade da GEOCF as seguintes atividades relacionadas ao TCU e CGU:

- Monitoramento do atendimento às requisições;
- Coordenação do atendimento às demandas;
- Relacionamento.

O acompanhamento das demandas é com a utilização do Microsoft Excel e do Microsoft Outlook.

O registro e monitoramento das determinações e recomendações foi feito, em 2018, por meio do Sistema de Relatórios de Controle Interno (SIRCI).

Tratamento de determinações e recomendações

As deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU), consubstanciadas em acórdãos e que possuem determinações e/ou recomendações

à CAIXA foram atendidas, em sua totalidade, por diversos Gestores.

O acompanhamento / controle das deliberações e o respectivo atendimento se dá conforme fluxo a seguir:

- Recepção dos ofícios / acórdãos emitidos pelo TCU, com demandas, determinações e/ou recomendações à CAIXA;
- Identificação e encaminhamento aos Gestores responsáveis pelo atendimento das demandas, determinações e/ou recomendações;
- Registro das demandas em planilhas de controle;
- Registro das determinações e/ou recomendações no SIRCI;
- Acompanhamento do registro das ações saneadoras pelo Gestor responsável pelo atendimento da demanda;
- Acompanhamento da homologação das ações propostas pela Unidade hierarquicamente superior ao Gestor responsável pelo atendimento;
- Validação do Plano de Providências proposto pelo Gestor;
- Acompanhamento da finalização das ações propostas;
- Emissão de informes com as ações pendentes e regularizadas no exercício.

Numa visão geral, as deliberações feitas pelo TCU em 2018, num total de 451 acórdãos, trataram dos seguintes aspectos:

- 164 – Relacionadas à Contratos de Repasses
- 49 – Relacionadas à Licitação
- 101 – Relacionadas à TCE
- 137 – Relacionadas a assuntos diversos, tais como: patrocínios a entidades esportivas, gestão do FI-FGTS e gestão PMCMV.

Acórdão nº 2045/2017

1. Em cumprimento ao item 1.9 do Acórdão nº 2045/2017: "Dar ciência à CAIXA Econômica Federal de que deverá manter este Tribunal de Contas da União atualizado sobre cada etapa até a operacionalização definitiva de todos os módulos do SIWEG — Acompanhamento de Obras do Governo Federal, devendo tais informações constar de seus próximos Relatórios de Gestão, no âmbito das prestações de contas ao TCU;" enviamos a seguir as informações atualizadas referentes ao SIWEG – Sistema de Workflow de Empreendimentos de Governo.
2. O projeto SIWEG foi descontinuado em setembro de 2018, por decisão do Conselho Diretivo dos Projetos Prioritários da CAIXA. Tal decisão foi tomada para evitar o sombreamento de sistemas que estavam em desenvolvimento no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atual Ministério da Economia, o Sistema SICONV, e o Sistema SIWEG, em produção de Workflow na CAIXA.

3. A partir da definição na IN nº 002/2018 – MPDG de que o SICONV seria o sistema mandatório para acompanhamento dos contratos de repasse em âmbito nacional, a CAIXA dentre outras atribuições assumiu a responsabilidade de compartilhar a inteligência de seus sistemas para esforços conjuntos no desenvolvimento do Módulo Mandatárias SICONV (Sistema de Convênios).
4. O escopo total do SICONV permitirá que todo o fluxo de trabalho de contratos de repasse seja realizado no sistema, com o envio de todos os documentos do contrato por meio do sistema, elaboração de orçamentos, cronogramas, etc, acompanhamento de prazos e pendências, dentre outros. A CAIXA teve participação estratégica desde o início na elaboração das especificações do módulo Mandatárias SICONV, visando tornar o sistema o mais aderente possível a qualquer mandatária da União.
5. Em tempo, foi criado na CAIXA o Sistema REUNI - Informações Unificadas o qual é complementar ao SICONV no controle e gestão dos contratos de repasse, e é o principal sistema utilizado pelas equipes técnicas da área de Governo da CAIXA para execução e acompanhamento operacional dos contratos, o qual consolida todos os dados dos contratos provenientes dos sistemas corporativos, fornece ferramentas para elaboração de

documentos, formulários, acompanhamento de prazos e pendências dos contratos, dentre outros.

Desta forma, seguem abaixo as providências adotadas pela CAIXA em atendimento às recomendações do Acórdão nº 2162/2014 – TCU Plenário:

- 9.1.6. defina procedimentos padronizados de controle dos prazos dos contratos de repasse e dos termos de compromisso, estabelecendo e divulgando as ferramentas de sistemas informatizados disponíveis que podem ser utilizadas para esse controle, a fim de dar cumprimento à Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24/11/2011, art. 5º, inciso II, § 1º, inciso I,...
- Providências: O sistema REUNI permite o controle de todos os prazos dos contratos, tais como cláusula suspensiva, vencimento do contrato, prazo das demandas, datas de vistorias, prazos das licenças ambientais e apresenta alertas aos usuários quanto ao vencimento dos prazos. No SICONV, tendo em vista que todo o fluxo do processo será realizado no sistema, as datas serão registradas e serão visíveis para acompanhamento dos responsáveis, bem como para o acompanhamento do público em geral.
- 9.1.7. padroneze procedimentos de controle para saneamento das pendências identificadas ao longo do processo de operacionalização dos contratos de repasse e dos termos de compromisso, estabelecendo e

divulgando aos funcionários afetos a essas atividades as ferramentas de sistemas informatizados disponíveis para esse controle, observando-se a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24/11/2011, art. 5º, inciso II, § 1º, inciso I, bem como o AE 093 022, item 3.1.4.3, comunicando a esta corte, até junho de 2015, sobre as providências adotadas e a divulgação dessas alterações aos seus funcionários;

Providências: O controle de prazos dos contratos de repasse e termos de compromisso atualmente é realizado por meio módulo “Pendências” do REUNI, no qual é possível incluir as pendências, datas e à qual fase do contrato ela se refere. O sistema possibilita ainda a geração de ofício e email para envio da lista de pendências abertas ao Tomador de recursos. Observa-se que o REUNI é a principal ferramenta utilizada para operacionalizar os contratos pelas Gerências Executivas de Governo - GIGOV, tem seu uso amplamente difundido por todas as unidades do país e está referenciado normativamente.

- 9.2.3. desenvolva/aperfeiçoe um sistema corporativo para o controle de prazos e de pendências relativos aos contratos de repasse do Orçamento Geral da União – OGU;

Providências: Conforme detalhado nos itens 9.1.6 e 9.1.7, foi desenvolvido o REUNI com o objetivo de reunir todas as ferramentas para acompanhamento dos contratos de repasse. Nele estão

disponíveis funcionalidades de controle de prazos e pendências dos contratos, bem como a geração de alertas e emissão de emails e ofícios para envio aos Tomadores.

- 9.2.5. avalie a possibilidade de criar uma interface entre o SIAPF (Sistema de Acompanhamento de Programas e Fomento) e o PAC Pendências, de forma que a inserção de dados no SIAPF possa alimentar o sistema PAC Pendências, sem necessidade de reinserção de dados;

Providências: Foram implementadas melhorias de interface entre os sistemas SIAPF e PAC Pendências, que passou a ser chamado de Gestão do PAC, de forma que os dados existentes no SIAPF são apresentados automaticamente no Gestão do PAC, não havendo necessidade de inserir os mesmos dados em ambos os sistemas.

- 9.2.7. aprimore seus sistemas de modo que sejam suficientes para tramar, acompanhar e controlar os processos de contratos de repasse e termos de compromisso, bem como para emitir relatórios com as informações dos seus andamentos e pendências, ou que, alternativamente, crie um sistema capaz de atender a essas necessidades das unidades;

Providências: Além do REUNI foi criado o Portal de Governo, que produz relatórios gerenciais a partir da base de dados do REUNI, realizando o cruzamento de dados para gerar informações de conformidade, governança, compliance para que as unidades da CAIXA possam atuar

tempestivamente na gestão dos contratos de repasse, bem como, aos contratos de financiamento, ora incorporados ao sistema.”

Cabe ressaltar, que as ferramentas estão em normativos e vêm sendo amplamente divulgadas às áreas envolvidas no processo de tal forma que é possível realizar a gestão dos contratos em todas as unidades da CAIXA.

A CAIXA está a disposição e tem interesse em apresentar os Sistemas REUNI e Portal de Governo à equipe técnica do TCU para que possa realizar a análise sobre o desempenho das entregas às soluções apresentadas frente às demandas apontadas.

Outras Informações

CAIXA Seguridade:

- **Nome:** CAIXA Seguridade Participações S.A.
- **Marca e nome fantasia:** CAIXA Seguridade
- **CNPJ:** 22.543.331/0001-00
- **Endereço:** Setor Bancário Sul – SBS, Q. 4, Bloco A, Lote ¾, Edifício CEF Matriz 1, 19º andar – Brasília – Distrito Federal - Brasil
- **Telefones:** (61) 3521-6675 (61) 3521-6674
- **E-mail de contato:** diseg@CAIXA.gov.br

A CAIXA Seguridade foi criada por meio de Escritura Pública de Constituição em 21/05/2015, conforme deliberação do Conselho Diretor da CAIXA Econômica Federal (CAIXA) em reunião ocorrida em 14/04/2015 e aprovação do Conselho de Administração, em reunião ocorrida em 23/04/2015.

A CAIXA Econômica Federal (CAIXA), controlada pela União, é a controladora da CAIXA Seguridade com 100% das ações.

A CAIXA Seguridade foi constituída como uma subsidiária integral da CAIXA, com o objetivo de consolidar, sob uma única sociedade, todas as atividades da CAIXA nos ramos de seguros, capitalização, previdência complementar aberta, consórcios, corretagem e atividades

afins, incluindo quaisquer expansões futuras dessas atividades, no Brasil ou no exterior, orgânicas ou não, proporcionando ganhos de escala nessas atividades e em suas operações e obtendo reduções de custos e despesas no segmento de seguridade. A operação de seguridade da CAIXA oferece uma ampla variedade de apólices de seguro de vida e não vida, inclusive seguro habitacional, de ramos elementares e de automóveis, bem como planos de previdência privada, títulos de capitalização e consórcios. Tem também como importante receita, a receita de acesso à rede de distribuição e de uso da marca CAIXA, pago pela CAIXA Seguradora pela comercialização de seus produtos nas agências e correspondentes bancários da CAIXA.

A CAIXA Seguridade participa também dos resultados da administração e da intermediação dos seguros vendidos na rede de distribuição do Banco PAN, por meio da Too Seguros, a nova marca da PAN Seguros, e da PAN Corretora.

Em dezembro de 2015 a CAIXA Seguridade obteve autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para abertura de Capital. Desse modo, a Companhia passou a assumir obrigações de empresa com capital aberto perante o mercado, sujeitando-se aos regramentos e à fiscalização da CVM, mesmo não estando listada na B3 – Brasil Bolsa Balcão.

Por se tratar de uma Holding de capital aberto de participações no ramo de seguridade, a CAIXA Seguridade está sujeita, principalmente, a Lei nº 6.404/76 e alterações, aos regramentos da CVM, vinculada ao Conselho Monetário Nacional – CMN, além da legislação vigente e demais normas afetas a Companhias com capital majoritário da União como, por exemplo, Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), Lei nº 13.303/16 e Decreto nº 8.945/16.

Resultados de 2018:

O lucro líquido da CAIXA Seguridade superou o resultado de 2017 em 13,8%, mantendo a margem líquida em 84% e com um retorno sobre PL de 33,6%. O faturamento das empresas do grupo cresceu 20,2%, sendo 22,1% nos produtos de seguridade (seguros, previdência e capitalização) e 6,7% nos negócios de consórcio.

Com esse resultado o grupo CAIXA Seguridade fechou o ano de 2018 com 9,9% de participação no mercado de seguridade, essa participação era de 8,1% em 2017, 6% em 2016 e 5,4% em 2015. O destaque da produção foi novamente a previdência privada, que cresceu 35,5% na comparação entre 2018 e 2017, após crescer 63% de 2016 para 2017.

O crescimento da venda dos produtos de previdência privada no balcão da CAIXA ainda é explicado pela melhoria nos processos de venda e pelo aculturamento e reconhecimento dos empregados envolvidos na comercialização, além do despertar da consciência da população para a necessidade de um plano de previdência privado diante da discussão sobre a reforma da previdência pública, aliada à associação da CAIXA como o Banco da poupança do brasileiro.

No segmento de seguros, o faturamento de 2018 foi 0,39% maior que o resultado de 2017, enquanto o mercado cresceu 7%. O resultado da CAIXA Seguridade foi impactado pela reversão de prêmios do habitacional, conforme será explicado na avaliação da CAIXA Seguradora, e sem o efeito deste evento excepcional o crescimento do segmento de seguros seria de aproximadamente 5%.

Todas as demonstrações e informações adicionais encontram-se disponíveis também para consulta através do sítio: www.CAIXASeguridade.com.br

HOLDING CAIXA SEGURIDADE

Faturamento do Grupo	Prêmios de Seguros	Previdência	Capitalização	Consórcio
R\$ 27,4 bi +20,2% 12M18	R\$ 7,0 bi +0,4% 12M18	R\$ 16,0 bi +35,5% 12M18	R\$ 1,4 bi +16,5% 12M18	R\$ 3,0 bi +6,7% 12M18

	R\$ milhões	4T18	3T18	Δ%	4T17	Δ%	12M18	12M17	Δ%	
(+) Receita Operacional	480,2	426,3	12,6%	●	388,2	23,7%	●	1.758,8	1.544,1	13,9% ●
MEP	325,3	273,4	19,0%	●	279,1	16,5%	●	1.092,3	1.037,6	5,3% ●
BDF	154,8	152,9	1,3%	●	109,0	42,1%	●	579,3	492,9	17,5% ●
SUCCESS FEE	-	-	-	-	-	-	87,1	13,6	539,2% ●	
(-) Outras Receitas / Desp. Operacionais	(1,1)	(29,4)	-96,4%	●	(28,7)	-96,3%	●	(85,0)	(92,9)	-8,5% ●
(+) Resultado Financeiro	7,7	6,9	11,5%	●	6,4	18,8%	●	23,9	24,2	-1,5% ●
(-) Impostos e Participações	(61,6)	(44,9)	37,0%	●	(43,3)	42,3%	●	(220,0)	(176,6)	24,6% ●
Lucro Líquido	425,2	358,8	18,5%	●	322,6	31,8%	●	1.477,6	1.298,9	13,8% ●

TABELA 1 DRE HOLDING

Anexos

Capítulo 9

9. Anexos

Anexo 9.1 Gestão de Pessoas

Tabela 9.1 Colaboradores CAIXA

Tipo de Vínculo	2017			2018		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Empregados CAIXA Ativos	39.245	48.409	87.654	38.021	46.931	84.952
Sem vínculo	1	19	20	4	19	23
Aprendizes	2.213	1.524	3.737	2.737	1.962	4.699
Estagiários	4.483	2.686	7.169	4.259	2.451	6.710
Prestadores*	24.902	21.740	46.642	26.624	22.419	49.043

* Prestadores – Considera-se o total de prestadores de serviços vinculados aos contratos de prestação de serviços de natureza contínua com mão de obra dedicada:

Os prestadores de serviços – 49.043 pessoas em 2018 - desempenham atividades de caráter secundário em relação às atividades principais da CAIXA. Eles são vinculados a empresas especializadas contratadas, e executam exclusivamente os serviços descritos em contrato, conforme enunciado da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). As atividades desempenhadas por esses colaboradores têm natureza de serviços contínuos com mão de obra dedicada - ou seja, tarefas que constituem necessidade permanente, de natureza repetitiva, e exigem a presença de empregados do Banco terceirizada nas dependências da CAIXA ou nas instalações de terceiros indicadas pela CAIXA.

Tabela 9.2 Empregados CAIXA por Unidade

Empregados	SubSistema					Total	
	Matriz	Filial	Rede de Atendimento				
			Agência	SR/SGE	Total		
Total	5.867	18.417	56.826	3.788	60.614	84.952	
	6,91%	21,74%	66,89%	4,46%	71,35%	100%	

Tabela 9.3 Empregados CAIXA por Região

Região	Número de Unidades	LEP
Centro-oeste	755	15.088
Norte	304	3.598
Nordeste	898	14.246
Sul	982	14.265
Sudeste	2.164	37.755
Total	5.103	84.952

Tabela 9.4 Empregados CAIXA por Geração e Gênero

Geração	SubSistema										Total	%		
	Central		Logístico		Rede de Atendimento				Total por Gênero					
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.				
Veteranos	1	0	3	1	0	0	2	0	6	1	7	0,01%		
Baby Boomer	101	36	964	414	64	27	2.271	898	3.400	1.375	4.775	5,62%		
Geração X	1.686	1.515	6.164	5.443	1.009	908	17.031	13.065	25.890	20.931	46.821	55,12%		
Geração Y	1.229	1.299	2.759	2.722	862	917	12.775	10.764	17.625	15.702	33.327	39,23%		
Geração Z	0	0	0	1	0	1	10	10	10	12	22	0,03%		
Subtotal	3.017	2.850	9.890	8.581	1.935	1.853	32.089	24.737	46.931	38.021	84.952	100,00%		
Total Geral	5.867	18.471	3.788	56.826	84.952									

Anexo 9.2 Afastamentos (Absentismo)

Tabela 9.5 Afastamentos em 2017 por Região e Gênero

Região	Taxa de Lesão (TL)		Taxa de Dias Pedidos (TDP)		Taxa de Doenças Ocupacionais		Taxa de Absenteísmo (TA)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Centro-oeste	0,204	0,312	0,176	0,282	0,175	0,281	0,203	0,311
Sudeste	0,173	0,316	0,133	0,251	0,133	0,251	0,173	0,315
Sul	0,189	0,326	0,154	0,299	0,153	0,298	0,188	0,325
Nordeste	0,387	0,465	0,367	0,444	0,365	0,442	0,386	0,462
Norte	0,343	0,411	0,316	0,389	0,315	0,388	0,342	0,409
Total Gênero	0,229	0,342	0,196	0,298	0,196	0,297	0,228	0,341
Total CAIXA	0,280		0,242		0,241		0,279	

Fonte SISRH 31/12/2017

Tabela 9.6 Afastamentos em 2018 por Região e Gênero

Região	Taxa de Lesão (TL)		Taxa de Dias Pedidos (TDP)		Taxa de Doenças Ocupacionais		Taxa de Absenteísmo (TA)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Centro-oeste	0,218	0,327	0,213	0,316	0,212	0,316	0,218	0,325
Sudeste	0,157	0,246	0,128	0,201	0,128	0,201	0,157	0,245
Sul	0,160	0,227	0,129	0,221	0,129	0,221	0,160	0,227
Nordeste	0,374	0,490	0,357	0,484	0,356	0,484	0,373	0,487
Norte	0,360	0,621	0,310	0,591	0,309	0,591	0,359	0,617
Total Gênero	0,218	0,307	0,194	0,233	0,194	0,280	0,218	0,306
Total CAIXA	0,258		0,233		0,233		0,257	

Fonte SISRH 31/12/2018

Cálculo da Taxa de Lesão: (Total de dias perdidos de LAT ÷ Total de Dias Trabalhados) × 100

Cálculo da Taxa de Dias Perdidos: (Total de dias perdidos por doença ocupacional ÷ Total de Dias Trabalhados) × 100

Cálculo de Taxa de Doenças Ocupacionais: (Total de dias Perdidos por doença ocupacional ÷ Total de Dias de Contrato de Trabalho) × 100

Cálculo de Taxa de Absenteísmo: (Total de dias Perdidos de LAT ÷ Total de Dias de Contrato de Trabalho) × 100

Anexo 9.3 Processos Seletivos Internos

Tabela 9.7 Quantidade de Processos Seletivos Internos Realizados em 2018

Matriz		Centralizadores e Filiais		Rede Regional		Conglomerado		Totais CAIXA		Total Geral
FG Téc. e Asses.	FG Natureza Gerencial	FG Téc. e Asses.	FG Natureza Gerencial	FG Téc. e Asses.	FG Natureza Gerencial	FG Téc. e Asses.	FG Natureza Gerencial	FG Téc. e Asses.	FG Natureza Gerencial	
813	258	1.227	241	1.000	959	4	5	3.044	1.463	4.507

Anexo 9.4 Horas de Capacitação

Tabela 9.8 Total de Horas de Capacitação em 2018

Categoria Funcional	Horas		Empregados Treinados Ativos em 31/12/2018		Empregados Ativos em 31/12/2018		Média de Horas por Total de Empregados Ativos	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Dirigente*	0	2.009,75	0	26	0	26	0	77,30
Chefia de Unidade*	103.446,37	266.046,05	1.105	2.946	1.109	2.947	93,3	90,28
Gerencial – Demais Funções	698.806,26	860.120,35	8.075	10.066	8.085	10.070	86,43	85,41
Não Gerencial	1.262.186,93	1.295.421,65	17.026	18.060	17.053	18.071	74,02	71,69
Profissional **	41.827,70	92.349,00	728	1.556	752	1.583	55,62	58,34
Operacional ***	766.782,20	3.445.386,95	37.445	46.166	38.021	46.931	75,57	73,41
Sub total	2.873.069,46	3.445.386,95	37.445	46.166	38.021	46.931	75,57	73,41
Total	6.318.456,41		83.611		84.952		74,38	

Fonte: Sistema de Gestão de Treinamento - Posição Dez/2018 (GEDEC)

(*) Empregados com vínculo empregatício em cargo de dirigente

(**) Empregados que não exercem função gratificada das carreiras Administrativa e Serviços Gerais

(***) Empregados que não exercem função gratificada da carreira Profissional

Anexo 9.5 Campanha Fique Bem

Tabela 9.9 Fique Bem – O Tesouro Sou Eu

Indicador	Desafio 1		Desafio 2		Desafio 3		Desafio 4	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Total Unidades CAIXA *	4.789		7.789		4.785		4.796	
Unidades Habilitadas **	1.389	29,00%	1.987	41,49%	2.987	62,42%	2.734	57,01%
Unidades com Engajamento ***	3.269	68,26%	1.446	30,19%	1.136	23,74%	1.225	25,54%
Total de Empregados Caixa	86.139		85.918		85.911		85.904	
Empregados Habilitados (1)	11.596	13,46%	18.071	21,03%	32.379	37,69%	27.199	31,66%
Empregados Engajados (2)	18.768	21,79%	1.530	1,78%	4.860	5,66%	3.865	4,50%
Total de Empregados Participantes	30.364	13,46%	19.601	22,81%	37.239	43,35%	31.064	

* Considerando Representações

** Unidades com mais de 30% dos empregados com o desafio concluído

*** Unidades com no mínimo 1 empregado com o desafio iniciado

Anexo 9.6 Declaração de Integridade



Declaração de Integridade da Prestação de Contas Anual ao TCU – Exercício 2018

Declaramos, para fins de comprovação perante o TCU, que este Relatório de Gestão foi construído levando em consideração a estrutura de Relato Integrado, e que em sua construção foram aplicados os aspectos do pensamento coletivo delineados na Estrutura Internacional de Relato Integrado, utilizando-se de informações prestadas pelas áreas da CAIXA.

Assinam esta declaração o Diretor Executivo da DEORE (Diretoria Executiva de Organização e Estratégia) responsável pela implementação e evolução da governança corporativa na CAIXA, e o Diretor Executivo da DECON (Diretoria Executiva de Controladoria), a área responsável por fornecer ao controlador e ao mercado informações relevantes, tempestivas e confiáveis.



GABRIEL DUTRA CARDOSO VIEIRA DE GOES
Diretor Executivo - DECON



ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUSA
Diretor Executivo - DEORE